JÚLIO DE CASTILHO

LISBOA ANTIGA

BAIRROS ORIENTAIS

2.ª Edição

revista e ampliada pelo autor
e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva

VOLUME XII

LISBOA
S. INDUSTRIAIS DA C. M. L.
1938

LISBOA ANTIGA

DESEMBARCACION DE SV M EN LISBOA

Pelas deliberações de 9 de Novembro e 29 de Dezembro de 1933, resolveu a Câmara Municipal de Lisboa reeditar *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, de Júlio de Castilho, de harmonia com o original e os elementos deixados pelo seu autor, e convidar o ilustre olisipógrafo Sr. Engenheiro Augusto Vieira da Silva a orientar a referida reedição.

Com a mais acendrada devoção e zêlo, e desinteressadamente, o consagrado autor de *A Cêrca Moura* e *Castelo de S. Jorge*, tomou à sua conta a árdua e delicada tarefa, e, completando, revendo e anotando os manuscritos existentes, deu-nos uma obra justamente digna de todo o elogio.

Não lho regateia a Câmara Municipal, e, mais do que o elogio, patenteia-lhe o seu reconhecimento e presta-lhe a homenagem singela, mas sentida, do seu melhor aprêço e admiração.

LISBOA ANTIGA

SEGUNDA PARTE

Bairros Orientais

POR

Júlio de Castilho

2.ª Edição

revista e ampliada pelo autor
e com anotações do Eng.º Augusto Vieira da Silva

VOLUME XII

LISBOA
S. INDUSTRIAIS DA C. M. L.
1938

Apontamentos para Quadros
do Viver
dos Antigos Paços Reais
em Portugal

... Vós, Patria e senhora minha, cujas frontes vão copiosamente enlaçadas, como vitoriosas, com triunfaes e militares louros; estas alegres flores, suaves por meu desejo, colhidas em vossos saudosos e bemaventurados campos, vos consagro e dedico; que, posto que em vossos altos louvores e prolongados merecimentos hajam novos aventajados escriptos para vos eternizar, comtudo vós, como alta princesa, estimae agora êstes nossos, offerecidos com alma, abrazados em perpétuo amor, verdadeiro símbolo de que vos quero e amo.

António Coelho Gasco
Primeira parte das antiguidades da mui nobre cidade de Lisboa—fl. última.

CAPÍTULO I

Dispõe-se o autor, a propósito do paço de S. Bartolomeu, de que tratou no volume anterior, a estudar alguma coisa da vida das côrtes antigas.—Entra-se no assunto.

Visto que nos antecedentes volumes tratei de paços reais, e de paços tão ilustres como aqueles, suspeito que não desagradará ao estudioso das antigualhas lisbonense o deter-se umas horas averiguando agora alguma coisa do viver das antigas côrtes portuguesas.

Pouco poderei dizer; pouquíssimo; e entretanto, não me sofre o ânimo deixar de repartir o que tenho, com as pessoas que se entretêm em perscrutar tais segredos. Êste pouquíssimo que vou dizer servirá de núcleo a novas investigações. Com estudos ulteriores irei acrescentando o meu haver, e muito agradecerei a quem quizer encaminhar-me, dando-me indicações novas no assunto. Tudo serve; em história não há minúcias importunas.

O que vai lêr-se, entra, como disse, a propósito do paço de S. Bartolomeu. Confesso que neste momento não me posso desprender de um enxame de idéias fugitivas, multicores, que me estão a negacear de entre os livros velhos, como vultos de fadas a dançar a uma réstea de sol num quadro de Bouguereau. Não lhes resisto.

Quem lida por uso e costume com os pergaminhos da história, tem visões que lhe parecem realidades; assiste em pessoa a cênas passadas há centos de anos; trata, como amigos, personagens cujo nome as próprias loisas esqueceram. É o que me sucede. Sinto nostalgias das expedições de D. Afonso V, dos torneios e justas de D. João II, das opulências e alegrias de D. Manuel, das devoções melancólicas de D. Duarte, ou das caridosas peregrinações de Isabel de Aragão. Tudo disso conheço, tudo tratei de perto, a tudo me afeiçoei.

*

Era-me pois de certo muito agradável agora conseguir deixar nesta *Lisboa Antiga*, onde tantas memórias vão conscienciosamente armazenadas, um esboço do viver da nossa velha côrte, um quadro pitoresco e rápido do que eram, ou podiam ter sido, em vários períodos históricos, as relações do rei com os cortesãos, dos cortesãos entre si, e da côrte com a cidade. Por desventura faltam-me os materiais; e com os que possuo, quási nada poderei alcançar.

Tenho descrito tantas minúcias do viver plebeu, burguês e senhoril da velha capital, que não deixaria de ter cabimento agora algum desenho do seu viver realengo; e a-pesar-da escassez das tintas, tentarei o quadro, quando mais não seja, esboçado a simples traço. Entrarei com o meu leitor no lar dos nossos reis; penetraremos naquelas regiões elevadas, a que o velho António Ribeiro parecia ter tanto medo, que não duvidou escrever no seu auto *Pratica de oito figuras* estas palavras:

..... Quem cuidasse,
ante que no Paço entrasse,
o que hade ser ao diante,
certo que escolhesse ante
coisa com que se matasse.

E já o camareiro-mor do rei «Feliz», o poeta D. João Manuel (bom conhecedor sem dúvida), afirmava, no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, que não havia

nem Caribides nem Scylla
perigosas mais que o Paço

¡Curiosos avisos a veleidades cortesãs! Mas eu que não sou cortesão, e sou apenas devaneador, não vejo de que haja de temer-me.

E também, a bem dizer, quási que era desnecessário subir as escadarias dos paços da Al-

cáçova, de S. Bartolomem, ou da Ribeira, para pintar à luz das crónicas o antigo viver real; encontravam-se dele muitas feições características na maneira como viviam, ainda há bem poucas dezenas de anos, as famílias do patriciado. O trabalho do copista cifrar-se-ia pois em aumentar.

O que nós todos ainda presenceámos, aí por essa Lisboa, quando as casas vinculares de primeira ordem estavam de pé em todo o seu esplendor, era a tradição, já enfraquecida mas reconhecível, dos usos da côrte velha: a união da família; a presidência nata, indiscutida, absoluta, do pai, não só como pai, mas como chefe dinástico; a preeminência do primogénito, como representante genealógico; a submissão dos filhos segundos; e enfim, a proteção hereditária à creadagem, que nascia no lar de seus senhores, dalí casava, alí morria muita vez, e representava os dois antigos elementos cortesãos: *dama* e *moço-fidalgo*.

*

Hoje tudo isso mudou consideràvelmente. Há um propósito firme de destruir a família, relaxando as ligações dos seus membros. Aluído o solar, alheada e transformada a casa onde sucessivas gerações tinham nascido e morrido, vendidos aos ferros-velhos os retratos dos avoengos, passou a família a habitar de aluguel em qualquer parte, e dispersou o santuário dos hábitos venerandos. Teatros, cafés e clubes, deram afrancesa-

damente cabo do conchego da velha casa paterna; e o mancebo, a quem cortaram o fio das tradições, habituou se ao viver moderno, que é um viver sem base e sem fito; sem passado e sem porvir.

Ora o próprio paço, com a democratização dos seus usos e costumes, desde 1834 para cá, alterou a sua maneira de ser, e refez-se às modas últimas.

Quero mal (digo-o francamente; ¿porque não?) quero mal ao que a lei perpetrou com a abolição total dos vínculos. Foi isso (depois da extinção das Ordens Religiosas) um dos mais insensatos desmandos do regime constitucional. Na sociedade a tradição é utilíssima; sem a hereditariedade, a tradição é quási nula; e sem a estabilidade tal qual dos haveres e das honras, é impossível a hereditariedade. Logo, pensaram com menos acêrto os abolidores dos vínculos, olhando para êles só pelo ponto de vista económico, e derrubando uma instituïção que precisava apenas reformada; reformada no que tivesse de abusivo; reformada em harmonia com certas exigências do século; reformada como fez a Inglaterra, que substituiu a vinculação perpétua pela vinculação temporária, renovável à vontade do último possuidor.

*

Mas deixando essas lamentações muito sinceras, muito insuspeitas, mas muito inúteis também, forcejemos observar o que passava na casa dos

reis, e auxiliemo-nos da observação do que passava na casa dos Grandes. É que na existência social todos mais ou menos são servos e senhores; servos de alguém, ou de alguma instituïção, amos e senhores no próprio lar. Os vassalos, que em sua casa regiam numeroso estado de servidumbre, iam cumprir no paço de seus reis os misteres de servos e apaniguados, pupilos e defensores. Possuía o opulento fidalgo antigo oficiais-mores e menores, capela, estrebaria e canil, educandos e até bobos; tudo, em ponto reduzido, modelado sôbre o que via no paço do seu senhor.

Com o volver dos tempos, com a invasão das ondas democráticas, modificaram-se muito as feições das etiquetas reais; caducaram para os nobres, parte das obrigações quási humilhantes que os agrilhoavam à realeza, e transformaram-se, com a desvinculação, e com a evolução dos costumes, os usos do lar doméstico.

Assim mesmo, duraram muitos séculos êsses usos peculiares e especiais. A escassez de comunicações de Portugal com a Europa, sempre mais culta que a Península, deixava os costumes num atrazo, num pasmado, que havia por fôrça de ferir os forasteiros. Quem viesse de correr as sete partidas, quem voltasse de assistir ao concílio de Basilêa, quem regressasse do cêrco de Túnis pelo faustuoso Carlos V, quem recolhesse de uma peregrinação a Roma ou a Jerusalém, havia de saborear na côrte de Évora, de Coimbra ou de Lisboa, o vetusto de certas usanças, nossas e

muito nossas, o patriarcal e primitivo de certas modas de banquetes e bailes, de audiências, de etiquetas elegantes, de alfaias caseiras.

*

Pois digam-me se ainda hoje um viajante, que volte de assistir aos cerimoniais da côrte do rei da Suécia ou do imperador da Áustria, não achará mais viva, ao entrar na de Lisboa, a preciosa nota antiquada dos nossos porteiros da cana, com as suas capas e as suas varinhas, dos nossos archeiros com os seus trajos tão antigos e vistosos, com os seus pífanos e os seus tambores, dos nossos oficiais-mores com as suas insígnias muito de cá, dos nossos batedores, dos nossos passavantes Santarém, Tavira e Cochin, dos nossos arautos Lisboa, Ceuta e Gôa, dos nossos reis de armas Portugal, Algarve e Índia, e de tantas preciosas singularidades, conservadas (por fortuna) entre o dilúvio das inovações. ¡E isto é hoje! no século do vapor! num tempo em que os soberanos viajam com freqüência, e em que a atmosfera social se renova de contínuo! E isto é nas camadas mais altas da sociedade, que tendem, e tenderam sempre, e em tôda a parte, a adoptar e nacionalizar os trajos, os adornos, os usos forasteiros!

¿Não é certissima essa tendência? não é na sociedade elevada que reinam e dominam com senhorio absoluto as modas de fora? não é aí

que ditam a lei os alfaiates e modistas do estranjeiro? não é aí que se infiltra com preferência o galicismo de prosódia e de sintaxe? não é por aí que principia sempre a renovação da seiva intelectual neste grande organismo chamado a Nação? É, sem dúvida.

Donde isso provém, é que eu não sei. ¿Será de homenagem tácita ao que se reputa sempre melhor na terra estranha do que na própria? do desejo de alardear que se viajou? do gracioso e hospitaleiro rendimento de respeito aos viajantes que nos visitam?

*

Em contraposição, e como equilíbrio, existe e reside nas classes baixas populares uma vocação inata para conservar intactos os usos antigos, os trajos e as feições tradicionais. Ao passo que a moda nas classes subidas varia com as estações, com os meses, com as semanas, o povo não larga senão a custo, e em último caso, os seus geitos peculiares de trajar, falar e pensar. Reage, sem o saber; vai de vencida, mas luta sempre.

A crescente comunicação das nações tôdas entre si, e das províncias umas com as outras, tende a uniformizar a feição suntuária dos vários povos; tende, mas nunca o há-de conseguir. A sociedade escolhida traja do mesmo modo em tôda a Europa; reina a casaca e o chapéu alto; mas procurem o plebeu, o camponês, o monta-

nheiro, desde Portugal até à Rússia ¡e vejam que variedade estupenda de trajos inconfundíveis se não alastra por êsses milhares e milhares de aldeias e vilas!

Logo, digo eu: embora Portugal se visse antigamente apartado de todos os grandes centros da civilização europeia, embora reagisse com a sua inércia (ainda hoje tão pronunciada) para o estacionamento, embora pugnasse na sua imobilidade em favor dos usos velhos, embora no século XIII, ou no século XVI, a côrte portuguesa conservasse feições puramente suas, e que a desirmanavam das outras côrtes, contudo haviam já de tender a confundir-se essas desigualdades e diferenças, e a reduzir-se a um tipo único. Com a invasão das opulências das indústrias, com as embaixadas expedidas e recebidas, com o fluxo e refluxo dos viajantes, com a nacionalização de raínhas e infantas estranjeiras, têm de século para século aumentado a uniformidade, sem contudo ter conseguido ainda tornar-se completa.

*

Foi, ao tempo da sua constituïção pelo fundador da monarquia, modelada provàvelmente a nossa côrte pelo risco da leoneza. Quer-me parecer que na Casa dos primeiros reis de Portugal se vislumbra desde muito remotas eras (como logo observaremos) o que quer que seja de organização e regulamento. Haja vista a existência antiquíssima

2

dos oficiais-mores, que desde el-Rei D. Afonso Henriques se deixam vêr na história, dominados pelo elemento militar, como muito bem observa o sr. Gama Barros no seu estupendo livro, já por mim citado; êsses oficiais assinam com el-Rei tratados e forais, ou auxiliam-no com braço de ferro no seu mistér pesadíssimo de arroteador cristão dêste torrão de moiros.

São figuras porém que passam rápidas aos nossos olhos, sem se deixarem estudar. E' que no paço português da edade-média ha muito da misteriosa luz recolhida e suave das capelas românicas e ogivais. O olhar profano penetra mal dentro nesses recintos previlegiados; iluminam-no reflexos vagos dos tempos patriarchais, de mistura com lampejos das elegâncias requintadas dos estranjeiros.

Ha, na vida da côrte, uma parte que é própriamente doméstica e íntima; e outra, do domínio público: relações do soberano, ora com a sua casa militar e civil, ora com a máquina política e o público em geral.

A parte, por assim dizer oficial, do viver do paço, regulavam-na tão bêm os programas e alvarás, que o descreve-la seria quási copia-los; mas a doméstica é a menos conhecida, e por isso talvez a mais interessante.

¡Se pudéssemos estuda-la!

CAPÍTULO II

O CONDE D. HENRIQUE e a rainha D. Tareja. — Esplendor dos seus paços de Guimarãis. — Ocupações mais ou menos bélicas dos cavaleiros. — EL-REI D. AFONSO HENRIQUES e a raínha D. Mafalda. — Luxo do paço. — Retrato rápido de el-Rei. — EL-REI D. SANCHO I e a raínha D. Dulce. — Bizarrias no antigo viver. — O oiro lavrado por mãos portuguesas. — Ricas alfaias dos templos. — EL-REI D. AFONSO II e a rainha D. Urraca. — Os ovençaes ou oficiais-mores.

Sim, se desde os primitivos tempos da monarquia pudessemos correr um por um os lares reais, colheriamos muitos pormenores para o quadro que empreendo. Por desgraça faltam as descrições dos coevos; e quem quer figurar os primitivos quadros cortezãos, tem (como já indiquei) de socorrer-se à imaginação, apoiar-se em induções, e valer-se dos estranjeiros, e de documentos mais ou menos secos e sucintos.

*

Que já o senhor conde D. Henrique vivia como rei, casado com filha de rei, e desejoso de erguer aos foros de reino o seu condado, é fora de dúvida. A elegante, a inteligente senhora D. Tereza, havia necessàriamente de presidir a uma côrte muito pulida. Era Guimarãis um centro de cultura, onde o valente castelão possuia séquito de grande senhor, e numerava entre os seus oficiais os primeiros nomes do condado. Entre êsse séquito de homens de armas, peninsulares e forasteiros, avultava a infanta mulher do conde, a formosíssima leoneza, que tanto ao vivo nos pintaram os nossos sonhos de adolescência. Essa ladina e talentosa mulher superou sempre as vicissitudes políticas, muita vez bem escabrosas, do seu tempo. Com o espírito atilado que Deus lhe dera, com a graça nacional, os seus ciumes, e as suas ambições, talvez fôsse, até certo ponto, a inspiradora dos feitos do seu valente e ilustre marido. Para conselheira ninguem melhor; ninguem tanto como ela possuiu jamais a flexibilidade e elasticidade de caracter, que tanto auxilia as entreprêzas políticas. Ora a contemplamos altiva, sobrepujando com a sua estatura real as demais figuras da côrte, ora a enxergamos lacrimosa, humilhada e penitente, aos pés do clérigo Teotónio [1]. Nessas alternativas estava

[1] Vide o caso acontecido com esta princêsa e S. Teotónio, *in* visc. de Figanière, *Mem. das Rainhas*, pág. 39.

ela tôda; com essas mutações, aparentemente contraditórias, dominava ela as situações mais árduas.

Na sua casa, modelada de certo pelas modas que vira em Leão, e que já provinham dos godos, deviam primar, à moda do tempo, as etiquetas galantes e semi-guerreiras. Aqueles pequeninos paços de soberanos feudatários, com seus visos de autónomos, deviam ter o que quer que fôsse de acampamentos. Luxo, como nós hoje o entendemos, não.

... Nos pères autrefois
Ne s'en portaient que mieux sur des meubles de bois

disse um poeta francês, o famoso Regnard. Luxo austero (se me posso expressar assim). Vida rasgada, mas frugal ao mesmo tempo; grandezas de senhor, e mínguas fartas de aldeão.

As chegadas e abaladas de tropas, capitaneadas pelo próprio chefe da casa, os amiudados exercícios das *mesnadas*, as justas e torneios presididos pelo elemento feminino, tudo isso comunicava à inquieta e populosa Guimarãis, atufada como os seus bastiões de suzerana entre os verdejantes bosques do Minho, uma feição muito mechida e muito pitoresca. Os mordomos-mores e outros servidores, que Santa Rosa de Viterbo atribue à varonil companheira do conde D. Henrique, são homens de armas, que bastas vezes nos saem ao encontro de entre os documentos coevos, e que, nos intervalos de descanço das

fainas marciais, vamos encontrar, por desfastio, desentropecendo os membros nas agras porfias das carreiras eqüestres, ou nos rudes e quási hercúleos exercícios do *tavolado*, alí, em campo aberto, preparando, na fôrça dos arremeços contra um castelo de madeira, a fúria das investidas contra muralhas agarenas.

*

Com el-Rei D. Afonso I, criado na escola paterna, e que, para a realização das suas veleidades de domínio e independência, carecia ter a sua côrte organizada de certo modo, continua, no meio das trevas em que nos aparece o viver daquela sociedade, uma tal qual regularização nos ofícios do paço. É freqüente nas confirmações, e outros papéis, a presença do mordomo do rei, do seu alferes, do seu chanceler, entre as garnachas e bureis do poderoso elemento clerical, que, segundo se depreende, prevalecia muito; os abades, os bispos, os capelâis e outros clérigos e monges, haviam de dar por fôrça um tom muito grave a certos actos da vida das antigas côrtes mediévicas.

*

Da raínha D. Mafalda, presidente nata do paço de Guimarâis e de Coimbra, *há poucas notícias*— diz um incansável investigador, o visconde de

Figanière — mas as poucas *que escaparam ao olvido proveniente da rudeza daqueles tempos, tratam quási exclusivamente de obras de caridade* [1].

*

Do luxo do paço há também poucos documentos, que eu saiba. Já noutro volume desta mesma obra [2] deixei esboçado um rápido quadro de interior no velho castelo de Guimarãis; e aí entrevimos o vencedor de Ourique, desempenado e firme na sua lóriga de malha, com os cabelos longos cortados na testa, e o seu ar soberano de quem instintivamente se suspeita a si próprio fundador de ilustríssimas dinastias [3].

Bizarro como foi, não admira que deixasse a sua pègada de ferro em muita parte. Fundador de um sem-número de mosteiros e templos, elevou no seu tempo a arquitectura a grande auge; e, por muito que hoje queiramos amesquinhar o teor da vida doméstica dêsses nossos maiores, é indu-

[1] *Mem. das Rainhas*, pág. 46.

[2] *Lisboa Antiga*, parte II, vol. II, cap. IV, pág. 34.

[3] «Nos princípios de Portugal, usava-se cabelo comprido com melenas; e assim se acha a figura do rosto ao natural de el-Rei D. Afonso Henriques, em uma doação que fez a D. Gonçalo de Sousa, na qual, conservada no cartório do mosteiro de Pombeiro, sôbre as firmas de el-Rei e da raínha, estão os rostos de ambos retratados, e o de el-Rei, com o cabelo e guedelhas compridas».—*Mon. Lus.*, parte VI, fl. 143. — Bluteau, *Vocab.*, verb. *Melena*.

bitável que eram vulgares entre êles as tapeçarias e os estofos, as jóias e outras alfaias.

Matheus Paris, Holinshed e Knyghton, descrevem magnificências, hoje desconhecidas, das côrtes antigas que êsses cronistas freqüentaram.

*

Foi o rei D. Sancho I o continuador incansável da obra política de seu glorioso pai. Criado naquela escola do mestre, teve a honra de o substituir por muitas vezes, e empunhou-lhe com mão de ferro o pesadíssimo montante.

Do luxo relativo da sua Casa real dá el-Rei D. Sancho bom documento, quando no seu testamento menciona, além de muitos cavalos e mulas, os seus panos de Guimarâis, deixados por êle a seu filho Afonso. Eram provàvelmente tapeçarias ricas. Fala também em jóias, algumas das quais tinham pertencido ao nosso primeiro rei, *duos annulos qui fuerunt patris mei*, além de outros aneis e sortilhas, do uso do testador. Fala nas suas cintas e em outros objectos do seu reposte; menciona uma copa de oiro, da qual manda fazer uma cruz [1] e um calix; um vaso de oiro com

[1] Essa cruz esteve na exposição de Arte Ornamental, no palácio das Janelas Verdes, há anos. Dela diz o abalisado arqueólogo Augusto Felipe Simões, prematuramente roubado ao seu país pela morte, o seguinte:

«Merece particular atenção a cruz de oiro de D. Sancho I. Faz lembrar, sobretudo, pelas finas pedras que a adornam,

tampa, do qual manda fazer dois cálices; e além de muitos cavalos e azêmolas, que pressupõem um largo modo de viver, menciona importantes somas de maravedís para doações, e prata bastante para se fazerem dois frontais de altares em Santa Cruz de Coimbra[1].

El-Rei D. Sancho I, certamente muito crendeiro, mantinha no paço uma feiticeira, e aconselhava-se com ela. Consta isso autênticamente de

as visigóticas do tesouro de Guarrazar, não obstante os seis séculos que as separam. Todavia, a forma e o desenho dos ornatos são do século XII, que, dominado ainda pelas influências bisantinas, se diferença profundamente da antiga arte visigótica, bisantina também, mas de outro modo caracterizada naquela época remota. A data da cruz de D. Sancho I está na seguinte inscrição, que darei aqui sem as abreviaturas: *Dominus Sancius Rex jussit fieri hanc crucem anno Incarnationis MCCXIII.*

«Adornam a face principal desta cruz muitos aljofares, safiras e rubís, finos arabescos gravados sôbre o oiro, com guarnecimento de filigrana. Algumas das pedras estão marcadas com siglas. A base tem a forma de esfera achatada, também coberta de ornatos de filigrana.

«Os ornatos da face posterior são todos gravados a buril; no centro, o *Agnus Dei;* nas extremidades da haste e dos braços, o anjo e os animais emblemáticos dos evangelistas, cujo desenho apresenta as formas elegantes e fantasiosas da escultura ornamental cristã do século XII. Na haste a inscrição já transcrita, cuja data foi gravada numa fita que o anjo de S. Mateus sustenta nas mãos.

«El-Rei D. Sancho legou em seu testamento, ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o oiro para esta obra notável».

Augusto F. Simões, *A exposição retrospectiva*, págs. 37 e 38.

[1] *Hist. Gen.; Provas*, tom. I, págs. 17 e segs.

uma bula do Papa Inocêncio III, *Si diligenter attenderes*, de 23 de Fevereiro de 1211, onde o Papa alega: ...*Que, sem olhar ao perigo de sua alma, conservava uma feiticeira no Paço, e se aconselhava com ella, defendendo os excommungados, os usurarios, e os inimigos da Egreja* [1].

*

Ora, notem-se duas circunstâncias, que vêm dar uns fugitivos pormenores para a história industrial portuguesa: 1.ª — essas recomendações do soberano abonam que em Portugal se cultivava a ourivesaria; 2.ª — algum do oiro que se usava na antiga sociedade elevada devia ser português, visto como na mina da Adiça, entre Almada e Cezimbra, se lavrou oiro desde el-Rei D. Sancho I, até el-Rei D. Manuel; por sinal que se chamavam *adiceiros* os que trabalhavam na dita mina [2].

Não eram só a côrte e os grandes que usavam luxo, e até fausto. A crermos, e a não tomarmos como exageração, umas frases do próprio senhor D. Sancho I, numa sua carta ao Santo Padre Inocêncio I, mencionada de passagem na bula pontifícia de 23 de Fevereiro de 1211 «*Si diligenter attenderes*», o luxo, a ostentação e a so-

[1] *Quadro elementar*, tom. IX, pág. 40.
[2] Viterbo; *Elucid.*, verb. *Adiceiro*.

berba do clero, obrigaram o mesmo rei a cercear os bens temporais dos eclesiásticos [1].

Lá fora era o mesmo. Conta João de Sarisbery, contemporâneo e amigo do grande Tomás Becquet (S. Tomás de Cantuária), e cronista do século XII, que êsse venerável arcebispo ostentava, à moda do tempo, um cortejo pomposíssimo quando viajava: levava duzentos cavaleiros, escudeiros e pagens, oito carros com a bagagem da mesa e da capela, e doze cavalos de carga; luxo insólito para hoje, que vemos os prelados reduzidos ao estricto indispensável, em nome das insolentes economias.

*

A raínha, a caridosa Dulce de Aragão, essa apenas a entrevemos. Morre prematuramente aos 45 anos, quando muito [2], tendo seguido a trilha piedosa e beneficente das suas predecessoras. Das joias de seu adorno pouco me consta, a não ser a existência de um seu anel com uma fina esmeralda, conservado ainda em 1540, no tesouro do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra [3].

[1] *Quad. elem.*, tom. IX, pág. 39.

[2] Visc. de Fig., *Mem.*, pág. 65.

[3] D. Francisco de Mendanha. *Descripçam do moesteyro de Sancta Cruz;* obra em latim, traduzida em portuguès pelo cónego D. Veríssimo; Coimbra, 1541 (primeira raridade bibliográfica).

*

Que houve então luxo no culto dos templos portugueses dizem-no alguns objectos que chegaram até hoje, e foram admirados, não há muitos anos, na exposição de Arte Ornamental, no palácio das Janelas Verdes. Apareceram, por exemplo, seis cálices daquêle tempo, em estilo bizantino, três dos quais pertencem à Academia Real das Belas Artes. Um dêles oferecera-o ao mosteiro de Alcobaça a rainha D. Dulce; outro, pertencente agora à igreja de Santa Marinha da Costa, perto de Guimarãis, oferecera-lho a mesma soberana e seu marido el-Rei D. Sancho, na era de 1225 (ano de 1187); outro, feito em 1190 por Geda Menendiz, pertenceu ao mosteiro de S. Miguel de Refoios de Basto, e é hoje da Sé de Coimbra; outro, dádiva de Mendo Gonçalves e de Tuda, pertence à Sé de Braga. A existência dêsses primorosos cálices, *todos dos reinados de D. Afonso Henriques e D. Sancho I, e todos mais ou menos semelhantes uns aos outros* — nota muito bem o falecido dr. Augusto Felipe Simões — *faz suppôr que terão sido fabricados em Portugal n'esses primeiros tempos da Monarchia* [1].

*

Com el-Rei D. Afonso II alvorece uma luz que principia a guiar-nos na escuridão das *costuma-*

[1] *A exposição retrospectiva*, págs. 67 e 68.

gens palacianas: é o *estabeleçimento*, ou decreto, promulgado em 1211, ácerca dos cargos da côrte portuguesa [1].

Nêsse decreto determina el-Rei que nenhum dos seus ovençais ou oficiais-mores, a saber: o reposteiro (guarda da *reposte*, que era o conjunto dos móveis, alfaias, pratas, tapessarias, etc. da Casa real), o porteiro (sacador dos direitos e rendas da corôa), o hichão (ou uchão, guarda da ucharia, ou casa onde se conservavam as carnes e mais viandas e víveres para a mesa real, e director de quási todos os assuntos alimentícios), o escanção (ou copeiro, encarregado da copa real, e de servir os vinhos a el-Rei), o çaquiteiro (encarregado do artigo pão em toda a sua latitude), o cevadeiro (encarregado da provisão das cevadas para as cavalariças reais), o estribeiro (chefe das cavalariças do rei) e o alfaiate [2], cometessem ou deixassem cometer os roubos tão vulgares naquela administração; e o mesmo se entende com o ovençal, que tinha *ovença* para pagar as despesas de el-Rei, arrecadar os seus panos, ou arrendar as terras reais. Os que roubassem, no exercício dêstes importantes cargos, seriam mandados açoitar com correias e marcados com ferro; quem fôsse fidalgo era escuso dessas penas infa-

[1] *Port. Mon.; Leg. et cons.*, I, 176.

[2] Eruditas explicações da significação e origem dêsses vários têrmos, trá-las, além de Morais, Bluteau e Viterbo, o sr. Henrique da Gama Barros no seu precioso livro. A êle remeto o leitor.

mantes; mas, a provar-se o crime, era obrigado a repôr a valia do furto, e a perder tôdas as mercês recebidas de seu amo. Leis cruas, que pintam a barbarie do século, e demonstram duas coisas: 1.ª; a existência de um corpo de oficiais-mores, completo segundo as exigências do tempo; 2.ª; abusos terríveis que assim cometiam adrede, ou por desleixo, os funcionários do paço real.

Melhor é migalha de rei, que mercê de senhor — pensariam de certo os culpados.

Do ano de 1222 aparece outro decreto, relativo também à polícia interna do paço, e às penalidades impostas às infracções dos ovençais-mores e menores, nos serviços dos seus cargos. Trá-lo frei António Brandão [1].

*

Quanto a usos e modas, continuam no mesmo. No meio da sua côrte, pequenina mas já ilustre, e relativamente opulenta, avulta a grande figura de Afonso II; *grande* em todo o sentido; homem corpulento como poucos; *um dos grossos homens que eu vi*—atesta Fernão de Pina, que assistiu à exumação dos cadáveres reais por ordem de el-Rei D. João III em Alcobaça, em Setembro de 1524 [2].

[1] *Mon. Lus.*, parte IV, liv. XIII, cap. 16.
[2] Idem, tom. V, fl. 156 v.

*

A raínha D. Urraca, gentil castelhana, cuja personalidade, simpática mas pouco conhecida, se oculta na caligem do tempo, faleceu aos 33 anos, e nada deixou memorável, que se conheça, na história da sua côrte [1].

[1] Visc. de Fig., *Mem.*, pág. 75.

CAPÍTULO III

El-rei d. Sancho II.—Os fundadores dos mosteiros.—Luxo na côrte.—Retrato de um nobre cavaleiro do século XIII. —Invasão do luxo estranjeiro nas artes sumptuárias.—Espadas arreadas à francesa.—O pano brístol.—O pano inglês em geral.—Os esmaltes de Limoges.—Os panos de Leão.—El-rei d. Afonso III e a raínha D. Brites.—Retrato de el-Rei por frei Luiz de Sousa.—Os usos franceses.—A juvenil raínha D. Brites.—Um quadro de Calderon.—Papel rigoroso da pragmática na côrte.—Regimento de 1258.—Examina-se êsse precioso documento.—A reposte.—Os fintos.—Os monteiros e falcoeiros.—Os azemeis e cavalhariços.—As reguelfeiras.—As lavadeiras do paço.—Os jograis.—Vestuários de el-Rei.—O seu copeiro.—Outro regimento em 1261.—Rol das despesas de el-Rei numa dúzia de anos.—A raínha «Rabuda», inventora ou introdutora das cotas caudatas.

O senhor D. Sancho II, caracter débil, com quanto a sua espada o não fôsse, é uma espécie de Afonso VI do século XIII. Orfão de pai aos 21 anos, crédulo e bondoso, um tanto sonhador e romanesco, embriagado de amor pelos olhos de Mécia Lopes de Haro, arrasta uma vida breve, mas

alanceada de dôres morais, e vai fenecer em Toledo, despojado de tudo quanto possuia mais caro no mundo: a mulher idolatrada e a terra natal. Aí estão as bulas do Papa Inocêncio IV a demonstrar, passo por passo, os pormenores do tenebroso drama. Não me atrevo a apreciar actos da Santa Sé; a política do tempo motivou amplamente o que a nós outros, filhos do século XIX, possa parecer duro em demasia. A igreja não se engana[1].

Insofridos, brutais, prepotentes, nos aparecem os nossos primeiros reis; é certo. Ora subservientes com os homens do clero, ora apesinhando-os como aos últimos dos vassalos, fazem-me o efeito de umas creanças grandes, turbulentas, avessas e esquivas a tôda a regra, e sôbre quem apenas tinham mão, de quando em quando, as admoestações paternais, ou as penalidades fulminantes da Cúria romana. ¿Pois o próprio rei D. Sancho II não confessa ao Papa Gregório IX que *espancara* por suas mãos a certos clérigos? e isso não originou a bula pontifícia de 14 de Junho de 1233[2]?

O inegável é que na fundação freqüente de mosteiros e capelas por aquêles mesmos próceres que muita vez humilhavam cruelmente o clero, ia tanto sentimento religioso, como ambição pecuniária. A erecção de um mosteiro tinha muitas vezes fundamento em temporalidades e interesses particulares; era um modo de colocar capitais;

[1] Veja-se o *Quadro elem.*

[2] *Quadr. elem.*, tom. IX, pág. 120.

era a segurança do rendimento, pelos ónus impostos à comunidade *in perpetuum* a favor dos padroeiros e seus descendentes[1]; isso tudo faz encarar com mais frieza algumas das grandes figuras de fundadores, que a imaginação crendeira nos entremostra aureoladas de abnegação e fé, e que por aí encontramos dormindo o sono derradeiro sôbre o seu leito de pedra na galilé das abadias.

Na côrte de Sancho II houve necessàriamente luxo, quanto o comportava a estreita bitola dos usos peninsulares; e quando, no primeiro quartel do século XIII, contemplássemos um cavaleiro em todo o rigor do seu trajo militar, com a *lóriga*, ou saio de malha de aço, as *grevas* de ferro revestindo as pernas, o *capêlo*, ou capacete, de ferro, o seu amplo *perpunto*, ou capa militar, o seu longo escudo pendente à espalda, a sua lança, a sua espada lavrada, dependurada na vistosa *cinta*, e a sua *bésta* e carcaz de setas a tiracolo, pasmariamos do garbo e do arreganho com que êsse cavaleiro coleava no seu cavalo de pequena marca, alardeando alfaias brilhantes, umas nacionais e outras forasteiras[2].

*

Já em outra parte desta obra mencionei as espadas arreiadas à francesa, e sobrelavradas de prata,

[1] Vide *Elucidário*, verb. *Abade*, pág. 29, col. 2.ª da 1.ª ed.

[2] Para o correcto desenho de um cavaleiro do século XIII, consulte-se o *Elucidário* de Viterbo, verbo *Ferro*, pág. 450, § 2.º da 1.ª ed., e o verbo *Atareça*.

com que no século XI se enfeitavam os nobres; aproximarei, além do pano *brístol*, fabricado em Brístol, e tão vulgar nos documentos velhos, o pano *inglês*, mencionado em um testamento do ano de 1246[1]; e os esmaltes de Limoges, usados cá desde remotíssimas eras, segundo um documento do fim do século XIII[2]; e observarei que se vendiam e usavam em Lisboa, desde eras muito antigas, ricos artefactos estranjeiros. Sirva de testemunha um tal João Pais, que, assinando em 7 de Agôsto de 1285, entre as testemunhas presentes no instrumento de composição entre el-Rei D. Denís e o concelho de Lisboa, se declara *alfayate de panos de Liõ*[3].

Tudo isso nos vem mais uma vez comprovar quanto as mercadorias estranjeiras tenderam sempre a implantar-se entre nós; nova demonstração do nosso antigo atrazo industrial, e da influência do comércio internacional nas artes sumptuárias.

*

Quanto ao conde de Bolonha, figura-se-me ter sido de sua natureza intrigante e arteiro, pelo menos nos seus anos mais verdes. Representou à Santa Sé (¡êle, o bigamo convito!) parentesco entre seu irmão D. Sancho e D. Mécia de Haro,

[1] *Elucid.*, verb. *Cappa.*
[2] Idem, verb. *Cruz de Limoges.*
[3] *Mon. Lusit.*, tom., v, fl. 315 v.

o que motivou a bula de 12 de Fevereiro de 1245, em que o Santo Padre Inocêncio V impõe ao casal o divórcio como necessidade[1].

Dêsse acto em diante recrescem as queixas, e precipita-se o drama ao seu lúgubre desfecho. Passemos sôbre êsse assunto, que é de si repugnante.

Era el-Rei D. Afonso em sua primeira idade— observa frei Luiz de Sousa —*muito inclinado aos exercícios militares de justar e tornear, e muito fragueiro neles; e quando estes faltavam, nos da caça e montaria. Esta natureza, ajudada do costume dos Franceses, entre quem vivia, que são nesta parte incançáveis, trazia-o enxuto de membros, são e bem disposto*[2].

Foi homem de grande estatura, afiança Fernão de Pina (filho de Rui de Pina), acima mencionado[3].

Não foi, porém, só no sistema muscular do conde de Bolonha, que veio a influir a sua estada lá fora; influiu, e muito, na civilização portuguesa. Nada instrui tanto como uma viagem; uma viagem é só por si um grande e magnífico livro cheio de ilustrações sôbre velino.

[1] *Quadr. elem.*, tom. IX, pág. 144.

[2] *Hist. de S. Domingos*, parte I, liv. II, cap. XXIII.

[3] *El-Rei D. Afonso III, era homem grande, a bocca pequena, e tinha-a um pouco torta, como que era coisa natural, porque assim como estavam* (os cadáveres), *parece que quem os conhecesse em vida, ao menos na estatura dos corpos que diria serem aqueles.* — Extrato conservado na *Mon. Lusit.*, tom. V, fl. 156 v.

A prova viva de quanto a França, com a sua pulidez e cultura, interessou o conde Afonso no amor à instrução, é o modo como êle educou o filho, que veio a ser o *pai das letras desta terra*.

Conjecturo, pois, que deveu a côrte de Afonso III ter especial e estrangeirada feição, que reflectisse os usos e costumes do paço de Bolonha e do velho Louvre.

Português pela vida, e francês pela comida — diz o rifão.

Percebendo, com a sua sagaz inteligência, o alcance político da transferência da sede da monarquia para a florescente e magnífica Lissibona, empório comercial de primeira ordem, e caminho de todos os navegadores desde as remotas tentativas dos fenícios, deu êste soberano à rainha do Tejo o cetro de primaz.

Separado el-Rei de sua mulher a condessa de Bolonha, ligou-se, por conveniências políticas, a uma filha de el-Rei Afonso X de Castela, a infantil D. Beatriz, cuja meninice, cercada de tôdas as pompas da realeza, se passou em Portugal. Chegada à idade núbil, uniu-se a residência do marido com a da juvenil espôsa, e estreitaram-se numa só as existências de ambos.

A propósito:

Esteve em 1867 na exposição de Paris um quadro do pintor Calderon, que me recorda a côrte da criança-real nos seus paços de Guimarães, de Coimbra, de Frielas ou de Lisboa. Intitulava-se apenas *A muito alta e poderosa*. A «muito alta e poderosa» é uma infantasinha, uma gentil peque-

nita de oito ou dez anos, atravessando entre respeitos e homenagens, um salão forrado de razes, sombrio e grave, mobilado com luxo severo e elegante. Passa a menina com o seu modo mais infantil, e seguram-lhe na enorme cauda do vestido as camareiras, com o seu ar mais solene. Inclinados ante aquela soberania em botão, curvam-se respeitosos e seriíssimos os cortesãos, os homens de Estado, os guerreiros. E ela, miudinha, graciosa, com o seu ar de raça, é o alvo inconsciente de tantas etiquetas, e percebe-se-lhe no modo, que as aceita de bom grado.

Ora bem; nesse quadro de Calderon vejo eu, incorrigível sonhador, a pequenina Beatriz no seu paço de Lisboa, e comprazo-me de antever, naquele ente acriançado, a que veio a sêr boa espôsa, boa filha e boa mãi. Como espôsa, basta, para lhe pintar o carácter, a obediência filial que dedicou a seu marido, e a paciência com que sofreu, pobre inocente criatura, o crime de bigamia em que a fizeram cúmplice (crime aliaz perdoado e legalisado depois por bula pontíficia). Como filha, basta-lhe o seu respeito e a sua adoração a seu pai, o sábio Afonso X de Castela. Como mãe, sobra-lhe a ventura de ter dado à luz e educado o homem que se chamou D. Denís.

*

No século XIII era já a côrte portuguesa pulida e hierárquica; aprendera, como disse, o conde de

Bolonha o papel grandioso da pragmática, e dera em Lisboa lugar conspícuo à etiqueta, tal qual o não lograra ainda essa útil e indispensável tirana das côrtes. Cresceu o rol dos ovençais; no grupo dos servidores do paço real avultam os primeiros nomes; e, entre o acervo de *costumagens* esquecidas, surge em 11 de Abril de 1258 o célebre regimento lavrado em Guimarãis, no qual muitas das funções, regalias, e preeminências cortesãs se acham em devida forma estatuìdas [1].

É curioso percorrer com olhos de antiquário êsse caduco documento, que tanta luz nos dá sôbre o viver do rei e dos do seu séquito. Extratarei algumas clausulas.

*

¿Querem saber qual era, segundo o novo decreto, o número dos cavalos de sela que haviam de adornar a estrebaria de el-Rei para uso pessoal dele? Seis, apenas. Quando el-Rei saía, levava-lhe o pendão um escudeiro *de criação*, isto é, dos que se criavam de pequeninos no paço; e outro, dos que recebiam ração (ou soldada, ou moradia) lhe levaria as armas.

Reposte se chamava (como já acima indiquei), o depósito das alfaias do paço, e, em geral, de todos os móveis pertencentes aos soberanos. Vem de longe a denominação; tinha Brandão como pro-

[1] *Port Mon.; leg. et cons.*, págs. 198 e segs.

vável que estabelecera o ofício de reposteiro-mor el-Rei D. Afonso II, pois só em 1217 achou, pela primeira vez, menção dele. Viterbo, porém, citando o codicilo de el-Rei D. Sancho I, em 1188, vê nêle especificado *o reposte inteiro, tanto panos como vasos de prata, escudelas, e colheres, e tudo que no reposte existe, e os panos que tenho em Santa Cruz, talhados e por talhar*[1]; e pregunta, com certa razão, se, existindo êsse importante depósito, não existiria desde os primeiros anos da monarquia o guarda oficial dêle, ou *Reposteiro.*

Ora, nas freqüentíssimas viagens da côrte a um ponto e a outro do reino (nada mais mechido do que era a casa dos nossos antigos soberanos), era necessário levar as alfaias, as camas, as tapessarias, os móveis diversos, etc.; para êsse mistér tinha o senhor D. Afonso III seis azêmolas apenas; para o serviço da cosinha, três; para o da copa, uma.

Como os reis despachavam negócios onde quer que estivessem, careciam ter consigo os papéis e documentos do notariado e chancelaria real (e isso, diga-se a verdade, deu causa, antes da centralização dos arquivos, a muita perda fatal e a irreparáveis extravios). O conjunto dessa papelada que seguia a el-Rei chamava-se *os fintos*, para cujo transporte havia uma azêmola; outra para

[1] *Totum repositum, tam panus, quam vasa argentea et scutellas, et culiares, et quidquid in reposito est, et panos quos habeo in Sancta Cruce taliados et per taliare.* — Viterbo, *Eluc.*, verb. *Reposteiro.*

serviço da capela-real, e outra vaga, para o que desse e viesse.

Cavalos para criação havia quatro.

Prontos à primeira voz estavam sempre um monteiro a cavalo, e quatro a pé; e além deles, quatro falcoeiros de cavalo.

Tinham todos os animais de carga, para seu tratamento, azeméis e cavalhariços vestidos por conta de el-Rei.

Nos usos provincianos de hoje em dia ainda se encontra uma ou outra recordação do viver de séculos atrás. As famílias abastadas ainda hoje costumam, aí por essas solidões sertanejas da Beira e do Minho, fabricar em casa o pão. Assim era no paço; e havia para serviço de el-Rei uma *regueifeira*, e outra para o da raínha. *Regueifas* se chamam ainda uns pãis de fôrma, em feitio de rosca.

Havia mais para a roupa de el-Rei e da raínha, três lavadeiras.

Ainda existiam em dias de el-Rei D. Manuel os ofícios de *regueifeira* e *lavadeira*; por sinal era regueifeira da raínha D. Maria uma Helena Nunes; e sua lavadeira uma Maria Dias [1].

Êstes ofícios menores não tinham (como os grandes) o que se chamava *esposórios*, isto é, uma ajuda de custo para o casamento [2].

[1] *Hist. Gen.; Provas*, tom. II, pág. 376.

[2] Viterbo. *Eluc.*, reportando-se ao *Livro vermelho* de el-Rei D. Afonso V.

Sacrificando ás exigências do tempo, havia na côrte três jograis; desgraçada moda esta, que seguiram os reis mais austeros e as raínhas mais virtuosas, apesinhando assim numa criatura infeliz (tão infeliz, que era quási sempre raquítica), a dignidade humana, e a caridade cristã. Lá observa, e muito bem, o sr. Gama Barros, que *nos paços dos grandes senhores não deixariam de ter acolhimento folias, e truanices análogas, sabendo-se não só que ao jogral Bonamis, e a seu irmão Acompaniado, fez doação D. Sancho I, em 1193, de um casal em Canellas de Poyares,... senão que o regimento da Casa Real de 11 de Abril de 1258* (é êste que analisamos) *fixava em três o número dos jograis que haveria em casa de Rei* [1].

Quanto à maneira como el-Rei se havia de vestir, nisso não intervinha o decreto; vestia-se como entendia, e como o seu gôsto lhe ditava; mas (diz o documento) *nom ponha adubo, nem panos, nem traga cordas longas.* Não entendo; ¿referir-se-á à singeleza no trajar? talvês; mas isso não diz com a imposição do art. 19.°, em que se determina que o soberano tenha em casa

[1] *Hist. da adm.*, tom. I, pág. 430.—Já as princesas do império romano tinham como requinte do seu luxo de côrte o maldito e vilíssimo uso dos anões bobos. Diz Plínio: *Eodem præside* (Augusto) *minimus homo duos pedes et palmuem, Canopas nomine, in deliciis Juliæ neptis ejus fuit: et mulier Andromeda liberta Juliæ Augustæ.—Hist. Nat.* liv. VII, XVI, 3.

um bom alfaiate, que saiba conhecer panos e penas (?), e comprá-los, e apreçá-los, e que saiba bem fazer o seu mester.

Tinha el-Rei um copeiro, chefe da sua copa, com dois homens para o ajudarem, e todos logravam a mesma *rassão* (ou moradia) que já lhes davam el-Rei D. Sancho II e el-Rei D. Afonso II; e recomendava-se ao copeiro *(maître d'hotel)* que não metesse muita gente a servir na copa. Essas circunstâncias indicam-nos que já no reinado do senhor D. Afonso II havia o ofício de *copeiro*.

Concluirei, notando que os ovençais maiores da Casa real (oficiais-mores) serviam no paço, e não saíam senão com licença do mordomo e do chanceler. Conservavam para todos os efeitos os direitos e foros que lhes tinham dado os reis passados.

Eis aí em duas penadas o que foi o regulamento da côrte portuguesa no meio do século XIII. Por alguns pormenores se vê que já nos reinados anteriores tinha havido regulamentos, que ou não se achavam escritos, ou se perderam.

Vê-se também que Afonso III olhava para êstes assuntos com atenção, porque logo em Janeiro de 1261 fez outro regimento de igual matéria. Tinham redigido o primeiro, D. Gil Martins, mordomo, D. Esteve Anes, chanceler, D. João de Avoym, D. Egas Lourenço, Rui Peres, sobrejuiz, e outros do conselho de el-Rei. ¿Não acham que fazem lembrar um pouco os sete alfaiates? Redigiram o segundo, D. Gil Martins, mordomo, D. Esteve Anes, chanceler, D. João de Avoym,

D. Martim Soares, e o mestre-escola de Tui. Vejamos o que estatuiram:

Na estrebaria real ver-se-iam oito cavalos para uso pessoal do soberano, e catorze azêmolas para diversos serviços. Monteiros de cavalo, com os seus respectivos cavalos, dois; monteiros de pé, seis [1]; cavalos de estada (hoje dizemos *de estado*, isto é, cavalos supranumerários), quatro. Para levar o pendão real um escudeiro, e para levar as armas, outro.

No canil encontrar-se-iam dez magníficos sabujos, cãis de montaria grande, levados por três açoreiros a cavalo; dôze podengos para coelhos, e quatro alãos, cãis de caça grossa, seguros à trela por dois ou três *moirizinhos*, ou *moirisquinhos*, como se dizia no século XVI, rapazes adestrados nêsse mister. Além disso tudo, completavam a companhia quatro falcoeiros a cavalo.

Para serviço da raínha havia de haver oito muares de sela, e seis azêmolas [2].

Como se está vendo, não deslumbraria hoje pela sua magnificência o estado do monarca português. Reduzia-se ao estricto necessário.

*

No capítulo alimentos, existe um curioso rol dos gastos da cosinha do mesmo soberano, desde

[1] A pág. 200 do vol. *Leg. et cons.* dos *Port. Mon.* lê-se *seos monteiros de pé.* É visível lapso de cópia: *seos* por *seis.* Os seis de pé contrapõem-se aos dois de cavalo.

[2] Êste regulamento vem a pág. 200 das *Leg. et cons.*

16 de Outubro de 1257 até 10 de Julho de 1270; doze anos e meio. Por ai se vê que se gastaram 1.845 vacas, ou umas 8 por mês; 5.163 porcos, ou uns 23 por mês; 10.634 carneiros, ou uns 49 por mês; fora uma avultada quantidade de peixe fresco e sêco, etc. Não parece que se pudesse taxar de mesquinha a ucharia do conde de Bolonha; essa mesma profusão vem demonstrar que o interminável séquito de oficiais, cortesãos, empregados e parasitas era alimentado sem dúvida à farta mesa do senhor [1].

Rábãos e queijo mantêm a Côrte em pezo — resa o anexim popular. Não se pode acoimar de sumiticamente sóbria aquela côrtesinha de Lisboa.

*

Da raínha D. Brites, que desde *tamanina* se costumara àquele fausto relativo da casa portuguesa, é licito conjecturar que fôsse primorosa nas elegâncias do trajo, e até inventiva em donairosas novidades. Haja vista a alcunha que lhe davam, «a raínha rabuda», e que em tão caricatas e deploráveis conseqüências veio a desfechar no reinado de el-Rei D. Sebastião. Essa alcunha provinha, segundo graves autores, de ter ela sido quem introduziu em Portugal as cotas de rabo,

[1] Constam essas quantias, e outras, de uma quitação passada por el-Rei D. Afonso III em Lisboa, em 10 de Janeiro de 1279, aos seus uchões Nicolau Saraça e Miguel Fernandes, impressa por João Pedro Ribeiro nas *Dissert. chronol.*, tom. III, parte II, pág. 83.

ou caudatas, de que vieram a usar as mais nobres senhoras [1]. É uma nota apenas, uma nota isolada, que, no entanto, para quem sabe apreciar minúcias dêste género, nos dá até certo ponto idéia das graciosas louçanias e invenções da formosa raínha de Portugal.

Há nas *Inquirições* de el-Rei D. Afonso III [2] um documento que nos ministra alguns pormenores fugitivos sôbre o modo de viver da côrte naquele reinado; e a regra que havia de seguir-se na cobrança das *colheitas* devidas ao soberano na terra de Figueiredo. *Colheita* se chamava o tributo em géneros, imposto pelo senhor às terras de sua jurisdição. Nos reguengos era directo senhor o próprio rei. Também os mosteiros pagavam colheita, como se sabe, ou a recebiam; e ainda a palavra *colecta*, na percepção dos direitos paroquiais, é vestígio etimológico do antigo sistema fiscal.

O reguengo de Figueiredo havia de obrigação duas colheitas anuais ao monarca, se êste lá aparecesse duas vezes no ano. No caso de não aparecer, nada se lhe devia.

O saquiteiro real (empregado a cujo cargo estava todo o fornecimento de pão da Casa), receberia onze teigas de pão cosido; a cosinha real, uma teiga; o escanção (encarregado dos vinhos

[1] Vidè, por exemplo, Bluteau, *Vocabulário*, verb. *Rabudo.*

[2] *Memorias para a Historia das Inquirições*, por João Pedro Ribeiro, documento n.º XII, pág. 41.

da mesa régia) três quartas de vinho; o cosinheiro uma quarta de vinagre; e se não houvesse, uma de vinho; mais uma vaca, três porcos e seis carneiros. O alferes de el-Rei receberia um carneiro. Os mais carneiros que fôssem precisos, havia o mordomo do soberano de os tomar ao povo, quatro cabeças por um maravedí. Mais receberia el-Rei sessenta galinhas, e cem ovos; e se el-Rei quizer comer mais algumas galinhas, deverão ser pagas a soldo cada uma.

Mais receberia o rei o que o documento chama seis *sobrepostas*, e nove, se a raínha o acompanhasse. Por mais que investiguei, não apurei a significação da *sobreposta*, significação ignorada não menos por Viterbo, Bluteau, Morais, etc.; mas quiz-me parecer que seriam pratos já cosinhados: um pato na escudela, um cabrito, um quarto de carneiro, ou duas galinhas; na falta disso, quarenta soldos.

Um maravedí para cêra e pimenta (género caro então). Para as lâmpadas (candeias, lhe chamavam), uma mão de linho. Mais duas résteas de alhos, duas de cebolas, um alqueire de manteiga, outro de mel, quinze panelas, quinze infuzas, grandes e pequenas. Se houvesse oleiro na terra, êle daria êsse adminículo culinário, recebendo em troca um *reyxelo*, que Bluteau diz ser termo beirão, para designar o cabrito.

As restantes disposições estatuídas neste documento pouco interessam, e são-me em grande parte ininteligíveis; deixo portanto de as mencionar.

CAPÍTULO IV

Opalências desusadas da côrte portuguesa em dias de EL-REI D. DENÍS. — Baixelas de oiro e prata. — Bizarrias de el-Rei para com o soberano de Aragão. — Nacionalidade de muitos objectos de arte sumptuária. — Os talheres e colhareiros. — Almeizares moiriscos. — A raínha santa. — Esplendor das suas alfaias e jóias. — As damas da raínha. — Donas, donzelas e cavilheiras. — EL-REI D. AFONSO IV. — Riquíssimos objectos mencionados no seu tempo. — Testamentos da raínha D. Brites. — Os chapins da raínha. — Influência dos chapins na escultura. — Menciona-se uma criada da mesma soberana, por nome Tareja Anes. — O seu testamento. — Séquito das antigas senhoras nobres. — Esbocето do séquito de uma moira de Zanzibar.

Com el-Rei D. Denís, o rei *que fez quanto quiz*, como diz o nosso povo, rasgaram-se de certo horizontes novos às artes sumptuárias.

Era êste um príncipe imaginoso, galanteador, como Francisco I ou D. João V; artista no sangue, como Luiz XIV; civilizador e progressista por índole, como Lourenço de Médicis; poeta,

como Orfeu; grande como êles todos. O seu reinado é o da pulidez literária. Ressoa a nova Alcáçova com os primores métricos do troveiro coroado, e dos menestréis seus coëtaneos; adornam-se aqueles salões do paço roqueiro com os inventos últimos das modas forasteiras; florescem no rumoroso bairro dos escolares as *Escolas Gerais*. Anda no ar um sopro fecundo de regeneração. No trajar, no governar, no receber, ostenta êste rei tôdas as graciosas fanfarrarias do seu génio; e essas larguezas elegantes ajudam hoje o nosso espírito a desenhar-lhe a figura colossal. É belo vêr o papel que entre os seus conterrâneos representou; e inda é mais belo vêr a presidência indisputada, que muita vez assumiu no meio dos outros reis peninsulares: cavaleiro estremado, prudente, fino e liberal. ¿Querem conjunto mais esplêndido de predicados?

Tinha êle dezasseis anos, pouco mais, quando lhe poz casa de príncipe el-Rei seu pai, dando--lhe quarenta mil libras cada ano; o que no século XVII equivaleria, segundo calcula frei Francisco Brandão, a dezasseis mil cruzados [1]. A lista das pratas que o senhor D. Denís então recebeu, e que é bem curiosa, tirou-a o mesmo escritor na Tôrre do Tombo [2]; e a lista do pessoal que o servia, e que é imponente, mostra a grandeza daquêle viver principesco [3].

[1] *Mon. Lusit.*, tom. V, fl. 28, col. 2.ª
[2] Ibid. fl. 304.
[3] Idid. fl. 29 v.

Século e meio depois, ainda Rui de Pina fala no muito que êle foi abastado e apercebido de *baixellas de oiro e de prata, e de outros reaes comprimentos* [1]; a ponto que, segundo o mesmo cronista, mandou uma vez, na sua bizarria, dar de presente a certo fidalgo uma mesa *de prata* em que jantava [2].

Pedindo-lhe el-Rei de Aragão 10.000 dobras emprestadas para se ajudar na guerra contra os moiros, enviou-lhe el-Rei D. Denís de presente 20.000, afora as jóias que já lhe oferecera, assim como à raínha D. Branca [3].

No seu testamento diz: *toda a minha baixella de oiro e prata, assim copas, como vasos, e pichéis, e escudelas, e talhadores, e bacios* [4], e menciona ricas jóias com pedras preciosas, etc.

Muitas dessas jóias, que assim nos deslumbram hoje, fôram certamente portuguesas. Todos sabem quanto primaram sempre os nossos artífices (muita vez artistas de alto mérito), nos rendilhados madrigais da ourivesaria; a matéria prima davam-na as minas do reino. Diz um erudito polígrafo, que foi el-Rei D. Denís *o Príncipe que mais se applicou a tratar das minas, principalmente*

[1] *Chron. de D. Diniz*, cap. XI.

[2] Id., ibid. e *Mon. Lusit.*, tom. VI, pág. 55.—Não creio que essa palavra *mesa* signifique aquí o móvel sôbre que el-Rei jantava, mas sim o numeroso serviço, ou aparelho de prata, em que costumava comer.

[3] *Mon. Lusit.*, tom. VI, pág. 55.

[4] *Hist. Gen.; Provas*, tom. I, pág. 101.

da de ouro na Adiça [1], e acrescenta, seguindo o testemunho de outro escritor, que dessa mina saíra uma coroa e um cetro, de que usou êste mesmo soberano, e usaram os seus sucessores [2].

Não há temeridade, pois, em descrever sumptuosa e elegantíssima a casa de el-Rei D. Denís, e brilhantes os seus banquetes no paço renovado da Alcáçova de Lisboa. Se aí não serviam os nossos talheres completos de hoje em dia, se os convivas se lavavam todos na mesma bacia de prata, servidos de água às mãos pelos pagens e escudeiros, se a maior parte das iguarias repugnariam hoje ao nosso paladar afrancezado, se as carnes eram comidas a dedo, e roídas caninamente, não faltavam, certo é, as colheres de prata, que essas são muito antigas. Já no ano de 1000 se vê uma viúva *Deo vota*, por nome Gontili, doando ao mosteiro de Paço de Sousa, entre outros bens *três cloquaires argenteos* [3]. Três, sim, e não mais; vê-se que eram então alfaias de alto luxo; e não admira: ainda o eram no século XIV. Chamava se *colhareiro* a caixa onde as colheres se guardavam; e fala do seu colhareiro com *doze*

[1] Bluteau. *Vocab.*, verb. *Mina.* — *Mon. Lusit.*, tom. v, fls. 79 v. e segs.

[2] Bluteau. *Vocab.*, verb. *Tejo*, citando a Mendo Gomes, em certas *advertências que fez dos Reis de Portugal.*—E diz a *Mon. Lusit.*, tom. v, fl. 80: *Do ouro da Adiça entendo eu que se fez o sceptro e coroa que os reis de Portugal costumavam trazer nos actos publicos, que André de Resende diz vira muitas vezes.*

[3] *Elucid.*, verb. *Cloquaires.*

colheres (não mais), a raínha D. Leonor de Aragão, na quitação que passou a seu pai o senhor D. Afonso IV, de objectos dêle recebidos em dote [1].

Não faltavam também nas mesas de el-Rei D. Denís os *almeizares* ou *almezares* moiriscos (toalhas), como em 1480 havia um, que Viterbo menciona, *listrado de branco, e pelas bordas de vermelho, e nos cabos ambos, de cada cabo um palmo de branco* [2].

*

Com a vida faustuosa de el-Rei contrasta o resguardado e humildoso viver de Isabel de Aragão. ¡Que mulher, e que raínha! que tesouros de virtude não encerra aquele coração de oiro, sumidos pela modéstia dela!

De olhos baixos, grave, com o seu ar de monja penitente, e o seu hábito de Santa Clara, passa aos nossos olhos, pálida dos jejuns, mortificada de humildades, ralada de trabalhos caridosos, com que mal pode a sua fraqueza ascética. A vida dela, tôda beneficência, tôda orações, tôda dedicações, tôda amor do próximo, foi um assombro de abnegação e desprendimento. ¡Com que va-

[1] *Hist. Gen.; Provas*, tom. I, pág. 258.
[2] *Elucid.*, supl., verb. *Almeizar.*

lentia não arrostou as fadigas obscuras de enfermeira, de caminheira, de penitente! com que afectos de mãi não iam aquelas mãos brancas pensar as chagas purulentas nos hospitais! com que divino esquecimento dêste mundo não beijava as pobres moribundas, exortando-as e confortando-as numa linguagem que elas entendiam, porque era já a linguagem do céu!

De joelhos, cristãos dêste século de descrença; de joelhos; é ela; é Santa Isabel.

Pois apesar de muito que repartiu do seu haver com os pobres desvalidos, trocando soldos de oiro em rosas silvestres, era tal a magnificência da côrte, que ainda no seu testamento especifica a sua corôa das esmeraldas, e deixa-a à jovem raínha D. Brites, sua nora; à sua neta a infanta D. Maria, uma corôa pequena com pedras, um *broche* redondo, uma cruz do Santo Lenho com safiras, uma corôa de oiro com relíquias, e muitas outras louçaínhas ornamentais, ou *eyxarávias* (como então se dizia).

Além disso tudo, deu, ao enviuvar, a Santiago de Compostela, a melhor corôa que possuía, tôda cravejada de pedras, e os *mais nobres e melhores panos, apostados com muito aljofar, pedras ricas, e penas* (sic)... *e havia hua mua fermosa e de gram valia, coberta das mais ricas sueiras;... e a mua era enfreada de um freo que não era senom ouro, e prata, e pedras preciosas. E offereceo hi huns panos dondas de geebe rozado com sinaes* (armas) *de Portugal, e de Aragom, em que andaua*

muito aljofar; e offereceo copas mui nobres, e mui bem lauradas, por que ella em tempo delRey beuia[1].

*

Se a casa do rei era povoada de servidores, a da raínha era não menos numerosa. Refere-se a soberana às suas *donas*, às suas *donzelas*, e às suas *cuvilheiras*. As *donas* eram as damas de primeira categoria; as *donzelas* eram as meninas nobres que se educavam na câmara real; as *cuvilheiras* ou *cubilheiras* (do *cubilis* latino) eram mulheres de idade e qualidade *que tratavam da limpeza e aceio, galas e perfumes dos leitos e vestidos das Pessoas Reais* — diz o *Elucidário*, e diz muito bem. Estas três jerarquias correspondiam, certamente, às damas camaristas, às açafatas, e às retretas. Menciona a raínha também homens a cavalo e a pé, e outras criadas a que

[1] *Vida de Santa Isabel na Mon. Lusit.*, tom. VI, pág. 513. Nesta transcrição tomei uma liberdade, que Viterbo se não permitiu no *Elucidário*, palavra *Sueira*: restituí o que julguei ser a verdadeira lição. Em vez de *e havia hua fermosa e de gram valia*, puz: *e havia hua mua fermosa e de gram valia*. Faltava o substantivo; o substantivo era por fôrça *mua*, que tinha sido omitido pelo copista ou pelo compositor, como tantas vezes sucede em havendo palavras iguais ou parecidas, como *hua mua*. Sem essa palavra o perído não se entende de todo. Viterbo interpreta *sueiras* por pedras preciosas. ¿Como? porquê? *Sueiras* aí são visìvelmente os xaireis ou gualdrapas da *mua*, ou estofos postos para lhe cobrir o suor do lombo.

chamavam em têrmo genérico *maladas*, que eram escravas, mancebas ou môças de servir, assim como os *leccos* e conduteiros eram os lacaios ou servos no século XIII.

Repartia o que possuía com os pobres; jejuava; resava as horas canónicas pelo *Breviário*, e nos intervalos dessas lidas piedosas ainda lhe chegava o tempo para superintender nos lavores das suas donas e donzelas, entretendo-se com elas a *sartar aljofar* [1].

Estou-as vendo numa câmara interior do paço da Alcáçova, sentadas tôdas no chão em volta de uma candeia de prata, entremeando o lavor com o engraçado e inofensivo soalheiro feminino, ou de quando em quando com orações...........

*

Nos dias de Afonso IV continua o mesmo explendor, e provàvelmente a mesma etiqueta. Era el-Rei bizarro e faustuoso, e bem o demonstrou mais de uma vez.

A já citada quitação passada ao mesmo senhor, por sua filha D. Leonor, raínha de Aragão, de objectos dele recebidos em dote, é deslumbrante. Pedras preciosas, pratas, oiros, nacar, tôda a sorte de apetitosas jóias, ricas em invenções e feitios,

[1] *Mon. Lusit.*, tom. VI, pág. 499. Vida da raínha.

se encontram naquelas poucas páginas. Parece que transborda uma cornucópia cheia de todos os requintes do luxo. Por essa valiosa lista, completa a nossa imaginação mil cênas domésticas de banquetes e recepções [1].

Os dois testamentos, de 1354 e 1358, em que a raínha D. Brites, mulher de el-Rei D. Afonso IV, dispõe dos seus bens, são dois espelhos rutilantes, onde se reflete o camarim de uma princesa do século XIV. São sem conto as jóias lindíssimas que alí se mencionam, algumas de alta valia artística, e provàvelmente feitas na Península, outras de alta significação histórica pelas pessoas a quem pertenceram.

Para essas nobres superflüidades davam de sobra os rendimentos da casa das raínhas. Só para o calçado destas senhoras era destinada, segundo se diz, a vila de Alenquer; costume que Viterbo julga imitação persa ou egipcia. Alenquer era denominada *os chapins da Raínha*.

¡Honra porém à memória dessa longa lista de princesas! os tributos da risonha Alenquer não se iam em *chapins*; levava-os em segredo a caridade quási sempre. Chapins eram calçado nobre, que por ter quatro ou cinco solas de cortiça ricamente cobertas e pespontadas, acrescentavam a estatura; donde sucedia que às raínhas e princesas se aumentava dêste modo a majestade natural. ¿Preg unto: não pareciam ainda maiores

[1] Procure-se na *Hist. Gen.; Provas*, tom. I, pág. 258.

essas nobres donas aos olhos do seu povo, erguidas no pedestal imorredoiro da caridade [1]?

*

Uma criada da mesma raínha D. Brites de Castela, Tareja Anes de Toledo, castelhana que a tinha acompanhado para Portugal, fundadora de uma capela na Sé de Lisboa [2], também menciona em seu testamento objectos apreciáveis: uma cruz grande de cristal, pé de jaspe, encastoada em prata; uma vestimenta de gibecí rosado, *e outra de séda retroz com os signais de el-Rei, e castellos de oiro*. (Está-se a ver que era talvês uma espécie de farda de dama da côrte; *signais* alí significa brazão; logo era o brazão de el-Rei, as armas reais de Portugal, e mais os castelos da estirpe da raínha [3].

A raínha menciona, entre os seus servidores, homens de cavalo, de pé, moiros e servos. O seu grupo feminino compunha-se de *donas*, *donzelas*, grandes e pequenas, *cuvilheiras* e *mancebas*, além

[1] Do uso dos chapins e outros calçados altos é que hoje provém aos nossos olhos o esguio das figuras esculpidas e pintadas, cujo porte elevado ainda se realça com o caído das roupas talares. Pelo menos assim o penso eu. Nunca vi esta observação.

[2] Vidé *Lisboa Antiga*, parte II, vol. V, pág. 196.

[3] O testamento de Tareja Anes vem na *Hist. Gen.; Provas*, tom. I, pág. 135.

de moiras e servas; e a aludida Tareja Anes, que devia viver em grande pé de riqueza e nobreza, pois veiu a ser nada menos que aparentada com a Casa real, como terceira mulher do conde D. Pedro de Barcelos (o do *Nobiliario* e dos *Cantares*), segundo demonstrou frei Francisco Brandão, contempla por sua morte dois géneros de criadas suas: as *que andarem de bestas, e forem donrra*, e as outras *que andarem a pé*.

A verdade é que as senhoras de alto estado faziam-se acompanhar de grande séquito de aias e escudeiros; era moda, e ainda o é na provincia. Eu próprio vi, num país de mussulmanos, na velha Zanzibar, como as moiras nobres jornadeiam desde a cidade até às suas *shambas* ou quintas. Encontrei às vezes, à noitinha, uma ou outra, e observei-a, porque sei quanto nos usos moiriscos se nos deparam notas certas do viver antigo peninsular. Adiante iam alguns escravos a pé, depois seguia-se a *Bíbi*, ou senhora fidalga, montada num jumentinho manso, muito bem gualdrapado, e ela tôda envolvida em panos finos de lã branca, e rosto tapado, menos os olhos. Ladeavam-na criadas e escravas, e seguia-se uma ou outra também montada. E todo aquele rancho deslizava sôbre a areia a passo miudinho, e esfumava-se no escuro dos mangueirais. ¡E eu, o cabouqueiro da *Lisboa Antiga*, pensava numa dona ou princesa peninsular do século XIII ou do século XIV, e entrevia no escuro vago da lembrança uma antiga leitura minha do testamento de Tareja Anes!......

CAPÍTULO V

A propósito da côrte do senhor D. Afonso IV entra o conde D. Pedro de Barcelos. — Analisa-se o seu *Livro das cantigas*. — Verosímil conjectura de Varnhagem desenvolvida nesta *Lisboa Antiga*.

No reinado, a que ràpidamente acabei de aludir, do senhor D. Afonso IV, no meio daquele sem número de figuras que formam a côrte, avulta uma simpática e afectuosa personalidade, a que me referi também pouco acima: o conde D. Pedro de Barcelos, irmão natural do soberano, e que representa o elemento troveiro das salas e das côrtes de amor.

Tenho-o aquí sôbre a minha carteira, o cancioneiro dele, o seu *Livro das cantigas*, aquele arquivo precioso, donde parecem estar saindo os sorrisos, os descantes à guitarra por noite de lua cheia, os protestos ardentes das despedidas para longe, os suspiros maguados das saüdades, os galanteios nos saraus do paço de Coimbra, ou

nas Alcáçovas de Santarém e de Lisboa. Tudo isso se lê nas entrelinhas dêstes pobres versos quási ininteligíveis, que ora se arrastam na andadura tão suave do setisílabo, ora saltitam no ritmo dançante dos sáficos; e até os estribilhos parecem lembrar-se ainda hoje das monótonas melopêas da tiorba.

Como o *Cancioneiro* de el-Rei D. Denís, tem êste livro uma profunda valia histórico-literária, e uma individualidade inconfundível. Falemos dele, que o merece; será para mim a mais agradável das digressões o contemplar assim, com um leitor inteligente e estudioso (os que se não interessem em tal género de investigações não me leem, decerto), esta nobre e caduca velharia, atrativa como ruína, e como padrão carcomido do movimento intelectual dos séculos XIII e XIV.

*

A história do manuscrito em si mesma é conhecida do leitor; mas, se por acaso lhe não lembra neste momento, eu lha recordo:

Existia o códice na livraria do Colégio dos Nobres, donde passou para a da Ajuda. Foi mandado imprimir por Lord Stuart em 1823; e reimprimiu-o em Madrid, com muitas beneficiações, em 1849, um benemérito das letras brasileiras e portuguesas, o visconde de Porto-Seguro, Francisco

Adolfo de Varnhagen, a quem desde a minha meninice conheci em casa de meu pai. Esta edição de 1849 é um primor de crítica; o prólogo é fruto de aturado trabalho, e sagaz comparação das canções; e graças a êsse ímprobo trabalho, chegou o autor a estabelecer o fio de um romance, ou antes, de uma história, que nas próprias estrofes do livro se abona e se comprova.

As trevas em que se envolve a personalidade do conde D. Pedro escondem-nos a data do seu nascimento; e não há meio de a calcular, a não ser da maneira que logo indicarei, e que, ainda assim, bem pouco segura me parece. Vamos andando.

Criado na côrte do rei trovador, côrte pulida e culta, instruiu-se o real bastardo em todos os primores da poesia, arte que tinha cultores e apaixonados desde longos anos nesta nossa boa península hispânica, onde brilha tudo quanto é belo: pedras preciosas, versos, música, sol e mulheres.

¡Alma afectuosa e vibrante, a do conde D. Pedro! Com que entusiasmo não abraçaria êle desde os anos verdes (está-se a perceber) os segredos do poetar para damas e cavaleiros! com que expressão não cantaria êle nos saraus as suas redondilhas amatórias, cheias de alusões hoje perdidas! com que graça não saüdaria nêle a côrte de D. Denís e D. Afonso IV, um dos primorosos representantes da *gaia sciencia do trovar!*

Era um homem extremamente alto, quási agigantado, e galhardamente pôsto; cabelo ruivo

comprido; dextro nas prendas de cavaleiro, e mais ainda nas de trovador [1].

Dos seus colegas cultores de versos na côrte portuguesa dêsse tempo, e que tão bem imitavam os provençais (entre os quais colegas figuraria talvês o para mim enigmático Afonso Giraldes, autor de não sei que rimas à batalha do Salado [2]), fala êle dirigindo-se à sua dama, luz dos seus olhos, quando diz:

Peró vejo aqui trobadores,
Senhor [3] *e lume d'estes olhos meus,*
que troban de amor por sas senhores [4],
non vejo eu aqui trobador, par Deus [5] *!*
que me hoje entenda o por que digo:
«Al e Alfanx e al seserigo [6]*».*

[1] No ano de 1634 mudaram os frades de S. João de Tarouca a sepultura do conde D. Pedro, da parte direita do cruzeiro para a nave direita da igreja; abriram-na, e acharam o esqueleto inteiro, medindo de comprimento onze palmos e meio, correspondendo proporcionada largura de hombros a tamanha altura. Ao lado direito da cabeça tinha ainda meio barrete de setim amarelo tostado, forrado de tafetá da mesma cor, tudo em bom estado, e o cabelo crescido em grandes melenas, e muito ruivo. Calçava esporas doiradas, e tinha inteiras as solas do calçado, de ponta aguda, como era moda. Colhi isso na *Mon. Lusit.*, tom v, fl. 180, col. 2.ª

[2] Vidè frei Francisco Brandão, *Mon. Lusit.*, tom. v, fl. 26, col. 1.ª; tom. vi, págs. 132, 142, etc. — Vidè Inocêncio.

[3] Esta terminação cabia também ao feminino.

[4] *Suas senhoras.*

[5] Exclamação: *por Deus!*

[6] Êste estribilho é inintelígivel. O poeta diz que: conquanto veja na côrte trovadores, que dirigem versos amo-

*

Conta o vetusto *Livro das cantigas* a passo e passo um entrecho amoroso, que se desenrola aos nossos olhos como formosa pintura de costumes de uma época, e nos vai dando, mais aquí, mais além, as contas desenfiadas de uma aventura namorada entre o autor e uma formosa desconhecida. Todo o trabalho está pois em enfiar essas contas; enfiou-as o erudito Varnhagen.

Quem por sua mãi era D. Pedro, sabe o leitor: houve-o el-Rei D. Denís de uma senhora nobre, chamada D. Grácia, natural de Tôrres Vedras, e opulenta proprietária em Sacavem. Quem fôsse, porém, a dama que êle amou e serviu na côrte de seu irmão Afonso, é mais difícil dizer. Vamos devagarinho.

Que era portuguesa, é certo; chama-lhe o trovador sua conterrânea:

E non tenho eu que é torto[1] *nem mal*
de amar home sa senhor natural[2]

rosos às suas damas, contudo não encontra quem entenda o porque êle diz «*Al e Alfanx e al seserigo*». Também hoje não encontra; pode estar certo. ¿*Alfanx* será o bairro santareno do Alfange? Quem sabe? Esta canção é a que na edição Varnhagen traz o n.º 120.—Sesserigo (João Cristóvão de —) era um apelido do tempo de D. Denís. Vem mencionado num aforamento de terras no têrmo de Santarem. *Chancellaria* de D. Denís, liv. IV, fl 43.

[1] Quer dizer: inconveniência, erro. É o *tort* francês.

[2] De amar um homem uma senhora sua patrícia, diríamos nós. — Esta canção é a 70.ª

diz êle; e noutra parte:

mia senhor e mia natural[1]

Mas além de patricia dêle, era sua parenta, pois nos diz o cantor:

Eu som[2] *tam muito amador*
do meu linhagem, que nom sei
al no mundo querer melhor
de hũa mia parenta que hei[3].

¿Onde a viu? poderá saber-se? viu-a com a mãi em um estrado, isto é, nalguma reünião íntima, pois que as senhoras (as quais não confraternisavam comnôsco como hoje) usavam estar sentadas no chão, ou em almofadas quando muito, num estrado alcatifado em suas câmaras. Lá diz êle:

.... *como a já vi*
sendo como sa madre em um estrado[4].

O *estrado* era, por que assim o digamos, a «sala de visitas» de uma antiga casa nobre. Êsse verso e meio equivaleria pois talvês a dizer: *como já a vi uma vez, estando ela com sua mãi numa sala em recepção*[5].

[1] Canção 71.ª
[2] Sou.
[3] Canção 156.ª
[4] Canção 13.ª
[5] Aproximarei o que três séculos depois escrevia uma senhora portuguesa, D. Ângela de Noronha, mulher de D. Jorge de Melo, mestre-sala da raínha de Castela, rela-

Falou com ela em Santarém. Santarém, tão primorosamente descrita por frei Luiz de Sousa, era um centro cortesão; alí se reünia a família real muita vez, principalmente no inverno; alí se celebraram nêste reinado do senhor D. Afonso três vezes as côrtes: em 1331, em 1334 e em 1340; alí afluiu por vezes tôda a primeira geração do reino. Pois esta formosa rapariga de olhos verdes,

os olhos verdes que eu vi
me facem ora andar assi[1],

era a flôr de Santarém.

A mais fremosa de quantas vejo
em Santarém, e que mais desejo[2];

diz êle; e noutra parte:

Senhor fremosa mais de quantas som
em Santarém[3];

tando o humilde viver de sua irmã, depois carmelita descalça com o nome de Madre Maria de S. José: *De sorte que a sua casa de estrado e o seu jardim era aquêle lugar.* — Vidé êsse trecho na *Cron. dos Carmel.*, por frei Belchior de Sant'Ana, liv. III, cap. XXIV. — Ainda o *Anatómico jocoso*, na transição do século XVII para o XVIII, diz que a perfeita dama deve ter na sua sala *meia dúzia de tamboretes, um bufetinho, um espelho debruçado na parede, e* (note-se) *um estrado de cumprimento de três varas, com sua esteira.* Tom. I, pág. 83 (Advertência II).

[1] Canção 237.ª
[2] Canção 119.ª
[3] Canção 120.ª

e noutra parte ainda, alguma vez que saíu de Santarém deixando-a lá:

Amigos, dês que me parti
de mia senhor e a nom vi,
nunca fui ledo, nem dormi,
nem me paguei de nulla rem[1].
Todo este mal soffro e soffri,
dês que me vim de Santarem[2].

*

Não foi só a alcantilada e festeira Santarém teatro dêstes amores: nos arredores amenissimos de Braga parece ter passado outra parte do drama. Estando o poeta junto a Barcelos, e descortinando das suas janelas um rasgado panorama, onde se viam, entre outras povoações, a vila mesma de Barcelos e a freguesia de Faria, a quatro léguas de Braga, pranteia cheio de saüdades:

.... *sempre eu veria d'aqui*
aquellas casas hu mia senhor vi;

e mais abaixo:

d'aqui vejo eu Barcellos e Faria.
e vejo as casas hu[3] *vi alguem...*[4]

[1] Não me agradei de nenhuma coisa; vejam o *res, rei,* latino.

[2] Canção 121.ª

[3] Onde. É o *où* francês; êsse *hu* é ainda do século XVI.

[4] Canção 244.ª

Se insistíssimos com o poeta para nos confiar o nome da sua bela, ouvi-lo-íamos, sorrindo-nos como disfarce, atirar-nos vários nomes:

Joanna é, ou Sancha, ou Maria,
a por que eu moiro[1]*;*

e noutra parte:

Joanna disse eu, Sancha, e Maria,
em meu cantar com gran coita[2] *de amor;*
e peró nom disse por qual morria[3]*;*

e outra vez:

Ora vejo eu que fiz mui grã folia[4]*,*
e que perdi alli todo meu sen[5]*,*
porque disse que queria gran bem
a Joanna, ou Sancha, que disse, ou Maria[6]*;*

e, outra vez ainda, confessa que desejam muitos saber

qual es la dona que quero gran bem,
se é Joanna, se Sancha, se quem,
se Maria.....[7]

[1] Morro.

[2] Queixa, queixume, lamentação.

[3] Canção 211.ª

[4] Loucura; é o *follia* e o *folie*, italiano e francês. Hoje *folia* tem em português outra acepção.

[5] *Senso;* perder todo o juízo. Lá disse o Ferreira:

Bom Vasco de Lobeira e de gran sen,
(homem de grande entendimento ou juízo).

[6] Canção 212.ª

[7] Canção 213.ª

Vai senão quando, escapa-lhe dos lábios a confissão do nome querido; parece arrepender-se, mas deita o coração à larga, e brada:

E o que sempre neguei em trobar,
ora o disse; e pese a quem pesar[1].

«Pese a quem pesar» — note-se; o que parece demonstrar que tais amores encontravam algures oposição, surda ou patente.

*

Essa formosa consangüínea do gentil trovador namorado era (tudo o está segredando), era (conforme as perspicazes investigações de Varnhagen) nada menos que a sobrinha do mesmo trovador, Maria, a infanta D. Maria, filha de el-Rei D. Afonso IV.

— ¡Um tio apaixonado por uma sobrinha! que frialdade! — dizia-me uma senhora da nossa sociedade conversando comigo a respeito do livro do conde D. Pedro Afonso.

— ¿E porque não, minha senhora? se o tio fôsse, como algumas circunstâncias induzem a crer, pouco mais velho que a sobrinha! e se ambos tivessem as mesmas tendências intelectuais, que tanto cimentam os afectos!

Aí estão as datas a dar alguma fôrça à conjectura; ¿querem experimentar?

[1] Canção 246.ª

Repito: não se sabe por ora o ano do nascimento do conde; mas sabe-se que em 1 de Março de 1304 lhe concedeu seu extremoso pai, o liberal senhor D. Denís, o condado de Barcelos; e sabe-se mais que veio o dito conde a falecer em 1354, isto é, cinqüenta anos depois. ¿Não será verosímil calcular que êsse titulo nobiliário fôsse conferido a um menino na mais tenra infância? e se assim foi, teria êle apenas uns nove ou dez anos mais que a sobrinha.

*

— Mas — objectava a tal inteligente senhora, que nunca se convencia à primeira — ¿como se pode admitir que o trovador mencione como caso notável o ter visto sua dama com a mãi, num estrado uma vez, e outra em certo sítio junto a Barcelos? Pois um príncipe como D. Pedro Afonso não havia de vêr a sua sobrinha constantemente, sempre que o desejasse, no paço, nas festas, nas caçadas, em tôda a parte? Que extraordinário acontecimento seria o encontrarem-se? Pois eu não vejo meus tios muitíssimas vezes, cá em casa, em casa dêles, na Avenida, em S. Carlos, no Chiado, nos bailes?

E eu respondi:

— A nossa infanta D. Maria foi criada sob os auspícios e a vigilância da mais recatada das mulheres, sua avó a raínha Santa Isabel; e esta vivia reclusa o mais do tempo, e muitos anos homisiada como religiosa no mosteiro de Santa Clara.

Ora a vida das senhoras em geral (e muito mais presidindo à côrte aquela austera aragonesa, já vestida e calçada para o céu) era bem outra, era totalmente outra do que é hoje. O lar, o *gyneceu*, o estrado das damas, era um santuário, onde nem os olhos sequer se permitiam penetrar. ¿Quantas princesas não foram criadas em mosteiros, saindo dalí para o casamento? em que isolamento não vivia a mulher medieval atrás das suas gelosias, rodeada das suas cuvilheiras, e entremeando os dias com as conversações à lareira, os entretenimentos domésticos, as frivolidades obscuras e inocentes, e as práticas piedosas?

Nós ainda hoje, pelas narrações de nossos pais, fazemos perfeita idéia de como viviam por essa Alfama, por êsse Bairro Alto, escondidas, de todo escondidas, as senhoras de Lisboa há uns cem anos. No moirisco Algarve ainda eu vi em 1882 o mesmo bisonhismo. ¡O que seria no século XIV! era uma completa imitação dos usos mussulmanos, tão fundamente acentuados na península, usos que vi e notei em Zanzibar.

A mulher e a galinha, por andar se perde asinha, ou — *A mulher e a galinha, com o sol recolhida* — diziam em rifão os nossos maiores; e acrescentavam: *O homem na praça, e a mulher em casa*; ditos perdidos no mar imenso dos prolóquios populares, mas onde se pinta o viver antigo em tôda a sua severidade.

Da infanta, pois, de quem tratamos, pode dizer-se que passou a sua primeira mocidade entre

os claustros e as abóbadas de Santa Clara, onde a não lobrigavam olhos masculinos, nem os dos parentes sequer. Quando chegou a ocasião de a casarem, ¿foi o contrato ante-nupcial celebrado onde? em Santa Clara, nos aposentos da raínha santa, onde decerto poisava a nubente; e ao falecer, em 8 de Novembro de 1351, é ainda como comemoração dessa saüdosa residência da sua meninice, é ainda como um último adeus aos laranjais do mosteiro e às margens folhudas do Mondego, que ela se manda amortalhar no querido hábito de Santa Clara.

¿Que admira, pois, que, saíndo certamente muito de longe em longe da clausura, a visse seu tio apenas alguma vez por acaso? e quem nos afirma que não sejam com esta mesma senhora, meio princesa meio monja, e disfarçada talvês pelo poeta no gracioso cognomento da «freirinha», que se entendem estas palavras dele, obscuras e vagas?:

Nom é a de Nogueira
a «freira» que mi poder tem,
mas é outra a fremosa
a que quero eu maior bem;
e morro-me pela «freira»,
mas nom pela de Nogueira [1].

Nogueira é alguma das muitas freguesias dêsse nome, que há nos arredores de Braga. Alusão perdida.

[1] Canção 123.ª

Tudo isto é vago, bem sei; ¿mas não é verosímil? não está a ressaltar de tôdas estas asserções alguma coisa que se parece bastante com a verdade?

*

Que tais amores (fôsse quem fôsse a donzela) correram puros e ingénuos como os de duas crianças, é certo. Pairaram sempre nas regiões altas do sentimento. Muito tempo viveu D. Pedro ao pé da sua amante; ou, por outra: algumas vezes a viu; mas a timidez e os receios impediram-no sempre de se declarar. E êle então exclama, já depois de a ter perdido, e de a ver casada com um rei:

Nostro Senhor Deus! e porque neguei
a mia senhor, quando a eu vêr
podia, e lhe podera dizer
muitas coisas que por ella levei?
cá[1] *já eu tal tempo houve attendi*[2]
outro melhor, e aquelle perdi,
e outro tal nunca já cobrarei;

Ca já eu tal tempo houve que morei
hu a podia eu mui bem vêr,
e a vi mui melhor parecer
de quantas donas vi nem verei;
e peró nunca lhe ousei dizer rem
de quantas coitas levo por gran bem
que lhe eu queria, e quero, e querrei[3].

[1] Porque; é o *car* francês. Outras vezes é *que*.
[2] Esperei; é também o *attendre*.
[3] Canção 170.ª

*

— Mas então — objectará por sua vêz o leitor — se êle a amou, e foi amado ¿porque não casaram?

— Por uma razão simples: porque êle era um príncipe nascido fora da linha recta da linhagem; pertencia à linhagem, sim, mas não se sentava no plano de sua sobrinha; era... um *post-scriptum* genealógico; um enxerto no nobre carvalho real; um fruto adventício; na árvore de costados havia uns quarteis falhos; no seu escudo de armas via-se uma contrabanda negra; ao passo que ela, a graciosa *freirinha*, era um florido rebentão da linha mais pura; na *pala* direita da sua *lisonja* rutilavam as quinas, que dizem Portugal, a bordadura de tôrres, que diz Algarve, os leões, que dizem Leão, e os castelos, que dizem Castela; era princêsa dos quatro costados; era a filha primogénita de el-Rei: era a fiadora da dinastia no caso de falecer seu irmão Pedro; era a predestinada para honrar algum trono da Europa. Entre ela pois, a mística educanda de Isabel de Aragão, e seu tio, embora conde e senhor de terras, embora filho e irmão de reis, havia um abismo; êsse abismo nada o podia preencher. O próprio amante o reconheceu quando disse:

E tem-se Amor que demandei folia
em demandar o que nom posso haver.[1]

[1] Canção 246.ª

*

Um belo dia (foi, por sinal, em 1327) chegam a Portugal embaixadores de el-Rei D. Afonso XI de Castela, pedindo para êle a mão da infanta. Ela tinha (note-se) catorze anos; dêmos ao conde vinte e três [1]. Se se amavam os dois, como tudo me leva a crer ¡que profundo golpe aquele para ambos!

Quando deram a D. Pedro a notícia fatal, rompe em prantos, dizendo que sempre o coração lhe adivinhara tamanha desgraça, e que sempre a temeu:

Quanto eu de vós, mia senhor, receei
haver, dêl-o dia em que vos vi!
dizem-me ora que m'o aguisa [2] *assi*
Nostro Senhor, como me eu receei
de vos casarem. Mais [3] *sei ũa rem:*
se assi fôr, que morrei por en [4].

E sempre eu, mia senhor, esto temi,
que me ora dizem, de vós haver [5],
dêsque vos soube mui gran bem querer.
Per boa fé, sempre eu esto temi
de vos casarem. Mais sei ũa rem:
se assi fôr, que morrei por en.

[1] Admitindo que o título de conde lhe houvesse sido dado no berço.

[2] *Arranja, depara.*

[3] Mas. Ainda o povo diz *mais.*

[4] Se assim fôr, isto é se se realizar o vosso casamento, sei que morrerei por isso.

[5] Sempre temi haver, ou receber, de vós isto que me dizem agora.

E sempre ende eu, mia senhor, houve pavor
dês que vos vi e comvosco fallei[1],
e vos disse o grande amor que vos hei;
e, mia senhor, d'aquesto hei eu pavor:
de vos casarem,... etc.[2]

Criada no cumprimento dos deveres, insta a gentil Maria com o seu trovador para que se ausente e a esqueça. E ei-lo aí vai correr terras castelhanas, meio morto de saüdade. E podia repetir-se-lhe com o seu antecessor o trovador Egas Moniz Coelho:

Cambastes a Pertigall
per Castilla

Não se demorou muito, e voltou a Portugal. O gôsto que sentiu ao deixar aquelas terras, e ao tornar-se às nossas, exprime-o êle com o seu entusiasmo de poeta. Como se protraíram os preliminares e contratos do casamento, ainda cá veio encontrar na côrte os cavaleiros castelhanos da embaixada, aborrecidos com a prolongada permanência forçada em terras nossas; e diz, contrapondo a nostalgia deles ao regosijo que sentia da tornada:

[1] Sempre, desde que vos vi e falei convosco, tive medo disso, *ende;* palavra provinda do *inde* latino, e parenta do *en* francês e do *ne* italiano.

[2] Canção 93.ª

Quantos aqui de Hespanha som,
todos perderom o dormir
com gran sabor que haõ de se ir;
mas eu nunca somno perdi
dês quando de Hespanha sai.
cá me o perdera já entom[1].

Terminadas as negociações, abalou a juvenil princesa, de ora avante raínha de Castela e Leão, e mulher de Afonso XI; e o conde de Barcelos suspira, entre outras, uma canção de quatro estrofes, primor de lirismo e vibração poética:

Como morreu quem nunca bem
houve da rem que mais amou,
o que viu quanto receou
d'ella, e foi morto por en,
ai, mia senhor, assi moir'eu[2].

Ficou em trevas o poeta, e a sua lira no-lo comprova. Apegava-se-lhe a memória às mais pequenas circunstâncias que lhe lembrassem Maria. Uma vez, sabe ter chegado de Castela certo homem, que, por ter falado à raínha, e trazer de lá notícias frescas, o interessa sobremaneira. Ancioso por poder conversá-lo, exclama consigo:

Ando coitado[3] *por ver*
um home que aqui chegou,
que dizem que viu mia senhor,
e dirá-me se lhe fallou[4].

[1] Canção 152.ª
[2] Canção 154.ª
[3] Ando atormentado, ando ancioso, ando morto.
[4] Canção 175.ª

Tantas foram as saüdades, e tamanhas, que obrigaram o trovador a ir procurar-lhes em Castela o lenitivo. Em Segóvia, onde se admira um dos mais opulentos paços reais da Península, onde se celebraram côrtes, e onde a família real costumava reünir-se, viu êle a raínha, e conseguiu falar-lhe; mas falou-lhe de passagem, a medo, a fugir, e mais morto que vivo:

Esso mul pouco que hoje fallei
com mia senhor, gradeci-o a Deus,
e gran praser viron os olhos meus;
mais do que disse gran pavor hei,
cá me tremia assi o coraçon,
que nom sei se lh'o disse, se nom[1].

Instou ela para que êle regressase a Portugal; e, ou porque D. Pedro a achasse mudada, ou porque lhe fôsse difícil ou impossível o vê-la a miúde, canta ao recordar-se em Segóvia do bom tempo em que a viu em Faria:

Que de coita levei em Faria!
e vim aqui a Segobia morrer,
cá nom veo hi quem sohia ver[2].

E de ai retira de novo para Portugal, ululando furioso contra a sua dama a canção 114.ª, e tornando-a responsável perante a familia de ambos

[1] Canção 247.ª
[2] Canção 246.ª

pela morte dêle, ¡dêle que morre de amor! E desabafando com os amigos, exclama:

Dês quando eu a mia senhor entendi
que lhe pesava de lhe querer bem,
ou de morar hu lhe dissesse rem,
vede, amigos, como me eu parti!
Leixei-lhe a terra por lhe non fazer pesar,
e vivo nom posso viver[1].

*

De todo o enrêdo singelíssimo dêste romance (se o é) o que irrecusàvelmente se depreende é que a raínha se portou de modo irrepreensível, o que destroi os caluniosos apodos com que alguns mal intencionados a infamaram. Com tôda a convicção e todo o denodo quebra lanças frei Francisco Brandão pela

...... *formossima Maria,*

e acrescenta, com o seu ódio anti-castelhano a ressumar em cada sílaba, *que (por ser portuguesa) não quizeram os Castelhanos se despedisse de seu Reino sem notas e imposturas*[2].

*

Eis aí está, num rápido exame, o que é o suco do *Livro das Cantigas* do conde de Barcelos;

[1] Canção 118.ª
[2] *Mon. Lusit.*, tom. VI, pág. 166.

livro que se tornou verdadeiro padrão literário, e que, a despeito da sua rudeza e singeleza, ilumina como um facho o reinado de Afonso IV.

Fôsse ou não fôsse duradoira e decisiva a paixão do conde D. Pedro, o qual (seja dito de passagem) casou umas poucas de vezes, bem-aventurada paixão que assim nos deixou um monumento de estro, e precioso pela sua mesma raridade.

Sejam ou não concludentes para todos os espíritos os argumentos e as aproximações de Varnhagem, ninguém negará que sejam verosímeis, e que se estribem em conjecturas aceitáveis.

CAPITULO VI

El-rei d. pedro i. — Maneira do seu despacho. — El-rei d. fernando. — Creação dos ofícios de condestável e marechal — El-rei d. joão i. — Anglicismo nos costumes portugueses. — Luxo pessoal do mestre d'Aviz. — Representação dos nobres e do povo de Portugal contra êsse luxo. — Breve do Santo Padre Bonifácio IX. — Provimento dos ofícios mores da casa real. — A casa da raínha D. Felipa de Lencastre. — Restrição nas despesas do paço. — Numeroso séquito de cada infante. — Esplendor do viver doméstico. — Tapessarias e guadamecins. — Abusões e costumagens antigas. — Tenta el-Rei D. João extirpar algumas. — Janeiras e maias. — Carpideiras. — Feitiçarias. — Severidade da pragmática na côrte. — Instituïção dos Reis de Armas. — É citado o conde de Vila-Franca. — Os banquetes. — Relance de olhos ao viver doméstico da casa do senhor D. João I.

Somos chegados, nesta corrente cronológica, ao reinado do louco que se chamou Pedro o Crú. Sim, louco; nem de outra maneira poderiam explicar-se os seus desmandos de severidades sem lógica, as suas crueldades sem tom nem som. Digo-o convencidíssimo: aquêle coração, essen-

cialmente entusiasta, passou pela mais violenta das metamorfoses com a morte de Inez de Castro. De afectuoso, tornou-se áspero; de justo, cruel; de atrativo, repugnante. Tanto agrada e encanta o infante D. Pedro, quanto horrorisa e desgosta o rei a quem a lisonja corteză cognominou *Justiceiro.*

O homem que à luz das tochas ia misturar-se com o povo, dançando com êle, folgando com êle, como um truão, é o déspota absurdo, que manda enforcar por crimes já reparados; é o carniceiro abominável, que a sangue frio, e à traição premeditada, se vinga arrancando pelas espádoas o coração dos inimigos.

E contudo havia naquêle alienado sinistro matéria prima para um grande rei. Activo, vigilante, ninguém como êle.

Deixando, porém, o estudo demorado dessa personalidade sombria, limitar-me-ei a observar, quanto à maneira expedita por que el-Rei D. Pedro I mandava se fizesse o despacho dos negócios públicos, que traz João Pedro Ribeiro o traslado de uma curiosa carta do mesmo príncipe, extraída da sua *Chancelaria* na Tôrre do Tombo, a qual (com quanto não tenha data) parece àquêle sábio ser talvez de Abril de 1361. As petições apresentadas ao soberano eram logo passadas à mão de um secretário, ou *distribuïdor*, que, segundo o assunto de cada uma, as entregava a desembargadores diversos. Êstes, depois de as examinarem, despachavam-nas para os respectivos escrivães. Havia penas severas para os

negligentes, e para os que secassem a autoridade suprema com pedidos importunos. Essa nota é importante para a história da *massada* em Portugal [1].

*

Passa rápido, e sem alteração notável no modo de viver, e nas etiquetas da classe alta, o reinado de el-Rei D. Fernando. Engano-me: data do tempo dêsse formoso e sensualíssimo príncipe o uso de rapar a barba, tão contrário ao que até então se usava nestas nossas terras. Creio que foi isso, até certo ponto, progresso.

As Côrtes de 1371 (era 1409) representaram contra os excessos do fausto das classes altas. Num dos *items* pedem a el-Rei haja de prover na regra do viver dos ricos-homens e cavaleiros, quanto ao número de bestas que usavam, e aos numerosos séquitos de que se acompanhavam. Tais excessos feriam o senso-comum do nosso bom povo; e com razão. A êsse *item* respondeu o soberano, que, sendo uso nessas classes trazerem essa quantidade de cavalgaduras e apaniguados, devia cada um considerar o que fôsse rasoável no assunto; que os deputados pois indicassem o que havia de legalisar-se, e êle assim o ordenaria.

[1] Tom. I, *Dissert. Chron.* de J. P. Ribeiro, págs. 306 e segs.

Chama se a isto um despacho cauteloso [1].

É também dêste reinado, pelos anos de 1382, a criação dos ofícios de condestável e marechal. Foi o primeiro condestável D. Alvaro Pires de Castro, irmão de D. Inês de Castro, e conde de Arraiolos; e o primeiro marechal foi Gonçalo Vasques de Azevedo [2]; cargo êste que era equivalente a comandante militar imediato ao condestável, assim como *o Condestavel era immediato ao Rei* [3].

*

Com a subida do Monge-Cavaleiro ao trono de seus avós, entrou na côrte portuguesa nova seiva, e um pronunciado anglicismo nos costu-

[1] Eis as palavras textuais:

«It̃ Ao que diissem q̃ seja nossa m̃cce q̃ aos Ricos homens e cavaleiros e outros homeens grandes da nossa terra lhe demos eerta rregra de biuer asi em nas bestas q̃ han de trager como companhas e mantimentos q̃ sse da nossa trrã nom forem mais tenperados q̃ ferom ataa q' senom pode correger a terra mais dapnãsse em cada hum dia.

A Este art.º diisemos q̃ elles por ffazerem ssa proll trageram aquellas bestas e companhas q̃ birem q̃ lhes comprem Ca esto deue cada hum comsirar q̃ o deue de ffazer de rrazom naturall E elles mostrem caminho como sse pora fazer e asi o mandaremos fazr.

Capítulo das Côrtes de Lisboa, de el-Rei D. Fernando, ano de 1371 (era 1409). — Cartório da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro dos Pregos*, fl. 91 v.

[2] Fernão Lopes, *Chron. d'el-Rei D. Fernando*, cap. CL.

[3] *Memorias de alguns officiaes móres em tempo d'el-Rei D. Affonso V*; na *Hist. Gen.*; *Provas*, tom. III, págs. 304 e segs.

mes e modas, emanado da nobre e austera personalidade da raínha D. Felipa. A Batalha simboliza êsse anglicismo. A Batalha é produto de arquitectos inglêses.

Diz D. António Caetano de Sousa, que era o paço de el-Rei D. João I *um dos mais bem regulados no respeito e auctoridade* [1]. A sumptuosidade do viver da côrte portuguesa não provinha só de imitação do estranjeiro; nascia das tendências do génio do novo monarca. Sabe-se, por exemplo, que, sendo êle ainda simples mestre da sua Ordem, descurava de andar em hábito monástico; antes, pelo contrário, *trazia publicamente vestiduras de seda tecidas com oiro, e outras menos proprias do seu caracter religioso, o que era de alguma sorte apostatar* [2]. Foi então que os nobres e o povo de Portugal representaram, contra essas e outras infrações da boa disciplina, ao Santo Padre Urbano VI; pelo que o sucessor dêsse pontífice, o Santo Padre Bonifácio IX, em sua bula de 28 de Janeiro de 1391, concedeu de tudo a mais plenária absolvição retrospectiva ao culpado, já soberano do reino [3].

*

Quando começou a reinar o senhor D. João I houve, é certíssimo, grandes reformas no modo

[1] *Hist. Gen.*, tom. XII, parte I, pág. 285.
[2] *Quadro elem.*, tom. IX, pág. 393.
[3] Ibid.

de ser da côrte portuguesa. Diz o sr. Gama Barros que el-Rei *proveu logo os officios da sua Casa, e os cargos publicos a que era mais necessario attender*. Eram êsses ofícios: o condestável e mordomo-mor (reünidos então no mesmo funcionário), o marechal da hoste, o alferes-mor, o guarda-mor da pessoa do soberano, dois meirinhos-mores, um para a comarca de Entre-Douro e Minho, e outro para a de Trás-os-Montes; o capitão do mar, o anadel-mor, o camareiro-mor, o copeiro-mor, o reposteiro-mor, o chanceler-mor, o escrivão da chancelaria, o escrivão da puridade, dois vèdores da fazenda, o tesoureiro-mor e o vèdor da Casa Real [1].

*

A casa da rainha D. Felipa foi organizada, nomeando-se-lhe camareira-mor, donas, donzelas, mulheres da câmara, e mais uma senhora nobre para aia. Além dêsse pessoal feminino, havia também mordomo-mor, e outros oficiais-mores, como os tinha el-Rei [2].

*

Depois de concluido o tratado de paz entre as duas nações, Portugal e Castela, em 1411 (só

[1] *Hist. da adm.*, tom. I, 1885, pág. 580, citando a *Chron. d'el-Rei D. João I*, por Fernão Lopes, parte II, pág. 1.

[2] Fernão Lopes. *Chron. d'el-Rei D. João I*, págs. 228, 287 e 288. Citação de Gama Barros a pág. 580.

ratificado aliás em 1431), diz o sr. Gama Barros (o qual esgotou êstes assuntos, segundo se vê) que se restringiram as despesas da Casa Real.

Assentou-se *em que, afóra quatro conselheiros, estivessem sempre na côrte vinte grandes senhores para acompanhar el-rei, a rainha, e os infantes; escudeiros com moradia, incluindo as guardas do rei, oitenta; os cincoenta e sete moços da camara ficassem limitados a doze com os pagens; os moços da estribeira fossem dez; os caçadores não mais de vinte, e os moços do monte vinte e cinco* [1].

Foi também cerceado o número das servidoras da raínha; por exemplo: reduziu-se a quatro donas e catorze donzelas o número de vinte e cinco que eram [2].

Era contudo avultadíssima a lista da Casa dos Infantes. ¡Êsse crescido rol de moradores vem na *Historia Genealogica*, e espanta-nos [3]!

•

São antigas as bizarrias portuguesas. Primámos sempre por aí. Fala o infante D. Duarte, nuns seus apontamentos que lhe sobreviveram, de ricos *freios, sellas, guarnimentos de brida e gineta*, que havia no paço, destinados *a dádivas* [4].

[1] *Hist. da adm.*, tom. I, pág. 581, citando Fernão Lopes.

[2] Idem, *ib.*, pág. 581.

[3] *Hist. Gen., Provas;* tom. I, págs. 433, 438, 509 e segs.

[4] *Hist. Gen., Provas;* tom. I, pág. 556. O texto diz *ginetes;* emendei *gineta*, por supor que andaria aqui engano do copista. Julgo que aí se contrapõe a *brida* à *gineta*.

O luxo era grande, e as casas reais, e as da alta fidalguia, ostentavam por cá tôdas as invenções sumptuárias com que lá fora se enfeitavam as moradas mais nobres. De alguns usos se sabe, que demonstram haver na idade-média, e depois dela, certos requintes que hoje são quási desconhecidos; por exemplo:

Eram os aposentos forrados, durante o inverno, com belos panos de raz, e outras tapessarias; ao passo que no verão tudo isso se substituía pelos célebres e famosos guadamecins, ou coiros imprensados e doirados. E ainda havia mais: os próprios tapetes do chão (onde os empregavam) trocavam-se na estação ardente por alcatifas de coiro aragonês, que, sendo mais frescas, não deixavam de ser ricas e vistosas [1].

Ainda bem que a indústria moderna dos papéis pintados se tem dado à exacta reprodução dos guadamecins. Tenho visto papeis franceses, ingleses, alemães (e também já portugueses) que imitam perfeitamente a côr, o estilo, os relêvos até, dos guadamecins do século XVI e do século XV.

Por êsses museus e igrejas do reino, não escasseiam os documentos palpáveis de luxo artístico daquêles tempos. Citarei ùnicamente, e valha

[1] Em 1388 vejo mencionados na descrição da mobília e paramentos da casa do duque Luiz de França, e de sua mulher Valentina de Milão, írmão e cunhada de el-Rei Carlos VI, *vingt quatre carreaux de cuir d'Aragon vermeil, et quatre tapis, aussi en cuir d'Aragon, à mettre en chambre par terre en été.* Vidé Lacroix : *Mœurs, usages et coutumes au moyen âge; Vie privée;* pág. 79.

êsse para exemplo, o magnífico oratório ou tríptico, de Guimarãis, admirado por todos nós na Exposição de Arte Ornamental de 1882, nas Janelas Verdes. Descreve-o e analisa-o o dr. Augusto Felipe Simões [1]. Naquele opulento aglomerado de figurinhas, colunelos, baldaquinos, há um calor artístico desusado. Naquelas alegorias sacras, tão sàbiamente dispostas e emolduradas, revive um século e uma côrte.

*

Junto às enraízadas crenças religiosas mais robustas, vegetava, com as suas nervuras parasitas enroscadas nas verdades eternais, todo o desmando das superstições populares. Foi o elevado espírito do antigo mestre de Aviz quem primeiro tentou extirpar estas abusões, que, nascidas à sombra da religião cristã, eram contudo reminiscências tardias de usos pagãos. Há uma postura da Câmara de Lisboa, logo do ano de 1385, citada por Herculano no *Panorama* [2], em que se proíbem algumas superstições populares; é um passo largo para o desbravamento e arroteamento da alma do povo; isso é; mas parece não ter surtido efeito geral. É que a civilização não se decreta; insinua-se devagarinho, e exemplifica-se.

[1] *A exposição retrospectiva*, pág. 70.
[2] Vol. IV, pág. 138.

Nessa tal postura vedam-se as feitiçarias, as evocações de espíritos malignos, e os *advinhamentos*; proíbe-se o cantar *janeiras e maias*, e o fazer *carpições e depennamentos* sôbre defuntos; usanças bárbaras, que certamente formavam parte da farta herança que nos ficou de gregos e romanos.

É porém curioso e interessante observar a tenacidade com que tôdas essas costumeiras teimaram em persistir até aos nossos dias.

As festas de maias na chegada da primavera, tão bem narradas e descritas por Herculano no *Monge de Cistér*[1], as maias, que em 1716 Bluteau descreve como seguidíssimas *em algumas partes de Hespanha*, e em Portugal nos domingos e dias santos do mês das flôres, pondo-se pelas ruas mesas cobertas de panos, e assentando nelas *uma menina, ou môça bem vestida, e adornada de flôres, que pede dinheiro às pessoas que passam*, as maias que os alegres bardos de 1822 celebraram poèticamente (talvês sem consciência do que faziam) na sua imortal festa da Lapa dos Poetas, existem, e todo o Minho as conhece.

No dia último de Abril armam-se os *maios*, que são ramos de giestas enfeitados de flôres e fitas, e nessa noite põem-se às janelas, para aparecerem no 1.º de Maio. É um desafio entre os vizinhos de cada rua, a qual há-de apresentar o seu *maio* mais florido e vistoso. Dá o povo como origem desta usança o seguinte: uma vez, que os

[1] Cap. IV.

judeus quizeram prender a Nosso Senhor Jesus Cristo, puseram de véspera um ramo de giestas à porta da casa onde êle poisava; e qual não foi o espanto de todos, quando, na manhã em que projectavam executar a prisão, viram tôdas as portas e janelas adornadas de ramos idênticos, sendo então impossível reconhecer entre tantas casas a poisada de Cristo. Esta ingénua explicação chega e basta à imaginação popular.

Os defuntos ainda em alguns pontos sertanejos da província são carpidos, como à antiga. Quando há um falecimento, juntam-se na casa mortuária tôdas as amigas da família; e no momento de sair o corpo para a freguezia ou para o cemitério, tôdas essas mulheres atroam o ar com alaridos horrorosos, à sobreposse, e chegam às janelas despedindo-se do defunto com altos brados, e vozerias descompostas e bracejadas, numa porfia de dôr fitícia ¡Adeus! até ao dia de juízo! Adeus homem bom! Adeus santa! Adeus, rico amor desta alma!...

E se isso tudo ainda hoje se repete ¡que seria dantes! Tem graça observar que, sôbre o corpo do próprio soberano que assim proíbira os carpimentos, os fizeram, e grandes, na ceremónia da trasladação do féretro dêsde a nossa Sé até à Batalha, em 1433. Após a bandeira negra roçagante, ia pelas ruas de Lisboa atrás do préstito, diz Duarte Nunes, *muita gente coberta de burel, que fazia grande pranto*[1]; e na Batalha, conta o

[1] *Chron. d'el-Rei D. Duarte*, cap. II.

mesmo cronista, *sobre o corpo d'el-Rei, assi no officio como depois d'elle, se fez um grande pranto, por todas as gentes que alli se achavam, como se n'aquella hora morrêra* [1].

As *janeiras* perpetuam-se no Minho. No dia de Reis andam os môços em ranchos, tocando e cantando, e assim correm as casas da sua vila, dedicando trovas lisonjeiras a cada chefe de familia; e se por acaso os não mimoseiam com alguns cobres, rompem em injúrias também em verso, tais como:

Esta casa é de breu!
aqui mora algum judeu!

ou

Esta casa é de barro!
aqui mora algum diabo!

ou

Esta casa cheira a unto!
aqui mora algum defunto!

e às vezes chegam a apedrejar as vidraças.

As feitiçarias são vulgarissimas na própria Lisboa; que o digam as mulheres *de virtude*, as benzedeiras, e quejandas exploradoras, que não raro têm dado que fazer aos tribunais.

A postura, pois, de 1385, ficou letra morta, como outras muitas; e os desejos da câmara e do rei, a quem neste ponto aconselhou, segundo se crê, o virtuoso frei Vicente de Lisboa, frus-

[1] *Chron. d'el-Rei D. Duarte,* cap. II.

traram-se. O mais que se conseguiu foi (até certo ponto) cristianizar as abusões, e já não foi pouco [1].

*

Afastei-me um tanto do meu ponto, saindo do paço. Voltemo-nos a êle.

Da severidade da pragmática em diversos assuntos da vida oficial na côrte joanina, dá testemunho o haver sido o marido de Felipa de Lencastre, o instituídor dos cargos dos Reis de armas. Por aí se vislumbra o esplendor e rigorismo da etiqueta heráldica e genealógica daquele paço.

Diz-nos Fernão Lopes [2] que não existiu o ofício de Rei de Armas até o tempo da batalha de Aljubarrota; e que no dia da batalha, notando o

[1] Falando de frei Vicente de Lisboa, diz o grande frei Luiz de Sousa: *A elle se attribue o conselho que o Governo da Cidade tomou em fazer voto de tirar os abusos gentilicos que duravam no Reino, como em outra parte temos contado, de lançar sortes, furtar aguas, carpir defuntos. Elle fez trocar em santas e devotas procissões as profanidades que o povo mantinha de festejar certos dias do anno, por titulo recebido da Idolatria, com outros maus costumes, que emfim por sua industria ficaram desterrados do Reino. E como o arrancar vicios é disposição para prantar virtudes, instituiu e deu principio ás procissões de Quinta feira da Semana Santa, que hoje estão á conta das Irmandades da Misericordia, nunca d'antes usadas.*—*Hist. de S. Domingos*, parte II, liv. II, cap. V.

[2] *Chron. d'el-Rei D. João I*, parte II, cap. 39.

mestre de Aviz as bandeiras dos aventureiros cheias de brasões que a muitos dêles não pertenciam, reputou essa desordem ofensa grave à antiga nobreza do reino, e determinou remediar o mal, instituíndo, depois de assente no trono, o cargo dos Reis de armas, ou almotacés da genealogia e heráldica de cada fidalgo português.

*

Nas complicadíssimas matérias do cerimonial, disse muito, ou quási tudo, e disse-o muito bem, o meu mestre, conde de Vila Franca. Ao livro dêle, *D. João I e a Alliança Ingleza*, remeto com o maior empenho o leitor.

Aquí apenas deixarei ferida uma nota muito expressiva, que a meu ver nos pinta um adiantamento não mesquinho na polícia dos salões; colhi-a no citado livro do conde de Vila Franca: foi no reinado de el-Rei D. João, homem elegante e sociável certamente, que *por primeira vez tiveram as senhoras logar n'um banquete. Vê-se porventura n'este progresso a influencia ingleza, que tanto veiu a prevalecer sobre as antiquadas usanças do nosso Reino* [1].

Refere-se o autor ao festim das bodas reais, e acrescenta pouco adiante:

Importa ainda notar, que a este não concorreram somente senhoras casadas. Tambem... com

[1] *D. João I*, etc., pàg. 190.

suas graças juvenis o abrilhantaram meninas solteiras[1].

Pois não havia muitos anos que os sumptuosos paços da Alcáçova tinham visto outro banquete régio, em que a separação dos sexos fôra estritamente observada.

Quando, vivo ainda el-Rei D. Fernando, — diz o mesmo erudito escritor — o *Conde de Cambridge, filho do grande Eduardo III de Inglaterra, e sua esposa, desembarcaram em Lisboa com a grande expedição auxiliar, houve nos paços da Alcáçova um esplendido banquete; mas n'esse a Rainha Leonor Telles convidou á parte a Condessa e suas damas, e com el-Rei jantaram tão somente o Conde e mais senhores, inglezes e portuguezes*[2].

E note-se que, mais de setenta anos depois das bodas de el-Rei D. João, creio que essa promiscuïdade se não dava ainda usualmente, nem mesmo em Paris. Digo-o por êste motivo:

Em Novembro e Dezembro de 1476, quando o senhor D. Afonso V esteve em Paris, fizeramlhe muitas festas, e levaram-no a ver tudo quanto havia digno de exame na capital de Luiz XI. Uma noite foi o nosso rei cear a casa do senhor de Gaucourt, e a êsse banquete foram presentes muitas donas e donzelas francesas; *où furent admises quantité de dames et de damoiselles de la ville;* afirma-o o monge beneditino Michel Féli-

[1] *D. João I*, etc., pág. 192.
[2] Idem, pág. 190.

bien; e entendo eu que menciona o narrador essa circunstância, por isso mesmo que seria rara [1].

No reinado de el-Rei D. João II já a etiqueta variou; e nas festas imortais do casamento do príncipe D. Afonso em Évora, em 1490, na grande sala de madeira, cearam com os nobres convidados as senhoras da côrte. Na mesa *alta*, sôbre o estrado, ao tôpo do salão, comia el-Rei com a raínha, o príncipe e a princesa; na mesa da direita, o duque de Bragança, o senhor D. Jorge, o marquês de Vila Real, e, *abaixo d'elles*, as donas e donzelas; na mesa fronteira, personagens masculinos muito principais [2].

¡ Esplêndidas festas foram em realidade tôdas as que em Portugal se deram no tempo do mestre de Aviz! banquetes onde a opulência das alfaias e do serviço corria parelhas com tudo que havia mais requintado lá fora, e onde os *tapetes, bancaes, bacios, pratos, picheis de agua ás mãos, e saleiros... as copas, e as taças*, primavam pela matéria e pela forma [3].

Daí até à minuciosa descrição dos usos e cortesias da mesa no século XVII, tal como no-la

[1] Veja-se a interessante relação de Félibien na *Hist. Gen.; Provas*, tom. II, pág. 59.

[2] Ruy de Pina; *Chron. de D. João II*, cap. XLVII.

[3] Êsse completo alfaiamento de uma mesa bem servida no século XV, consta de uns apontamentos que deixou el-Rei D. Duarte, manuscrito da Cartuxa de Évora. *Hist. Gen.; Provas*, tom. I, pág. 555.

deixou Rodrigues Lobo [1], e daí até ao que hoje se usa, ¡que diferenças, e que transformações!

*

O que aí fica exposto refere-se à vida exterior e de aparato.

Quanto à vida interior do paço do rei *de Boa Memória*, ao conchego intelectual e moral da família, quer-me parecer que êsse assunto momentoso mereceu ao espírito atilado do chefe da nova dinastia cuidados especiais. Só nêsse calor bemfazejo poderia criar-se tão admirável ninhada de príncipes modêlos. Só tendo por educadores um rei como êle, e uma raínha como ela, é que poderia brotar aquêle grupo de imortais.

E por isso escreve muitíssimo acertadamente o meu velho Duarte Nunes estas palavras, que poderão servir de exemplo e incitamento às mâis portuguesas:

Como a Rainha D. Filippa,... além de suas grandes virtudes, era mulher de muita policia, e que, com menos regalo e melhor creação do que as senhoras de Hespanha fazem, instituia seus filhos, assi el-Rei D. Duarte, (como seus irmãos todos) foi bem doutrinado nas lettras e costumes [2].

Alude à compostura e ordem da vida caseira do paço de Lisboa o próprio senhor D. Duarte

[1] *Côrte na aldeia*. Dial. XII.

[2] Duarte Nunes. *Chron. d'El-Rei D. Duarte*, cap. XIX.

num dos seus livros, encarecendo o quanto as famílias e as nações lucram no bom exemplo de quem as dirige; e especializa com afecto filial o papel de el-Rei D. João seu pai, e da grave educadora sua mãi.

Diz êle:

Do exempro dos senhores e dos Principes,... toda casa ou Reino filha grande exempro em semelhante, e esso medês em no seguimento das virtudes; de que vejo ao presente, mercês a Deus, boa experiencia; que por a muita bondade e virtude que sempre viram em no mui victorioso e de grandes virtudes el-Rei meu senhor e padre, e na muito virtuosa Rainha minha senhora e madre, os principaes de sua Casa, e todolos outros do Reino, per graça que lhe foi outorgada, fiseram grão melhoramento em leixarem maos costumes, e accrescentarem em virtudes [1].

*

Sim. El-Rei D. João influiu muito; mas o quinhão da raínha não é menor.

Havia de revelar se em inumeráveis pormenores da vida íntima dêstes principes, tão portugueses, a salutar influência da grande mulher inglêsa sua mãi.

[1] El-Rei D. Duarte. *Arte de cavalgar,* parte IV, cap. XV, ed. de 1843, pág. 102 (salva a ortografia).

Naquela mãi, reflexiva e previdente (segundo nos meus devaneios a imagino), os extremos maternais poucas vezes, ou nunca, se expandiam em carícias ruídosas e lacrimosas, como nas mãis meridionais, a que aludia Duarte Nunes. Disfarçava prantos e sorrisos, para não fraquejar; vigiava os filhos com o coração, e, melhor ainda, com a razão.

Na sua gravidade afectuosa, tem a mãi inglêsa um condão que é só dela; sabe manter em realidade a sua jerarquia de chefe de família, sem deixar de figurar apenas como uma espécie de irmã mais velha.

Junto dela sente-se a criança dominada; sabe-se rodeada de carinhos, que, por assim dizer, não vê; obedece por amor, por veneração, e até por hábito, que é o segredo de tôda a altíssima civilização britânica. Assim, sem custo, sem atritos, sem exagerações de sentimentalismo, que dão, não raro, em indulgências perigosas, cumpre a mãi o seu dever: prepara uma descendência, que, no suave aprendisado filial, se vai adestrando para o duro e cançado ofício da vida.

Mãi em tôda a acepção dêste monossílabo imenso, mãi austera, mãi forte, foi Felipa de Lencastre; e por isso é que, de entre as suas reais mãos de burguesa educadora, saíu aquela notabilíssima irmandade de príncipes peninsulares.

Inclita geração! altos Infantes!

cantava Camões.

*

Seja-me lícito expressar-me com tôda essa imparcialidade.

Depois dos insultos inqualificáveis com que o Govêrno da Inglaterra acaba de incomodar-nos, roubando-nos com a prepotência brutal dos seus couraçados, espoliando cobardemente um soldado enfraquecido, mas primeiro (note-se bem) desonrando-se a si próprio, poderão parecer descabidas essas frases sinceras a respeito da Inglaterra e da respeitável princesa. Não são. Português entusiasta, amante da minha querida terra como os que melhor o sabem ser, por atavismo, por educação, e por gratidão, abstraio contudo das exagerações do ressentimento. Digo mais: a Inglaterra não deve, não pode, ser conivente com as misérias egoisticas perpetradas por um Govêrno sem probidade, e quatro gazeteiros sem pudor, que todos souberam impôr-se, graças às ficções e trapaças constitucionais. Tenho a convicção firme (e alguns protestos valorosos o demonstram), tenho a convicção firme de que a parte sã da opinião nas Ilhas Britânicas, nos faz justiça. A verdade é só uma.

Apesar das infâmias de um gabinete chatim vendido a aventureiros e especuladores, Portugal fica sendo o que sempre foi: uma nação nobre e digna, briosa e valente, carregada de indiscutiveis serviços à civilização do mundo.

Direi mais: defraudado do que é seu, defraudado por esta forma insólita e inesperada, de-

fraudado em nome do direito da fôrça bruta, defraudado pela ambição suína de alguns traidores e quebrantadores de tratados, mas defraudado ao som do mais unânime, do mais sincero protesto nacional, que é um verdadeiro rugido de leão, Portugal cresceu aos olhos da Europa, e tornou-se mais simpático ainda para o severo juizo da posteridade.

A posteridade não é um sonho; é um tribunal de suprema instância; a posteridade nos fará justiça; e Deus, que nos vê, saberá compensar as nossas amarguras.

¡Unamo-nos todos! façamos votos para que o Govêrno português encontre solução diplomática, pela qual sejam salvaguardados os nossos sagrados interêsses, e (muito antes dêles) a nossa dignidade nacional.

O serem momentaneamente toleradas na Grã-Bretanha, por um sistema político todo êle ficções, gabinetes de piratas e companhias oficiais de «ôlho vivo», não deve induzir-nos a nós outros a ser injustos para com as venerandas nacionalidades européias, e ingratos para com as grandes figuras históricas.

A Inglaterra é o que é; e Felipa de Lencastre, a estranjeira, a filha de João de Gaunt, a inglesa, a neta de Duarte III, a desvelada educadora, que além dorme no seu mausoleu monumental de Santa Maria da Vitória, é a um tempo glória nativa da velha e nobre Inglaterra, e glória adoptiva e imorredoura do jovem Portugal do mestre de Aviz.

Quanto ao estadista que tanto mal nos causou, e que dá pela alcunha de marquês de Salisbury, quanto a êsse egoista, que tem em tão mesquinha conta os seus créditos de político, êsse (se, depois de nomes puros e luminosos, pode caber o dele, feito de sombra), êsse fica inscrito para sempre no pelourinho onde se prega a tabuleta dos traidores.

A Inglaterra já tinha um Hudson-Lowe, que insultava um prisioneiro. Fica tendo agora um Salisbury, que insulta e espolia um veterano pobre. Dignos um do outro: Salisbury e Lowe[1].

[1] Os parágrafos supra foram escritos pelo autor sob a impressão dolorosa que causou em Portugal o *ultimatum* do Govêrno da Grã-Bretanha ao de Portugal, em 11 de Janeiro de 1890, sôbre uma questão de soberania de certos terrenos em Moçambique, da corôa portuguesa, mas a que aquela nação se julgava com direito, intimando por isso a retirada das nossas fôrças, que os ocupavam. O acontecimento originou grandes manifestações patrióticas, especialmente por parte da Academia, e o autor desabafou nas páginas da *Lisboa Antiga* o seu pesar, e a sua indignação contra o membro do Govêrno inglês que tão humilhantemente maltratava a nação *fiel aliada.—Nota de A. V. S.*

CAPÍTULO VII

Rápido bosquejo dos antigos cavaleiros letrados.—Desponta EL-REI D. DUARTE, representante no século XIV de uma dinastia literária.—Esbôço de retrato dêsse simpático príncipe.—Quadro das festas do casamento de el-Rei.—O mosteiro de Santa Clara.—O castelo de Coimbra.—A rainha D. Leonor.—Serão no paço.—Os antigos *serões*.—El-Rei D. Duarte como soberano, como homem de letras, e como caçador.—Os irmãos.—O *Leal conselheiro* e a *Arte de cavalgar*.—El-Rei D. João I, já velho, no meio do grupo de seus nobres filhos.—Uma caçada de el-Rei D. Duarte.

Se o reinado de el-Rei D. João I é só por si uma aurora social, certo é que um dos raios mais luminosos dessa alvorada veio a brotar do grande espírito do herdeiro da corôa.

Nêstes dois reinados aumentou a intensidade do esplendor intelectual da casa reinante.

E com efeito, se se encara em globo o conjunto da história do nosso antigo paço, percebe o observador que no todo do quadro se destacam por si mesmos vários períodos, distintíssimos entre si quanto a ilustração.

Deixando de parte o primitivo cavaleiro, só brigão e justador, o traga-moiros que tanto avulta nos primeiros decénios, o homem boçal e roncador, despejado de língua e de braço, o piedoso e humilde fundador de mosteiros, que tanta vez nos aparece como desordeiro, roussador e rapinante, ao longo das tenebrosas páginas do *Livro Velho*; deixando-o, repito, e chegando-nos a um período de maior desbravamento intelectual, encontramos um seu descendente muito mais atractivo do que êle: o senhor da côrte, sempre valoroso, sim, mas já erudito e letrado, o trovador dos cancioneiros, o pulído rimador de vilâncicos amorosos, o freqüentador das salas e dos estrados das damas, o monteador que nas horas vagas lê e estuda, o português em quem tão à própria assenta o verso de Camões

numa das mãos a pena e noutra a lança.

Dêsse cavaleiro, que aprecia os doutos, se revê na leitura de um romance, folheia com amor as páginas iluminadas de um livro de cavalarias, e deixa a alma repoisar-se-lhe na meditação de um quadro do Velho Testamento, ou de um retrato debuxado por Plutarco, dêsse cavaleiro são, por assim dizer, representantes, dois grandes vultos da nossa história: el-Rei D. Denís e el-Rei D. Duarte.

E eram, no seu tanto, dois cavaleiros acabados, aquêles dois. Bem diz o dítado, que as letras não despontam a lança. E o sentencioso e gentil Sá

de Miranda também o repetiu em bons versos, falando do marquês de Santilhana:

Um Marquez de grande conta
por seu esforço e saber,
para a paz e para affronta,
«A lança — sola dizer —
«co'os livros não se desponta[1].»

Como estamos vendo, já vem de muito longe a cultura do espírito dos nossos soberanos; e honra lhes seja.

Depois de uma não longa série de príncipes, que, segundo se crê, não primavam na leitura, e mal sabiam escrever (se é que o sabiam), quem primeiro entre todos ressai com mais brilho é D. Denís, o rei-troveiro, o pensador que lograva advinhar.

Seguem-lhe mais ou menos as pisadas seu filho el-Rei D. Afonso IV, seu neto el-Rei D. Pedro I, não falando no conde D. Pedro, de quem já tratámos, e noutros, mas mencionando, e com entusiasmo, el-Rei D. João I. Êste senhor (di-lo seu próprio filho primogénito) *fez um Livro das Horas de Santa Maria, e Psalmos certos para os finados, e o outro da Montaria; e o Infante D. Pedro, meu sôbre todos prezado e amado irmão, de cujos feitos e vida muito som contente* — acrescenta o mesmo escritor — *compôs o Livro da Virtuosa Bemfeitoria, e as Horas da Confissão*[2].

[1] Carta a João Rodrigues de Sá.
[2] *O Leal Conselheiro*, cap. XXVII.

*

E êle próprio, o que asssim falava, êle, o rei D. Duarte, o simpático e efémero herdeiro de tamanhos varões ¿não avulta no seu tempo como exemplar de estudiosos? Triste, sempre triste, arrastando como fardo o seu pesadíssimo reinado de cinco anos, tão grande e tão nobre, vêmo-lo entremeando com as agruras da vida doméstica e as obrigações do ofício de reinar, a tarefa literária, a sua conscienciosa tarefa literária, que o haveria imortalisado por si só, quando mesmo nascido em bêrço obscuro. Dêsses trabalhos de letras desconfiava êle; està-se a vêr pelo tom modesto com que no *Leal Conselheiro* (é no prólogo, se me não engano) fala no seu *pequeno saber*, interrompido, de mais a mais, e empecido por *todo geral regimento de justiça, conselhos, e tódas outras proveenças* de reinos e senhorios.

Deu-lhe Deus (¡pobre alma inquieta e nostálgica!), deu-lhe, como descanso aos amargores, um ou outro momento de fugaz ventura; e (sem irmos mais adiante) casou-o com uma digna e suave companheira, cuja vida inteira se debruçou sôbre a dêle, como um arbusto sôbre o tronco de um carvalho.

Cito (e não resisto a descrevê-la com muita minúcia) a festa do casamento de el-Rei, então infante.

¿E sabe o estudioso quem vai ser o nosso informador? quem? Nada menos que um irmão do nubente, o infante D. Henrique, descrevendo as

festas a seu pai. O singularíssimo é que el-Rei D. João não assistiu; consumou-se a bôda em Coimbra, residindo êle em Lisboa.

Vamos ao caso.

*

Estava-se a meio de Setembro de 1428; determinou-se que fôsse a festa em Coimbra, e para lá começou a afluir grande número de curiosos de tôda a comarca, além daqueles a quem os deveres do cargo impunham comparência. Grandes, prelados, os príncipes de sangue, tudo jornadeia em direcção a Coimbra. No Castelo e em Santa Clara vão desusados aprestos; aderessam-se as salas, os aposentos, o templo. Chegou com grande séquito de donas, bispos, criados, a formosa D. Leonor de Aragão, a gentil noiva do infante, e hospedou-se no paço do Castelo. Chegou o infante D. Henrique. Chegou o infante D. Duarte, e aposentou-se na extremidade do paço oposta àquela onde já estava D. Leonor. Chegaram o conde e a condessa de Barcelos. Chegou o infante D. Fernando.

Das relações dos dois nubentes existe memória: cada dia, por duas ou três vezes, ia o infante passar algum tempo com D. Leonor; tratava-a com o mais profundo cumprimento e resguardo; era finíssimo com ela, e tão respeitoso, que não permitiu a si mesmo a inocente liberdade de dar um beijo àquela que ia ser a companheira da sua vida, segundo observa D. Henrique, o afectuoso

narrador destas festividades. Ficava embevecido a olhar para ela, deleitando-se o mais possível em a ver dançar, airosa como era, e em a ouvir cantar ao som do manicórdio, ou clavicórdio, uma espécie de espinheta, ou cravo (o piano de Erard daquele tempo). Quando estava com ela, e que a escutava a falar a sua lindíssima língua, sentia-se alegre, sentia-se outro, parecia que um arrebol vinha iluminar-lhe o coração. Achava linda a voz da infanta, e a sua maneira de tocar.

Para entreterem a recém-chegada, concorreram vários passatempos; calculo que houve bonitos passeios no Mondego, e digressões aos arredores; mas sei também que houve caçadas, e até duas tardes de toiradas, sendo os toiros oferecidos por uma fidalga de Coimbra, D. Guiomar, e lidando-se uma vez no próprio pátio do paço, e a outra no terreiro de Santa Clara-a--Velha.

Na segunda-feira 20 houve danças no paço.

Na quarta 22, enfim, celebrou-se o real casamento com a pompa que vou descrever.

*

Tinha-se escolhido o templo venerando de Santa Clara (junto à antiga residência da Raínha Santa) para nele se realizarem os desposórios. ¡Vicissitudes das coisas humanas! Esse mosteiro, afogado nas areias, é hoje uma ruína. O *paiz* que

o circunda é já em tudo outro do que era então; o Mondêgo é um fio de águas; o aspecto da cidade nem lembra sequer o da nobre cidadinha medieval; e o próprio campo é diverso do que foi. Todos aqueles oiteiros sorriam dantes vestidos de vinhedo, e (¿quem tal crerá hoje em dia?) cobertos de magníficas plantações de cana de açúcar, cujo verde alegre contrastava com o bronzeado do olivedo [1].

Escolhido pois, como disse, o mosteiro de Santa Clara, nele se concentraram as diligências e o talento dos armadores mais artistas do reino. ¡Faz-se idéia do apuro com que se emparamentou a casa tôda! Convergiram para aquele ponto os cuidados, e juntaram-se alí as mais custosas alfaias religiosas, já emprestadas, já próprias do mosteiro.

O claustro ogíval, por onde havia de atravessar a noiva, aquele claustro adornado de redoiças de flôres, e sussurrado de fontes, a maior das quais desafogava no tanque pela bôca de uma serpe enroscada ao braço de uma ninfa [2], e trazia à lembrança, nas conversações das monjas, o

[1] Em 1451, diz Lanckman de Valkenstein, um dos embaixadores de Frederico imperador da Alemanha para o casamento dêste príncipe com a nossa infanta D. Leonor: *Et ibi crescunt optima vina, et zuccarum in cannis.*

¿Não se está a ver nisto (pregunto) a iniciativa do duque de Coimbra D. Pedro, por influência de seu irmão D. Henrique de Sagres, a quem as canas de assúcar eram mandadas das ilhas de além-mar?

[2] Bluteau, *Vocab.; Supp.*, art. *Fonte.*

caso, já talvês então lendário, dos amores de Inês, aquele claustro ogíval, tão garrido e elegante, alcatifava-se nesse dia de riquíssimos tapetes.

O aspecto da nobre casa claustral, quer vista de fora pelo povo, quer de dentro, era risonho e alegre; brincava um sol de noivos, e chilreava o passaredo com mais graça que de costume, pelos rendilhados dos capiteis e colunelos, ainda brancos e intactos, pois não remontavam a mais que aos começos do século XIV.

O templo, de enorme altura, colgado de brocados, cobria de preciosos adornos os seus cinqùenta e seis metros de comprido [1]. À porta que do côro das freiras dava para o templo, suspendia-se um pano brocado carmezim, arregaçado, e cobrindo como docel o lugar onde haviam de ser as bençãos. Nesse côro é que jazia a Raínha Santa, depois de ter estado primeiramente em baixo, no corpo da igreja, donde foi tirado o seu mausoléu, porque, não só pelas suas dimensões, mas também pela gradaria que o circundava, era empacho e pejamento [2].

Todo o recinto do templo se via aconchegado de razes, por dentro e por fora, e alcatifada a

[1] Indicações tiradas de um curioso artigo do falecido erudito dr. Augusto Simões, intitulado *Navegar em ruinas*, explorações das ruínas inundadas da igreja velha de Santa Clara. — Vidé o jornal *Artes e Lettras*, de 1872, n.º 10.

[2] Vida antiga da Raínha Santa. — Vem na *Mon. Lusit.*, tom. VI, pág. 515.

escada que levava do côro para o templo. Ao longo do caminho que haviam de seguir os nubentes subindo a nave, tudo era uma espécie de rua formada de panos. O frontal e sobre-céu do altar-mor eram de brocado carmezim. O cabeçal ou almofada, em que os noivos haviam de ajoelhar-se, era todo tecido de oiro liso sem lavores. Rutilava de pratas o altar-mor, das quais umas eram da mitra de Coimbra, outras pertenciam a el-Rei; por sinal, que oficiou o bispo com mitra e bago da corôa.

Tais eram, pouco mais ou menos, os adornos e as galas com que se ènfeitava o templo de Santa Clara.

*

Tinha ido para lá a infanta D. Leonor, e achava-se com as freiras, à espera, no côro. À hora marcada, entre ondas de populares alegres, chegou, desde o paço do Castelo, o noivo montado n'uma formosa faca. Trajava rica opa, e tinha por firmal, ou broche de prender, uma esmeralda de preço. De uma banda acompanhavam-no a pé os infantes D. Pedro e D. Fernando, e da outra o infante D. Henrique, mais o conde de Barcelos, com um sem-número de fidalgos e senhores. Apeados, seguiram todos até à porta do côro, onde pararam. Subiram D. Pedro e D. Henrique a buscar a noiva, e conduziram-na pela mão para o corpo da igreja. Levava a cauda do vestido da infanta a supra-mencionada D. Guiomar, e pega-

vam em tochas todos os convidados. Fez uma breve prática o chantre de Évora, e entre músicas se procedeu à cerimónia, conforme o ríto católico; depois disse-se uma missa resada, mas com diàcono e subdiàcono, e tudo de pontifical. Foi padrinho o conde de Barcelos, e madrinha sua mulher a condessa D. Constança.

Tôda essa série de cerimónias, a que assistia a jovem noiva com uma pesadíssima opa bordada, cançaram-na de modo que, pelo calor das luzes e quantidade da gente, ao terminar o acto, e ao chegarem-se-lhe os cunhados para a felicitarem, ela esmoreceu, desmaiou, e caíu nos braços das suas damas. Lançaram-lhe água ao rôsto, voltou a si, retiraram todos, e só ficaram por fim a noiva e as senhoras do seu séquito e convidadas.

O infante D. Duarte, assim casado à face da igreja, tornou-se para o seu paço, apenas acompanhado dos irmãos.

Depois de ter a noiva jantado em Santa Clara, foram lá buscal-a à noite os cunhados para a trazerem ao paço do Castelo. E notava com chiste o infante D. Henrique, ser de bom agoiro isto de casar em Santa Clara esta infanta aragoneza, no próprio paço da outra aragoneza, a santa raínha Isabel; dir-se-ia que a noiva saía agora de sob o seu bafo maternal.

A comitiva desde Santa Clara pela ponte fora até ao Castelo de Coimbra, no escurecer daquela formosa noite de Setembro, era magnífica e muito para se ver. Ia a infanta numa hacaneia ruça pomba, ajaezada de ouro, com aparelhos ricos que

oferecera o noivo. Junto da infanta, a um lado e a outro, iam a pé os cunhados, e muitos fidalgos da Casa Real, ladeados de sessenta escudeiros com tochas acesas. Logo atraz seguiam, também a pé, a condessa de Barcelos, e D. Isabel de Ataíde, e muitas outras donas e donzelas.

E assim chegaram ao paço, onde certamente os aguardava cheio de alvoroço o afectuoso D. Duarte.

*

Á noite houve sarau.

¡Com que ingénua graça não encarece o real autor do *Livro da montaria* os primores dos saraus, o aprazível da companhia, e o desenfado que traz a um cérebro exausto de trabalho o alegre e variegado aspecto de um salão cheio de gente, amenisado de música, e aquecido de elegância! O melhor remédio para *o cançasso do entendimento* — diz o escritor — *é vêr a sala mui bem guarnida de mui ricos panos, e outros; vêr muitas donas e donzellas mui ricamente vestidas, e tão bem cavalleiros como escudeiros, que todos nom parassem mentes senom em tomar prazer, ouvir os mui doces tangeres que fazem os instrumentos, tomar uma formosa dona ou donzella pela mão, e dançar com ella, etc.* [1]

[1] *Livro da montaria* por el-Rei D. João I, mss. da Bib. Nac. de Lisboa; citação feita pelo sr. Gama Barros no seu belo livro *Hist. da Adm.*, tom. I, pág. 424.

Dançou-se e cantou-se numa sala ricamente aderessada, e assistia num estrado o noivo.

Faltam mais pormenores. Vê-se, porém, que desde tempos muito antigos (desde todo o principio, pode-se dizer), foi a dança, àlém do sabido *cantochão da cortezia, em cujo contraponto há cem mil galantarias e extremos que não cabem em regras*, como diz Lobo [1], foi a dança entretenimento geral em tôdas as classes.

Não creio que tenha muita razão o meu grande e querido Bluteau [2] em dizer que os primeiros saraus em Portugal foram em dias de el-Rei D. Manuel; quando vemos nas côrtes anteriores bailar a mocidade, e requebrar-se galanteando ao som de tiorbas, pipas e violinos.

Lá fora, pelo mesmo tempo, havia saraus, e brilhantíssimos; que o demonstre o diário da jornada do conde de Ourém a Basilêa, por exemplo, onde a descrição de uma festa em casa do duque de Milão, em Lausanna, em 1437, corre parelhas com as das mais esplêndidas [3]. Representou aí a dança um grande papel, e há-de representá-lo sempre.

Houve quem chamasse a dança abraços ao som de música; é grosseira a frase; mais quero eu à que escreveu Lamartine, denominando-a *a poesia do movimento*. Ninguém definiria melhor e em menos traços o gracioso papel da dança.

[1] *Côrte na aldeia*, dial. XII.
[2] Verb. *Saráu*.
[3] *Hist. Gen.; Provas*, tom. V, pág. 605.

Findo o sarau, foi servido vinho e fruta ao infante D. Duarte por seus próprios irmãos. (Noto com pena a ausência da infanta; provàvelmente duravam os efeitos do desmaio, e obrigaram-na a recolher-se). A salva dos doces, ou o *confeiteiro*, como se dizia, levava-a D. Henrique (o de Sagres); a fruta, D. Fernando (o Santo); o vinho, o conde de Barcelos (depois duque de Bragança); e enfim, o pano para limpar as mãos e a bôca, levava-o D. Pedro (o da Alfarrobeira). Grande honra sem dúvida para um príncipe ter tais servidores; isso bem mostra o aprêço em que era tido tão conspícuo primogénito.

Terminado o beberete, debandou a companhia.

Tal foi o cerimonial das núpcias do senhor D. Duarte [1].

*

Depois, ei-lo a atravessar a sua trabalhada existência, levando pela mão a formosa companheira que o céu lhe deparou, a suave inspiradora do *Leal Conselheiro*; ei-lo a auxiliar o pai nas ímprobas tarefas da realeza, a curtir, calado, as mais pungentes dores no seu coração de filho, de irmão e de português, mas a saber encontrar nas devoções, nas leituras piedosas e históricas, e na própria composição literária (como Cícero, como tantos outros) o único respiro às suas melancolias.

[1] *Hist. Gen.; Provas*, tom. VI, pág. 350.

¡Singular e atractiva personalidade a dêste real mancebo, para quem a vida do cérebro era tão intensa, e cujas delícias principais eram os passatempos do espírito! Aparece-nos el-Rei D. Duarte como um exilado no trono, expiando, pelos infortúnios próprios, crimes que não cometera, arrastando cinco longos anos de reinado, cortados de pestes e guerras, e aterrado, no fundo do seu coração supersticioso, com as predições que na aclamação lhe fizera o famoso astrólogo mestre Guedelha [1]. E contudo, ¡tanta era a sua fortaleza de ânimo! vemo-lo sempre sereno, caminhando sempre firme e com os olhos em Deus, dando com o seu trabalho impulso às letras da sua terra, nobilitando a pena, e deixando-nos um duplo legado imorredoiro: escritos bons e exemplo honrado.

*

Quando êle próprio não entretinha os ócios escrevendo e produzindo, recomendava a outros a composição ou tradução de obras úteis e sãs. Aí está uma carta do grande infante D. Pedro, de 6 de Janeiro de 1434, em que se menciona certo livro de moral, que el-Rei D. Duarte mandara traduzir pelo prior de S. Jorge; carta respeitosa, cheia de amisade e entusiasmo, e que honra tanto o epistológrafo como o destinatário [2].

[1] Rui de Pina, *Chron. d'el-Rei D. Duarte*, cap. II.
[2] *Hist. Gen.; Provas;* tom. I, pág. 432.

Sim; da índole essencialmente literária dêste príncipe dá também testemunho a memória dos livros de uso dêle, encontrada no antigo manuscrito da Cartuxa de Évora, lá copiada pelo conde da Ericeira, impressa nas *Provas* da *História Genealógica*, [1] e também anteposta à edição parisiense do *Leal Conselheiro*. ¡Curiosa miscelânea! devoções, história, corografia, viagens, meditações filosóficas, cavalarias, tudo ali está a representar o inquieto século XV, e a alma inquieta e insofrida do monarca. A lista dos livros dêle é êle todo.

E com os irmãos dava-se o mesmo.

Em testamento, menciona o infante D. Fernando uma interessante lista dos seus livros [2].

Outro membro da mesma real irmandade, o conde de Barcelos D. Afonso (primeiro duque de Bragança) era espirito ilustrado também; viajou muito (¡grande e profícua leitura a das viagens!), e possuiu livraria, que foi enriquecendo ao passo que viajava [3].

A célebre relação-diário da jornada do conde de Ourém a Basilêa conservava-se num dos livros chamados *de Muitas coisas*, mandados coordenar na livraria ducal de Vila Viçosa pelo duque de Bragança D. Teodósio [4].

[1] Tom. I, pág. 544.
[2] *Hist. Gen.; Provas;* tom. I, pág. 505.
[3] Idem, *Ib.;* tom. V, pág. 84.
[4] *Hist. Gen.,* tom. VI, pág. 85. — tom. X, pág. 524.

Mas, tornando-nos ao senhor D. Duarte:

*

¡E o seu *Leal Conselheiro!* como gosto daquela obra! que doçura e suave unção religiosa naquelas máximas! como se sente à vontade uma alma contemplativa ao espraiar-se, ao espreguiçar-se sôbre o relvado de tão boas páginas!...

Compoz el-Rei êste livro a pedido de sua virtuosa mulher a raínha D. Leonor, a quem o dedicou. À gentil aragoneza devemos pois agradecer esta jóia das letras pátrias, descoberta em Paris, em 1804, pelo erudito abade Corrêa da Serra [1]. Aquece-se cada um dos parágrafos do livro real numa meditação afectuosa e concentrada, e a alma dôce do autor paira sôbre a tarefa literária e anima-a.

*

Trabalhou muito el-Rei D. Duarte, e soube trabalhar. Sendo de vinte e dois anos, ordenou-lhe seu pai (foi isto por 1413) *que tevesse carrego do concelho, justiça, e da fazenda que em sua Côrte se trautava.* ¡Vejam que tarefa! Substituir por algum

[1] Isso vem documentado a pág. 43 do tom. III da *Revista Universal Lisbonense.*

tempo o grande rei! Fazer as vezes dele! em tão verdes anos! Pois saiu-se como era de esperar. Levantava-se de madrugada, ouvia missa, e encaminhava-se para o tribunal da Relação, a despachar com os desembargadores. Meio dia, e êle a voltar ao paço para jantar. Sôbre o jantar dava audiências, findas as quais se recolhia à sua câmara. Breve descanço, porque às duas horas já os do Conselho e os védores da fazenda ali estavam, e trabalhavam com êle em despacho até às nove da noite. Quando saíam, seguiam-se então os negócios domésticos, e entravam os oficiais da Casa Real.

Uma ou outra vez ia-se até aos paços do Castelo a visitar el-Rei seu pai, e a dar-lhe conta do como se houvera [1].

¡Oh! foi essa uma das feições distintivas e peculiares da interessante progénie de el-Rei D. João: o respeito filial, e o acatamento profundo a el-Rei, como rei, e como pai. Existe um

[1] Eis as textuais palavras:

Os mais dos dias bem cedo era levantado, e, Missas ouvidas, era na rrollaçom, ataa meo dia ou acerca, e vinha comer. E sobre mesa dava odiencias per boo spaço, e retraya-me aa camera, e logo aas duas oras pos meo dia os do conselho e veedores da fazenda eram com mygo, e aturava com elles ataa IX oras da noite; e desque partiom, com os oficiaais de minha casa estava ataa XI oras. Monte, caça, muy pouco husava; e o paaço do dicto senhor vesitava poucas vezes, e aquellas por veer o que el fazia, e de mim lhe dar conta. — Leal Conselheiro, cap. XIX.

papel (¡o que o papel tem salvo, Santo Deus!), um papel com justa razão atribuído ao senhor D. Duarte, e em que se dá conta do modo como êle e seus irmãos se haviam nas suas relações com o pai. É precioso documento; *vadé-mecum* de piedade filial. Nunca a veneração se expressou de feitio mais agradável e respeitoso. Reluz em cada uma daquelas linhas a caridade cristã sobredoirando o amor filial e o fraternal. Aparece-nos aquela nobre irmandade tôda subtilmente carinhosa com o velho rei; e êle avulta em meio deles como um patriarca, já gastado dos anos, e já encanecido de desenganos.

¡Com que doces cautelas não manifestavam êles qualquer opinião avêssa à de seu pai (quando a tinham)! Com que amoroso enlêvo não viam nêle o herói dos trabalhos grandes, o guerreiro das possantes guerras, o extraordinário eleito do povo português! *Estabeleciamos em nossos corações um procurador por elle, que nos fizesse todos seus feitos interpretar* — diz graciosamente o autor, como que espreitando a vontade paterna.

Faz bem à alma (¡hoje em dia principalmente!) reler aquelas páginas suaves, humildes e digníssimas, dedicadas e nobres. Está-se a perceber quanto eles todos, do primeiro ao último, *se compunham* na presença de tal pai, outrora o brilhante e ousado mestre de Aviz, então o venerando ancião chefe da casa portuguesa. Falavam--lhe verdade, sempre verdade, custasse o que custasse; e quando lha não podiam dizer (por qualquer motivo), não lha disfarçavam; pediam-

-lhe (diz o autor) *que n'aquelle feito Sua Mercê nos houvesse por escusados por lhe não dizer o que sabiamos; e o dito senhor havia por bem tal resposta.*

Esfumavam-se na sombra para fazer brilhar as opiniões e os actos paternos. Nas caçadas e montarias, por exemplo ¿não é lindo ver como escureciam os seus próprios feitos, eles, os mancebos, para realçarem os do senil caçador? *Em monte e caça, quando com o dito senhor iamos* — conta o piedoso filho — *das folganças que em ello costumavamos de haver faziamos pequena conta, por a sua ser sempre acrecentada, sentindo mais um seu pequeno desprazer que perda de todas veações, ou desaviamento de toda montaria.*

Quanto mais el-Rei envelhecia, mais requintavam em carinhos. *Quanto mais*—diz o narrador — *Quanto mais em grandes dias se accrecentava, tanto lhe mostravamos, e haviamos maior reverencia, com humildade conformando nossa vontade com a sua.*

Sempre que el-Rei adoecia, estivessem os infantes onde quer que estivessem, corriam logo a ter com êle. *Em suas doenças* — palavras textuais —*por longe que estivessemos, logo mui sem tardança vinhamos a elle, e quanto melhor podiamos era por nós bem servido e visitado; e o comer, e beber, e dormir, e todas folganças, mui sem empacho, quando cumpria, por elle leixavamos.*

Tudo que possuiam o ofereciam de boa vontade a el-Rei. *Com bestas, aves, cães, e quaesquer outras coisas, para seu prazer o serviamos, sendo muito*

mais ledos de filhar elle com nossas coisas uma pequena folgança, que nós muito maior[1].

Na vida operosa de el-Rei D. Duarte como administrador, naquele seu precoce labutar, tão consciencioso e tão viril, que nos está demonstrando o quanto pode o atavismo, e o muito para que eram as faculdades de tal príncipe, pouco era o tempo consagrado às montarias. Êsse tempo e o das jornadas, e das esperas, considerava-o como perdido. *Alguns dias* — confessa êle — *por andar a monte, caça, e caminhos, ou desembargadores non chegarem a mim tão cedo, estou como ocioso...*

E percebe-se na frase, e quási no tom, a sua impaciência de aproveitador dos minutos.

Olhou com rara firmeza e austeridade para o seu espinhoso ofício de rei; e pouco depois de subir ao trono, cerceou quanto poude as demasias nos gastos, começando pelos seus próprios.

A reformação que fez em sua casa — narra um dos nossos melhores cronistas — *foi para exemplo de seus creados e vassallos. Mandou que se não gastassem para vestido de sua pessoa cada um anno mais que quinhentas dobras, porque entendia aquelle bom Principe, que as portas por onde nas Republicas e Imperios entraram os vicios e corrupção de costumes, por que se vieram a perder e a arruinar, foram os excessos do comer e do vestir*[2].

[1] Êsse precioso documento vem na *Hist. Gen.; Provas*; tom. I, pág. 546.

[2] Duarte Nunes, *Chron. d'el-Rei D. Duarte*, cap. III.

Além disto, farto do sem-número de importunos parasitas de que se compunha a côrte, dispensou a maior parte dos oficiais, e de cada classe só queria um que o servisse um trimestre a fio. Conta Duarte Nunes do Leão, que, *para escuzar gastos e molestias que a muita gente da Côrte dá aos povos onde reside, ordenou que dos Infantes, Condes e Prelados, andasse de cada estado um sempre na Côrte somente, para o ajudarem e acompanharem, e que por seus giros servissem aos quarteis do anno; e assi despediu da Côrte os mais*[1].

Sempre utilitário, sempre ocupado, guiado sempre pelo bem do próximo, parecia el-Rei D. Duarte adivinhar todo o efémero do seu reinado; ia como quem vai à pressa, e tem mêdo de que se lhe cerre a noite.

*

Entre as suas tarefas de estadista e escritor moralista de altos quilates, chegavam ainda assim (!vive Deus!) alguma vez os ócios ao estudioso príncipe para escrever, por exemplo, o seu *Regimento para aprender a jogar as armas*[2], ou para se ir espairecer muito à larga pelo campo, como monteiro e cavalgador entusiasta.

[1] Duarte Nunes, *Chron. d'el-Rei D. Duarte*, cap. III.
[2] Vidé essa menção na *Hist. Gen.; Provas;* tom. I, pág. 558.

Era então muito para ver, como, no repoisado pensador do *Leal Conselheiro*, acordavam todos os brios e insofrimentos do legislador da *Ensinança de cavalgar*. No meditativo homem de letras surge por encanto o justador, o lutador, o cavalgador de tôda a sela, o perfeito cavaleiro medieval em tôda a sua pulida e ousada galhardia.

Da nobre arte de cavalgar foi também mestre consumado, então, um homem hoje esquecido, e grande *ginetário* do século XV, Duarte da Costa, seguidor das doutrinas de Bólio (outro picador célebre, a quem um documento coevo chama *doutor da gineta*[1]). Entre êsses nome dos técnicos, dos homens do ofício, dos Antónios Galvões, e dos marquezes de Marialva de outras eras, figura, e muito bem, e muito à vontade, el-Rei D. Duarte. Lá o diz um sábio historiador:

No cavalgar á brida e á gineta levou elle aventagem a todos os do seu tempo... Foi grande monteiro e caçador, sem offensa dos despachos e negocios necessarios[2].

No senhor D. Duarte, talvês aluno de Duarte da Costa, já de mais a mais essas prendas eqüestres podiam haver-se por hereditárias. Fôra desde anos verdes o mestre de Aviz louco pelos vários géneros de exercícios corporais, como todos os nobres de então. Numa terra como a nossa, em que abundavam os lobos, as raposas, os veados,

[1] Vidé a respeito dêsses dois a *Hist. Gen.; Provas*; tom. III, págs. 298 a 302.

[2] Duarte Nunes, *Chron. d'el-Rei D. Duarte*, cap. XIX.

os javalís, os ursos até (ainda alude a êles Fernão Lopes, falando no infante D. João, filho de D. Inês de Castro)[1], era a caçada uma verdadeira imagem reduzida da guerra. Por isso, no seu *Livro da Montaria*, se expande o amigo de Nuno Álvares na descrição entusiástica da nobre arte.

Basta ouvi-lo, o fogoso D. João I, para perceber que ninguém saboreava com mais fino paladar as delícias de uma tépida madrugada de outono, a meia luz dos horizontes, o chegar dos companheiros, as saüdações, a refeição prévia, a abalada para a serra, a solidão da serra, o primeiro trilo das cotovias e calhandras, e aquêle cheiro acre dos matos, e as incertezas do dia, e os apupos na montanha, e a companhia dos cães, e em suma, as mil minúcias intraduzíveis, que dão tanta alegria e tanta saúde aos caçadores, e que são tais, que até um boçal, como eu, as entende e avalia.

Mui fermosas coisas são de ouvir — exclama el-Rei D. João — *quando os monteiros tangem rastro, e depois quando os cães vão a achar a vozes, e acham, já quando todos correm ensembra! podemos dizer mui bem, que Guilhelme de Machado* (algum músico célebre do tempo) *nom fez tão fermosa concordança de melodia, nem que tão bem pareça, como fazem os cães quando bem correm. Ainda mais o tanger das buzinas, e o falar dos moços quando falam aos cães, de mais quando dizem: «eil-o vai!» Todas estas coisas som tão*

[1] *Chron. d'el-Rei D. Fernando*, caps. CXVIII e CXIX.

pertencentes para correger o entender, se cançado é por ouvir coisas que o anojem, e o façam cançar, como o rhuibarbo para correger o figado [1].

¿Não se está a perceber em tudo isso o alto amador, com o sexto sentido apuradíssimo pelo instincto e pelo uso? E tão versado era o senhor D. João I nas boas manhas tôdas da cavalaria, naquela elegante ginástica dos homens de sangue, que (lá no-lo conta o filho em têrmos claros), sendo de mais de setenta anos, *do chão, sem outra avantagem, cavalgava em besta de rasoada altura assi desembargadamente, que poucos homens de grande estado em edade de cincoenta o poderiam assi fazer.*

Com tal pai e tal mestre não admira pois que saísse o filho peritíssimo na prática da arte de cavalgar, e (o que é mais) na sua minuciosa e douta ensinança.

Contemplemo-lo aqui de relance, segundo agora o estou a ver.

*

¿Sabeis? hoje disse adeus aos escrivães, e ordenou montaria às serras de Sintra ou às charnecas de Monte-Junto. Despontou formoso o dia; frio e claro. Madrugando antes do sol, ou *matinando* (como se dizia), assomou el-Rei com modo

[1] *Livro da montaria*, mss. da Bibl. Nac. de Lisboa. Citação do sr. Gama de Barros a pág. 426 do tom. I da sua *Hist. da Adm. Publica em Portugal.*

brusco à porta da escadaria do seu paço do Limoeiro, e calçando as grossas luvas de anta, contempla sorrindo, e fazendo alguma pregunta aos companheiros, o aspecto lustroso dos seus cavalos, que em baixo escarvam deante dos portais. ¡Grande e luzido séquito o seu! são monteiros de cavalo, e de pé, são falcoeiros e açoreiros; e à trela de rapazitos novos, a que chamavam *moirisquinhos*, vem a esplendida matilha de sabujos, alãos e podengos, ensinados a primor, insofridos e obedientes, com os aguçamentos do faro a esporear-lhes a vontade. E o tropear, e o vozear, e o cainçar de tamanha mó de gente e animais entra suave ao coração sequioso do rei.

¿Querem observá-lo? contemplem-no comigo. É alto e delgado, com a barba loira partida pelo meio, e no rosto, e no lampejar dos olhos castanhos, uma graça finíssima, que diz com o harmonioso e concertado da sua voz cheia e grave, dominadora mas benévola. Vem de gibão folgado ao corpo, e de aba ou falda muito descida; manga pouco comprida e leve; todo o armamento leve e elegante: o punhal, a faca de mato, a buzina, a lança; na cabeça, um capelo pequeno; nos pés, calçado largo sem ponta, e nele fortes esporas acorreadas. Dirige uma ou outra palavra do ofício aos pagens e escudeiros; afaga o murzelo negro, que o reconheceu e lho agradece com o olhar; revista-lhe, com ar de entendedor, o aparelho, e toma-lhe a rédea; sopeia-lhe os insofrimentos, e salta airoso para a sua sela de Bravante, apertando os ilhais ao anafado e nervoso bicho, que

estremece e curveteia, tilintando o freio, e sacudindo a garupa arredondada. ¡Vêde-o! que gentil parece o cavaleiro, todo desempenado, com as pernas direitas para deante, bem firmadas nas estribeiras, segundo êle próprio recomenda! Fere as esporas, e lá vai. E tôda a cavalgada, entre relinchos e tropeados, abala com êle, abuzinando as trompas...

¡Oh! que formoso vem o sol de outubro a querer romper sôbre o azul opalino da atmosfera, perfilando de vermelho as beiras dos telhados no bairro de S. Martinho!...

CAPÍTULO VIII

El-rei d. afonso v. — Influência das modas francesas no seu tempo. — Riquezas da recâmara da raínha D. Isabel, da infanta D. Joana, da infanta D. Beatriz. — Repressão do luxo. — Papel das côrtes. — Reis de armas, arautos e passavantes. — O elemento guerreiro. — Regimento de guerra. — Cargos da côrte: — o condestabre; o marichal; o almirante; o capitão do mar; o alferes-mor; o mordomo-mor; o camareiro-mor; o meirinho-mor; o aposentador-mor; o anadel-mor; o monteiro-mor.

A el-Rei D. Duarte segue-se o buliçoso e irrequieto Afonso V, espírito doentio, que tôda a vida lutou consigo mesmo ¡a mais terrível e insuportável das lutas! Político, viajante, homem de armas, teólogo e monteiro, ainda êste versátil soberano achava tempo para ser músico, arte em que o diziam insigne, e em que teve por mestre um Tristão da Silva [1].

[1] Barbosa Machado. *Bibl. Lusit.*, tom. III, pág. 765.

*

O que julgo pode afirmar-se é que, assim como as modas inglêsas predominaram durante o reinado do mestre de Aviz, assim influiu não pouco em todo o dêste seu neto, o predomínio francês. A sua viagem a França tornou-o ainda mais faustoso do que era.

Correndo alguns dos inventários que dêsse tempo chegaram até nós, conhece-se a que elevado ponto subira nas classes altas o luxo e o apuro do viver.

Vejamos:

*

Em seu testamento menciona a raínha D. Isabel muitas pedras preciosas, rubís, esmeraldas, vestidos de pano de ouro, e até livros (luxo raro para então)[1].

*

Sua filha a infanta D. Joana, monja no mosteiro de Jesus em Aveiro e depois beatificada, também, a-pesar-do seu encêrro claustral, e do seu santo desprendimento, possuíu jóias de valia, de que fala nas suas disposições finais[2].

[1] *Hist. Gen.; Provas,* tom. II, pág. 53.
[2] Id., ibid., pág. 81.

*

A lista das alfaias caseiras e dos trajos da infanta D. Beatriz, que em 1447 casou nas Alcáçovas com seu primo o infante D. Fernando, é notabilíssima para amostra da grandeza com que já então se vivia[1].

Pode dividir-se essa lista em quatro grupos: jóias, trajos, móveis e livros. As jóias, de ouro, prata e pedras finas, deslumbram. Os trajos conservaram nomes de drogas e modas, hoje desconhecidas, mas abonadoras do luxo da sociedade elevada. Os móveis dariam por si só a história descritiva dos antigos aposentos principescos. Essa longa lista, estudada e comentada por um Vilhena Barbosa, seria o mais interessante e completo estudo do antigo viver. Os livros, pouquíssimos, e só místicos, aparecem alí entre jóias, como jóias, que se reputavam, da primorosa iluminura em pergaminho.

*

Mas não eram só os príncepes e princesas de sangue mais chegado ao real, que assim viviam. Os grandes senhores timbravam, mais ou menos, em imitá-los. ¿Querem ver?

Quando em 1451 e 52 andaram fora do reino, por Itália e Alemanha, alguns dos nossos cavalei-

[1] *Hist. Gen.; Provas;* tom. I, págs. 569 e segs.

ros mais ilustres, no séquito da infanta D. Leonor, que saíu a casar com o imperador Frederico III, é curioso observar como em terras forasteiras continuava para o conde de Ourém D. Afonso, filho primogénito do duque de Braganca, e por essa mesma ocasião nomeado marquês de Valença, o rigor do cerimonial caseiro com que certamente se tratava nas suas terras de Portugal.

Um dos portugueses que iam na comitiva do nobre maioral do acompanhamento da infanta-imperatriz, foi Pedro de Sousa, senhor do Prado; e deixou-nos êle, numa carta ao duque D. Jaime, escrita muitos anos depois, descrições minuciosas, que hoje são verdadeiros encantos. Por êsse documento, altamente significativo, conservado pelo grande D. António Caetano de Sousa [1], ficamos fazendo idéia clara do modo quási real como vivia o marquês de Valença, e viveriam decerto os seus pares.

Do seu fausto em Portugal não me ocorre, neste momento, demonstração alguma. Sei, porém, o modo como se houve lá fora.

*

A maneira esplêndidíssima como êste marquês entrou em Roma (dizendo que entrava à capucha e incógnito) merece ser referida.

Cento e trinta e tantas eram ao todo as cavalgaduras do interminável cortejo.

[1] *Hist. Gen.; Provas;* tom. I, pág. 645. Cópia de um manuscrito da livraria do conde de Castelo-Melhor.

Rompiam a marcha doze ginetes moiriscos (os primeiros que em Portugal se usaram) muito bem ataviados; animais de alto preço, velozes e ligeiros como cabritos, e que, por sinal, deram na vista aos embaixadores alemães que em Lisboa os observaram, e levariam os olhos aos mirones da cidade eterna.

Caminhavam depois as filas das mulas da bagagem, tanto do marquês, como dos do seu séquito.

Seguiam-se todos os escudeiros dele e dos nobres da comitiva.

Após êstes, quatro trombeteiros e dois tambores, precedendo imediatamente o grupo dos cavaleiros, que eram ao todo vinte e cinco, adornados de colares muito ricos.

Na cola do grupo iam os tangedores das charamelas e sacabuxas, levando sôbre o vestido cotas (ou *estarcões*) de prata, e tão grandes que lhes tomavam todo o peito até à cinta; e nessas cotas, debuxadas as armas do marquês e as suas divisas.

Iam depois dois arautos, levando no peito o mesmo brasão de armas sôbre cotas maiores e mais ricas que as outras.

Seguia-se por fim o marquês, cavalgando uma linda faca murzela negra, presente de el-Rei D. Afonso V, e que passava por ser a melhor do reino; tanto que já alguém oferecera por ela trezentos ducados; bichinho altamente aristocrático, manso e de magestosa andadura, que no ondulante menear do furta-passo ia cabeceando os seus orgulhos donairosos, ao sacudir a guar-

nição de veludo verde bordado a prata, realçado de chaparia do mesmo metal.

Sôbre tal cavalo avultava a gentil pessoa do marquês. Vestia gibão carmezim e de brocado de prata, saio curto, francês, de veludo alionado, e calça de grã; sapato de ponta; ao pescoço, cadeia de oiro com um ouriço-cacheiro de oiro, pendente dela; sombreiro de veludo negro com borla em cima; e de um rico cinto pendia-lhe a espada lavrada.

Seguiam ao marquês quatro pagens em cavalos de brida, isto é, aparelhados com estribos de lóros muito compridos, próprios do sistema de cavalgar, em que a perna ia estirada e o estribo na ponta do pé. Três dêsses cavalos iam adornados no estilo do do marquês. Os pagens levavam calças de escarlata e sapatos de bico, gibões de veludo carmesim, saios farpados, franceses, de pano de lã verde, finíssimo, e chaparia de prata; de todos os farpados do trajo pendiam pingentes fabricados em Burgos; ao pescoço, colares de oiro, muito largos; e na cabeça, sombreiros tais quais o do marquês. Cada um dos pagens levava uma insígnia diversa.

Atrás dêles, cerravam o préstito outro pagem e um moiro, em cavalos acobertados de caparazões de veludo de muitas côres; o pagem trajava do mesmo veludo variegado, com um escudo no braço esquerdo, e lança na mão direita; na cabeça, touca muito bem posta.

E assim caminhou de banda a banda da cidade, o luzido cortejo dos portugueses. Sirva êste quadro

como de especimen do ostentoso e bizarro viver dos nossos grandes no século xv.

Na residência que o marquês de Valença habitou em Roma ¿querem os leitores espreitá-lo de relance à mesa? Eu os encaminho. Eu sou o *cicerone* dos curiosos.

As tapeçarias da sua Casa, género de alfaias a que os grandes senhores consagravam boa parte dos seus haveres, levou-as consigo o marquês, e aderessou com elas as paredes da temporária poisada na cidade pontifícia: a sala, as câmaras, tudo era forrado de ricos panos.

Na sala havia quatro mesas, entrando nessa conta a especial, em que o marquês comia; esta (a chamada *mesa alta)*, era levantada ao tôpo, sôbre um estrado de três degraus. Junto às paredes, *copeiras* ou *copas (dressoirs)* de muitas prateleiras, onde reluziam taças, pichéis, pratos, bacios e salvas da baixela.

Das outras três mesas, a que ficava à mão direita do dono da casa, era para os cavaleiros e fidalgos principais, tanto os de el-Rei que tinham acompanhado o marquês, como os pròpriamente dele. Dois côvados arredados dessa mesa ficava outra, onde comiam os arautos, charameleiros e ministréis. Do lado oposto, enfim, corria outra mesa muito comprida, onde se sentava a turba dos escudeiros, tanto do marquês, como dos cavaleiros do séquito.

Cada mesa dessas recobria-se de *mantél* ou *bancal* novo *(pano,* como hoje diríamos), e por cima ia a toalha.

Isso dos móveis todos, em geral, cobertos de panos mais ou menos ricos, é uso muito antigo, e ainda hoje se perpetua, principalmente nas classes inferiores. ¿Nos lares de certas famílias de operáríos, não é ainda hoje vulgar verem-se as cómodas, os baús e as arcas recobertas de chitas com folhos, como que para disfarçar a pobresa das madeiras, ou quiçá, para perpetuar inconscientemente usos da idade-média? Bluteau, em 1712, define assim a palavra *Bancal: Pano, com que a gente baixa costuma cobrir os bancos e os caixões que tem em casa.*

As altas cadeiras dos antigos castelões, e outras peças da sua mobília ogival, eram artísticamente panejados em grossos brocados, que recaíam em pregas ao redor. Ainda as cátedras episcopais lembram essas usanças, que as salas esqueceram. Não admira pois que as mesas do marquês de Valença, no século xv, se vissem abafadas de bancais de pesados e magníficos estofos.

Em cada comer serviam-se ao dito marquês oito iguarias, *mui fornidas e mui grandes,* com muitos molhos.

Ao começar o repasto, depois de sentados todos os convivas, abria-se a porta de par em par, e rompia a passo grave um trôço de charameleiros, formados, entoando alegres melodias marciais. Aos charameleiros seguia-se Pedro de Sousa (como védor da Casa, ou talvês mestre--sala), autorizando com a sua presença o banquete, e saüdando o marquês. A pequena distância começavam a desfilar os porteiros trazendo os

diversos manjares. Tudo isso são luxos e requintes, de que hoje não há já vestígio, a não ser em alguns esquecidos prolóquios populares, mas que então muito se usaram nas mesas dos Grandes.

O conde de Vila-Franca lá nos descreve isso tudo, e muito bem; lá nos pinta os festins reais de aparato, em que as iguarias da *mesa alta* eram servidas a cavalo, e ao som de trombetas. O povo diz ainda por essas províncias (sem já saber porquê), quando quer significar que a mesquinhez da refeição dispensa explendores no serviço: *Rábão e queijo não há mistér trombeta*; e diz também, para expressar o zenite e o nadir da existência mundana, o luxo dos príncipes, e o desvalimento de quem tudo perdeu: *Ou comer com trombetas, ou morrer enforcado.* Preciosos restos que nos ficaram das antigas etiquetas; palavras ininteligíveis para muitos, mas que os estudos arqueológicos tão fàcilmente vêm explicar.

Na mesa dos cavaleiros ¿pensa o leitor que haveria um prato para cada conviva? Puro engano. Os convivas sentavam-se, segundo se vê, aos dois lados da mesa; adeante de cada quatro ficava uma grande travessa funda, ou *bacio*, como então se chamava; e nessa mesma travessa é que o grupo comia; eram, por assim dizer, os sócios interessados na mesma casa comercial. Aí está outro prolóquio a pintar-nos ainda êsse uso velho. *¿Já comeu comigo no prato?* pregunta com altivêz quem julga que outrem o trata com demasiada familiaridade; isto é ¿já esteve comigo alguma vez na camaradagem estreita de uma mesa?

¿ Querem saber a lista das viandas servidas aos ditos cavaleiros? Primeiro um bacio de *salgas*, ou carnes salgadas; depois outro de *desfeito*, que não sei o que era (talvês algum picado); depois galinha assada, um membro de carneiro, e vaca e marrã, ou toicinho com tempero de mostarda, e legumes; por derradeiro, fruta.

Na mesa dos escudeiros aparecia carneiro assado, e vaca, e galinha, e desfeito, e vaca cosida com toicinho ou marrã; e também comiam a quatro e quatro.

O vinho bebia-se por taças de prata lavrada; para isso rutilavam sôbre a toalha pichéis de prata a trasbordar de vinho.

¿ Querem quadro mais genuíno e característico do que êsse, de costumes da idade-média? Não pode haver; não só nas alfaias, mas também na patriarcal promiscuïdade do amo com os servos.

No meio dêsse luxo, mostram-nos os documentos que havia sempre um pessoal numeroso, ligado a cada grande personagem, e descrevendo em volta dele a sua órbita de satélites. Demasiadamente numeroso; dizia-o o senso comum.

*

Depois da já citada reformação, feita em seguida ao tratado internacional de 1411, a primeira é do ano de 1465, e ainda reduziu algum tanto o rol das pessoas do paço.

Já nas côrtes de Lisboa, de 1459, se verberaram àsperamente as demasias nos gastos do rei e dos senhores; *cá*[1] *mais rimaria*[2] *ao Fidalgo comprar dez gibanetes pera quando comprisse, que despender quanto háa em louçaynhas*[3].

E nas côrtes de Évora, de 1481, os povos, já fartos dos desperdícios das classes altas, e assustados das tendências que os pequenos tinham para imitar os grandes, requereram *que se prohibam com gravissimas penas os vestidos de seda e ornamentos de oiro e prata, a todas as pessoas, com certas limitações a respeito da primeira nobreza; porem que doirado e prateado ninguem o use; que haja differença pelos trajos das pessoas: que os nobres usem de lã fina; os officiaes e mecânicos de lãs grossas, burel, bristol, etc., que as rameiras, e que só fazem por um homem, não usem de mantilhas; que andem em corpo e sem chapins, com veos açafroados, para que sejam distinguidas das mulheres honestas*[4].

*

São muitas as leis com que os nossos antigos Governos forcejavam refrear os desmandos do público inteiro neste capítulo, sempre escorrega-

[1] Porque.
[2] Mais aproveitaria, mais conviria, mais quadraria.
[3] Citação de Viterbo no *Elucid.*, verb. *Rimar.*
[4] Viterbo. *Elucid.*, verb. *Bristol.*

dio, dos gastos do luxo. São muitos e sensatos êsses decretos, que, à imitação das leis sumptuárias romanas, tentavam coíbir demasias perigosas. Sempre desobedecidos, sucediam-se tais decretos uns aos outros, e pouco rasto deixavam. Ao longo dêstes estudos iremos vendo, mais ou menos clara, a influência dessas providências administrativas.

*

Acabei de falar das côrtes de 1459. É justamente nelas que pela primeira vez se acha menção dos recentes ofícios de Reis de armas [1], arautos e passavantes, incumbindo-lhes por essa ocasião o soberano a vigilância das transgressões feitas às leis da armaria [2].

Essa instituïção dos Reis de armas parece ter sido esboçada por el-Rei D. João I, a seguirmos Fernão Lopes. No dia da batalha campal de Aljubarrota, notou o mestre de Aviz (segundo é tradição) a quantidade de bandeiras que tremulavam no abarracamento dos aventureiros, carregadas de insígnias e brazões, que a muitos deles não podiam pertencer. Isso feria e prejudicava os

[1] Em tempo de el-Rei D. Afonso V havia cá um Rei de armas alcunhado *O Pelicano*. Mandou-o el-Rei em certa negociação ao duque de Bretanha, em Agosto de 1476. — Damião de Goes. *Chron, do Princ. D. João*, cap. CI, *in fine*.

[2] Gama Barros, *Hist. da adm.;* tom. I, pág. 407.

nobres de linhagens velhas; pelo que se ordenou, a exemplo do que em Inglaterra se usava, a instituïção dos Reis de armas, que eram os fiscais da autenticidade de divisas heráldicas.

Não se achando ainda perfeita, um século depois, essa judicatura *sui generis*, mandou el-Rei D. Manuel um seu Rei de armas correr algumas côrtes estranjeiras a estudar o assunto.

Criaram-se então em Portugal três Reis de armas, com o título dos três reinos principais anexados ao nosso domínio; a saber: Rei de armas Portugal, Rei de armas Algarve, e Rei de armas Índia. Incumbia o *regimento* a êsses oficiais que inscrevessem em livro especial a genealogia das famílias, tendo-a sempre em dia, conservassem o debuxo genuíno dos brazões de cada linhagem, descrevessem os feitos de guerra praticados por uns e outros, passassem as cartas de brazão de mercê nova, assistissem, no seu lugar respectivo, aos ceremoniais da côrte, levassem mensagens do rei, etc.

Abaixo dêles vinham os arautos, que eram também três, e tomavam título de três cidades principais dos mencionados reinos; a saber: arauto Lisboa, arauto Silves e arauto Gôa.

Abaixo dêles vinham os passavantes, que também eram três, denominados de três vilas; a saber: passavante Santarém, passavante Lagos e passavante Cochim.

Hoje, muito decaídos de seus antigos foros, conservam-se na nossa côrte êsses funcionários, como relíquias de constituïções antigas, e home-

nagem tácita do espírito revolucionário moderno às grandezas do passado regime. Nada mais significam hoje do que isso; são apenas comparsas nas funções do paço, postos alí para remontar o espírito frívolo dos chamados inovadores de hoje às épocas gloriosas de um Portugal que foi. ¡E já não é pequena missão! O culto externo pode muito.

*

Quanto ao elemento guerreiro, tão estreitamente ligado com a pessoa dos soberanos medievais, e com o viver e os usos da velha côrte, existe um precioso *regimento* que fez Martim Afonso de Melo, guarda-mor de el-Rei D. João I, e nos conservou o incansável D. António Caetano de Sousa [1]. É um belo trecho, másculo e digno no dizer, e onde se concedem valiosos previlégios ao soldado. Entra em muitos pormenores técnicos da arte da guerra, ao passo que regula as atribuïções e direitos dos pelejadores; por forma que um tal papel pode ser considerado, ao mesmo tempo que um *regulamento*, uma espécie de compêndio e *vade-mecum* para militares. Revive naquelas páginas tôda a ciência marcial das antigas eras. Há alí pormenores que bem cabiam em instruções dadas por um capitão, adestrado por longos anos no período da evolução da táctica das armas brancas para a das armas de fogo.

[1] *Hist. Gen.; Provas;* tom. III, págs. 252 e segs.

Êsse documento é um vivo exemplo do como se entendia a milícia ainda em dias de el-Rei D. Afonso V, ou de el-Rei D. Duarte.

*

De alguns dos cargos de oficiais-mores trata outro interessantíssimo papel, a que não posso deixar de referir-me: é o traslado autêntico de um *tombo* que existia em poder do conde de Vila Nova, D. Gregório Taumaturgo de Castelo Branco, traslado passado em 1646 pelo tabelião de notas João de Andrade, a rogo do mesmo conde. Examinemo-lo; dá muita luz [1].

Principia analisando as diversas classes que há de guerra, e o como el-Rei de Portugal deve sempre haver-se antes de mover guerra a algum outro príncipe; depois entra nos pormenores do como se há-de reünir a hoste, e encetar a marcha estratégica da campanha.

Vem depois o papel do condestável como general em chefe, sujeito contudo ao rei, ou a algum outro altíssimo personagem, se êste houver de tomar, efectiva ou nominalmente, a direcção da guerra.

Segue-se a figura do marechal, a quem incumbe a governança da justiça, a repartição dos alojamentos da tropa, a direcção das sentinelas do arraial.

[1] *Hist. Gen.; Provas;* tom. III pág. 305.

O almirante, que havia de ser sempre tirado da linhagem do velho Micer Manuel Pessano, superintendia nos assuntos da milícia naval. Êste capítulo é precioso para a história dos inícios da nossa nascente conquista do Mar Tenebroso. Para demonstrar quanto ainda confiávamos pouco em nossas fôrças próprias, lá está a ordem de haver sempre às ordens do almirante *vinte homens de Geneva, sabedores do mar*, e destinados a alcaides de galés e arrais.

Tinha o capitão-mor do mar na sua alçada constranger quaisquer mareantes a servirem em navios, barcas, caravelas, bateis, etc. da corôa, podendo prende-los e castigá-los; o que devia dar a êste cargo extraordinária autoridade nos nossos portos.

Vem logo o alferes-mor, cuja atribuïção era levar a bandeira do soberano, e desfraldá-la em tempo de guerra, quando seu amo lho ordenasse.

Isto tudo, quanto aos ofícios por assim dizer exteriores. Quanto aos cargos pròpriamente caseiros, primava entre todos o mordomo-mór, a quem competia governar os demais oficiais da côrte, pagar as moradias, etc.

O camareiro-mor, ou chefe de todos os camareiros da Casa, tinha por encargo vestir e calçar o rei, vigiar que nada faltasse na *deitada e levantada*, dormir, ou na câmara do soberano, ou logo fóra da porta, e ter a responsabilidade da guarda-roupa.

O aposentador-mor servia no tempo das jornadas da côrte; saía sempre um dia, ou mais,

antes de el-Rei, e na cidade ou vila em que seu amo houvesse de poisar, preparava as residências para êle e para tôda a numerosa comitiva.]

Sôbre as coutadas de veações variadíssimas, superintendia o monteiro-mor por intermédio dos monteiros das comarcas, a quem aposentava quando eram velhos.

Estes quatro cargos últimos referiam-se, como vemos, à pessoa do rei, e aos seus cómodos e regalos.

Havia mais o meirinho-mor, que êsse era uma espécie de ministro da Justiça. Prendia fidalgos e outros homens de grande estado, interpunha-se nos seus desaguisados, mandava prender pelos seus delegados tôda a sorte de malfeitores, etc.

Havia enfim o anadel-mor, que era o maioral de todos os bésteiros do conto e galiotes; como quem dissesse: o chefe das ordenanças de terra e mar.

Tal é pois a súmula do longuíssimo *regulamento* que nos deixou el-Rei D. Afonso V, sôbre tão momentosos assuntos de administração do reino, e da organização da Casa Real. Basta o que tenho aqui apresentado para se formar uma idéia tal qual do movimento daquela complicada máquina.

*

Do *regimento* de 12 de Novembro de 1471 tirou o sr. Henrique da Gama Barros (a quem é dever citar, como homenagem à sua obra monumental)

pormenores bem interessantes do modo como vivia el Rei D. Afonso V. Oiçamos o douto autor da *História da administração.*

Depois que el-rei se levantava até que se recolhia, permaneciam no paço dois porteiros da camara, um guardando a porta do quarto da cama de estado, e outro guardando a porta da casa onde el-rei se achava, não sendo das interiores que se seguiam à camara de estado. Se o soberano saía, acompanhavam-no os porteiros, e em seu lugar ficavam no paço os reposteiros, que de dia deviam sempre conservar-se ahi.

Parece-me que ainda hoje se conserva tal qual vestígio dessa usança. Quando el-Rei sai em ocasião solene, as primeiras pessoas que lhe abrem caminho são *dois porteiros da cana* a cavalo.

O que estava estabelecido a respeito da illuminação do paço, não deixa de ser curioso—continúa Gama Barros.—*Na primeira sala havia uma lanterna grande com candeia delgada, em logar onde não a podessem derrubar; na casa immediata, onde el-rei ceava, estava sempre uma vela accesa, segura n'um ferro; e quando se punha a mesa, e pelo tempo que durava a refeição, collocava-se no fim da mesa uma tocha, em que pegava um moço da camara, e havia outras luzes diante das viandas e na copa. No quarto da cama de estado ardia uma tocha delgada n'um alto castiçal, de pau lavrado e pintado, que se punha no meio da casa. Qualquer outro aposento onde el-rei estava, conservava-se allumiado com um brandão, e no quarto de dormir deixava-se ficar uma vela accesa. Além d'estas luzes havia as*

mais que eram necessarias para allumiar ao soberano, se elle saia do paço. Mas depois que el-rei dava as boas noites, e o camareiro-mór mandava fechar as portas, apagavam-se as luzes, e retiravam-se os porteiros e reposteiros[1].

Tudo isto tem variado imenso; é incrível como as modas se alteram com o tempo. Ainda não há muitas dezenas de anos, antes de 1834, sei positivamente que era uso no paço, ao anoitecer, vir um particular à sala onde estava a pessoa real, e trazer em cada mão uma serpentina de luzes acesas. Ficava parado à porta dessa sala. O camarista de semana ia buscar as luzes, chegava junto de el-Rei, inclinava-se, e dizia:

—Muito boas noites, meu senhor.

Depois colocava as serpentinas na mesa, e acabava a ceremónia. Estava inaugurado o serão.

Há ainda vestígios disto em muitas casas, onde, ao princípio da noite, o creado ou a creada, que traz a luz, se julga na obrigação de dar as boas noites a seus amos. A sociedade baniu esta usança patriarcal.

*

Pouco acima falei da guerra e dos seus regulamentos. Noutra especialidade bem diversa prima-

[1] *Hist. da Adm. Pub.*, tom. I, pág. 531, citando o *Regim.* de 12 de Nov. 1471, nos *Ined.*, III, pág. 440, n.º 14. Êste *regimento* é preciosíssimo. Não o extracto mais, para não alongar o já longo capítulo.

vam também então os nossos portugueses; vão rir, mas eu sempre digo: era na dança.

Há umas cartas, hoje valiosíssimas, em que Lopo de Almeida (depois conde de Abrantes) narra a el-Rei D. Afonso V as festas e ceremónias com que foi recebida no seu trajecto, desde Portugal, por Itália, a nossa infanta D. Leonor. São encantadoras de côr local e por graciosos pormenores, essas epístolas, que fazem complemento ao diário do embaixador Valkenstein, e à citada carta de Pedro de Sousa; tudo isso vem na *História Genealógica*[1]. Ora numa das cartas de Lopo de Almeida conta êle uma festa de côrte, em Nápoles, no castelo de Capuana, onde o imperador Frederico e a jóvem imperatriz eram hospedes de el-Rei de Nápoles Afonso I, e V de Aragão.

Para lhe fazer as honras da terra levava sempre nas tais festas el-Rei à imperatriz pela mão, e acompanhavam-na também assíduamente a duqueza de Calábria, nora do rei, e uma senhora do paço, chamada Lucrécia, que me intriga deveras (a crer, como devo, o que a seu respeito diz Lopo de Almeida). Vamos a deante.

No serão dançou el-Rei com a imperatriz, a quem êle dava a mão direita, dando a esquerda à *madama* Lucrécia. O imperador dançou com a irmã desta última. Foram tudo danças *baixas*, como então se dizia, ou *passeadas*, como diriamos hoje. Veio ter com Lopo de Almeida um príncipe da Casa Real, pedindo-lhe que dançasse, porque êle

[1] *Provas*, tom. I.

ia dançar também (creio que significaria isto talvês procurar *vis-à-vis*). Dançou Lopo, e dançaram todos os outros portugueses que alí se achavam.

Chegada a vez das danças *altas* (ou *puladas*, como nós outros nos expressariamos), dançaram os cinco já mencionados; a saber: el-Rei, a imperatriz, *madama* Lucrécia, a irmã desta, e o imperador; era uma dança à maneira das chacotas usadas em Portugal; e guiava-a, ou *marcava-a* a imperatriz.

Depois quizeram que bailasse um dos portugueses, sobrinho de Lopo de Almeida, alguma dança peninsular; êle prestou-se do melhor grado; e tomando para par a Beatriz Lopes, que era certamente alguma das donzelas da comitiva da infanta, bailaram ambos o *bailo mourisco*, e depois o *bailo vilão*. Fizeram estas novidades o mais agradavel efeito, e gabou muito el-Rei D. Afonso de Nápoles o juvenil português, chegando a pedir ao tio que lho deixasse lá de empréstimo algum tempo [1].

Nisto tudo, e em muito mais que o narrador deixou consignado nas suas engraçadas missivas, se está a perceber uma coisa: os portugueses fizeram furor lá fora; e tiveram ensejo de ver que, apesar de ser isto um reino pequenino, havia na nossa côrte tanta ostentação, tanto primor no trato, e tanta pulidez, como nas mais faladas da culta Europa. Lá diz com justíssima ufania

[1] *Hist. gen.; Provas*, tom. I, pág. 642.

o nosso amável Lopo, dirigindo-se a el-Rei D. Afonso V:

Certamente, senhor, não podera cuidar que Portuguezes estavam em tal ponto com os das outras partes; e louvo muito a Deus por me fazer ver isto; porque até agora vejo são reis de quantos cá vi, assim de parecer como de gentileza; e isto em tanta differença d'elles aos que vejo, que bem creio que, se todos chegaramos a França, assim como a Pisa, acharam-nos eguaes com os de lá.

E acrescenta o narrador esta expressiva e encantadora feição de dizer:

Não podeis, senhor, cuidar quanto som d'elles fica n'estas partes!

CAPÍTULO IX

Relance sôbre EL-REI D. JOÃO II. — É citado uma e muitas vezes o conde de Vila Franca, nos seus livros *D. João I e a alliança ingleza*, e *D. João II*, drama. — Magnificências do reinado do príncipe «Perfeito». — D. Álvaro de Ataíde. — Dança-se muito nos serões do paço. — Côrtes de amor. — Repressões no luxo. — Chega a Portugal a maravilhosa invenção da tipografia. — Maneira como o duque de Bragança D. Teodósio I supria a assinatura de jornais. — Conclue-se o capítulo mencionando o *empenho*, invento essencialmente português.

A Côrte de D. João II, mau grado aos tétricos episódios que a enlutaram, foi a mais brilhante que houveram Reis portugueses. Assim se exprime um dos abalisados conhecedores daquele período histórico, e tão entusiasta dêsse soberano, que lhe dedicou um drama, lição de história pátria. Refiro-me ao conde de Vila Franca [1].

Com o devido respeito ao citado autor do drama *D. João II*, parece-me o seu protagonista

[1] *D. João II*, drama, prol., pág. IX.

um mixto de cruezas e magnanimidades, de provas de alto senso, e atrocidades sem nome. Ninguém mais contraditório (quanto a mim) do que êsse rei, que buscava ostensivamente acertar com a justiça, e usava cevar-se no sangue dos inimigos, perseguindo-lhes as famílias, e alimendo-se de rancores. Blasonava pregoar que era um cidadão como os mais [1], e valia-se da sua posição excepcional para apesinhar os seus maiores e mais ilustres vassalos. É um espírito muito grande ¿quem o discute? É um administrador sagaz ¿quem o duvida? Mas é também um coração muito duro; e isso num rei, que deve ser um pai, é o maior dos senões.

Não tem a grandeza épica de Afonso Henriques, o génio brilhantemente artístico e literário de Denís, as bizarrias cavaleirosas do fidalguesco Afonso IV, a feição liberal e conciliadora de João I, a suave e irresistivel unção de Duarte, nem as poéticas bonhomias do versátil Afonso V; tem a doblez de Afonso III, casada com a fereza de Pedro o Cru. Desconhece Colombo (o que é naturalíssimo); atraiçoa Colombo (o que é imperdoável); e se põe mira no Cabo Tormentório, é porque do alto de Sagres lho aponta no horizonte a sombra do grande infante navegador.

Deixemos, porém, a detida análise dêsse caracter; e restringindo-nos, por agora, à mencionada

[1] Cart. da Câmara Mun. de Lisboa, *Livro II de el-Rei D. João II*, fls. 10 e 68.

epígrafe do conde de Vila Franca, penetremos de relance nesta brilhante côrte, *a mais brilhante que houveram Reis portuguezes.*

*

Todos os lidos em crónicas se estão recordando da magnificência das celebérrimas festas de Évora, da sumptuosidade das entradas e bodas, e do brilho dos saraus, que tanto animaram êste reinado. Foi o século xv, segundo sintèticamente observa o mencionado escritor, *o século da dança.* Dançou-se muito nos saraus do nosso paço; e damas e cavaleiros primaram por cá sempre nessa prenda. Haja vista o sobrinho de Lopo de Sousa, a quem me referi no capítulo supra.

Se pudessemos interrogar, no livro das moradias da Casa de el-Rei D. João II, aqueles seus cavaleiros do Conselho, cavaleiros, escudeiros e moços-fidalgos [1], se as pedras da aluída Alcáçova pudessem falar, se as ruas de Évora, Almeirim ou Santarém pudessem ser chamadas a capítulo ¡quantas curiosas e engraçadíssimas histórias dos galanteios de sala não lograríamos ouvir!

Da vida sumptuosa do monarca e seus cortezãos há alguns quadros, que bem revelam o que tudo isto foi no Portugal do final do século xv; mas, ou hei-de repetir o que tão bem compên-

[1] *Hist. gen.; Provas*, tom. II, pág. 176.

diou o autor do drama *D. João II*, ou remeter o leitor para essa obra laboriosa e erudita.

Além das festas de Evora, além das magníficas ceremónias da promoção do conde D. Pedro a marquês de Vila Real [1], recordo aos estudiosos uma coisa que hoje desdiz dos nossos modestíssimos costumes: as entradas solenes que êste rei celebrava cada vez que se tornava à capital, com grande gáudio do bom povo lisbonense, que nas vistosas colchas que pendurava das janelas, nas espadanas e flores com que juncava as ruas areadas, nos fumos cheirosos com que perfumava as praças, e nos repiques com que os campanários atroavam os ares, expandia a sua índole festival.

Nessas *entradas*, para que se redigia programa, ia um certo D. Alvaro de Ataíde *(pessoa de muyta authoridade, e de que muyto confiava* o rei [2]), a quem, pelo seu cargo, tocava levar de rédea o cavalo real, e que sabia resumir na sua ilustre pessoa, e na chistosa desenvoltura da sua conversação, todos os júbilos do dia; fidalgo *tão sabedor, cortezão e gracioso, que elle por si fazia festa* —diz Resende. As historietas com que o bom de D. Álvaro ia entretendo seu amo, os ditos e repentes que lhe acudiam, o seu ar alegre e vivaz, eram o encanto do rei e de todos os que o rodeavam.

[1] *Hist. gen.*, tom. v, págs. 190 e segs.

[2] *Chron. do Principe D. João,* por Damião de Góis, cap. LXXXVIII. Este D. Álvaro de Ataíde foi embaixador a França, mandado por el-Rei D. Afonso V, a Luís XI.— Idem, cap. XLVII.

Achava-lhe o senhor D. João II a maior graça, e costumava dizer, com finíssimo encarecimento:

— Não se pode negar que sem D. Álvaro, Lisboa não presta para nada [1].

*

Mas nas salas não se dançava sòmente. Nos *salões* do paço, além dos sabidos entretimentos coregráficos, que são de todo o tempo, havia também as chamadas *côrtes de amor*. Pondera muito bem o conde de Vila Franca, mestre a quem me não canso de citar neste ponto:

As «Côrtes de amor», ou tribunaes galantes, em que sobre assumptos romanticos se ventilavam processos, occupando a frivola attenção de damas e cortesãos, eram reminiscencias medievaes, que tanto reflectia ainda a Côrte de D. João II [2].

Tudo isso era bem melhor que a má língua de certas salas de hoje, onde uns engraçados muito malignos se entretêm, em monólogos cheios de fel e assúcar, a assassinar a reputação dos ausentes, com aplauso de alguns circunstantes, e asco e indignação de muitos outros.

*

Contra as pomposas elegâncias da côrte, que el-Rei por um lado favorecia, insurgiu-se mais

[1] Resende, *Chron. de D. João II*, cap. LVI.
[2] *D. João II*, drama, prol., pág. XXV.

de uma vez o seu espírito contraditório. O mesmo homem lhano, que parava na rua para ouvir a queixa do mínimo transeunte, e poisava sem ceremónia a cabeça no regaço das damas, nos serões do paço, como o Hamlet de Shakespeare, êsse mesmo rei, que parecia tão acessivel e despretencioso, era muito amigo de ceremónias na sua côrte, e *d'ellas mui sutíl e prudente inventor* [1].

Logo por ocasião da sua primeira entrada em Lisboa houve grandes festejos e regosijos oficiais. Todos gastaram, e muito. Nas classes elevadas (por via de regra pobres entre nós) houve quem chegasse a empenhar-se não pouco para hombrear em luxo com os seus pares. Fernão Serrão, por exemplo, *cavaleiro*, *cidadão de Lisboa*, *homem honrado*, vendeu duas quintas, e gastou-lhe o prêço em louçainhas. Soube-o el-Rei D. João; e uma vez, à mesa, assistindo Fernão ao jantar real, preguntou o soberano em voz alta [2]:

— Fernão Serrão ¿quantas quintas fazem um gibão?

Com esta pregunta sem resposta mostrava assim êste poupado dissipador, êste faustoso avaro, a sua reprovação.

Depois, uma bela manhã, acordou com a veleidade de proíbir aos seus súbditos os brocados, chapados, borlados, canotilhos, etc., tanto para

[1] Rui de Pina. *Chron. de D. João II*, cap. XXI.
[2] Resende, *Chron. de D. João II*, cap. LXXXVI.

homens como para mulheres. Foi isso em 1486; e o certo é que êle, a raínha e o príncipe, deram exemplo [1].

*

No tempo de el-Rei D. João II presenceou atónito o mundo inteiro dois dos mais assombrosos cometimentos do génio humano. ¡Com que espanto dos nossos não chegariam a Portugal as duas maiores notícias do século: o descobrimento da América pela sublime loucura de Cristovão Colombo, e a combinação dos tipos móveis, pela perspicácia quási divina de Guttenberg.

Do primeiro sucesso não tratarei aqui.

Quanto à invenção da tipografia, que vinha destinada a revolucionar as ciências, as letras, as artes e os costumes, e que tanto deu, e dá, que discorrer aos bibliografos, palpa-se em Garcia de Resende o vestígio positivo da admiração geral. Na sua *Miscellanea* diz êle:

E vimos em nossos dias
a letra de fôrma achada,
com que, a cada passada,
crescem tanto as livrarias.
Tem a Allemanha louvôr
por dela ser o auctor
d'aquesta coisa tão dina!
Outros affirmam na China
o primeiro inventador.

[1] Rui de Pina. *Chron. de D. João II*, cap. XXIII.— Resende. *Chron.* do mesmo rei, cap. LXIV.

Cá na nossa pequenina sociedade portuguesa, veio a invenção da imprensa incutir considerável movimento; está a perceber-se.

Eram até então os livros um género de luxo, a que nem as classes médias, nem sequer as altas, podiam aspirar sem grandíssimo dispêndio; e ainda assim, o que se alcançaria eram livros de teologia litúrgica, ascética, dogmática, para mosteiros e capelas; por forma que os serões à lareira, os longos serões das cidades e dos campos, de roda da candeia, nêsses solares morgadios do Minho ou das Beiras, ou nas poisadas burguesas das povoas grandes, haviam de escabecear e definhar-se por míngua de leituras instrutivas e recreativas, e desfechar não raro em porfias de má-lingua. Essas sêdes intelectuais são crudelíssimas. As crónicas cavaleirosas, as historietas de fadas e gigantes, recontadas de viva voz, exauriam-se depressa, e pouco mais deixavam no cérebro do que titilações improdutivas. Uma ou outra obra, grega ou latina, de historiador e moralista, assentava domicilio nas estantes de algum douto apaniguado, de principes, ou nas de algum grande senhor, a cuja vaidade muito importava ler nos originais: Plinio velho, Cassiodoro, Esopo ou Tomaz de Aquino. Tôda a mais gente, nem a existência suspeitava a tais livros e a tais homens. A fácil vulgarização, portanto, das produções estranjeiras, havia de desenvolver imenso a leitura, que é a civilizadora universal, e a sêde da leitura, que é a predisposição para tudo que há bom.

Lembra-me uma coisa: o duque de Bragança, D. Teodósio I, espírito distinto, curioso e aplicado, tinha, ainda na primeira metade do século XVII um engraçado meio de suprir a ância que tôdos sentem de alimentar a curiosidade. Num tempo em que não havia jornais que o informassem, que lhe chocalhassem, de boa e má fé, notícias várias das cinco partes do mundo, e, como numa câmara ótica, lhe mostrassem os acontecimentos políticos, os crimes, as tentativas, as guerras, as invenções, e lhe descrevessem cidades e costumes de longes terras ¿que fazia o duque? Pagava do seu opulento bolsinho a pessoas que mantinha lá fóra, na côrte do imperador da Alemanha, em Veneza, em Roma, e noutras partes, para que o informassem a miúde, por escrito, de quanto se lá passava. De tudo isso (¡incalculável tesouro histórico!) se formaram vários volumes grossos, que existiam na livraria de Vila Viçosa, e que o dono intitulava os *Livros das muitas coisas;* chistosa e ingénua denominação, que diz tudo[1].

Assim supria o duque uma assinatura do *Osservatore Romano*, da *Illustrirte Zeitung*, do *Times*, do *Figaro*, ou de *L'Indépendance Belge*, de que certamente seria assinante, se êsses tagarelas (e outros papéis muito mais perigosos) existissem no século de D. Manuel.

Os *Livros das muitas coisas* eram já pois a transição suave do nada antigo para os milagres da

[1] *Hist. Gen.*, tomo VI, pág. 78.

publicidade tipográfica. Sumiu-os o terremoto; ¡e foi por certo grande lástima!

*

Viesse da Alemanha a tipografia, ou viesse da China, isso pouco importa agora; o que porém é nativo de Portugal, e aqui medrou como pragana, é uma invenção que tôdos conhecem, tôdos consideram, e a que todos se costumam valer: o *empenho*. Quanto a mim... inventou-o el-Rei D. João II. Eu me explico.

¿Quem ouviu nunca dizer que um pretendente metesse empenhos aos homens de bronze que se chamaram Afonso Henriques ou Afonso IV? Seria ridículo hoje, a tantos séculos de distância, amesquinhar com essas fórmulas dos bastidores da *burocracia* as grandes figuras históricas da realeza ¿não é assim? Pois estava isso reservado para o mais enérgico dos nossos soberanos, para o violento e altivo senhor da Guiné.

O *empenho*, que hoje entrou nos nossos costumes decadentes, e que se agarra como líquen à máquina prosaica das secretarias oficiais, o *empenho*, confidente enredador, que maneja por trás da cortina, e atropela conscientemente sacratíssimos direitos, o *empenho*, personagem misterioso, que trabalha na sombra, apadrinha na sombra, edifica e demole na sombra, o *empenho*, que faz da política a melhor arma, quando a não faz de dobrões e vilanias, o *empenho*, verruma surda, que

hoje perfurou de galerias estreitas o terreno tôdo da administração, o *empenho*... inventou-o o senhor D. João II. E' traço mais para acrescentar à história filosófico-humorística de tão notável reinado.

Para mostrar que é Portugal, desde êsse tempo o nativo país do *empenho*, basta recordar um caso galante, que nos deixou Garcia de Resende[1]. E' isto, pouco mais ou menos.

*

Andava certo homem a pretender desde muito não sei que ofício, e fizera subir a el-Rei D. João II o seu requerimento documentado em boa forma. Não teve despacho. Correram meses; novo requerimento instantíssimo, evidenciando de sobejo a justiça da causa. Também não houve despacho.

Passado muito tempo, esgotado êste recurso das petições, e quasi esgotada a paciência do pretendente, resolveu-se êste falar com el-Rei. Num dia de audiência apresentou-se, e com a lizura e franqueza da verdade, ponderou respeitosamente que, tendo já mais de uma vez requerido tal logar, para que mostrara possuir habilitações e idoneidade, se admirava de vêr que um monarca tão justiceiro se não dignava de o atender, sendo a

[1] *Chron. de D. João II*, cap. CXLVII.

sua pretenção, como Sua Alteza mesmo reconheceria, carregada de justiça; suplicava pois a Sua Alteza, como grande mercê, quizesse dizer-lhe se algum requisito faltava, para êle o suprir.

—Nada falta—respondeu D. João II—tudo está na ordem; e se não vos despachei já desde muitos meses, não foi por não terdes tôdas as qualidades do ofício que requereis.

—Muito bêm, meu senhor; então...

—Então—atalhou o rei—respondei ao que vos pergunto. ¿Não sois vós creatura tôda da casa do barão de Alvito? não sois íntimo naquela família, segundo me disseram informações que mandei tirar?

—Sou, meu senhor; o barão é o meu maior amigo.

—Pois nesse caso—concluiu o soberano—¿porque me não falou em vós? O silêncio dêle tomei-o à conta de alguma ingratidão vossa, que lhe enfreava a língua; e isso fez que puzesse sempre de banda os vossos papéis. Ide-vos em paz, e o barão de Alvito que me fale.

Esta *justiça*, êste requinte de *justiça*, dá no burlesco. El-Rei não despachava o homem; porquê? por falta de direito? Não; êle mesmo confessava que achava a causa nos melhores termos. Deixava de o despachar, só por lhe faltar o *empenho* do barão ¡e de faltar o *empenho* do barão já inferia crimes no pobre pretendente!

Donde se prova que a justiça só por si, serena, clara, singela, desacompanhada da muleta do *empenho*, não agradava ao matador do duque D. Fer-

nando. Fica pois assente que o inventor desta praga moderna foi o Senhor da Guiné.

*

O *empenho* implantou-se nos costumes, e, segundo se vê, medrou. Já nos dias de el-Rei D. João III, tinha germinado. ¿Querem vêr?

Havia então um Lopo Cardoso, comendador de Ázere e escrivão da Alfandega, sujeito de cabelo ruivo, e que trazia nos tribunais não sei que pleito. Saíu-lhe sentença *contra*, proferida pelo desembargador D. Simão da Cunha. Ora acontecia terem sido ambos condiscípulos na Universidade de Salamanca, mas (ao que parece) terem-se perdido de vista.

Desconsolado com o péssimo êxito do negócio, foi Lopo avistar-se na Relação com o desembargador, e lamentando-se de tão mau despacho, recordou a justiça dos seus alegados, as circunstâncias da demanda, e, por fim, a antiga intimidade dos dois, que devia têr obrigado o juiz a olhar mais carinhosamente para o processo.

—¡Quê! ¿Pois não vos lembrais de mim?—preguntava Lopo.

—¿Lopo Cardoso?!—volvia D. Simão—agora me lembro muito bem. Andámos em Salamanca; sois comendador, sois escrivão...

—Assim é.

—Pois, senhor meu, não suspeitava que o pleito fôsse vosso.

—¡Como «não suspeitáveis»!! Bem claro diziam os feitos: *Lopo Cardoso, escrivão da Alfandega de Lisboa, comendador de S. Mamede de Ázere, etc.*, e só a minha qualidade de ruivo do cabelo lá faltou.

—Pois bem — atalhava o juiz — a culpa é vossa, que nunca em tal me falastes, senão agora.

Por esta anedota, com leves alterações tirada de Bluteau (na palavra *Ruivo,* que a tirou não sei donde), não pretendo infamar a memória de D. Simão, supondo-o homem venal. Quero apenas mostrar (mais por gracejo inofensivo do que por outra coisa) que pode a justiça aliar-se às vezes com a benevolência; chama-se então *equidade.* D. Simão da Cunha despachou *contra*, e lá teve as suas razões; mas se tivesse sabido (ou atendido) que o negócio era de um antigo amigo, não quero supor que logo despachasse a *favor*, mas quero crer que mandaria chamar o interessado, o aconselharia, lhe faria juntar algum novo documento, etc. Só assim interpreto a resposta, sem o mínimo desejo de lançar suspeição sôbre o caracter de um morto que desconheço.

Em todo o caso, é mais uma pincelada para o retrato do *empenho.*

*

Basta do senhor D. João II. Passemos ao seu sucessor.

CAPÍTULO X

Reinado de EL-REI D. MANUEL.—Opulências nunca vistas.—Alguns traços para o retrato íntimo dêste soberano. —A sua recâmara e a sua guarda-roupa.—Trajos de alguns antigos fidalgos portugueses e outros grandes.—A música no paço antigo.—Enumeram-se alguns músicos célebres.—Entretenimentos de el-Rei D. Manuel. —A consoada em véspera do Natal.—Digressão sôbre doçarias portuguesas.—Cavalgadas do soberano na *Carreira dos cavalos*.—Os chocarreiros.—A vida da côrte reflectida no espelho dos *Cancioneiros* velhos.—Visitas de el-Rei a sua irmã D. Leonor.—Passeatas no Tejo até o paço de Santos.—Entra com informações o veneziano contemporâneo do senhor D. Manuel, Leonardo de Ca Masser.—Conclusão do capítulo.

No viver do paço português, ao alvorecer o século XVI, rompe-se como que um novo clarão lá da banda do Oriente. Anda no ar o perfume das terras maravilhosas de além-mar. Envia-nos Borneo a sua cânfora; as Molucas, o cravo; Banda, as nozes; Timor, o sândalo; Ceilão e todo o Malabar, canela, pimenta e gengivre. Iluminam-se

os salões da velha Alfama com as magnificências das terras africanas, indianas e chinesas. Sofala manda-nos oiro; Ceilão e o Pegú, rubis e aljofares; Narsinga, diamantes; Bengala, linhos finíssimos; Pequim, os seus xarões; a Pérsia, os seus tapetes. Tôda a Índia, com os rajás recamados de pérolas, tôda a China, com os mandarins broslados de matizes de seda, rutilam na mobília dos nobres palácios ao longo da Ribeira de Lisboa.

Lisboa, empório do mundo, vê atónita, no seu grémio, os animais daqueles climas, as flores daquelas plagas fantásticas. Corre a mocidade, num delírio de moda, numa porfia contagiosa, a engrossar as falanges dos aventureiros e conquistadores; e quando recolhe à pátria, traz no rosto, nos hábitos, nas cicatrizes, nas saüdades, e até nas alcunhas, muita vez transformadas em apelidos, as provas do seu afecto aos grandiosos cenários de além-mar.

*

Com o seu instinto profético, o povo olhava de soslaio para tão estranhas maravilhas, que a flux lhe caíam no regaço; e, desconfiado, murmurava um anexim lúgubre, que se implantou na língua: *Fazenda da Índia não luz*.

Vieram os contadores marchetados de madrepérola e prata; vieram os cofres de laca vermelha perfilada de oiro; vieram os escritórios e caixotões de xarão embutidos de marfim; almo-

fadas e colchas bordadas de seda; as jóias persianas com o seu desenho desusado e vistoso; as lindíssimas loiças esmaltadas a capricho. Vieram especiarias, nunca provadas, transformar a arte culinária. Chegaram pássaros vivos, feitos de esmeraldas, safiras e opalas. Entrou tôda essa civilização oriental, sorridente e magnífica, e soube quebrar de vez o nosso viver moirisco e recolhido.

Aos usos, ao pensar, às manifestações artísticas, chegou da Conquista a seiva nova, e infiltrou-se em tôdas as artérias nacionais. Aquí, vai criar a arquitectura *manuelina*, implantação do estilo oriental sôbre um ogival mesclado de romano. Acolá, vai transformar os costumes, e aquecer a alma do povo com as efémeras veleidades de predomínio eterno. Mais além, não tardará em expandir-se na obra literária, iluminar de relance o papel em que escreveriam Gil Vicente e António Prestes, e espadanar, em borbotões luminosos, do livro incongruente e vibrante que se há-de chamar *Os Lusíadas*.

*

Se entrássemos nos paços de el-Rei D. Manuel, presidente nato de todo êsse renascimento fatal e enganoso, veriamos como o seu espirito acompanhava a grande evolução, e como o seu gosto finamente artístico ia aclimando ao seu lar tão perigosas novidades.

Ao devassarmos os salões sumptuosos do paço da Ribeira, notariamos que diferença ia entre eles, regulares e vastos, e os velhos albergues históricos de S. Martinho ou do Castelo. Aquí é o palácio do rei navegador; além, eram as poisadas caducas e irregulares dos valís cristãos de Lisboa. Mobília e adornos são no paço novo da casa da Mina a eloqüente conseqüência das vitórias da conquista.

É el-Rei D. Manuel uma daquelas figuras históricas que ainda não foram devidamente estudadas a fundo, me parece. Tudo quanto fôr juntar pormenores para o desenho do seu retrato intimo, para a descrição do seu papel doméstico, é pois serviço aos historiadores. Assim como a genealogia, com as suas minúcias muita vez importunas (na aparência), é um dos mais valiosos auxiliares da alta história, assim a anedota, e a observação pessoal contemporânea, são dos mais preciosos componentes da síntese crítica.

Falemos pois de el-Rei D. Manuel.

*

Os progressos dêste reinado, *extinguindo as relíquias de antigos usos*, — observa, e muito bem, o conde de Vila-Franca — *ou empanando-lhes o fulgor, inocularam novo ser na sociedade portuguesa, especulativa e mercante desde a navegação para a Índia. D. Manuel, carregando de pimenta e cravo os bojudos galeões que em Anvers mandava*

construir, e as pesadas urcas à veneziana, tornara-se o primeiro mercador dos seus reinos [1].

Sim, mas mercador altamente artista, espírito regulado, para quem tiveram sempre extremado sabor os primores da forma; e até mesmo as suas repressões do luxo público, o que fazem é concentrar na côrte e na falange dos seus nobres o esplendor das sedas e brocados, que ao povo eram defezos. El-Rei D. Manuel, proibindo em seus reinos a seda no trajo geral, reservou *aos nobres* — diz Góis — *que trouxessem barretes, carapuças, sapatos, cintos, e assim as guarnições das espadas, mulas, e cavalos, de seda* [2].

No paço, então, o luxo era a rodo. Desde os escritórios (secretárias) de prata anilada *(niéllée)*, desde as mesas marchetadas de prata [3], até às últimas *espevitadeiras* (instrumento que se usou muito nos nossos dias, e que o azeite, o petróleo, o gás, e a estearina mataram), tudo foi precioso e artístico, tudo incrustado e lavrado de matérias valiosas.

*

Se era de primeira ordem entre as dos príncipes do século a recâmara de el-Rei, não era somenos a sua maravilhosa guarda-roupa. ¿Seriam portugueses, ou de fora, os seus aljube-

[1] *D. João II,* drama, prol., XXV.
[2] *Chron. de D. Man.,* parte IV, cap. LXXXVI.
[3] *Hist. gen.; Provas,* tom. II, pág. 347.

teiros? Não sei; calculo porém que em Lisboa os havia já muito peritos. Deixar lá falar um prolóquio castelhano, que reza assim: *Aprendiz de Portugal no sabe coser y quiere cortar.* Quem o traz é o eruditíssimo padre Feijoo[1], respondendo ao anexim com esta engraçada ponderação:

No sè que cosa son los sastres portuguèses. Pero discurro, que haviendo producido aquel reyno muchos hombres habilissimos en otras artes, tambien havrà dado y estarà dando buenos sastres.

Do como se vestia a fidalguia portuguesa, do apuro dessa ciência difícil, dá testemunho, no seu gracioso *vade-mecum* a galantes, o coudel-mor Fernão da Silveira, escrevendo a seu sobrinho Garcia de Melo[2]; e por muitos passos dos cronistas do tempo nos aparecem os antigos heróis entrajados com desusado esplendor.

Vasco da Gama, por exemplo, em 1498, desembarcando em Lisboa, larga o luto, e apresenta-se com saio de solia e barrete redondo[3].

Pedro Álvares Cabral mostra-se em Calecut, em 1500, com a sua opa de brocado, trajo então usadíssimo no reino[4].

Afonso de Albuquerque ostenta-se na Índia em pelote curto de seda de côr, calças de escarlata, pantufos de veludo, capa lombarda de setim côr de laranja, forrado de setim pardo, coifa de

[1] *Cart. erud.*, tom. III, cart. I, n.º 13.
[2] *Cancioneiro*, de Resende.
[3] Gaspar Correia, *Lend. da Ind.*
[4] Barros, *Asia*, dec. I, liv. V, cap. V.

oiro, gorra de veludo preto, e estoque guarnido de oiro [1];

D. Francisco de Almeida precede a sua pessoa de porteiros da maça e trombeteiros, e traja à maneira de rei [2].

D. Garcia de Noronha entranha-se nas terras dos rajás, com o seu tabardo e beca de veludo, barrete redondo, com golpes, e ornatos de pedraria, espada, adaga doirada, borzeguins e pantufos de veludo, *verdadeiro e antigo trajo português* [3].

Todos, enfim, rivalizam em gôsto e opulência, opulência e gôsto que não poucas vezes lhes custavam tão caro como os gibões de João Serrão.

De el-Rei, especialmente, só direi que deslumbra os nossos olhos de hoje a enumeração da sua lindíssima guarda-roupa [4]. Só o artigo luvas devia custar rios de dinheiro. Vendiam-se em 1517 em Lisboa a 30 reais (ou 2:340 reis de hoje, 1890); encareceram depois a 50 reais [5] (ou 3:900 reis actuais).

Em carapuças era também o nosso rei mais abonado que uma tenda de carapuceiro. Não creio, porém, que as usasse senão a uma e uma,

[1] Barros, *Asia*, dec. II, liv. III, cap. II.

[2] Id., ibid., dec. I, liv. IX, cap. IV.

[3] Couto, dec. 5, liv. VI, cap. 6, fl. 133.

[4] Veja-se na *Hist. gen.; Provas*, tom. II, pág. 346, a relação que o senhor D. João III mandou fazer dos objectos que ficaram de el-Rei seu pai.

[5] Góis, *Chron. de D. Man.*, parte IV, cap. XX.

a não ser que imitasse a el-Rei Luiz XI de França, que (segundo conta Duarte Nunes), quando recebeu em Paris o desventurado Afonso V, apareceu *com um barrete na cabeça, tendo já d'ella tirado um chapeo, e duas grandes carapuças*[1]. ¡É engraçadíssimo!

O rol dos objectos que levou para Saboia a infanta Beatriz, em 1521, é espantoso, e merece ser lido, relido e estudado[2].

Muitas dessas elegantes alfaias eram fabricadas cá em Lisboa. Alguns objectos que as naus do Gama levaram em larga cópia, para presentes a régulos, eram aqui feitos. *Cincoenta bainhas de facas de Frandes com tachas de marfim, que fizeram em Lisboa, e as bainhas doiradas* — diz Gaspar Corrêa[3].

Na casa dos próprios prelados havia então grandeza e estado numeroso: escudeiros e pagens; homem de capa e espada; camareiro; mordomos; estribeiro; trinchante[4]. Ainda não era moda, me parece, a modesta nudez e míngua de

[1] *Chron. de D. Affonso V*, cap. LXI.

[2] *Hist. gen.; Provas*, tom. II, págs. 445 segs.

[3] *Lendas da India*, tom. I, pág. 85.

[4] Isso se depreende, *à contrario sensu*, do que diz frei Luiz de Sousa da isenção do santo arcebispo de Braga. *Vida do Arceb.*, liv. I, cap. XIII. — *Não havia escudeiros* — diz o grande poeta da prosa — *nem pagens, nem homen de capa e espada; officiaes de camara e mesa, a uso de casas de grandes (como elle era) que são camareiro, mordomos, estribeiro, trinchante, eram para o Arcebispo materia de riso.*

um Bartolomeu dos Mártires, cuja *recâmara* não passava *de alguns livros, e não muitos, e uma pobre cama da Ordem, sem coisa comprada de novo para fazer aparato* — diz Sousa [1]. À cabeceira do leito tinha, por pobreza, *uma escudella branca ordinária de Talaveira* [2] (loiça comuníssima); *a baixela mais lustrosa* — continúa o mesmo grande clássico — *era loiça branca de Talaveira; o mais, tudo estanho* [3]. Pois nêsse tempo era vulgar e de acanhado prêço em Portugal a loiça da China ¡e uma baixela dessas não seria luxo asiático em paço de arcebispo, apesar de tão formosa! e mais formosa parece ainda nas expressões do admirável estilista: *É o barro* — diz êle — *tão fino e transparente, que as* (loiças) *brancas deixam atraz os crystaes e alabastros, e as que são variadas de azul enleiam os olhos, representando uma composição de alabastros e safiras. O que teem de quebradiço, recompensam com a barateza* [4].

*

No meio, pois, das magnificências do seu paço real, destaca a elegância pessoal de el-Rei D. Manuel; e ei-lo, ouvindo, ora as narrações dos descobridores, ora os autos do outro descobridor

[1] *Vida do Arceb.*, liv. I, cap. X.
[2] Id., ibid.
[3] Id., liv. I, cap. XI.
[4] *Vida do Arcb.*, liv. II, cap. XXIX.

que se chamou Gil Vicente, ora os acordes, ricos de tom e harmonia, da sua numerosa e escolhida orquestra de capela e câmara.

A propósito:

Foi êste soberano extremado músico, seguindo o exemplo de muitos do seu sangue. Todos os dias, depois de jantar (o jantar antigo era muitíssimo cedo), dormia a sesta; e ao deitar-se queria ter alí, para o adormecerem, os músicos da câmara. A sua música de capela, e a de câmara, eram notáveis; mandava buscar artistas de nomeada a tôdas as partes da Europa, fazia-lhes bons partidos, e dava-lhes avultados ordenados e mercês. Aos domingos e dias santos, jantava e ceava com música de charamelas, sacabuxas, cornetas, harpas, tamborís e rabecas; nas festas principais vinham atabales e trombetas. Além dêsses famosos músicos, tinha outros, moiriscos, que tangiam e cantavam as suas melodias especiais ao som de alaúdes e pandeiros, para fazer dançar os moços-fidalgos [1].

*

Paremos aquí uns minutos: às boas águas atribue Luiz Mendes de Vasconcelos [2] a excelência das vozes dos músicos naturais de Lisboa, ou

[1] Damião de Goes. *Chron. de el-Rei D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXIV.

[2] *Do sitio de Lisboa*, dial. II, ed. de 1608, pág. 130.

moradores na capital, que tanto brilhavam na capela real do paço da Ribeira, nos conventos e na catedral; e observa que êsse afinado e melodioso do timbre vocal ainda se notava bem mais *nas mulheres, cuja feminina voz enleva os sentidos, como se experimenta ouvindo cantar as Religiosas dos Mosteiros d'esta Cidade, em que* (diz êle) *mais parece se ouvem córos de Anjos, que vozes humanas* [1].

Seja isso devido, ou não, à bondade das águas, é inegável que desde antigas eras se encontra menção de bons músicos em Portugal, já compositores, já executantes. Às listas existentes acrescentarei alguns:

Foi Guilherme Machado músico célebre do tempo de el-Rei D. João I; diz êste senhor, no seu já citado *Livro da montaria*, que nem as melodias do dito compositor têm mais agradável sabor para os ouvidos, que o latir das matilhas em frágoas de caçada de monte [2].

Em dias de el-Rei D. Manuel, de quem vinhamos tratando, avulta um certo João Vieyra, cantor do paço, e proprietário de uns prédios que alugara à Câmara de Lisboa [3].

O espírito cultíssimo do notável infante D. Luiz aprazia-se imenso na música. Achei menção de

[1] L. Mar. de Azev. *Livro da fund. de Lisboa,* cap. XXVIII, 1.ª ed., pág. 80.

[2] Citação do sr. Gama Barros, a pág. 426 do tom. I da sua *Hist. da adm. em Port.*

[3] Cartório da C. M. de L. — *Livro 2.º de el-Rei D. Manuel,* fl. 17.

dois músicos da sua câmara: Diogo Navarro [1] e João Luiz [2]. E agora, a respeito dos músicos do mesmo infante, não quero omitir um caso, que ficou arquivado numa silva de anedotas e apotemas; vem a ser isto:

Toparam as rondas nocturnas com um embuçado, fora de horas. Detiveram-no, e preguntaram-lhe quem era; ao que o homem respondeu:

— Sou tangedor do senhor infante D. Luiz.

Atendendo a tal amo, deixaram os soldados ir em paz o servo; mas desconfiando-lhe dos modos, tornaram-no a chamar, e preguntaram-lhe:

— ¿Tangedor do senhor infante? e que tangeis vós, lá?

—¿Eu?—volve o homem—tanjo-lhe as bêstas [3].

Era o duque D. Jaime de Bragança fino amador de boa música; tinha uma orquestra de sete charameleiros, e prezava-os muito. Em seu testamento, lavrado em 1532, recomenda ao filho que os tome, e dê por êles mil cruzados; e, a não se resolver tomá-los todos, vendesse-os em almoeda, sendo prevenidos para licitarem, se quizessem, el-Rei D. João III e os Grandes de Castela. Êsses tais charameleiros, que parece eram escravos man-

[1] José Marques Soares, *Divertimento de estudiosos*, tom. II, pág. 67.

[2] Id., ibid., pág. 163.

[3] Id., ibid., pág. 267.

dados ensinar, chamavam-se Galante, Martinho, Jácome, Hierónimo, Cosme, Francisco e Duarte [1].

Damião de Góis era eminente músico e compositor. Cantava *com grande suavidade ao som de diversos instrumentos, que dextramente tocava* —afirma Barbosa Machado.—*Muitas d'essas obras, que se cantavam com summo applauso nos templos, se conservam* (diz o mesmo bibliógrafo) *na Bibliotheca Real da Musica* [2].

Eram insignes músicos, em dias de el-Rei D. João III, Rodrigo Velho, Luiz de Vitória, *o mayor musico do seu tempo, e bom poeta*, Francisco Mendes [3], Domingos Madeira e Alexandre de Aguiar, cantores, e Afonso da Silva, organista distinto em 1576 [4].

Na primeira metade do século XVI, vivia em casa do bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida (falecido em 1543), um músico, *famoso tangedor*

[1] Palavras textuais: — *Os charamellas valem muito; deve-os meu filho tomar, e dar por elles mil cruzados; e senão, vendam-n'os; mas não tomando meu filho todos, não haja nenhum; haja-os quem mais der por elles juntos, e seja feito saber a el-Rei meu senhor, ou a esses senhores de Castella; e elles são: Galante, Martinho, Jacome, Hieronymo, Cosme, Francisco, Duarte. Posto que alguns andam fora do officio, se os tomarem, aora ou em poucos dias se refarão para valerem o que digo. — Hist. Gen.; Provas*, tom. IV, pág. 86.

[2] *Bibl. Lusit.*, tom. I, pág. 617.

[3] Andrade Caminha, *Poesias*. Epitáfios dêsses artistas célebres.

[4] Barb. Mach., *Mem. d'el-Rei D. Sebastião*, tom. IV, pág. 68.

de tecla, chamado Ambrósio Ferreira, insigne em tocar manicórdio, órgão, cravo e realejo. Um dia desamparou o mundo, e fez-se padre da Companhia [1].

Foi Braz Pereira Furtado, vigário de S. João, músico dos reis D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II [2].

Aos tangedores insignes acrescento o português Peixoto, natural da Pena, lugar da raia de Entre-Douro e Minho e Trás-os-Montes: que em Castela, no paço do Imperador Carlos V, mostrando espantar-se de que os seus músicos temperassem os instrumentos, êles, zombando, deram-lhe uma viola destemperada para que tangesse; e êle, tocando as cordas para lhes tomar o ponto, as governou apontando com os dedos, de maneira que fizeram harmonia suavíssima; e os circunstantes, admirados, romperam em dizer que ou era o diabo, ou o Peixoto da Pena, de quem tinham fama, pôsto que o não conheciam de vista [3].

Rui Fernandes de Almada, provedor da Casa da Índia, presidente do Senado de Lisboa, filho de Cristóvão de Almada, sustentava *com grandes ordenados a quatro cantores, que todos os dias com suas vozes o divertiam* [4]. Luxo principesco, de

[1] Balth. Teles, *Chron. da C. de Jesus,* parte. I, pág. 232.

[2] Menção encontrada na *Corogr.*, de Carv. da Costa, tom. III, pág. 170.

[3] Ant. de Sousa de Macedo, *Eva e Ave,* parte I, cap. XXIV.

[4] Barb. Mach. *Biblioth. Lusit.*, tom. III, pág. 660.

que ainda porventura se recordam as paredes do palácio do largo do Conde-Barão.

Finalmente, menciona o *Anatómico jocoso*[1], como músicos famigerados no primeiro quartel do século XVIII, o *Filigrana* e o *Borrinha* (alcunhas, certamente).

Terminando esta digressão, continuarei agora a falar de el-Rei D. Manuel.

*

Nos dias santificados havia na Lisboa antiga, segundo a pragmática dos usos nacionais, grande observância nas práticas religiosas. Faz-nos admirar hoje (hoje, no nosso tempo incrédulo e desleixado) o alvará do citado monarca, de 8 de Julho de 1521, proibindo que pessoa alguma nos domingos e dias de guarda jogasse a bola ou o tintinini dentro do paço ou nas varandas dêle, antes da hora das missas[2]. (*Varandas*, aquí, significa terraços, ou terrados, ou eirados, que seguiam ao longo das paredes do paço. Havia *varandas* no Terreiro do Paço, havia-as na Ribeira, e em muita outra parte. Ainda hoje, à Ribeira Velha, há a chamada *Hospedaria das Varandas*, que tira o nome de uma espécie de terrado contíguo ao edifício, e que é resto de muitas outras *varandas* que houve por alí).

[1] Tom. I, pág. 81.

[2] *Leis extrav.*, colecção por Duarte Nunes.

*

Se a proibição que mencionei ia entender com a hora das missas, não havia tal para depois de comer.

Eram as mesas dos nossos Príncipes — diz o inimitável frei Luiz — *escola de sobriedade para seus vassallos* [1].

Talvês nem sempre, observo eu. É preciosa, como quadro de costumes, a descrição da maneira como el-Rei D. Manuel, acompanhado do príncipe seu filho, dos duques e dos condes, recebia a consoada na véspera de Natal; costume já obsoleto em dias de Felipe III [2]. As alfaias da mesa real eram ricas, e os manjares muito especiais.

Como eram comidas essas mais ou menos apetitosas iguarias, também é ponto de estudo. Não creio que fôssem já então as carnes atacadas à mão, e devoradas bestialmente *com unhas e dentes* (outro prolóquio); assim sucedera ainda pouco antes, mas creio que já então não era uso, visto como nas listas dos objectos da Casa da infanta D. Beatriz, citadas pouco acima, se encontram garfos de prata, colheres e facas.

Quanto a dôces, sempre foram muito peritos nêsse assunto os nossos conserveiros; e na Madeira se fabricavam boas conservas de fruta no século XV, visto que as levava consigo Vasco da Gama; *Conservas da Ilha da Madeira*, que ofere-

[1] *Annaes d'el-Rei D. João III*, cap. III, *in fine*.
[2] Ibid.

ceu de presente ao cheque de Moçambique em princípios de 1498, quando lá chegou, segundo conta João de Barros [1].

À mesma ilha ia *carregar de açúcares, conservas e outros frutos da terra*, com destino a Espanha, pelos anos de 1492, o navegador Afonso Sanches, o notável precursor de Cristóvão Colombo [2].

Enfim (e basta de citações), o interessante livro de Bartolomeu de Villalba e Estaña [3] afirma que *de la Isla de la Madera le traen gran suma de pipotes de todas conservas y otras cosas mui delicadas.*

Tem graça conservar-se ainda lá essa tradição culinária, assim como nos Açores, onde tive ocasião de provar preciosos e elegantíssimos doces e bolos de todo o género.

*

Acabado o jantar de el-Rei, ¡ então sim, que eram folganças ! Ia êle com os seus familiares até à Carreira dos Cavalos (hoje crismada em rua de Gomes Freire) e levava bons cavalos, e juntavam-se tôdas as pessoas que montavam bem, e faziam alegríssimas correrias eqüestres por aquêle

[1] *Asia*, dec. I, liv. IV, cap. III, *in fine*.

[2] Padre Simão de Vasconcellos, *Chron. da Comp. de Jesus no Estado do Brasil*, liv. I, § 2.º

[3] *El Pelegrino curioso*, tom. II, pág. 90 (edição dos bibliófilos castelhanos).

escampado; *o que era causa* — diz Damião de Góis — *de n'aquelle tempo haver muitos e bons cavalgadores*[1].

*

Conta o mesmo Góis que el-Rei D. Manuel *trazia continuadamente na sua Côrte chocarreiros castelhanos, com os motes e ditos dos quais folgava, não porque gostasse tanto do que disiam, como das dissimuladas reprehensões que com geitos e palavras trocadas davam aos moradores de sua casa, fazendo-lhe conhecer as manhas, vicios, e modos que tinham, de que se muitos tiravam e emendavam, tomando o que estes truães disiam como graças, por espelho do que haviam de fazer*[2].

Além dêsses bôbos, repugnante instituïção tolerada, cujos vestígios se encontram ainda em certas casas, onde muitos gostam de caturrar, e mantêm tàcitamente uma vitima (consciente ou inconsciente) para a *caturreira*, para o desfrute, para o debique, havia também no paço antigo, acrobatas e ginastas, que de vez em quando vinham alegrar com entremezes os grandes banquetes de aparato. Havia jogos de azar, danças baixas (passeadas), e danças altas (puladas), e enfim, como disse, alguns passatempos intelectuais e literários: a glosa, o mote, as côrtes de amor, e a cantilena e recitação de troveiros, nobres e plebeus.

[1] *Chron. de D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXIV.
[2] Id., ibid.

¿Que é o *Cancioneiro* de Resende, e os demais cancioneiros, senão a forma literária daqueles agradáveis entretenimentos, que, a não serem os colectores, se teriam sumido no báratro? Verdade seja que nós, os modernos, não deixamos de arripiar-nos ao ver o desplante com que alí se imprimiram os nomes de senhoras, a quem são dirigidos (¡quanta vez!) tais e tais versos, uns indiscretos, outros impertinentes: D. Leonor da Silva, por exemplo, que deixou o noivo, e casou à última hora com um escrivão ladrão; ou D. Joana de Mendoça, dama a quem a raínha (por qualquer travessura juvenil) reteve presa na sua câmara uns dias. Essas liberdades destoam hoje dos nossos usos, e revelam um género de vida extremamente *familiar* na côrte dos nossos monarcas.

¿E Gil Vicente, com os seus autos, as suas alusões patentes, e a sua loquela muita vez desbragada, mas ouvida pelas senhoras de maior porte, não é outro singular exemplo do mesmo?

Apesar, porém, dêsses senões, que depreciam à luz dos nossos costumes (certamente mais pulidos) os cancioneiros e o teatro quinhentista, aplaudamos o zêlo com que foram salvas do esquecimento essas bagatelas. Oxalá todos entendessem bem que tudo tem sua razão de ser, tudo tem o seu préstimo. Conservem, conservem: ¿são minúcias? que importa?

¿De que se compõe o Universo? — preguntava Castilho algures — *De moléculas imperceptíveis.*

E Garcia de Resende pondera no seu prólogo, com ar de tristeza:

Muitas coisas de folgar e gentilezas são perdidas, sem haver d'ellas noticia, no qual conto entra a arte de trovar, que em todo o tempo foi mui estimada.

*

Das visitas habituais de el-Rei D. Manuel a sua irmã, a virtuosa rainha D. Leonor, há algumas valiosíssimas indicações descritivas, posto que muito a fugir, na *Chronica* do mesmo senhor por Damião de Góis [1]. Nessas visitas, que eram à tarde, costumava el-Rei algumas vezes pedir de beber; traziam-lhe conservas doces para fazer bôca; sôbre elas é que bebia; e isso tudo era servido ao soberano por senhoras da primeira distinção. À falta de mais pormenores, componha o leitor para si mesmo estas cenas íntimas, como ilustração ao pálido desenho, que no anterior volume deixei, do paço de S. Bartolomeu.

*

Se no-lo permitisse a etiqueta, haviamos de acompanhar o rei *Feliz*, o leitor e eu, num passeio lindíssimo que êle costumava dar nas tardes de verão, aos domingos e outros dias santificados,

[1] Parte III, cap. XL.

quando não ia ver correr cavalos, e corre-los êle próprio, lá em cima, naquela carreira histórica.

Esperava por el-Rei, na ponte dos seus paços da Ribeira, um bonito batel alcatifado e todo embandeirado de pendões de seda, avoengo das nossas formosas galeotas, que tão justamente nos ufanam. Descia para êle o soberano, levando sempre consigo boa música, e algum ministro, com quem, para não esperdiçar tempo, ia despachando negócios públicos. Largava o batel seguido de outros, e bordejavam de conserva, aquí, além, mirando a nossa Lisboa, contemplando os coruchéus sem número da margem de cá, os pitorescos palácios banhados de sol, e na margem de lá os oiteiros cretáceos de Almada,

que não dizem mal nem bem,

segundo uma acertada frase da trova do conde do Vimioso no *Cancioneiro de Évora* [1].

E iam deslisando ao sabor do vento e dos remos; e as mais das vezes chegavam ao cais dos paços de Santos-o-Velho, e desembarcavam. Aí esperava os alegres argonautas o *guarda*, ou almoxarife, dêsses paços, que era o cavaleiro Duarte Foreiro [2], a quem, pelos seus serviços, fôra dada essa aposentadoria. E já êle tinha preparado nalgum recanto do jardim a merenda real, frutas, doces e vinho; e comia el-Rei, e com êle todos

[1] Publicação do sr. Vítor Eugénio Hardung, pág. 23.

[2] ¿Seria parente de frei Francisco Foreiro, dominicano, confessor da infanta D. Maria?

os da comitiva, e assim os músicos, os moços-fidalgos e até os remeiros [1].

Quem bem conhece o magnífico cenário, avalia a cena, que em verdade é um apetitoso quadro de género e de costumes da côrte velha.

Os jardins, ou quinta, do paço de Santos eram relativamente vastos, e deviam ser muito aprazíveis: por assim dizer pendurados ou debruçados sôbre o Tejo, com muito arvoredo, um pano de fundo risonho de terras lavradias, os seus caramancheis suaves de sombra para as horas de calma, e ao nascente, muito ao longe, o perfil gracioso da alcantilada Lisboa a cobrir as encostas. ¡Que deliciosas merendas pois não seriam estas, em que se desenfadava dos trabalhos aspérrimos da realeza o magnificente D. Manuel!

*

Está-me lembrando uma anedota que li uma vez, por desfastio, numa *Floresta española* de ditos, sentenças e chistes (por sinal muito sensabores); como se refere a el-Rei D. Manuel, dou-lhe lugar aqui.

Fez el-Rei tenção de ir espairecer-se a uma das suas casas de campo (seria talvês esta de Santos), e encomendou ao seu védor que mandasse arranjar merenda que não tivesse sangue.

[1] Damião de Góis, *Chron. d'el-Rei D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXIV.

Como o védor pedisse ao rei quizesse indicar-lhe alguma coisa, certo gracioso da comitiva, rapaz travesso e de bons repentes, sacou inesperadamente a espada de um dos circunstantes, e disse:

— Pode Vossa Alteza comer esta espada.

— ¿Essa espada? porquê?

— Porque não tem sangue, e nunca o viu.

*

À noite havia muita vez serão no paço *(soirée*, como diriamos hoje); compareciam as damas e os galantes da côrte, e dançavam; e el-Rei também dançava algumas vezes [1]. Quem se não recorda da eloqüente e colorida descrição de um serão manuelino, escrita por um dos nossos mais talentosos poetas, o meu amigo José de Sousa Monteiro [2]?

*

Da pessoa do soberano existem informações minuciosas dadas à Senhoria de Veneza por um certo emissário veneziano chamado Leornardo de Cá Masser. São interessantes, e por isso não quero deixar de as transcrever da sua *Relazione* publicada no opulento *Archivio storico italiano* [3].

[1] Góis, *loc. cit.*

[2] Vidé o artigo intitulado *Um Serão Real*, no jornal lisbonense *O Reporter*, de 9 de Outubro de 1888.

[3] Tomo 22, págs. 42 e segs.

Parece-me — diz o informador — *muito jovial a índole dêste serenissimo rei; a sua natureza física, essa sim que é débil e pouca viva. E' muito suspeitoso em tôdos os seus negócios; não os resolve por si, e pede em tudo conselho a sua irmã a raínha D. Leonor, que é prudente, e também aos seus Grandes; costume que provém da acanhada confiança que deposita em si mesmo e na sua própria opinião.*

Passa depois o narrador a citar alguns traços do retrato moral de el-Rei, e diz que o acha avaro, e cubiçoso de dinheiro, desde que provou o suculento fruto da conquista. Onde via lucros, entrava; poucos e lhe dava do bem geral; o seu é que o desvelava.

Deixando de parte êsse egoísmo, talvês pôsto em relêvo com demasiada crueza, era el-Rei bondosíssimo, muito devoto, tôdo católico, mas instável e versátil, acreditando no que ouvia, e dando ouvidos a quem lhe lisonjeava os interêsses.

Conforme este Cá Masser e o já citado Damião de Góis, tinha o senhor D. Manuel por uso dar os agradáveis passeios que descrevi, ao longo do Tejo. Ia, diz o italiano, com um dos ministros, num bergantim feito de propósito; corria as suas naus, e ao som do marulhar das águas espraiava de longe a vista no risonho prospecto de casas e mosteiros [1].

[1] Eis a transcrição textual do aludido documento, com a sua antiquada linguagem e ortografia:

La natura di questo Serenissimo Re parmi molto allegra; la complession sua si è flaca, debile, e de poco spirito. E molto sospettoso in tutte le sue cose; non si risolve per si,

*

Diga-me o leitor, depois de tudo isto, se não acha neste reinado um aspecto alegre, entusiasta,

se non in tutto vuole consiglio e consulta con la Regina D. Elionora sua sorella, la qual è prudente e, con li suoi Grandi: e questo vien perchè non se confida nel discorso et iudicio suo. Mostra esser avaro e cupido di denaro; e maxime da poco tempo in qua, da poi che tratta delle cose de marcadanzia, ha gustato li frutti di quella. Dove el vede alcun profitto, In tutto el vuol intrar; e tira per si e deveda ad altri; non ha respetto al ben publico del suo popolo, salvo el ben particulare suo: e questo vien per li maligni ch'el conseiano per acquistare benevolenzia cen Sua Altezza; benchè in si, lui parmi d'ottima conduzion, e de summa bontà. Cattolichissimo e divotissimo, ha fatto far de bellissime e notabile opere; cioè monastero dè religiosi, che se chiama Santa Maria de Betlem, nel qual ha speso infiniti denari, et ancora non è compiuto, e spenderassi da suo compire da ducati 150 mila in suso; e molti altri monasteri et opere in questo suo regno, laudabile a Dio et alle persone del mondo. Non è molto stabile nelle sue cose, e molte volte si muda de proposito; e questo perchè ascolta cada uno, e facilmente crede ad ogni homo; e maxime in quelle cose che cognosce che li sia in suo proposito, non considerato altro contrario. Se deletta d'andar per mare per questi rii; e molte volte va in suo bergantino fatto per Sua Altezza, passando tempo vedendo queste sue nave e monasteri: mostra aver gran spasso andar per mare con qualch'uno delli suoi primati, el qual è d'età d'anni 36 in 37. Ha uno Principe d'età d'anni 3½ in 4, el qual si chiama Don Zuanne; fu battezato per la Magnificenza de messer Pietro Pasquaglio, el quale era a qual tempo orator a Sua Altezza; fu zurato per principe per el Duca de Braganza, et el Duca de Coimbre, e per tutto el regno delli Grandi de questo regno; ha due infanti et uno infante; d'età uno sotto l'altro.

e em tudo diverso do aspecto dos anteriores e subseqüentes. Acha, decerto. Tornou-se Lisboa teatro de desusada opulência, onde o cenário ofusca os actores pela riqueza e pelo brilho.

Sôbre os coruchéus do sumptuoso paço da Ribeira, que é a cabeça de Lisboa, como Lisboa é a de Portugal, sôbre a fronte dêsse vasto edifício, lustroso de mármores nacionais, e em cuja tôrre tremula a nobre bandeira de damasco branco adornada das quinas e da cruz de Cristo, rutila um nome: êsse nome, que ainda hoje brilha como um luzeiro, é *D. Manuel.*

Tristíssimo, porém, é considerar que a política dêsse homem notável não conseguiu fixar em Portugal as riquezas que o acaso, e não menos a valentia de D. João I, D. Henrique (de Sagres), D. Afonso V, D. João II, e dos seus imortais auxiliares, nos atiraram no regaço. Faz lástima ver que ao espírito aventuroso dos nossos heróis não se casava a bossa colonisadora que tanto distingue outras nações.

Descobrimos centenares e centenares de léguas de costa; implantámos padrões em promontórios virgens de pé humano; arrostámos fomes, epidemias, guerras, voragens; rasgámos caminho ao comércio internacional; dotámos o planeta com regiões desconhecidas. Tudo isso assim é. Mas não soubemos aproveitar o fruto dos nossos trabalhos de Hércules. A África meridional e oriental que o diga. Deixámos a lindíssima terra do Natal, onde (como no Cabo) um clima perfeitamente europeu assegurava aos nossos vida e

propagação; e fomos assentar arraiais, por uma estratégia mal entendida, na doentia Lourenço Marques, na chata e alagadiça Quelimane, cabeça do Zambeze, e na inhóspita e mortífera Moçambique, chave de outros sertões. Para o nosso estreito ponto de vista de guerreiros ainda medievais, bastavam o saque e as extorsões, que enchiam de oiro e brilhantes os nossos cofres, e, numa perspectiva errónea, pareciam alargar os domínios da fé. E não pensavamos, nós outros, os poetas cristãos da guerra, corações peninsulares, entusiastas irreflectidos, não pensavamos que o verdadeiro pensamento económico exigia a colonização e arroteação imediata dêsses terrenos feracíssimos. Blasonávamos em prosa e verso um dominio platónico, e enramávamos as quinas com palmas arrancadas às selvas que não replantávamos. O estupendo império de Afonso de Albuquerque foi um sonho que se esvaeceu. Por isso hoje, depois de quási quatro séculos de êrros económicos, choramos lágrimas de sangue, ao presencear o nada dos nossos cometimentos.

¿Será tempo ainda para remediar o mal? Certamente que o é. Um último esfôrço poderia ainda levantar-nos, erguendo aos olhos da Europa egoista o nosso nome, e mostrando-lhe que os portugueses de hoje são netos, não degenerados, dos heróis que deram ao mundo um mundo novo.

CAPÍTULO XI

A princesa erudita do século XVI — A instrução na mulher.

Em quanto os homens se entretinham nas frágoas guerreiras, ou nos não menos pesados misteres da paz, enganando os ócios em correrias e caçadas, que lhes supriam a guerra, as senhoras portuguesas, recolhidas e sumidas atrás das gelosias dos palácios, oravam e bordavam. Nelas a mulher cristã continuava a mulher moira.

Certamente pouco cultivadas quanto a inteligência, mas cheias de coração, expandiam num misticismo ardente, e muita vez supersticioso, os entusiasmos da sua índole peninsular. Leituras, nenhumas, ou poucas; e essas mesmas em livros de teologia ascética. A leitura dos livros de cavalarias é já por si um progresso; é uma janela que se lhes abre na alma para a banda do ideal humano.

Naquela meia luz intelectual, tão suave e remançosa, mas tão apoucada, é um acontecimento a aparição das princesas literatas.

Rodeada de magnificências, desponta na côrte portuguesa do século XVI a princesa erudita, a dama estudiosa, fidalga bem-falante, que aprende com Diogo Sigeu, e conversa com Tito Lívio e Tucidides na língua deles.

Acho graça a ver como a duquesa de Bragança D. Catarina *foi tão insigne nas letras gregas e latinas, na astrologia e matemática, que dava lições a seus filhos, os duques D. Teodósio, D. Duarte, D. Alexandre e D. Felipe* [1].

Dá-me prazer o encontrar uma D. Leonor de Noronha, filha do segundo marquês de Vila-Real D. Fernando de Meneses, versada em várias linguas, e discípula de André de Rezende. Para essa senhora e seu irmão o conde de Alcoutim compôs o mesmo mestre a sua *Arte da grammatica*, impressa em 1540 [2].

Agrada-me encontrar, nos meus papéis e através dos livros velhos, a culta Joana Vaz, coimbrã, criada da raínha D. Catarina, perita em letras latinas, e versada em tôdas as humanidades [3].

D. Maria Coutinho, condessa da Vidigueira, e mãi do primeiro marquês de Niza, foi muito ins-

[1] *Hist. gen.*, tom. VI, pág. 227.

[2] *Hist. gen.*, tom. V, pág. 204.

[3] *Joana Vaz, natural de Coimbra, criada da Raínha nossa senhora, por suas virtudes e doutrina mui aceita a ela, nas letras latinas e outras artes humanas mui douta, de quem vi algumas cartas, por que bem se pode provar esta notícia que dou dela.* Dr. João de Barros, *Espelho de Casados*, ed. do Pôrto, 1874, fl. XXXVI.

truída. Escreveu o livro de cavalarias intitulado *D. Belindo*. Ficou manuscrito. ¿Onde estará?

Mas a mulher erudita é (digam o que disserem) produto artificial do seu tempo enfático ¡flor de estufa, preciosa mas inútil, que desabrocha ao sol entre assombros, e fenece à tardinha, sem ter germinado, nem amado sequer!

Da influência, da utilidade de tanta erudição acumulada precocemente naquelas melindrosas e inverosímeis criaturas, permito-me duvidar. Tenho como certo que nem um átomo de ventura lhes trouxe o seu latim nem o seu grego. ¿Que lucrou a civilização portuguesa com o cultivo forçado de um sexo que não foi talhado para as mesmas agruras que nós, e a quem Deus fadou para muito mais do que armazenar ciência vã, pois o fadou para amar, e inspirar amores? Aí reside a sua fôrça e a sua soberania. É forte a mulher na sua mesma fraqueza, e sábia pela sua mesma ignorância. O não-saber da mulher é o gracioso ponto de interrogação, que a faz pupila do homem a quem domina.

A mulher deve saber pouco; mas êsse pouco deve sabê-lo bem: é a arte singelíssima de agradar. Singelíssima, como tudo que sai do coração. Deve cativar pelo coração. No coração é que reside a sua inteligência.

Gosto pois, até certo ponto, de penetrar com o espírito curioso junto ao estrado das princesas eruditas da nossa antiga côrte; gosto, sim, de me acercar da alcatifa em que vejo sentada no chão (como ainda hoje as senhoras na igreja), a infanta

D. Maria, rodeada das suas damas, escutando ler trechos de algum romano do século áureo, ou ditando a alguma das Sigêas cartas em latim para doutíssimos destinatários. Gosto de ver êsse espectáculo desusado, como gosto de penetrar numa estufa do Jardim Botânico, e admirar uma colecção de *orquídeas* ou *euforbiáceas*, atónitas nas suas prisões de vidro; formosas, mas efémeras.

Depois, como que para me refocilar, gosto de ir admirar algumas senhoras dos nossos salões, tão singelas, tão inteligentes, porém nunca pesadas: e digo comigo: É sair de um carcere abafadiço, e ir tomar ar puro nas devesas da Paiã, ou no miradoiro da Penha de França.

Francamente: ¿de que serviu a princesa erudita do século XVI? de lisonjear a vaidade de el-Rei D. Manuel ¿não é assim? Foi pouco. A instrução é hoje necessária à mulher mais do que o era então; mas uma instrução muito conchegada, e diversa da que recebe o homem. A mulher, que é, por via de regra, muito mais finamente sagaz que o homen, adivinha pelo ar, e essa prontidão e perspicácia supre-lhe as secas do aprender.

A princesa erudita foi uma exibição, um abôrto, como o foi a ênfase da civilização manuelina: formosa, grande, custosíssima e inútil.

Agrada-me bem mais do que essa nobre e requintada criatura que mede dáctilos, procura concordâncias, ou evoca recordações de Horácio, a mulher simples, devota, estreitamente devota,

se o quizerem, para quem a alta ciência se afigura um perigo, e que só no misticismo busca o socêgo da alma, e a valentia do coração.

Também não as quizera eu exclusivas no seu arroubamento místico. É preciso que o altérnem com o cultivo consciencioso de algumas flores intelectuais. As mãos da mulher fizeram-se para as flores, e não para os alviões nem para as máquinas; convindo notar que entre as mais vistosas flores há muita vez (hoje principalmente)... venenos... que é bom evitar, evitando-as.

CAPÍTULO XII

A côrte de EL-REI D. JOÃO III.—Uma *soirée* de núpcias em Almeirim. – Aparece de relance aos olhos do leitor a raínha D. Catarina de Áustria.—Etiquetas da mesma senhora com suas sobrinhas D. Catarina e D. Maria de Bragança.—Protesto de um príncipe de sangue, contra o rigor das etiquetas palacianas.—Luxo asiático do paço da Ribeira.—Enumeram-se vários roes de jóias e móveis.—O *Livro da recamara d'el-Rei D. João III.*—É citado o incançável sr. Vilhena Barbosa.—Relance de olhos ao reinado de EL-REI D. SEBASTIÃO.

Deixei nos dois capítulos antecedentes esboçados alguns quadros fugitivos do viver de el-Rei D. Manuel, e do modo de ser da sua côrte. Prosseguirei com o reinado de el-Rei D. João III.

Êste senhor não andava, me parece, tão alegremente irmanado com o público, nem tão visível; afigura-se-me que o sombrio do seu génio místico e reconcentrado o furtava o mais do tempo a tôda a convivência, a não ser com os íntimos.

A respeito da repressão do luxo, em Julho de 1524, «porque se hia devassando demasiadamente

«o uso das sedas em todo o genero de gente, «acudiu Sua Alteza (D. João III) com huma pre-«gmatica em que as defendeo rigorosamente com «certas limitações em pessoas e cantidades, mo-«dos e guarnições. E mandou que se começasse «a guardar e executar do ultimo de Agosto do «mesmo ano em diante»[1].

Em 1535 promulgou D. João III outra lei sumptuária, muito severa, lei que dizia com a índole recatada de quem a assinou[2]; em virtude da qual me quere parecer que o alfaiate régio, um tal Henrique Machado[3], teria menos ocasiões do que até alí, de dar largas aos devaneios artísticos da sua tesoura.

Não é isto dizer que fôsse semsabor, ou demasiado austera, a côrte do monarca religioso e fanático. Poetas e cronistas nol-a pintam alumiada uma ou outra vez dos clarões de festas e assembléias notáveis; mas não eram essas expansivas ostentações o habitual da têmpera do rei.

¿Quer o leitor assistir a uma recepção linda no paço real de Almeirim no ano de 1547? Eu lhe a descrevo, e verá como também sorria de festas áulicas o lar opulento do introductor da Inquisição.

[1] Frei Luiz de Sousa. *Annaes d'el-Rei D. João III*, parte I, cap. XV (ed. de Herc., pág. 115).

[2] Vem na *Col. de Leis Extrav.*, de Duarte Nunes, ed. de 1796, pág. 383.

[3] Mencionado por José Marques Soares no *Divertimento de Estudiosos*, tom. II, pág. 95.

*

Era Almeirim a Sintra de inverno daquelas eras, uma Sintra muito apetecida, e onde (segundo diz Galindo, personagem da comédia *Eufrosina)* se estava às vezes *em pilha como sardinhas.*

À fresca Almeirim afluia todo o que tinha *moradia e assentamento*, e todo o que os desejava ter: o cavaleiro ocioso recém-chegado das Índias, o taful que buscava mulher nos estrados do paço, todos os escudeiros galantes que sabiam entreter damas, todos os estranjeiros, *mariposas de palácio*, namorados dos encantos de Portugal.

Em Almeirim (diria um retórico) punha Cupido a sua aula, e tinha el-Rei o seu despacho.

—¡Os bons dias de Almeirim!—exclama Cariófilo, outro actor da *Eufrosina* — Aquela graça daqueles campos! aqueles soalheiros da charneca! eu sou perdido por êles. Ora já quando vem o tempo do passo das aves[1], não há coisa que lhe chegue no mundo, nem se pode pintar mais casa de prazer, nem quinta assim real!

E responde Galindo:

—Isso não tem ela já agora, porque em Lisboa não há tanta gente, nem tanta casaria[2].

No seu livro *Do sítio de Lisboa*, traz Luiz Mendes de Vasconcelos[3] uma descrição rápida mas pitoresca de Almeirim; e comparando esta vila com

[1] Isto é, da *passagem*, da *arribação* das aves.
[2] *Eufr.*, act. V, cê. I.
[3] Ed. de 1803, págs. 236 e 237.

Sintra, diz Manuel Severim de Faria, que Almeirim não cede à sua rival em tempo de inverno, *com os seus arneiros verdes, onde jamais há lodo, por muito que chova, em cujas coutadas se vê infinita caça de coelhos, lebres, porcos, e veados, não sendo menor o numero das aves que alli arribam no inverno, das partes do norte*[1].

Aí nessas campinas exercitavam-se os príncipes na divertida caça da volataria, para o que havia na alcáçova da próxima vila de Santarém, umas casas chamadas *das mudas*, onde achavam especialíssimo agasalho e tratamento as aves caçadoras, na crise difícil da muda da pena[2].

Por isso muito bem pondera frei Francisco Brandão, que *nos invernos foram sempre os Reis de Portugal affeiçoados á villa de Santarem, pela commodidade da caça, e outros entretenimentos, que nos campos e charneca de Almeirim offerece aquella parte do anno, com toda a veação, volataria, e pescaria, de que ha n'aquelles contornos grande copia; e o sitio d'elle com estes adjuntos é um dos mais alegres e aprasiveis para ser buscado*[3].

*

No ameno sítio, pois, da régia Almeirim, tão largo, tão risonho e tão azado aos arrulhos de

[1] *Discursos varios politicos*, disc. I.
[2] *Mon. Lusit.*, parte VI, fol. 5, col. 1.ª — Bluteau, verb. *Muda*.
[3] *Mon. Lusit.*, tom. V, fôl. 98 v.

dois noivos, quiz el-Rei D. João III celebrar os desposórios do duque de Aveiro D. João, com D. Juliana de Lara, filha do marquês de Vila-Real, e esmerou-se, como se vai ver, em mil demonstrações de estima aos nubentes.

Era o paço de Almeirim (de que hoje nada resta senão um arco e um lanço de parede), nobre e velho edifício, obra de el-Rei D. João I [1].

Dessa edificação primitiva nada me consta. Ampliou-a, decerto, a mão dos sucessores, que aí vinham muita vez, e que nas boas condições cinegéticas do sítio, achavam a maior atracção. Ainda no tempo de Felipe II se gastava anualmente, na fábrica do paço, a quantia (então alta) de 400$000 réis [2].

O que fôsse êste palácio em dias de el-Rei D. João III, também não sei; mas conservava-se ainda em todo o esplendor o edifício, conquanto uma anedota fugitiva o deixe entrever já em parte a ameaçar ruína. Foi o caso que, entrando o rei em Almeirim, depois de uma ausência de alguns anos, e vendo as paredes gretadas e a fazerem barrigas, exclamou:

— ¡ O paço parece que se ri !

Respondeu D. João Henriques:

— Sim, meu senhor, e com tal excesso, que até arrebenta pelas ilhargas [3].

[1] Frei Bernardo de Brito, *Elogios dos Reis*, ed. de 1825, pág. 64.

[2] Luiz de Figueiredo Falcão, *Livro em que se contem toda a fazenda*, etc., ed. de 1859, pág. 15.

[3] Marques Soares, *Divert. de estudiosos*, tom. II, pág. 21.

Mas vamos ao caso:

Foi a boda dos duques na capela do paço. Depois dêsse acto religioso, depois de uma cavalgada triunfal pelas ruas da vila, houve *serão* real em honra dos noivos.

— Esteve-se muito bem (papeariam no dia seguinte as crónicas vocais da sociedade elegante em Almeirim). ¡O que tudo estava de bonito! El-Rei conversou muito com o duque; a raínha entreteve-se imenso com a duquesa. ¡Ai! a raínha é de uma graciosidade rara. Lembro-me do trajo do duque; era sombrio, mas de elegante singeleza; deu-me na vista: todo pano preto tosado; pelote e capa aberta, gorra de veludo e colar. Tenho pena de não ter atentado mais no vestido da duquesa de Aveiro. A sala do docel estava deslumbrante. Rompeu o baile el-Rei, com a raínha D. Catarina. ¡O que ela é de formosa! Tem uma belesa que sabe impôr-se; domina os grupos das damas aquela fronte loira e serena, com os seus pingentes para a testa e a sua coifa de fios de oiro e pérolas [1].

Seguiu-se-lhes, dançando com seu tio o infante D. Luiz, a nossa infanta D. Maria, aquêle simpático rosto loiro arruivado, com beiços grossos, e olhos azues tão inteligentes, emoldurado na sua altiva gorjeira de cassa [2].

[1] Recordação de um antigo retrato, que existe hoje na sacristia de S. Roque.

[2] Recordação de um antigo retrato, escola portuguesa, no retábulo do altar colateral, do lado do Evangelho, na igreja da Luz.

Depois dançaram os duques de Aveiro; depois os demais convidados. Entre êles recordamo-nos de ter visto (estilo de noticiário, praga ainda não conhecida em quinhentos) D. Nunálvares, tio da duquesa, o conde de Portalegre, o conde da Castanheira, o conde da Vidigueira, D. Afonso de Portugal, filho do conde de Vimioso, D. Francisco de Melo, filho do marquês de Ferreira, D. Álvaro da Silva, filho do conde de Portalegre, e muitos mais.

Em suma: dançou-se tão pouco ou tanto, naquela festa real, que às nove horas da noite (sim, meu caro leitor, *às nove horas*)... acabou tudo. Retirou-se tudo.

Pouco depois, embuçando-se nas suas capas brancas, desceram as convidadas, pelo braço dos cavaleiros, a escadaria iluminada, entre as alas sonolentas dos negros da guarda. Esperaram a aproximação das suas hacaneas, e das suas andas ou liteiras, que em fila vieram chegando ao portal do pátio, e que a pouco e pouco foram reconduzindo aos seus lares, por tôda a vila, aquela rutilante companhia, que alí tinha ido arrastar mesuras, e comer os *foie-gras* do tempo, em honra do pelicano do timbre dos duques de Aveiro [1].

[1] Consulte-se a minuciosa descrição de tôda esta boda pelo cónego Braz Luiz da Mota, a pág. 64 do tomo VI das *Provas* da *Hist. Gen.*

*

Entrevimos de relance, neste esboceto do sarau realengo, a figura nobre e simpática da raínha D. Catarina. Falemos dela.

Acho graça à familiaridade e lhaneza com que a poderosa senhora saía às vezes a passeio pela Ribeira, e ia comer pádinhas de pão, que lhe vinham oferecer as vendeiras do mercado. Noutra parte aludirei a isso; basta agora que reparemos no carinho com que essa alma boa e grande acolheu no seu paço duas orfãsinhas, sobrinhas suas, filhas do infante D. Duarte e da infanta D. Isabel; eram (como o leitor se recorda) as senhoras D. Catarina e D. Maria; uma foi duquesa de Bragança, e por ela adveio a representação real ao duque D. João, seu neto, aclamado em 1640; a outra veiu a ser princesa Farnese.

Tendo perdido o marido, resolveu-se a mãi de ambas, a infeliz D. Isabel, a habitar no paço. Quando iam do quarto de sua mãi ao quarto da raínha, as duas princezinhas tinham licença de entrar sem recado. As etiquetas eram assim: à porta faziam-lhes uma grande mesura, e a raínha recebia-as em pé, mandando-as subir ao estrado, onde se achava às vezes ao toucador em cadeira alta. Logo as damas de serviço aproximavam às duas meninas uma só almofada para ambas, por serem pequeninas; mas quando cresceram, passaram a ter duas almofadas, bordadas para se diferençarem das que punham às senhoras titulares, e que eram de veludo lizo.

Tudo isto, e muitos mais pormenores engraçados, colhi eu de um autor a quem me não canço de elogiar, e que é manancial inexaurível de notícias genuínas: D. António Caetano de Sousa[1]. No seu livro, que é só por si uma copiosa livraria, achará o estudioso destas interessantes matérias o bastante com que saciar a sua sêde. Em etiquetas fomos sempre primorosos. Bem diz Rodrigues Lobo: *a cortesia tem muito grande logar entre os Portuguezes, porque no commedimento fasem ventagem a muitas Nações*[2].

*

Houve, contudo, naquele mesmo pulido século de el-Rei D. João III, quem protestasse (e em altos gritos) contra os rigores pesados das etiquetas palacianas. Vão rir, mas eu conto. Foi um príncipe de sangue; nada menos.

Quando em 1535 se celebrou em Évora a ceremónia de jurarem o pequenino príncipe D. Manuel, filho daquele soberano, achava-se o real menino assistindo ao acto no colo de sua aia D. Guiomar Coutinho, irmã do marechal. A ceremónia era compridíssima; e tanto, que durou até ao sol-posto. Já farto de tamanha seca, já enfadado de ouvir discursos políticos, mostrava o pequenino o seu péssimo humor, e forcejava

[1] *Hist. Gen.*, tom. VI, pág. 222.
[2] *Côrte na aldeia,* dial. XII.

descer dos braços da aia. Entretinha-o ela como sabia, retinha-o quanto podia. Deram as trombetas, os atabales e as charamelas, sinal de dever tôda a côrte em fila beijar a mão ao príncipe; a êsse tempo já êle tinha conseguido descer para o estrado, e engatinhava na alcatifa. Ria seu pai, e riam todos; e por causa do beicinho e dos gritos e choros do menino, quando a aia o quiz tomar novamente ao colo, foi preciso que o conde de Vimioso o enganasse primeiro com meiguices infantís, para se lhe poder beijar a mão [1].

Êste protesto do *enfant-gâté* tem para mim uma graça intraduzível. É claríssimo: não queria etiquetas.

*

Do luxo da mobília do paço da Ribeira há bons e irrecusáveis testemunhos descritivos. Lembro, por exemplo, a rica lista de objectos preciosos que levou no seu dote a nossa infanta D. Maria, mulher do príncipe das Astúrias D. Felipe, em 1543 [2], e o opulento inventário de jóias e outras coisas de valor, a cargo da camareira D. Mécia de Andrade, em 1558 [3]; êsses dois documentos dão imensa luz para a história da ourivesaria antiga de oiro e prata.

Há mais a magnífica lista dos presentes que o senhor D. Henrique, cardeal-rei, mandou ao

[1] *Hist. Gen.; Provas,* tom. III, pág. 40. Forma do auto em que se jurou o príncipe D. Manuel.

[2] *Hist. Gen.; Provas,* tom III, pág. 167.

[3] Idem, *ib.,* tom. II, pág. 761.

Xarife [1]. Quem quizer estudar mobílias quinhentistas acha alí subsídios de primeira ordem.

Da magnificência do paço ducal de Vila-Viçosa, por ocasião da recepção que fez o duque D. Teodósio ao cardeal-legado, dá documento a minuciosa descrição de Sousa [2], assim como a enumeração das galas do mesmo palácio nas festas do casamento do dito duque com D. Ana de Velasco [3]. O pessoal do serviço das pessoas reais era numerosíssimo então. Deixando outros documentos, que por si se estão apresentando ao critério dos estudiosos, citarei apenas o imenso rol dos servidores da princesa D. Joana, mulher do nosso malogrado príncipe D. João [4]; assim como o da povoadíssima Casa do citado duque D. Teodósio, filho do duque D. Jaime [5].

Tudo isso nos dá primorosa idéia da maneira sumptuosa por que se tratava a côrte portuguesa; e contudo nada chega a um documento, infelizmente inédito, de que deu alguns extractos o sr. Inácio de Vilhena Barbosa numa série de folhetins do *Commercio do Porto*, desde 14 de Junho até 20 de Julho de 1888 [6]. Êsse documento

[1] *Hist. Gen.; Provas*, tom. III, pág. 415.

[2] Idem, *Ib.*, tom. VI, págs. 134 e segs.

[3] Idem, *Ib.*, tom. VI, págs. 440 e segs.

[4] Idem, *Ib.*, tom. III, pág. 69.

[5] Idem, *Ib.*, tom. IV, pág. 185.

[6] Devo êsses folhetins, que se acham incorporados na minha colecção *Olisiponiana*, ao favor do meu amigo o dr. Venâncio Deslandes.

intitula-se: *Livro da recamara dos reys D. João 3.º de Portugal e D. Catharina.*

É este o titulo — explica o sr. Vilhena Barbosa — *de um livro manuscripto pertencente a S. M. el-Rei o senhor D. Luiz; livro preciosissimo a muitos respeitos. É um inventario, ou relação completa, de tudo quanto existia dentro dos paços Reaes da Ribeira, em Lisboa, nos ultimos annos do Reinado de D. João III, que falleceu em 1557.*

Mais adeante diz o mestre:

Tendo-nos permittido S. M. que lessemos pausadamente aquelle livro, accrescentando a graça com a permissão de copiarmos alguns trechos d'elle, vamos dar aos leitores do «Commércio do Porto» uma noticia mais circumstanciada, posto que breve, d'aquelle muito interessante manuscripto.

E desempenhou-se da promessa o erudito escritor, como era de esperar. A êsse interessante extracto remeto quem deseje pintar na imaginação o que era aquêle palácio. Isto quanto às alfaias. O estudo, mais ou menos extenso, das etiquetas e dos usos, completará o quadro.

*

O reinado de el-Rei D. Sebastião é, quanto a etiquetas e modas, sensìvelmente o mesmo que o de seu avô, mas (salvo melhor juízo) mais tristonho ainda. A monarquia de D. Denís e D. Manuel ia inclinando a sua virente copa, e murchando. Andavam machadões de gigantes desconhecidos

a excavar-lhe, à bruta, as raizes e o nó vital. Ia tombar o valentíssimo cedro sôbre os areais de Alcácer-Quibir.

Êsses escassos vinte e um anos de domínio do austero discipulo de Luiz Gonçalves da Câmara e da Companhia de Jesus, são, por assim dizer, um quadro anacrónico e deslocado das aspirações e gentilezas dos paladins de Afonso IV e João I.

Passa no meio da sua côrte, meio varonil meio afeminada, passa entre o grupo dos seus juvenís validos, meio guerreiros meio *mignons*, passa lançando o seu olhar severo para o luxo das opulências mundanas, a que o inimitável frei Luiz de Sousa chamava as *riquezas ociosas*[1], passa aquele esbelto e gentilíssimo rapaz (loiro, branco e ruivo como sua mãi), todo entregue aos seus sonhos de cavaleiro andante, e contrastando, na sua ingénita poesia, com o positivismo cruel da era. Nos seus lindos olhos azuis apenas se refletem, muito de fugida, os vagos e indecisos amores de uma D. Juliana de Lencastre, sua prima, herdeira da Casa de Aveiro, e depois mulher de um tio, que por ela foi o 3.º duque. No mais, austero e casto como uma monja.

Passa aquela figura nobre de justador, valente como Amadis de Gaula, sempre entregue a devaneios marciais; promulga em 1574 o *Regimento* das suas Ordenanças[2], e vive absorvido em temeridades de criança e ambições de homem feito,

[1] *Vida do Arcebispo*, liv. II, cap. XXIV.
[2] *Hist. Gen.; Provas*, tom. III, pág. 234.

que hão-de arrastá-lo às loucuras das jornadas de África.

Na legislação do seu reinado deixa impresso o cunho das suas preocupações místicas. Em 15 de Maio de 1565 ordena se não consintam *nas igrejas, nem nas procissões que fora delas se fazem, autos nem representações de coisas profanas, nem pessoas algumas com máscaras, não sendo ordenadas para provocar a devação*[1]. Promulgava isso, e sorria-lhe a consciência, como ao homem que soube cumprir o seu dever.

Ainda assim, dá-nos a interessante relação do cardeal Venturino muitos pormenores para o estudo conscencioso de trajos, ceremoniais e etiquetas daquêle reinado; e o cofre que el-Rei D. Luiz possuia, e que pertencera ao seu ascendente o senhor D. Sebastião[2], contaria, se pudesse falar, alguns casos curiosos da velha côrte.

¡Misteriosa e simpática personalidade êste enigmático mancebo, cujo crime único foi vir ao mundo fora do seu tempo! A guerra e as durezas da penitência são a sua absorção, o seu pensamento fixo, a sua monomania fatal.

Com o jovem e indomado aventureiro parte-se a linha genealógica. Poucos meses continua o

[1] Duarte Nunes, *Leis extravagantes.*

[2] Esteve com o n.º 108, na sala G da Exposição das Janelas Verdes. Tem analogia com outro cofre pertencente à Academia das Belas Artes, e que esteve na sala N, sob o n.º 384. Vidé a *Exposição retrospectiva*, pelo dr. A. F. Simões.

cetro na mão do cardeal, até cair nas garras do Leão castelhano.

Outros usos, outro modo de pensar. A monarquia renascida em 1640 é totalmente diversa.

*

Ei-los aí ficam, muito rápidamente desenhados, êsses esbôços de quadros do antigo viver.

Primeiro, são os cavaleiros da fôrça muscular, os homens do pulso de ferro, insensíveis às blandícias da arte e das letras, e agremiados em volta do seu rei, porque êsse rei precisa deles para exterminar moirama. É o período da iniciação; é a infância da monarquia; e (como na infância humana) predomina o físico sôbre as exigências morais e intelectuais.

Logo depois, constituído pela espada homérica dos Afonsos o reino português, desbravado de moiros, engrandecido com o Algarve de aquém-mar, principia o sossêgo e a abastança a deixar florir as letras. Despontam D. Denís, D. Afonso IV e D. Pedro I, três trovadores; e após a nova transformação política, assoma no trono D. Duarte, produto inconsciente de tantos decénios de labutação social.

Com o incremento da ciência cosmográfica vão acordando nos netos dos antigos cavaleiros conquistadores, e nos filhos dos *homens novos* de 1385, as veleidades marítimas; e êles lá vão, nas asas das suas caravelas, êles lá vão, de espada em punho, navegando nos rumos do oriente.

A êsses esforços segue-se o período manuelino, alardo balôfo, mas esplêndido, das inacreditáveis conquistas de além-mar.

El-Rei D. João III começa a decadência, que se precipita com o rei-cavaleiro, e se termina com o rei-cardeal.

CAPÍTULO XIII

Algumas palavras sôbre a guarda real dos soberanos portugueses. — Tratamento oficial dos nossos reis. — Pragmática dos lutos reais.

Concluirei juntando mais algumas notas descritivas de usos e etiquetas palacianas.

GUARDA REAL

É antigo no reino o costume de andarem os soberanos precedidos de porteiros da sua Casa. Moda talvês romana. Adeante dos magistrados supremos em Roma caminhavam dois lictores, descançando no ombro esquerdo os feixes *(fasces)*, e brandindo na mão direita uma varinha *(virga)*. ¿Não será essa a origem dos nossos *porteiros da cana?*

Com duas canas diante
és amado, e és temido

escrevia Sá de Miranda, pintando do natural.

Depois do triste caso da morte do duque D. Fernando no patíbulo de Evora, sempre o seu matador, roído do remorso, e da cautela a que são constrangidos os tiranos, trazia consigo, a acompanha-lo, *a guarda da câmara e dos ginetes, de que era capitão Fernão Martins Mascarenhas*[1].

Em dias de el-Rei D. João III havia no paço uma guarda real composta de negros, segundo se vê de uma frase da carta em que Braz Luiz da Mota, cónego de Lisboa, descreve o já citado casamento do duque de Aveiro em 1547[2].

O senhor D. Sebastião estabeleceu a sua guarda com os chamados então *alabardeiros*[3], rodeando-se dela quando saía, nota Bluteau, *para segurança* da sua pessoa, *pelos muitos estranjeiros hereges que havia em Lisboa.* Não se compunha essa guarda senão de gente portuguesa, e era seu capitão Francisco de Eça, conde de Matosinhos, camareiro-mor do cardeal-rei.

Foi D. Felipe, o Prudente, quem, ao nomear governador do usurpado reino o cardeal-arquiduque Alberto, lhe creou guarda alemã (chamada *tudesca)*, e por capitão dela nomeou a D. Francisco de Sousa; essa dignidade ainda se conserva na Casa dos Sousas Calharises, hoje duques de Palmela. Os *archeiros tudescos*, lhes chama, ainda em 1755, o *Anatómico jocoso*[4].

[1] Rui de Pina, *Chron. de D. João I,* cap. XVIII.

[2] *Hist. Gen,; Provas,* tom. VI, pág. 64.

[3] Manuel Severim de Faria. *Not. de Port.,* disc. 2.°, no fim do § 4.°, citado por Bluteau, verb. *Archeiro.*

[4] Tom. I, pág. 169.

Agora a guarda real denomina-se dos *archeiros*, desde o tempo de el-Rei D. João V[1].

TRATAMENTOS REAIS

No princípio da monarquia, não me parece ter encontrado vestígio de outro tratamento a não ser o *vós*. Era o rei o primeiro dos barões; não lhe competia mais que a êles.

No tempo de el-Rei D. João I dava-se-lhe o tratamento de *Vossa Mercê*. Assim se vê em documentos, e nomeadamente nas cartas que o infante D. Henrique escreveu a seu pai, e a que já me referi neste volume[2].

Nas crónicas de el-Rei D. Duarte acho indiferentemente o soberano tratado por *Mercê*, e já por *Senhoria*.

A el-Rei D. Afonso V dava-se *Senhoria*.

A seu filho, *Senhoria*, e já *Alteza*, mas não geralmente.

El-Rei D. Manuel, nos primeiros tempos do seu reinado, ainda recebeu *Senhoria*. Diz Damião de

[1] Sôbre êste assunto há muitas notícias, acompanhadas de bons documentos autênticos, a págs. 407 e seguintes das *Memorias dos Duques*, por João Carlos Feo e o visconde de Sanches de Baêna. Feo, genealogista *di primo cartello*, era também versadíssimo na nossa história. Onde êle punha a mão, deixava sempre alguma notícia interessante e suculenta. ¡O que êle via! que de documentos compulsou! Foi grande perda a sua morte para as letras portuguesas. Apenas o conheci de vista; nunca o tratei, e tenho disso a maior pena.

[2] *Hist. Gen.; Provas*, tom. VI, pág. 350.

Góis na sua *Crónica*[1]: *Ousou titulo de Senhoria, e nam dalteza alguns annos depois que reynou, como o eu tenho visto per muitos aluaras assignados da sua mam.* Depois deu-se-lhe *Alteza.*

A seu filho, *Alteza* também; e foi só no tempo de el-Rei D. Sebastião, que, para lhe não dar menos consideração que ao rei de Espanha, se começou a dar ao rei o título de *Magestade.*

Todavia êste tratamento já aparece no *Auto das Fadas* de Gil Vicente (representado entre 1503 e 1520), dado pela feiticeira a el-Rei D. Manuel

Saiba Vossa Majestade
Quem é Genebra Pereira

E alguns versos adiante dá-lhe *Alteza*

Se Vossa Alteza quizer
ver os feitiços que eu faço

Também na *Comédia sôbre a divisa da cidade de Coimbra* o peregrino do argumento dá *Majestade* a el-Rei D. João III e sua mulher em 1527:

E a honra maior
He que o altissimo Imperador,
Vossas Magestades, a Sacra Imperatriz,
A alta Duqueza Dona Beatriz
Se sois sacros fructos, daqui foi a flor.

No *Amadís de Gaula* de Gil Vicente (1533) D. Dorin trata a el-Rei Lisuarte por *Magestade.*

[1] Parte IV, cap. LXXXIV, pág. 342, col. 2.ª

Señor, ya bien poderán
cenar Vuestras Magestades.

Sôbre tratamentos há a pragmática assentada por el-Rei D. João III em 1522[1]; há a de 8 de Outubro de 1586[2]; e outra de 16 de Setembro de 1597[3]. Contra esta representou respeitosa mas firmemente a Casa de Bragança[4].

Ao duque de Aveiro também davam, em 1606, o tratamento de Excelência[5].

A el-Rei D. João V concedeu a Santa Sé a regalia de poder usar o título de *Magestade Fidelíssima*. E' dêste rei a lei dos tratamentos, de 29 de Janeiro de 1739[6].

Devo despedir-me do assunto, que é de si sensaboríssimo. Hoje os tratamentos distintos caíram numa barateza tal, que é a mofa do senso comum. Oxalá acordássemos um dia com a sensatez de dar e receber o que por lei nos competisse; mas não creio que se dê êsse milagre.

LUTOS REAIS

Além dêste assunto, acabado de esboçar, há outro que ìntimamente se liga com os usos da

[1] *Annaes*, por Irei Luiz de Sousa, parte I, cap. XIV (ed. de Herc, pág. 56).
[2] *Hist. Gen.; Provas*, tom. IV, pág. 296.
[3] Id., pág. 287.
[4] Id., pág. 290.
[5] *Hist. Gen.; Provas*, tom. IV, pág. 301.
[6] Id. ibid., tom. IV, pág. 304.

côrte, e que é indispensável deixar também estudado neste sítio: as várias pragmáticas dos lutos reais. Direi o que souber.

Hoje, que o *preto* é em tôda a parte o distintivo das tristezas oficiais, admira o dizer-se que antigamente o povo se vestia de *branco*, em sinal de mágoa. É que tudo neste mundo sub-lunar é, e foi sempre, convencional.

Até ao meio do século xv, pouco antes, vestiam-se tôdos de branco em ocasiões lutuosas, e viam nisso os peninsulares a verdadeira expressão da dor. Diz frei Francisco Brandão que o primeiro luto negro foi pela infanta D. Felipa, tia do senhor D. Manuel[1], pequenita de nove anos apenas, falecida da peste em Lisboa a 24 de Março de 1439[2]. Logo demonstrarei que se engana o eminente historiador. Sigamos cronològicamente a matéria.

Naquele arquivo inexaurível chamado o *Elucidário*, e onde o trabalho consciencioso de um homem só, dotado de excepcionais faculdades, memória, inteligência e vontade, conseguiu acumular incalculáveis riquezas, o bom frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, há menção de certo cavaleiro, Rodrigo Gonçalves, que em seu testamento, lavrado em 1284, deixa vários legados a igrejas e mosteiros, que em vida (conforme o uso freqüentíssimo) roubara e espoliara. Determina êsse mesmo testador que, aos que por êle quizerem vestir luto, deem, do seu bolsinho, almáfega, que

[1] *Mon. Lusit.*, tom. VI, pág. 485.
[2] *Hist. Gen.*, tom. II, pág. 494.

era (como logo explicarei melhor) um pano próprio para tal fim[1]. Por aí se veem duas coisas:

1.ª—O luto parece ter sido então facultativo, pelo menos para certa classe de gente, e extensivo talvês aos não parentes do defunto;

2.ª—Era uso deixarem os testadores uma espécie de ajuda de custo aos que por tal forma lhes quizessem prestar êsse obséquio póstumo.

Quási um século depois, aparece-nos um Gonçalo Peixoto, senhor da quinta de Macieira de Sarnas, em 1369, recomendando em testamento, que a tôdas as pessoas que por êle deitassem luto de almáfega, se dessem como compensação *sete alnas* (varas) de valencina, ou de viado (fazendas alegres e garridas de então), para vestirem acabado o prazo lutuoso[2]. E o grande Viterbo explica essas transcrições da seguinte forma:

Não só os parentes e amigos do finado vestiam d'elle (isto é, do burel branco e grosseiro) *por todo o tempo que durava o lucto, mas ainda outros quaesquer que o queriam vestir por honra do defunto, o podiam fazer. Acabado o tempo da tristeza os testamenteiros lhes recompensavam a fineza com um vestido de Valencina, ou outro panno alegre e festival.*

No luto de el-Rei D. Fernando (1383), vestindo-se todos de *branco*, conta frei Francisco Bran-

[1] *Elucid.*, verb. *Almarfaga.* Documento do cartório de Santo Tirso.

[2] *Elucid.*, verb. *Almaffega.* Documento do cartório de Pendorada.

dão[1], foi estranhado ao conde Andeiro o apresentar-se de *negro*. Ora o conde Andeiro, que era um grande elegante, que sabia viver, que tinha viajado, e que ostentava provàvelmente tôdas as fanfarrarias de alto sabedor nêstes graves assuntos das frivolidades cortesãs, não andou nisto de leve, nem cometeu êrro boçal de ofício; não fez então mais do que reproduzir o que já lá fora se usava, mas ainda destoava entre nós. Apresentou-se nos ceremoniais da nossa côrte ao modo que se costumava em Castela. Contudo não fez bem, por ser certo que é indispensável cada qual conformar-se à lei da terra em que vive.

Romano em Roma, francez co'os francezes — dizia o velho António Ferreira.

Quando D. João I de Castela (aí está a justificação do conde Andeiro) tomou luto por êste citado soberano, seu sogro (el-Rei D. Fernando de Portugal) vestiu *saio preto* (note-se), e a raínha D. Beatriz apareceu de *almáfega preta* (note-se); e quando ela saía, ía numas andas tão recobertas de *pano preto* (note-se), que ninguém a via[2]. Logo, o conde Andeiro foi (até certo ponto) injustamente increpado do modo como, sendo estranjeirado, se apresentou.

A côrte portuguesa, essa seguiu o costume da nossa terra, e vestiu-se de *burel branco*; lá o diz

[1] *Mon. Lusit.*, loc. cit.
[2] Fernão Lopes, *Chron. de D. João I*, cap. LV.

Fernão Lopes[1]. *A triste livree de burel* — chama a êsse trajo Rui de Pina[2].

Creio, porém, que estava a decaír a pragmática velha, e que se ia já, devagarinho, adoptando a inovação forasteira. É êsse mesmo cronista Rui de Pina quem menciona já luto negro pelo falecimento de el-Rei D. João I (1433). *El-Rei* (D. Duarte) *tomou doo de preto* — escreve êle — *e os Infantes tomaram burel, segundo sempre atee aqui se costumou*[3].

Logo, digo eu, vê-se pelo testemunho dêste cronista, que seis anos antes do luto pela infantinha D. Felipa, tia de el-Rei D. Manuel (1439), já em Portugal entrara o *negro* no luto da côrte; por isso me atrevo a qualificar de lapso de memória a asserção da *Monarquia Lusitana.*

Por morte de el-Rei D. Afonso V, em 1481, *o Principe seu filho, com signaes verdadeiros de grande dôr e sentimento, vestido de burel se ençarrou em sua camara tres dias* — diz o aludido Pina[4]. Os vassalos, *em signal de tamanha perda e tão grande tristeza, foram sem differença cobertos de vaso e burel*[5]. Eram usos ainda dominantes no reino, a-pesar-das excepções raras. *Como então era costume* — acrescenta Garcia de Resende[6].

[1] Fernão Lopes, *Chron. de D. João I.*

[2] *Chron. de D. Duarte,* cap. I.

[3] Id., cap. II.

[4] *Chron. de D. João II,* cap. I.—O mesmo diz Resende, no cap. XXII da sua *Chronica.*

[5] Id., ibid.

[6] *Chron. de D. João II,* cap. XXII.

Vaso e burel — escreveu Pina; Resende põe: *todos vestidos de burel e almafega*[1].

Vejamos a significação, quanto possivel exacta, dêsses vocábulos.

Vaso parece a Santa Rosa de Viterbo dever ter sido *um grande «capello», o qual como «vaso» cobria, ou incluia dentro de si toda a cabeça do anojado, representando uma figura, que mettia espanto e horror, a que chamaram «carantonha»*.

A ser acertada a conjectura do mestre, aproximarei do antigo *vaso* o trajo chamado *capello*, que ainda as mulheres populares usam nos Açores e no Algarve, e que (segundo ouvi em S. Miguel) é tradição ter lá sido introduzido por ocasião de certo antigo luto real, e ter desde então ficado nos costumes. É um capuz de lombo arredondado, muito alto, firmado numa espécie de espinha dorsal de chibata ou baleia, e onde o rosto da mulher embuçada nesse biôco (que bem pode ter sido o *vaso)* vai completamente oculto. Ela vê, mas não é vista.

Burel era, e é, certo pano grosseiro, que, por ser pobre e desataviado, convinha aos lutos, visto que foi uso geral desde remotas eras, e em diversíssimos povos, largarem-se nas ocasiões doloro sas tôdas as galas e enfeites.

Almáfega, almaffega, ou *almarfaga*, parece ter sido o mesmo que *burel.*

[1] *Chron. de D. João II,* cap. XXX.

Pretos ou brancos, segundo a exigência da moda, foram bureis e almáfegas luto consuetudinário e obrigatório dos peninsulares.

Nessa mesma escolha das côres variou em extremo o gôsto dos povos.

Entre os hebreus foi luto o *negro* e o *pardo*; para os egípcios, o *cinzento* e também o *preto*; para os gregos e para os romanos da república, o *preto*; para os romanos do império, o *branco*; para os chins, o *branco* e o *cinzento*; para os turcos, o *azul* e o *roxo*. Nessas escolhas várias achava o engenho humano interpretações mais ou menos finas e pitorescas. Era para estes o *amarelo* a côr da fôlha murcha e da palidez da morte; era para aqueles o *azul* a côr do céu, para onde abria asas a alma do defunto; lembrava o *cinzento* a aquel'outros o barro de onde saímos e para onde nos volveremos; o *branco* recordava em certas regiões a imaculada pureza do espírito imortal; noutras, enfim ¿ que dizia o *negro*? dizia o lúgubre das trevas do sepulcro.

Simbólico, místico, vidente como sempre há-de ser, achava o homem, nestas variedades, novas demonstrações da sua relação com o grande todo da natureza; e em alguns dêsses diversos atalhos, um caminho que o levava à imortalidade.

Ora entre nós foi luto o *branco*, e é luto o *negro*; mas pouca gente se recorda talvês de que também, em dias de el-Rei D. João II, se empregou o *azul*, como entre os turcos.

Haja vista o que narra Garcia de Resende ao falar da morte da princesa Santa Joana em Jesus

de Aveiro. Foi o caso que, recebendo el-Rei seu irmão, em Évora, a notícia da perda de tão boa irmã, tomou logo luto, como lhe cumpria, e mandando desarmar das salas do paço os panos ricos, as fêz armar de panos *azuis*. *Azuis*, note-se. Não me lembra ter visto esta circunstância referida a outro algum nojo em Portugal[1]. Parece-me isto excepção, que não sei explicar, nem justificar.

Na horrível dor que afligiu o coração dêsse mesmo soberano, ao falecer-lhe tão desastradamente o filho estremecido, foram indescritíveis as explosões da sua mágoa paternal. Causa lástima vê-lo nos quadros que nos deixaram os historiadores.

Quanto à parte que pròpriamente diz respeito ao luto pelo príncipe, escreve Resende que el-Rei tosquiou logo o cabelo, e êle e a rainha se vestiram de ordinaríssimo pano *preto*. A princesa viúva cortou cérceas as suas formosas tranças loiras, vestiu-se de almáfega, e cobriu de vaso a cabeça. Tôda a côrte e todo o público se tosquiaram também, e todos se vestiram de argaos de burel[2].

[1] *Chron. de D. João II*, cap. CXVI.

[2] A *Chronica* diz *argaos*, como escrevi; permito-me porém conjecturar que será talvês antes *argãos*, porque *argaans* (o feminino pelo masculino, inversão freqüente) eram, segundo Viterbo, uns alforges antigos. Ora no trajo dos camponeses é ainda hoje freqüente ver os alforges de pano grosseiro de lã, com sua orla e borlas, servirem como de capa ou cobertura ao corpo; e *argaos* eram também, segundo frei Luiz de Sousa (*Hist. de S. Dom.*, parte I, liv.

Não creio que êsse burel fôsse *preto*, senão da côr parda da lã grosseira, porque êste mesmo cortesão pontual e observante, descrevendo a jornada da princesa viúva para Castela, acompanhada por seu triste sogro até Ponte do Sôr, nota que, indo tôda a côrte e pessoas do séquito vestidas de burel, se não via homem nenhum de *preto*, a não ser el-Rei e alguns bispos e clérigos; o que parece querer indicar que o *preto* constituia, por que assim o digamos, uma espécie de aristocracia no luto [1]; isso concorda com o que acima referi: que, por ocasião do luto por el-Rei D. João I, o seu sucessor *tomou doo de preto, e os Infantes tomaram burel.*

Também o mesmo senhor D. João II, pela morte do malfadado duque de Bragança no cadafalso de Évora, se especializou. A côrte não tomou luto, mas tomou-o hipòcritamente o matador do justiçado; encerrou-se três dias, e vestiu-se de panos de lã *preta* com capuzes cerrados, e barrete redondo [2].

Comediante ¡como os que o eram de mais primor! Se até prantos de crocodilo achava a seu talante nas glândulas lacrimais aquêle prín-

5, cap. 14), um género de roupa que usavam sôbre o hábito alguns religiosos. Nos *argaos* ou *argãos* da *Chronica* vejo eu uma capa desalinhada e larga que usasse o público em sinal do desatavio próprio da dor, que não cura de louçainhas.

[1] Resende. *Chron. de D. João II*, cap. CXXXV.

[2] Pina. *Chron. de D. João II*, cap. XIV.—Resende, Ibid., cap. XLVI.

cipe, quando lhe era mistér, mais prontos em serví-lo, que pagem negro do Manicongo!

Essa usança de cortar o cabelo é vestígio de remotíssimas antigüidades. Em compensação, deixavam os nossos antigos crescer intonsa a barba em sinal de sentimento. Conta Azurara que o célebre conde D. Pedro de Meneses, ao ficar viúvo de sua gentil e virtuosa mulher a condessa D. Beatriz Coutinho, filha do marechal Gonçalo Vasques Coutinho, *muito tempo trouxe, por nembrança d'ella, barba e cabello comprido, até que lhe o Infante Eduarte mandou que a tirasse* [1].

Por morte de el-Rei D. João II em 1495, todo o reino se vestiu de burel, almáfega e vaso [2]; *trajo de tristeza* — pondera Damião de Góis — *que se n'aquelle tempo acostumava n'estes regnos, o uso do qual se defendeu por expressa lei, que sobre isso fez el-Rei D. Manuel* [3].

E pondera muito bem o douto escritor. Com efeito, por ocasião de falecer em Castela, a 24 de Agosto de 1498, a infeliz raínha D. Isabel, primeira mulher dêsse soberano, pediu, em testamento, que por ela se não tomasse luto de burel, como era antiga costumagem portuguesa e castelhana, e se não trouxessem lobas grandes e capelos [4]. Acabou por então o luto, ou *dó*, de

[1] *Chron. do Conde D. Pedro*, liv. II, cap. XXIV.
[2] Resende. *Chron. de D. João II*, cap. CCXVI.
[3] *Chron. de D. Manuel*, cap. VII.
[4] Garcia de Resende. *Appenso á Chron. de D. João II, Entrada d'el-Rei D. Manuel em Castella.*

burel e o trajo das lobas grandes, desde que a lei de 17 de Outubro de 1499 estatuiu a pragmática fúnebre para o vestuário, tanto masculino como feminino [1].

Em 1514, quando se representou a *Comédia do Viúvo*, de Gil Vicente, o luto era negro. Diz o frade ao viúvo [2]:

> *Quitad el luto de vós*
> *y eses paños negregosos,*
> *que cierto sabemos nós*
> *negar los hechos de Dios*
> *todos los que estan lutosos.*
> *Que se muestran soberbiosos*
> *de queijosos,*
> *cargados de paños prietos...*

Se ainda hoje (apesar das subversivas e malcriadíssimas idéias modernas) é geral o luto por pessoa reinante, era antigamente universal, e *sob grandes penas*, diz de passagem Gaspar Correia, referindo-se ao luto na Índia por morte de el-Rei D. Manuel [3]. Êste rei, porém, reforçando a sua citada *Ordenação* de 1499, recomendou em cláusula testamentária a todos seus criados e vassalos que não trouxessem burel por êle; e aos que tomassem *dó preto* pedia que não excedessem a seis meses [4]. Era talvês um meio indirecto de não prejudicar os vendedores de drogas finas.

[1] *Elucid.*, verb. *Vaso.*—Rui de Pina, *Chron. de D. Duarte*, cap. II.

[2] *Obras de Gil Vicente*, tom. II, ed. de 1852, pág. 72.

[3] *Lendas da India*, tom. II, pág. 731.

[4] Testamento, *Hist. Gen.; Provas*, tom. II. pág. 326.

No luto da infanta D. Isabel, mulher do infante D. Duarte, sua filha D. Maria, casada com o príncipe de Parma, usou o luto seguinte, segundo ela própria descreve em carta a sua irma D. Catarina:

Puz — diz ela — *uma toalha de pano grosso tinta, e não ousei de pôr capello porque não me carregasse a cabeça. O habito foi de uma baêta grossa, que parece orilhado, e um manto de sarja, porque a minha cabeça não soffre outra coisa. Lancei uns poucos de avanos fóra, por não parecer tão feia a vosso cunhado, como eu sou. Elle se houve muito bem n'este meu trabalho, e mostrou muito sentimento. Póz uma capa de baêta muito comprida, e um pellote, e uma gorra com muitos veos, que este é o maior dó que se cá costuma* [1].

Por alvará de 22 de Novembro de 1566 permitiu el-Rei D. Sebastião que as pessoas a quem falecesse pai ou mãi, mulher, filho, sogro, sogra, genro, nora, irmão ou cunhado, pudessem usar, como trajo, capuz, tabardo, ou loba cerrada, isso por tempo de um mês sómente, sendo essa loba de comprimento até o artelho; passado o mês, poderia usar-se capa aberta, que não excedesse meia perna. Ninguém poderia prolongar o luto a mais de seis meses [2].

Em Novembro de 1576, tomando el-Rei D. Sebastião luto pelo imperador Maximiliano da Ale-

[1] *Hist. Gen.; Provas*, tom. II, pág. 689.

[2] Duarte Nunes do Leão, *Collecção das Leis extravagantes*, parte IV, tit. I, lei VI, § 1.°; ed. de 1796, pág. 401.

manha, *mandou aos fidalgos* — diz frei Bernardo da Cruz—*que se vestissem de pano preto sem guarnição alguma, a modo de dó* [1].

*

Basta do assunto, que é de si pouco atractivo. Basta; e saltando por sôbre algumas providências congéneres, promulgadas nos séculos XVII e XVIII, e que lá traz Fernandes Tomás no seu *Repertório* [2], remeto o leitor ao decreto de 25 de Outubro de 1862, em que el-Rei o senhor D. Luiz, de acôrdo com os seus ilustres ministros o duque de Loulé e Anselmo José Braamcamp, estatue a nova pragmática dos lutos da côrte.

[1] *Chron. de D. Sebastião,* cap. XXXVI.
[2] Tom. II, pág. 28.

LIVRO II

Damas e Moços-Fidalgos
na
Antiga Côrte de Portugal

Da criação delRei... erão os moços fidalgos que seruião de pagens, & se criauão no paço de pequena idade: como tambem as mininas que entrauão a seruir ás Rainhas, & Infantas se chamauão criadas, ou da criação das Rainhas.

Frei Francisco Brandão

MONARCHIA LUSITANA, livro XVI, cap. XV.

CAPÍTULO I

Propõe-se o autor uma nova tarefa: o estado de duas entidades da antiga côrte: a DAMA e o MOÇO-FIDALGO.—Remonta-se a instituïção dos moços-fidalgos aos princípios da monarquia.—Mendo-Heris, menino da Casa de el-Rei D. Afonso Henriques.—O que eram os *gardingos*.—Os *creados* da Casa Real.—Degeneração do sentido actual da palavra *creado*.—Donzeis.—Uma opinião de el-Rei D. Duarte.—Requerem as côrtes a êste soberano tome mais moradores para a sua Casa.—As *contias*.

Tenho dito o bastante para se ficarem conhecendo algumas das feições mais características das nossas côrtes antigas. Falta-me tratar de duas das mais individualisadas figuras do paço velho: a *Dama* e o *Moço-fidalgo*.

Entrarão estes apontamentos como complemento obrigado dos antecedentes estudos, e servirão de amenisar o texto demasiado sêco e árido de alguns dos capítulos últimos.

Nas monarquias delineadas pelo antigo regime tiveram essas duas entidades cortesãs farta razão

de ser; eram filhas da caridade benevolente dos soberanos, e pagavam em serviços pessoais o favor que recebiam. Hoje, que tudo mudou, são êsses titulos apenas distinções honoríficas, sem outra significação.

Começarei por dizer duas palavras dos moços-fidalgos.

*

A instituição dos moços-fidalgos parece ter raízes na civilisação do antigo Egipto, segundo Fénelon[1].

Entre os reis francos da primeira raça, denominados *merovíngios*, por descenderem de Meroveu (anos 448 a 456), havia, conforme modernas pesquisas, uma educação religiosa e literária ministrada aos meninos nobres, no paço dos soberanos, onde constituíam como que um viveiro, onde os monarcas escolhiam aqueles a quem melhor pudessem confiar os cargos importantes[2].

Esta instituição dos moços-fidalgos, educados na côrte, e sob a vista dos reis, entronca-se em Portugal no reinado de el-Rei D. Afonso Henriques.

Crê D. António Caetano de Sousa que é a instituição dos moços-fidalgos, ou outra parecida,

[1] Citado em extracto por Clateaubriand no seu *Itineraire,* ed. de 1821, tom. III, pág. 71.

[2] *Encyclopedie Moderne*, tom. XIII, ano 1855; artigo *France,* por Bonneau.

antiqüíssima na península, copiada ou imitada certamente do que existia lá fora. Foi êle que o aventou pela primeira vez (que eu saiba), êle que tantos assuntos investigou, êle que soube prestar com a sua obra serviço incalculável, não só aproximando e concatenando com raro método muitos factos, mas principalmente salvando e vulgarisando preciosos subsídios únicos.

Refere-se o insigne historiador a uma carta de Afonso I, datada de 1180, ordenando ao seu mordomo-mor João Fernandes, que satisfaça a Mendo Heris, seu moço, ou seu educando, ou seu servidor, ou seu donzel, ou como melhor nome haja *meo puero fideli* — diz o documento), uma peça de pano para vestido, pão quotidiano, carne e pescado para mantimento, e cevada para o cavalo, como era uso com os outros meninos, ou moços, ou mancebos, ou educandos, ou pagens, da Casa Real (*sicut habent pueri de mea domo*)[1].

Com efeito, essa palavra *puer* significa no latim (além de criança, menino, mancebinho) moço de serviço, escravo, servo. *Pueri Regii* — disse Tito Lívio falando de pagens reais. No latim bíblico (verifiquei isso neste momento) freqüentíssimas vezes significa a mesma coisa. No latim atordoado da nossa chancelaria mediévica, vê-se que tinha esta palavra acepção idêntica.

[1] *Hist. Gen.*, tom. XII, parte I, págs. 490 e segs. — Na *Chancellaria de D. Affonso I* (maço 12 de forais artigos, n.º 3, fl. 47) vem uma doação a Mendo Eris, de uma quinta e vinha em Creixomil.

Curioso achado, pois, o de D. António Caetano de Sousa, que vem remontar longissimo a instituíção dos moços nobres educados à sombra da coroa.

Tal uso imitou-o certamente el-Rei D. Afonso do que usavam os gôdos, com outro nome. *Gardingos* se chamavam entre êles os filhos da primeira nobreza, *que serviam em palácio até que a edade, ou vagatura, lhes desse lugar para o Ducado ou Condado*, diz Viterbo[1].

Nos antigos paços portugueses dava-se o nome de *criados* (acepção que se liga ao *puer* supra-indicado) aos meninos ou meninas que se *creavam* no lar de cada soberano ou senhor; e muita vez eram parentes, mais ou menos próximos, da Casa[2].

Num curiosíssimo regulamento da sua côrte (papel já citado e analisado por mim) alude el-Rei D. Afonso III aos seus *escudeiros «de criaçom»*; e o testamento da raínha D. Brites, mulher de D. Afonso IV, diz: *Mando aos de minha «criaçom», assi de cavallo como de pé, mil libras*[3].

As palavras *criado* e *criada*, na actual acepção de serviçal, pessoa apaniguada e assalariada para nos prestar serviço, são portanto ruínas preciosas; são mais uma prova (além de outras) da doçura, benevolência, maviosidade, dos costumes ge-

[1] *Elucid.*, verb *Gardingo.*

[2] Bluteau. *Vocab.*, verbo *Creado*, e melhor frei Francisco Brandão. *Mon. Lusit.*, tom. v, fl. 30, etc.

[3] *Hist. Gen.; Provas*, tom. I, pág. 229.

nuínos portugueses. A confusão que fazemos hoje entre os nossos *criados* e os antigos domésticos, educados e muita vez nascidos sob os tectos solarengos de tal ou tal prócere, mostra a intenção, tôda ela cristã e delicada, de mitigar com alguma designação suave, com algum eufemismo afectuoso, as tristezas, as agruras, os desamparos da servidão.

Nesse *Regimento* da Casa Real, promulgado pelo senhor D. Afonso III, em 11 de Abril de 1258, não havia, afora as pessoas reais, *senom officiais ou aquelles que houverem raçom d'el-Rei*[1]. Aí temos perfeitamente caracterisados dois grupos de freqüentadores, ou habitantes, do lar dos nossos monarcas: os que serviam, e os que se preparavam para servir.

*

¡E que lindo que não era o uso de se formarem alí, à boa somhra do soberano, e sob a vigilância imediata do *alcaide dos donzeis*[2] (como chamavam ao funcionário que os superintendia), os que algum dia haviam de ajudar o seu rei nas armas, nas letras, ou no conselho! Tornavam-se os mo-

[1] *Port. Mon.; Leg. et cons.*, págs. 198 e segs.

[2] Esta palavra vem do fancês *danzel*, uma das formas arcaicas do vocábulo *damoisel* ou *oamoiseau*, moço nobre, que aspirava a ser escudeiro, e depois cavaleiro.

narcas uma espécie de pais daqueles seus novéis servidores, e desvelavam-se em os desenvolver nos dotes literários consentâneos com as idéias do tempo: humanidades, filosofia, moral, sem falarmos nas outras prendas de bons cavaleiros: as armas e a equitação em todos os seus complicados ramos.

El-Rei D. Duarte, aquele pensador de tamanho alcance, lá diz estas palavras numa das suas obras:

Os moços de boa lynhagem e criados em tal casa que se possa fazer, devem seer ensynados logo de começo a leer e a screver, e fallar latym, contynuando boos livros per latym e lynguagem, de boo encamynhamento per vyda virtuosa...; esso medês os livros da moral fillosofia, que som de muytas maneiras, pera darem ensynança de boos costumes, e syguymento das virtudes, devem seer vystos e ensynados, e bem praticadas todallas cousas a ella perteencentes; e os da ensynança da guerra, com as cronycas aprovadas, he muyto perteencente leitura pera os senhores e cavalleiros, e seus filhos, de que se tiram boos e grandes enxempros [1].

Do modo carinhoso, vagaroso, como deviam ser ensinados em equitação os *donzeis*, há lindíssimos e admiráveis preceitos do mesmo simpático escritor, no citado livro [2]. Na sua qualidade de

[1] *Arte de cavalgar;* ed. de Paris, pág. 633.
[2] Pags. 559 e segs.

mestre, não se cança de descer a minúcias. É pasmoso ver como se lembra dos mínimos pormenores.

*

Nas côrtes de Leiria e Santarém de 1434, as primeiras que celebrou el-Rei D. Duarte, foi-lhe requerido que admitisse mais gente para a Casa Real, e deixasse entrar moços fidalgos; *filhamento de homens para minha casa, e de moços fidalgos* [1]. ¿Seria por ter poucos servidores? Creio que sim, pelo que se vai ver.

Quando nascia um filho legítimo a um fidalgo, o *escrivão dos maravedis* enviava ao pai do recém-nascido a *carta de contia*, assinando ao filho um rendimento proporcionado ao que recebia o pai [2].

Êsse costume conservou-se até aos dias de el-Rei D. Pedro; cada novo filho de fidalgo obtinha nova *contia*, ou quantia, ou pensão. Limitou el-Rei D. Fernando êsse uso ùnicamente aos primogénitos, e, por falecimento deles, aos imediatos. El-Rei D. João I ainda restringiu tal uso, ordenando que se não pagassem as *contias* senão depois da idade de poderem êsses meninos entrar

[1] *Hist. Gen.; Provas,* tom. I pág. 555.

[2] Vidé o que minuciosa e perfeitamente narra no assunto o sr. Henrique da Gama Barros no seu notabilíssimo livro *Historia da administração publica em Portugal,* tom I, pág. 409 in fine, e 410, donde extraí estas asserções, e muitas outras; folgo de o declarar como homenagem ao autor.

ao serviço real; e por último determinou que nenhum senhor tivesse no reino vassalos nenão o soberano [1].

De tudo isso concluo eu, pois, que tais restrições contribuiram muito para cercear o número dos *moradores* do paço, por forma que já em dias de el-Rei D. Duarte dava nas vistas a mesquinhez das fileiras dos seus servidores. Assim interpreto o requerimento das côrtes de Leiria e Santarém.

[1] *Mon. Lusit.*, tom. VI, pág. 139. Na palavra *contia* diz Bluteau no seu *Vocabulário:... E' palavra antiga portuguesa, que queria dizer certa porção, que a generosidade dos Reis despendia com os cavalleiros que os serviam, em palácio, ou na campanha. de mais ou menos valor segundo a qualidade do cavalleiro, que quando menos precisamente devia ser nobre, e como tal o honrava el-Rei com o titulo de Vassallo... E era de tanta estimação a contia, que logo que a algum Fidalgo lhe nascia algum filho, lhe mandava el-Rei com a carta de contia pedir alviçaras, que elle satisfazia com o obséquio de a pendurar no peito da creança no berço, para primeira insignia da sua nobreza.*

CAPÍTULO II

Idade em que entravam dantes os moços-fidalgos. — Em que consistia a educação que êsses meninos recebiam no paço. — Benevolências e tolerâncias dos reis antigos na admissão dos moços-fidalgos. – São os portugueses muito afeiçoados a honrarias e distinções. — Palavras dos viajantes Tron e Lippomani, e do dramaturgo António Prestes. — Asserção de D. Vasco de Ataíde àcêrca de el-Rei D. Afonso V. — Bizarrias dêsse rei. — Opinião do sr. Henrique da Gama Barros. — Reflexões sensatíssimas do infante D. Pedro, e brado das côrtes de 1472. — Resposta do rei. — Continuam os abusos. — Cem moços-fidalgos mantinha el-Rei D. João III. — Um prolóquio popular.

Para o paço real entravam os meninos educandos aos sete, oito e nove anos. *É o paço* — diz Sousa — *o primeiro emprego em que os grandes senhores e fidalgos occupam seus filhos desde tenra edade* [1].

[1] *Hist. Gen.*, tom. XII, parte II, pág. 978.

Êsse número de anos para a admissão variou, porém, algumas vezes. As côrtes da Guarda (1465) estabeleceram que o mínimo da idade para *donzel* fôsse de dôze anos; para moço da câmara, catorze; e para escudeiro, vinte.

Ainda hoje, quando el-Rei quer conceder alvará de moço-fidalgo a alguma pessoa de maior idade, passa-lhe logo, como lembrança dos antigos usos do paço, outro alvará djspensando-a na idade para poder ter as honras do *exercício*.

No ultimo quartel do seculo XV, — diz sr. Gama Barros — *a educação de um fidalgo, antes de chegar á edade de escudeiro, devia consistir... em saber grammatica, jogar a espada com qualquer das mãos, dansar, e bailar, e n'outras boas manhas e costumes* [1].

Estava pois admitida pela opinião e pelo uso a creação dos mancebos nobres ao bafo paternal do soberano. Como, porém, de tudo se costuma abusar, até disso se abusou.

Cresceu, cresceu desmedidamente aquela população parasita da primeira Casa do reino; e os nossos reis, que timbraram sempre (por desgraça) em benignidades demasiadas, em tolerâncias e facilidades, foram concedendo um sem-número de admissões ou *moradias*. Êstes meninos entravam porque eram filhos de um Grande, muito carregado de serviços; aqueles entravam porque era orfãos; êstes, porque eram ricos, e nessa

[1] *Hist. de adm.*, tom. I, pág. 428.

qualidade se achavam expostos a perigos; êstes outros, porque eram pobres, e, coitadinhos, precisavam amparados; uns, porque importunavam; outros, porque não tinham protector, e nem sequer sabiam pedir; êstes, porque eram muitos bonitos e engraçados; aqueles, porque eram expertíssimos. Ás duas por três, tornou-se o palácio dos soberanos uma espécie de albergue de ociosos de quatro costados, que mensalmente consumiam avultado quinhão da fazenda pública (diga-se a crua verdade).

*

Uma das características da côrte portuguesa foi sempre a extrema tolerância em assuntos que prendessem com o nascimento. Quando eram requeridos certos graus de nobreza para tal ou tal cargo, tal ou tal mercê, vinham não raro as dispensas régias conceder aos não-nobres as regalias a que aspiravam. É incalculável o número de plebeus entrados nas Ordens (graças muita vez a merecimentos pessoais), ou agraciados com foros, e com alvarás de brasão de armas. Um dos nossos maiores democratisadores foi el-Rei D. Afonso V, por sua índole branda e benévola. Nos altos cargos do Estado aparecem, desde os séculos mais remotos, *mecânicos* equiparados a *fidalgos*. É feição clara da bondosa lhaneza dos nossos reis, lhaneza de que o regime constitucional tanto abusou, para escárneo do bom senso, e deshonra das glórias nacionais.

Verdade seja que êsse apego às honrarias balofas reside desde todo sempre na índole mesma peninsular. É influência dêste sol que escandece. Todos hoje têm *Excelência;* admitimo-la, os próprios que não a temos; e se nos dessem *Eminência*, ou *Alteza*, talvês nos calássemos. É uma doença endémica, como outras muitas. O português presa as bagatelas brilhantes com que os Governos o enfeitam, e quer-lhes do íntimo da alma. Já lá o diziam no século XVI os viajantes venezianos Tron e Lippomani: *A gente miuda* (em Lisboa) *gosta de que lhe deem o tratamento de «senhor», manha esta comum a toda a Espanha*[1].

E já noutra parte dêstes meus livros citei o que dizia certo vilão, num auto de António Prestes:

E de Lisboa se sôa
que todos lá são honrados,
que, de pessoa a pessoa,
se falam desbarretados.

Ora o paço, em todos os tempos, contemporisou com essa tendência das rãs, e ajudou-as a encher-se de vento. ¿É bom, ou é mau? É péssimo, direi eu, prostituir as honras, que são a moeda das nações pobres; equiparar o homem grande ao chato especulador, os serviços à astúcia, a lealdade à trica, a hombridade ao servilismo. É péssimo. ¿Quem sabe se nêsses desgraçados abusos não reside a causa primária da nossa decadência?

[1] *Panorama;* e *Opusculos* de Herculano, tom. VI, pág. 128.

El-Rei D. Afonso V, de quem falei pouco acima, deu na vista pelas suas aquiescências exageradas. Comprovemos:

D. Vasco de Ataíde, terceiro filho do primeiro conde da Atouguia, escreveu dêsse soberano: *Fez nestes Reinos muitos Ricos-homẽs, e outros muitos de seu conselho, e lhe pos mais grandes temças que nenhum Rei seu antepasado, e outros muitos fez fidalguos, e lhe deu armas;*

E mais adeante: *Criou filhos de muj grandes fidalguos em mui grande numero, e com muito amor e afeição... asi em sua mesa como em sua camara, mais do que nunca criarão quatro Reis os que mais viveraõ nestes Reinos*[1].

O livro das moradias dêste senhor, documento estampado nas *Provas* da *Historia Genealogica*, e que vai desde 1462 até 1481, mostra quanto êle era bizarro, mas (quanto a mim) inconsiderada e imprudentemente bizarro, no crescido número de cavaleiros do Conselho, cavaleiros-fidalgos, escudeiros-fidalgos e moços-fidalgos[2].

E o sr. Henrique da Gama Barros, que viu tudo, e julga com profundo critério, diz isto assim: *O abatimento da ordem de cavallaria reflectia-se necessariamente na ordem immediatamente inferior. D. Affonso V fasia escudeiros os moços de estribeira, porteiros, moços de monte, reposteiros, e homens de officio. E o facto merecia reparo ao*

[1] Vidé êste curioso papel na *Hist. Gen., Provas,* tom. II, pág. 22.

[2] Tom. II, pág. 23.

povo, não por elles serem de humilde nascimento, mas por exercerem empregos tão baixos[1].

Sim, diz muito bem o sábio autor dêsse livro notável. «O facto merecia reparo ao povo.» Merecia.

Lá o demonstrou subtilmente o eterno bom senso popular, quando cunhou êste adágio. *O fidalgo e o nabo, raro*; e quando, ao olhar para certos anafados e emproados da côrte, murmurava sorrindo *¡Hontem vaqueiro, hoje cavaleiro!*

Logo corroborarei êstes rifões com os brados das côrtes do reino.

O próprio infante D. Pedro (o da Alfarrobeira), escrevendo a seu irmão o infante D. Duarte, a memorável carta que João Pedro Ribeiro traz nas suas *Dissertações chronologicas*[2], tôda ela conselhos, tôda ela cordura e prudência, confessa a desordem que advinha a muitos ramos da administração pelo inveterado abuso de tomar a Casa real, a começar por el-Rei D. João I, e a seguir nos infantes, um elevado número de servidores, *sem esguardo*. Êsse abuso imitavam-no os grandes senhores; e daí provinha: 1.º—o perdimento das bestas dos lavradores, porque tôdas eram poucas para se alugarem ou tomarem, sempre que um infante, ou el-Rei, com os seus séquitos intermináveis, atravessava alguma comarca; 2.º — o desamparo dos ofícios e indústrias pela gente popular, que preferia a sombra de algum abastado

[1] *Hist. da adm.*, tom. I, pág. 407.
[2] Tom. I, págs. 385 e segs.

fidalgo, e a ociosidade, ao trabalho honesto e afincado; 3.º—o completo exaurimento dos cofres de quem assim gastava com parasitas inúteis, e maus servidores, as suas rendas, por maiores que fôssem.

*

El-Rei D. Afonso V, tudo nos demonstra haver sido uma alma franca e aberta, e umas mãos rotas para benefício alheio. Vê-se (repeti-lo-ei) que o simpático soberano professou nestes assuntos idéias extremamente tolerantes; a sua Casa era, por assim dizer, *franca;* entravam nela tôdas as classes. Por índole, por versatilidade, por longanimidade (fôsse por que fôsse), aparece-nos como o maior e mais liberal concessor de títulos de nobreza. A sua *Chancelaria* que o ateste.

Era tamanho, por 1470 e tantos, o número de meninos, fidalgos, criados e moradores da Casa real, que o braço do povo entendeu dever representar contra os abusos que disso provinham, e dedica a tal assunto o 1.º dos seus capítulos gerais nas côrtes de Coimbra e Évora, em 1472 e 73.

Três qualidades de fidalgos andavam no paço de el-Rei, segundo observa o relator do capítulo: 1.ª — os de sangue; 2.ª — os enobrecidos pela mercê do soberano; 3.ª — os que por si próprios tomavam e usurpavam o estado de fidalguia.

Quanto aos do primeiro grupo, entendiam as côrtes que estavam bem no paço, e que se devia

el-Rei servir com êles, porque crescendo em casa de seus pais, faziam lá muito dano, e pelo contrário, a educação da côrte os guiava e tornava cidadãos úteis. Contudo, a idade em que eram tomados por el-Rei, isto é, os seis ou sete anos, com casa e moradia, era curta demais; da estada deles tão cedo no paço não viam os povos que proviesse vantagem; antes deviam ser criados na casa paterna; quando chegassem à idade de tomar serviço em armas ou letras, então sim, os recebesse el-Rei por servidores. Se havia necessidade de abrir certas excepções para honrar fidalgos ilustres, deviam abrir-se com parcimónia, e não se consentir que os meninos levassem para o paço os seus aios, nem azêmolas com a sua cama, nem outros luxos inconvenientes. Désse-se lhes alimento, vestuário e calçado, sem fausto algum, e fôssem ensinados em ler, escrever e gramática, segundo era já uso do tempo de el-Rei D. Duarte e de D. João I.

Quanto ao segundo grupo, pedem com muito empenho as côrtes a el-Rei, haja de moderar a sua liberalidade em conceder honras de cavalaria e fidalguia por serviços ténues, tenças, mercês rendosíssimas, que afinal de contas saem do suor do povo, sem vantagem do rei nem do reino.

Quanto ao terceiro grupo, o dos que usurpam honras não devidas, pedem as côrtes a el-Rei severíssimo castigo, que os escarmente.

A resposta do soberano é digníssima. Agradece com urbana benevolência o interesse das côrtes, aceita e reconhece a necessidade de

coartar demasias, promete mandar assentar com cuidado as moradias nos livros respectivos, por modo que seus povos possam delas haver detida informação e notícia, e determina que daí em diante se use do maior rigor no conceder graças e nobilitações, salvos contudo os casos de assinalados serviços e merecimentos, em que é dever de rei e príncipe galardoar a virtude, o valor, o talento e o saber [1].

Creio, porém, que, a despeito dos melhores propósitos, continuou por aquí o inveterado abuso. Só el-Rei D. João III tinha quási um cento de meninos nobres a educar em casa, diz o padre

[1] Códice da Biblioteca Nacional, *Côrtes do reino*, J.-5-37, fl. 147 v. — A fl. 138 do mesmo códice reclamam as côrtes a el-Rei no citado assunto, por estas palavras:

Senhor, vossa côrte crece muyto, e assy vossa despeza, porque filhaaes pessoas baixas, criados de vossos officiaaes, e doutros que volo rrequerem; pelo que nom podees tomar os filhos dos Fidallguos, que ssem a vossa mercee viver nom podem; nem podees ssem vosso pejo aos Fidalguos fazer aquella mercee que cremos que dezejaaes e tendes rrezom de fazeer. Vossa Senhoria queira escuzar-se de tomaar taaes homeens, e creaae os filhos dos Fidallguos e de vossos creados, que ssem vossa mercee viver nom podem, e vos sservi delles na maneira que vossos avoo e padre fizeram; os outros do rregno deixae que vivam com os Grandes e Fidallguos de vossos rregnos e pollos officios, per que sseus Pays viviam, o que sseraa vosso servir e bem de vossa terra. El-Rei respondeu que faria como era pedido, salvas as excepções que entendesse justas.

Baltazar Teles [1]. ¿Quási um cento? Pois teve muitos mais; e se não, corra-se o rol dos cento e onze que em 1556, por exemplo, lá se achavam a aprender a *ler*, *escrever e latim*, sendo seus mestres Bartolomeu de Araújo e o celebérrimo Diogo de Sigé, que assina a lista que traz D. António Caetano de Sousa [2], tirada da Tôrre do Tombo; e êsse número de meninos filhados nos livros das moradias deve aumentar-se ainda com outros meninos não filhados, filhos de criados do paço, e com alguns moços da câmara e da capela, não inclusos no dito rol, e que tinham *aproveitado muito no escrever e no latim*, como lá observa o Sigeu.

Todos ambicionavam o paço, como principio de carreira; é que, segundo reza um ditado, provàvelmente do século XV, *tres coisas fazem ao homem medrar: a sciencia, a Casa Real e o mar.*

[1] Não eram tão poucos, que não diga Orlandino: *Centum fere numero erant adolescentes, lætissima spes lusitani regni.* — Baltasar Teles. *Chron. da Comp.*, livro I, cap. VIII, 4.ª parte, pág. 39 da 1.ª edição.

[2] *Hist. Gen.*; *Provas*, tom. II, págs. 382 e segs.

CAPÍTULO III

Diversas classes e categorias dos fidalgos *assentados nos livros de el-Rei.* — Lhanezas galantíssimas dos nossos monarcas com os seus moços-fidalgos. — Também os havia na Casa real de Castela. — Também os tinham os nossos infantes. — Também os possuía a Casa de Bragança.

Em várias categorias se dividem os fidalgos pròpriamente ditos [1]; o grupo intitulado dos *assentados nos livros de el-Rei* subdivide-se em três sub-grupos, contando de menos para mais:

1.° — Moços-fidalgos;

2.° — Fidalgos-escudeiros;

3.° — Fidalgos-cavaleiros;

denominações essas que principiaram em tempo do senhor D. Afonso V.

O livro das moradias da Casa de el-Rei D. Manuel menciona, depois dos capelãis, os cavaleiros

[1] Vidé sôbre isto Luiz da Silva de Oliveira, *Privilegios da Nobreza e Fidalguia de Portugal.* Lisboa, 1806, págs. 223 e segs.

do Conselho, depois os escudeiros-fidalgos, e enfim os moços-fidalgos [1].

*

A não ser o excessivo da despesa, não creio que tão paternal instituïção, como esta, da educação dos nobres no paço, fôsse destituída de vantagens. A poder de trato e convivência, ficavam-se conhecendo assim mutuamente o amo e os servidores, ou, digamos antes (porque se trata de reis portugueses): o pai e os filhos. Sim, o pai e os filhos. Havia nas relações de el-Rei e da raínha, com os moços-fidalgos e as damas, uma bonhomia tão cordeal, umas severidades tão paternais, e uma tão engraçada confiança, que por fôrça imprimiam cunho indelével nos corações daquela nobreza juvenil.

Nada mais democrático do que a instituïção dos diversos graus da fidalguia entre nós. O último plebeu podia, pelos seus méritos, ser elevado às mais altas fileiras. Nada mais democrático, também, do que é a igreja, onde o pastor de gado e o obscuro mecânico podem ascender às

[1] *Hist. Gen.; Provas*, tom. II, pág. 352.

Os filhamentos foram introduzidos por el-Rei D. Afonso V, *para com uma folha de papel remunerar grandes serviços, sem esgotar o erario*, diz o citado autor dos *Privilegios da Nobreza*.

cátedras episcopais, e até à cátedra suprema do pontificado romano.

Rodeada dos seus servidores em botão, assumia a antiga realeza uma simpática aparência familiar, que era verdadeiro encanto. Nas ceremónias da côrte serviam os moços-fidalgos como engraçados pagens em variadíssimos misteres. Havia o pagem *da lança*, que com as suas pequeninas fôrças agüentava a pesada lança ou o montante do seu senhor; o pagem do *livro*, que levava à igreja o real livro de horas iluminado, e encadernado em pergaminho ou veludo com fechos de prata; outros, nos baptisados dos infantes, iam encarregados dos vários utensís do ritual; ¡e quantos haveria, que, pela formosura da sua voz meio infantil, seriam chamados para acalentar as sestas do rei, ou distrair-lhe os pesares contando-lhe historietas!

*

Não repugna pensar que a maior parte dêstes usos começassem na côrte portuguesa. Em Castela também havia educandos nobres, que em nada se pareciam com os *menins* do delfim de França; tinham sido imitados de cá; e diz o chistoso autor dos *Apologos dialogais*, que em vez de lhes chamarem *niños*, à espanhola, lhes chamavam portuguêsmente *meninos* [1]. Inclina-se porém D. Diogo Covarruvias, jurisconsulto quinhentista

[1] *Visita das fontes*, pág. 219.

espanhol, a que no idioma castelhano *menino* corresponda a *mi niño*, têrmo afectuoso [1].

*

E não só no paço real se davam êstes usos. Nas casas dos infantes era o mesmo. João de Barros muita vez menciona essa prática nos lares do grande infante D. Henrique, e diz haver sido *muy amador da creação dos fidalgos por os doutrinar em bons costumes; e tanto zelou esta creação, que se pode dizer sua casa ser uma escola de virtuosa nobreza, onde a maior parte da fidalguia d'este Reino se creou, aos quaes elle liberalmente mantinha e satisfazia de seus serviços* [2].

Quando em 1446 se deu na costa de África uma grande matança nos portugueses, o infante, *quando soube parte de tão desaventurado caso, ficou mui triste, porque a maior parte dos mortos criara de pequenos, e era Príncipe mui mavioso para os criados* [3].

[1] Citação achada em Bluteau, no *Supplemento. Vocab.*, verb. *Menino de Principe.*

[2] Barros, *Asia.* Dec. I, liv. I, cap. XVI. — Vidé mais, além de outros passos, estes: liv. I, cap. V, onde fala de Heitor Homem e Diogo Lopes de Almeida, criados em casa do mesmo insigne príncipe; cap. VI, onde menciona Nuno Tristão; cap. XIV, onde menciona João Corrêa, Duarte d'Olanda, Estevam de Almeida, Diogo Machado, etc.

[3] *Asia;* dec. I, liv. I, cap. XIV.

A santa infanta D. Joana, seguindo os costumes do tempo e os ditames do seu coração benéfico, mantinha à sua custa e educava alguns mancebos, e pedia a el-Rei D. João II seu irmão, que amparasse — dizia ela em testamento — *alguns moços que criei, e nom tem moradias*[1].

O pessoal da Casa do infante D. Luiz, filho de el-Rei D. Manuel, e o de todos os outros membros da Casa real, era importantíssimo[2].

Os róis dos moradores da Casa dos infantes D. Duarte e D. Fernando, também filhos de el-Rei D. Manuel, e da Casa da infanta D. Guiomar Coutinho, mulher dêsse segundo infante D. Duarte, demonstram grandeza quási real, como se pode ver na *Historia Genealogica*[3].

A estirpe de Bragança, imitadora principesca da primeira família do reino, e quási equiparada com ela em regalias e etiquetas, também mantinha e educava muitas crianças nobres no seu lar solarengo de Vila-Viçosa.

Criava o duque D. Teodósio I, segundo se vê no *regimento* da sua Casa, numerosos moços-fidalgos e pagens, *o melhor que podia, trabalhando por os faser discretos e de muita creança* (boa criação, diríamos hoje); *e para isso lhes dava mestres de grammatica e rhetorica, e mestres que os empunham nas armas* (palavras textuais do documento), *e outros que os ensinavam a cavalgar a brida*; *e casti-*

[1] *Hist. Gen.; Provas,* tom. II, pág. 81.
[2] Id., ibid., pág. 511.
[3] Id., ibid., tom. II, págs. 571, 614 e 617.

gava-os por suas travessuras, ou pelo servirem mal; tinha muita conta com elles serem bons christãos; o castigo (transcrevo isto, mesmo com o risco de horrorizar o meu amigo D. António da Costa, e outros que se insurgem hoje, com tanta razão, contra as punições corporais) *o castigo era muitas vezes açoites* [1].

Enfim, para abreviar:

Os particulares poderosos tinham uma imitação disso tudo; também nas suas casas, na capital e nas províncias, havia moradores *assentados* (por que assim o digamos), e meninos *creados* no lar; com uma diferença, entre outras: não tinham denominações pomposas; mas pregunto: ¿não equivaleriam às várias classes dos servidores do rei, o mordomo, os escudeiros, os liteireiros, os cavalhariços, os pagens, os afilhados e os jograis dos fidalgos? A palavra *rascão,* que tomou a acepção insultuosa que hoje lhe conhecemos, significou já «escudeiro, pagem, moço grave de acompanhar, na casa dos Grandes», como bem diz Viterbo; de modo que o rascão e a rascôa correspondem já pouco mais ou menos aos camaristas ou ajudantes dos monarcas modernos. ¿Quem tal lho diria, aos camaristas... e aos rascões?!

[1] *Hist. Gen.; Provas,* tom. IV, pág. 223.

Sôbre o modo como eram castigados corporalmente os moços da câmara real em tempo de el-Rei D. João II, pode ver-se o que vem no cap. CXLIX da *Chronica* por Garcia de Resende.

CAPÍTULO IV

Etiquetas da côrte em dias de el-Rei D. Sebastião. — Os moços-fidalgos obtinham licença de el-Rei para cursarem fora estados altos. — Brado das côrtes. — Diogo Sigea. — S. Francisco Xavier, confessor e preceptor dêsses meninos. — Penas e prémios. — O latim e os moços-fidalgos. — Alguns dêsses meninos, e outros de fora, abraçavam de tenra idade a carreira das armas. — D. Felipe proìbiu as repetidas abaladas de meninos muito novos para o Ultramar.

Em Abril de 1570 providenciou el-Rei D. Sebastião àcêrca de alguns pontos de etiquetas da côrte; estatuíu, por exemplo, que os moços-fidalgos de menos de quinze anos não trouxessem capa no paço, nem em outra parte qualquer, a não ser que chovesse, ou que fôssem de jornada; aos que tivessem mais idade era permitido levarem capa até ao paço, mas antes de entrarem na sala a haviam de tirar. A tôda e qualquer pessoa, fôsse qual fôsse a sua qualidade (menos estudante), era-lhe proìbido usar capa, não sendo essa pessoa maior

de dezoito anos. Os pagens não poderiam usar capa, salvo tendo idade para trazerem espada. Nenhum moço da câmara, moço da capela, ou reposteiro, entraria no Terreiro do Paço com capa; e indo algum com recado de el-Rei ou em serviço dele, fôsse sem capa, salvo se o recado se dirigisse para fora da cidade ou vila.

Estas minuciosas e importunas ordens (que não eram únicas) foram revogadas pelo cardeal-rei, em seu alvará de 17 de Outubro de 1578.

Pregunta o bom senso: ¿o que há de comum entre uma capa e o maior ou menor respeito que se deve a um soberano? Não será fácil a resposta; mas a etiqueta é senhora absoluta; e o que ela manda, cumpre-se. Ainda hoje há vestígios dêsse uso. Ninguem se apresentará de *paletot* numa reunião elegante; o paletot, a capa, o prussiano, deixá-los-hemos antes de entrar numa sala; e se numa visita fôssemos constrangidos, por doença, a conservar êsses abafos, não seriamos dispensados de pedir prévia licença *(pro forma)* à dona ou dono da casa.

*

El-Rei era sempre, por bem dizer, o reitor nato daquele liceu aristocrático. Ve-se alí o germen do moderno *Colégio dos nobres*. Havia de ter que fazer, porque estorninhos de seis, sete, doze anos, são mais rebelões que poldros de

leziria. Do paço obtinham vénia, quando lhes chegava a idade, para sairem a cursar altos estudos.

Haja vista Manuel de Sousa, que em 1516 alcançou licença para freqüentar os *Estudos Gerais* [1]; e até Damião de Góis, bom informador dêstes usos cortesãos, pois (segundo êle próprio conta [2]) foi criado na Casa do mesmo rei desde os nove anos, diz que todos os moços-fidalgos e da câmara, que mostravam aptidões literárias, eram mandados ouvir diàriamente lição de gramática *ao bairro dos Escolares, onde então estavam os estudos gerais dêste Reino*, antes da transferência para Coimbra. Por sinal que, ao mestre catedrático de gramática, chamado frei Xinal, dava el-Rei por isso, além do ordenado, quarenta mil reis anuais [3].

Outros alcançavam licença para irem cursar estudos em escolas estranjeiras; foi sempre a nossa pecha; ¡o que temos bom ao pé da porta nunca vale o medíocre lá de fora!

Contra êsse uso de se subsidiarem estudantes nas Universidade forasteiras se insurgiu respeitosamento a voz das citadas côrtes de el-Rei D. Afonso V em 1472 e 73, pedindo que de então em diante as tenças concedidas para estudos fôssem consumidas nas escolas de Lisboa, visto que as tínhamos. Respondeu el-Rei, e muito bem,

[1] *Hist. Gen.*, tom. XII, parte I, pág. 500.

[2] No prólogo da sua *Chron. d'el-Rei D. Manuel.*

[3] Di-lo Damião de Góis. *Chron. d'el-Rei D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXIV.

que as tenças já dadas as mantinha; e que para o futuro se absteria de conceder novas, em vista da opinião das côrtes, quer para estudos no reino, quer para fora, salvos contudo os casos especiais em que êle reservava para si o arbítrio de alguma excepção[1].

*

Se os alunos não progredissem, a culpa não era dos mestres, que foram sempre dos melhores, segundo se vê. Diz-me D. António Caetano de Sousa, que, entre outros, tiveram os moços fidalgos por preceptor, em dias de el-Rei D. Manuel, a Diogo Sigeu, o pai da célebre Luiza Sigêa, de erudita e virtuosa memória[2] (em que pese ao infame livro de Meursio, ou de quem quer que é). No tempo de el-Rei D. João III, em 21 de Abril de 1540, teve o mesmo senhor uma larga conferência nos Estáos com o padre frei Francisco Xavier e o seu companheiro Simão, ao chegarem a Lisboa, e recomendou-lhes que *tomassem muito a seu cargo o cuidado dos moços-fidalgos que trazia em seu Paço, para que os doutrinassem nos bons costumes, e os instruissem em tôda a christandade*[3]; e com efeito, os dois virtuosos sacerdotes *ouviam-nos a todos de confissão cada sexta feira, dando-lhes no mesmo dia o Sacramento da Eucha-*

[1] *Côrtes do Reino*, codice J-5-37 da Bibl. Nac. de Lisboa, fol. 187 v.

[2] *Hist. Gen., tom.* VI, pág. 3.

[3] Baltazar Teles, *Chron. da Comp.* liv. I, cap. VIII, 3.

ristia; e os meninos *andavam tão reformados, que pareciam uns Religiosos* [1].

E enfim; na meninice de el-Rei D. Sebastião era mestre dessa buliçosa pequenada, e, já se vê, escolhidíssimo, um tal Maurício, companheiro e amigo do confessor e professor de el-Rei, Luiz Gonçalves da Câmara [2].

Para incitar os seus pupilos a aplicarem-se, ordenara já el-Rei D. Manuel, por exemplo, em 22 de Janeiro de 1500, que nunca o mordomo-mor lhes mandasse pagar a respectiva moradia sem certidão prévia do aio Diogo Álvares, mestre de gramática da criançada [3].

Suspeito, e com bom fundamento, que uma vez ou outra haveria algumas moradias em atrazo. O *hora horæ*, o *currus currus*, e o *qui quæ quod* eram fantasmas importunos, que haviam de dar a perros, não raro, aqueles buliçosos fidalguinhos. Sempre, em todos os tempos, foi assim.

— ¿ Ora de que servem as declinações ? — preguntava-me uma vez um estudante pequenote.

Outro, que eu muito bem conheci, ia esconder-se debaixo da cama quando ouvia entrar o mestre de latim.

Outro, muito engraçado e inteligente, que andava a decorar os reis de Portugal, dizia que tinha muita inveja aos meninos brasileiros.

[1] Damião de Gois, *Chron. d'el-Rei D. Manuel*, liv. I, cap. IX, 1.

[2] Fr. Bernardo da Cruz, *Chron. d'el-Rei D. Sebastião*, cap. III.

[3] *Hist. Gen.; Provas*, tom. II, pág. 381.

¡¿Porquê, meu filho?! —preguntou-lhe a mãi, uma das mais distintas inteligências que tenho tido a fortuna de encontrar.

—*¿Porquê*, mamã!? porque são tão felizes, que só têm que decorar um imperador.

A nossa doutíssima infanta D. Maria, filha de el-Rei D. Manuel, e que veio a ser uma boa latinista, confessa com imensa graça, escrevendo a sua mãi, para França, que aos incitamentos dela é que devia o ter conseguido vingar as asperezas dos princípios de tal estudo; e diz que, por ser muito criança, não podia acabar consigo que se afeiçoasse a disciplinas, com cuja utilidade ela ainda não atinava, nem aturava com bom ânimo aqueles trabalhosos aborrecimentos da gramática. Pois venceu-os, e foi uma das senhoras mais instruídas do seu tempo [1].

*

Além de certo número de meninos nobres que seguiam as letras, e iam, com o volver dos anos, engrossar as fileiras da fidalguia douta de Portugal, havia outros também, que muito novos

[1] *Ut imperio tuo parerem, cœpi litteris indulgere latinis, quatenus, vel aulæ, deliciæ, vel pueriles mei anni patiebantur; nam neque ego tunc per ætatem studia hæc amare, quorum nondum noveram utilitatem, neque laboriosa illa grammaticæ fastidia æequo animo ferre, poteram.—Hist. Gen.; Provas*, tom. II, pág. 711.

tomavam a carreira das armas. Mencionarei, por amostra, o segundo conde do Vimioso, que, de dezasseis anos apenas, alcançou licença de seu amo D. João III para se abalar com o infante D. Luiz em 1536 para a jornada de Túnis [1]; ou D. António Luiz de Sousa, que aos catorze entrou na vida militar, em 1658 [2]; ou António Correia, filho de Aires Correia, e moço de menos de dôze anos, a quem, andando já numa peleja com os Moiros em Cálecut, salvou Nuno Leitão, capitão da nau *Annunciada*, tomando-o às costas, e saindo bem ferido, segundo conta João de Barros [3]; ou o nosso turbulento Luiz de Camões, que aos onze solicitava licença para acompanhar o infante D. Luiz à mencionada expedição de Túnis [4]; ou D. Duarte de Menezes, que, sendo de pouco mais de nove anos, já auxiliava seu nobre pai o conde D. Pedro em Ceuta, e tendo êste de vir ao reino, lá ficou por seu lugar-tenente, como diz Azurara [5]; ou, enfim, el-Rei D. João IV, que sendo apenas de sete anos, saíu a jogar canas a cavalo numa festa da Nossa Senhora da Conceição (exercícios frageiros, que eram já um como arremedo da guerra [6].

De casta lhe vem ao galgo ter o rabo longo, pondera o ditado.

[1] *Hist. Gen.*, tom. x, pág. 689.
[2] Idem, tom. xii, parte ii, pág. 978.
[3] *Asia. Dec.* i, liv. v, cap. vii.
[4] Visconde de Juromenha, *Vida de Camões*, tom. i, pág. 16.
[5] *Chron. do Conde D. Pedro de Meneses*, cap. xi.
[6] *Mon. Lusit.*, tom. vi, pág. 398, col. 2.ª

O pegar em armas e ir militar na Índia tornou se nos séculos XV e XVI verdadeira mania nacional, que absorveu milhares e milhares de existências, e consumiu a energia de muitas gerações. Lá o formula em tom melancólico um dos personagens de um auto do velho António Prestes, dizendo:

Quantos homens tem gastado
esta India! é como o mar!...

O pior de tudo é que estas levas de gente na fôrça da vida iam, por assim dizer, sem plano, sem sistema, obedeciam a maior parte das vezes à nossa vis aventureira, e, longe de auxiliarem o desenvolvimento das colónias, iam embaraçar-lhes a administração. ¡Coisas nossas!

Muitos meninos de boas famílias corriam a inscrever-se, ou a *assentar-se em soldo* (como se dizia) nos registos da Casa da Índia; e quando havia naus de carreira, abalavam nelas. Chegavam à Índia, e, como eram muito crianças e inexperientes, não achavam, num país novo como aquele, meio de se empregarem; ¿E que faziam? entravam como pagens dêste ou daquele governador, dêste ou daquele Grande. É que, para manterem o fausto próprio do Oriente, todos os fidalgos, e muitos que o não eram, tomavam pagens, com o que arruínavam a fortuna. Bem dizia o fabulista imortal:

Tout petit prince a des ambassadeurs,
Tout marquis veut avoir des pages.

O Govêrno da metrópole proíbiu então o assentamento de meninos na Casa da Índia; mas como tudo se sofisma ¿sabe o leitor o que sucedia? Iam inscrever-se por êles homens feitos; depois, nas confusões do embarque, apareciam em seu lugar os pequenotes; ¡e, àquela hora, fossem lá deslindar o caso!

Em sua carta de 18 de Fevereiro de 1595 recomenda el-Rei D. Felipe muito ao viso-rei que, por todos os modos possiveis, acabe com tamanhos abusos [1]; noutra sua carta, de 11 de Março do dito ano, insiste no mesmo; e outra vez martela no assunto em 20 de Junho de 1597 [2].

Não sei se se conseguiu extirpação radical do cancro; custa imenso acabar de vez com certos abusos, muito mais quando se agarram ao amor próprio como ostras a penedo.

*

De pulo voltemos da Índia a Portugal, e tornemo-nos aos gentis moços-fidalgos do paço dos nossos reis.

[1] *Archivo portuguez oriental,* fascículo III, pág. 483.
[2] Idem, ibidem, págs. 538 e 769.

CAPÍTULO V

Abre-se, como ilustração ao texto, a secção anedótica da crónica dos moços-fidalgos.—Quadro rápido do viver de el-Rei D. João II, conforme Garcia de Resende.—Outro, segundo Nicolau von Popplau.—Os moços-fidalgos correndo atrás dos peros da mesa real.—Esbocetos da vida de el-Rei D. Manuel à mesa. — Palavras de Leonardo de Cá Masser.—O moço-fidalgo guarda-fogo. — El-Rei D. João I, el-Rei D. Manuel, e o senhorio da vila de Almeida. — Travessuras de um moço-fidalgo por nome Nuno Álvares.—O orfãosinho D. Pedro de Castro e o seu irmão agazalhados no paço por el-rei D. João II.—Chistes do velho D. Lucas de Portugal.

Abrirei agora a secção anedótica, ilustrativa do que acima expuz. Há, dispersos pelos livros, centenares de anedotas pitorescas, nos *Nobiliários*, no *Divertimento de estudiosos* por Marques Soares, na *Collecção de apophtegmas* por Supico, ao longo das *Crónicas Reais*, e noutras obras, onde pululam frisantíssimas as mais engraçadas cênas de costumes cortesãos.

Direi algumas dessas historietas, que assim vieram passando de bôca em bôca...

*

Da afectuosa familiaridade de el-rei D. João II com Garcia de Resende, seu moço da câmara, dá testemunho a crónica dêste escritor, e nomeadamente o seu capítulo CCI; é pois o bom Resende um dos nossos informadores mais autênticos, quando no-lo pinta tendo sempre, durante o jantar, *boas praticas, e muita vez disputas de grandes lettrados e theologos, e nos dias Santos danças, estromentos, ministreis, e bailos de moiros e moiras vestidas de muitas sedas* [1].

Mas além dêsse cronista nacional, escutemos um estranjeiro.

Esteve cá nos fins do século XV certo viajante alemão, Nicolaus von Popplau, que na relação da sua viagem descreveu um jantar de el-Rei D. João II.

Como senhor de alta intelligencia — diz êle, na citação que traz o conde de Vila-Franca [2] — *contenta-se el-Rei com quatro ou cinco pratos á sua mesa, bebe unicamente água tirada do poço, sem assucar nem especiarias, e passa sem outra coisa. O Principe seu filho usa de vinho misturado com agua, come das mesmas iguarias que seu Pai, mas*

[1] *Chron. de el-Rei D. João II*, proémio.
[2] *D. João I e a Alliança Ingleza*, pág. 202.

em separado serviço. Os creados de mesa, que assistem a el-Rei e a seu filho, são geralmente em nude dez, estão de pé, colocados por ordem deante da mesa, apoiam sobre esta as mãos e os ventres, e el-Rei, como se fora senhor humilde, soffre estas grosserias. Debaixo da mesa, e aos pés d'el-Rei, estão sentados seis ou oito moços pequenos, e a cada lado um, para sacudir-lhe as moscas com leques de seda. Entre elles reparte el-Rei o seu primeiro prato de fructa, quando não pode comel-o todo.

E' um quadro ¿pois não é? A câmara real, sombria e opulenta; os oficiais-mores (a que o viajante chama criados de mesa), a postos segundo as suas precedências; e o Senhor da Guiné, atirando, cheio de bonhomia (que êle também tinha as suas horas), camoezas, passas e outras gulosinas, à pequenada, para a ver correr ao desafio pela casa fora, retoiçando de tropel. *Le plus grand Roi est bonhomme chez lui.*

Ora uma vez, um dos mais endiabrados, filho, por sinal, de D. Felipe Lobo (devia ser D. Luiz ou D. Jerónimo Lobo), trinchante-mor, ao ir-se atrás de um pero que tinha rolado aos pés da mesa real, meteu-se como um gato tão açodado por baixo da toalha, que esteve para dar com o serviço tôdo no chão.

Fingiu-se el-Rei muito zangado, e preguntou:

—¿Quem seria o travêsso que empurrou a minha mesa?

Ninguém se atrevia a contestar. Então o trinchante-mor, que não era rico (pelo contrário, era um filho-segundo da casa de Alvito; pertencia à

numerosa família dos *condes de sin-arcas*, de quem fala Quebedo num entremez), o trinchante-mor, vendo el-Rei a olhar carrancudo para o menino, salvou a situação, atalhando:

— ¿E pregunta Vossa Alteza quem foi? não tem que perceber, meu senhor; na fome que levava, logo se percebia... que era filho meu.

Riso. Estava perdoado o criminoso; recebia outro pero, e uma festa na bochecha.

*

Nem sempre o rei podia ser tão indulgente. Uma vez dois moços-fidalgos, já grandinhos, travaram-se de razões, e brigaram no paço. Desacato intolerável, que o senhor D. João II não quiz deixar impune.

Ao outro dia mandou-os chamar ambos; veio um, e foi açoitado. O outro não veio, porque a família o escondeu. Esta ausência era desobediência formal, e doeu mais a el-Rei do que lhe doera a briga. Mandou logo chamar o corregedor, e lavrou sentença em que era degredado por dez anos para Ceuta o fugitivo. Agravada com tão desproporcional castigo, veio a parentela deitar-se aos pés do soberano.

— Não quizestes, — respondeu êle — que o punisse como mancebo; puni-o como homem.

Foi então levado o pobre moço, tranzído de susto, à presença real ¿e que fez o monarca? Pediu um pau, e agarrando pelos cabelos o ado-

lescente, zurziu-o bem zurzido, a ponto de ficar el-Rei cansadíssimo e doente. Ninguém dirá que não tivesse desta vez tôda a razão[1].

*

Também el-Rei D. Manuel fazia da mesa passatempo agradável, e até instrutivo. *Posto que fosse apressado no comer*—diz Damião de Góis—*nem por isso deixava de praticar e disputar com lettrados, que sempre estavam á sua mesa, e sobretudo com homens estrangeiros, ou com alguns dos seus que andaram fóra do Reino*[2].

O viajante italiano Leonardo de Cá Masser, já mencionado num dos antecedentes capítulos, também conta que os moços da câmara, de idade entre catorze e vinte anos, rodeavam a mesa de el-Rei D. Manuel enquanto êle jantava ou ceava; eram oito ou dez a serví-lo; e na mesma sala estavam os Grandes da côrte todo o tempo, e daí acompanhavam o soberano à sua câmara; tudo (diz o narrador) sem muita etiqueta, mas com muita familiaridade[3].

[1] Resende. *Chron. de D. João II*, cap. CXCIII.

[2] *Chron. d'el-Rei D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXIV.

[3] Eis as palavras textuais do italiano: *Ha Sua Altezza* (el-Rei D. Manuel) *molti altri camerieri, zoveni Fidalgi, cioè gentiluomini, d'età d'anni 14 fin 20; li quali non sono reputati: chiamansi mozi de camera, quali stanno di continuo alla tavola quando disna, overo cena, Sua Altezza; sono da otto in dieci a servirlo li alla tavola; e li nella sala*

Outras vezes, enquanto jantava ou ceava, tocavam-se na sala boas peças de música, ou eram admitidos tangedores moiriscos, que ao som de alaúdes e panderetas, além da orquestra usual das charamelas, harpas, rabecas e tamborís, faziam dançar os moços-fidalgos[1].

•

Li não sei onde, que uma vez... (aqui é preciso aproximar um facto do século XIV) uma vez, em Almeirim, numa seroada depois da montaria, no inverno, achava-se D. João I com os seus à lareira, saboreando o lume que chispava e zunia em sinal do frio intenso que lá fora silvava nas charnecas. Queixando-se el-Rei da violência demasiada do lumaréu, correu logo espontâneamente um donzel de serviço a interpôr-se entre seu amo e o fogão. Tanto à própria serviu de *guarda-fogo*, e ali se deixou ficar com tão heróica resignação o donzel, que as labaredas lhe lamberam as costas do pelote, e às duas por três cheirava a chamusco. A lã ou seda queimada tem um acre inconfundí-

medesima dove desina Sua Altezza, stano etiam tutti li suoi Grandi, fino che habbi compiuto di disnar; e dapoi lo accompagnano alla sua camera: intrano tutti al disnar, overo a cena; non sono molto grave nè cerimoniose le cose sue, imo molto familiari e domestiche con tutti. Leornardo Cá Masser. *Relazione,* no tom. 22 do *Archivio storico italiano,* pág. 40.

[1] Góis. *Chron. d'el-Rei D. Manuel.*

vel. Averiguado de onde vinha o fumo, ficou el-Rei contente de tanta dedicação, e galardoou o seu servidor com o senhorio da vila de Almeida. (Era provàvelmente um Meneses, porque os marquezes de Vila Real é que possuíam o senhorio dessa vila).

Passaram mais de cem anos. Uma noite achava-se el-Rei D. Manuel em Sintra. Fazia muito frio, daqueles aquilões de outono que tanto deixam apetecer o lume. Ardia na vasta quadra o fogão, atravessado de ramagens de cedro velho. Queixou-se el-Rei da intensidade daquela Troia; senão quando, corre logo certo moço-fidalgo a tomar entre o seu soberano e o lume a postura dedicada do antigo donzel. Percebeu-o el-Rei, adivinhou-lhe a intenção, e disse-lhe com modo fino, exortando-o e batendo-lhe amigàvelmente com os dedos na face:

— Sai daí, anda, que Almeida já está dada.

*

De entre êstes muchachos, cuja crónica, se existisse, daria volumes do maior chiste, havia um (vamos aos dias de el-Rei D. João III), havia um muito mau, e (como se vai ver) muito perdido de mimos; era Nuno Álvares Pereira, filho de Rui Pereira da Silva (guarda-mor do príncipe D. João) e de D. Isabel da Silva, senhora do morgado de Monchique [1]. El-Rei gostava muito de

[1] *Hist. Gen.*, tom. x, pág. 609.

o ouvir, e de lhe puxar pela lingüinha, que era de prata.

Havia, por acaso, três dias que lhe não falava; o rapazito andava sentido disso, mas, pela etiqueta, não devia ser êle quem quebrasse o jejum. ¿Que fez então? quebrou outra coisa; foi-se a um canto dum fogão de mármore, que se pusera havia pouco em certa sala do paço, e fe-lo em pedaços.

Soube-o o senhor D. João III, e mandou chamar o criminoso. Apareceu o menino com modo satisfeito e alegre.

—Nuno, ¿que disparate foi êsse de ir quebrar o canto do fogão novo? ¡terrivel rapaz!

—Ainda bem ¡meu senhor! não me pesa de o ter feito, visto que afinal Vossa Alteza fala comigo. Havia três dias que me não falava!!...

¿Que tal estava o sujeitinho? pregunto eu.

*

Tinha troco para tudo.

Um dia queria penetrar na câmara real. Havia ordem para que ninguém entrasse.

—Não podeis entrar, Nuno Alvares—disse o porteiro da cana atravessando-se-lhe na passagem.

—Mas eu quero.

—Mas el-Rei não quer.

O pequeno calou-se um minuto, e desata logo a cantar em alta voz, e com muitos garganteados.

— Calai-vos, menino mau ¿que modos são êsses? que fazeis? ¡pode el-Rei ouvir-vos! — bradou agastado o porteiro.

— Isso e o que eu quero é tudo um; — respondeu Nuno — já que não consentís que el-Rei me veja, quero eu que me oiça, para que saiba que o venho servir.

*

Apenas faleceu D. João de Noronha, pai do conde de Monsanto D. Pedro de Castro, mandou logo el-Rei D. João II buscar para o seu paço êsse menino e seus irmãos, e criou-os com a grande estimação de quem eram. Tinham livres as suas entradas na câmara real, e refere no seu *Nobiliário* o cronista Damião de Góis [1], que eram tão estimados como se fôssem aqueles orfãozinhos filhos do próprio rei, fazendo-lhe companhia, entretendo-o com as suas historietas, e sendo vistos muita vez enroscadinhos a dormir aos pés da cama onde enfermava seu real amo.

*

Eram em geral da pele dos peores diabinhos que se inventaram, os moços-fidalgos; e não era só êste ou aquele; eram todos.

[1] Citado na *Hist. Gen.*, tom. XI, pág. 913.

Uma tarde, ia entrando no paço o engraçadíssimo D. Lucas de Portugal, cujos chistes e réplicas ficaram proverbiais. A criançada, que o viu, atirou-se a êle, às festas, aos abraços, a provocarem-no, a tentarem-no. E dizia o velho, desembaraçando-se dos endemoninhados:

— Deixai-me, senhoritos, deixai-me; não me arrisqueis a perder-me ¡não me obrigueis a dar nos cachopos!

*

Foi êste D. Lucas um daqueles cortesãos sentenciosos e repentistas da escola velha, sempre escutados, e cujos apoftegmas, vivos na tradição oral (como, por exemplo, os dos nossos contemporâneos conde da Taipa, Duarte de Sá, Rodrigo da Fonseca Magalhães, ou António Augusto Teixeira de Vasconcelos), se tornavam dos melhores ornamentos das colecções de anedotas.

Havia um D. Lucas de Portugal, que em muito novo acompanhou à jornada de África seu pai D. Francisco de Portugal; por sinal que lá ficou tôda a família no cativeiro dos moiros, até que se resgatou. Pouco mais sei da vida pública dêste D. Lucas, comendador de Fronteira na Ordem de Aviz, e senhor do prazo da Marinha, a não ser que veio a casar com D. Antónia da Silva, filha de D. Antão de Almada [1].

[1] *Hist. Gen.*, tom. x, pág. 596.

Parece que lhe andava o chiste, o *espírito*, como hoje dizemos, vinculado na Casa. Um seu neto, D. Luiz de Portugal, qualifica-o o manancial inexaurível da *Historia Genealogica*[1], de mui célebre *pela graça com que falava, e pela prontidão no modo de dizer*. Dos ditos dêste nada sei; agora os de outro D. Lucas, mestre-sala de el-Rei D. Afonso VI, e neto daquele outro (filho de um D. Francisco de Portugal), ficaram nas tradições e memórias; são requintados, mais trabalhados e torcidos que a nossa coluna salomónica do Pelourinho, e muita vez madrigalescos em demasia. Lembram Tomaz Pinto Brandão em prosa. Deles fez uma coleção, citada por Barbosa Machado, e que ficou manuscrita, um certo Duarte Nunes da Silveira.

Oiçamos alguns, que pintam as relações do velho fidalgo com as damas do paço.

¿As damas do paço? pois bem; reservemol-as então para capítulo especial, que abriremos desde já.

[1] Tom. x, pág. 611.

CAPÍTULO VI

Entram em cêna as damas do Paço. — Donas, donzelas, cavilheiras.— Damas, moças da câmara e donas.— Educavam-se as meninas nobres no regaço das raínhas.—Sua instração no paço.—A boa caligrafia das damas.—Quatro palavras sôbre calígrafos.—As danças das meninas educandas.— Algans ditos engraçados de D. Lucas de Portugal. — Um mocho à janela do paço da Ribeira.— D. Simão da Silveira; duas anedotas, uma de verão, outra de inverno.—Frei João de Jesus, e as suas receitas médicas para as damas.

Agora vamos ser apresentados ao elemento feminino do Paço.

*

Sempre e em tôda a parte tiveram as raínhas, e outras princesas, damas que as servissem e lhes formassem séquito.

Das nossas mais antigas raínhas, pouquíssimo me consta.

A raínha Santa Isabel tinha ao seu serviço *donas*, ou senhoras de primeira qualidade e distinção; *donzelas*, ou filhas de nobres, criadas de pequeninas no seu paço, como no do rei se creavam os *donzeis*[1]; e finalmente *cuvilheiras*, servidoras de menor graduação, e que tratavam do serviço da câmara, dos vestidos da soberana e de outras miudezas.

A raínha D. Brites, nora da santa aragoneza, e mulher de Afonso VI, tinha também *donas*, *donzelas* grandes e pequeninas, *cuvilheiras*, *mancebas*, etc.

A *Excelente Senhora* D. Joana compunha a sua casa de *damas*, *moças da câmara* e *donas*, segundo um antigo papel que se conservava no cartório da Casa de Bragança, e que Sousa copiou[2]. Aquí se vê que tinha mudado seu tanto a acepção das palavras. As *donas*, que dantes eram as senhoras de primeira grandeza, erão então as últimas, como se percebe nessa lista; as *moças da câmara* equivaleriam talvês às antigas *donzelas* criadas em casa; e as *damas* eram as grandes senhoras, começando pela camareira-mor.

A raínha D. Maria, segunda mulher de el-Rei D. Manuel, inscrevia no seu livro de moradias:

[1] Em casa da Raínha Santa *se criavom filhas de muitos nobres homens, e filhas de cavalleiros e de outros homens, e dês que eram de idade e achavam casamentos a si eguaes, casava-as.* — Vida de Santa Izabel, na *Mon. Lusit.*, tom. VI, *pág. 512.*

[2] *Hist. Gen.; Provas,* págs. 79 e 80.

damas e *moças da câmara*, certamente com o mesmo significado das da Excelente Senhora[1].

Mais modernamente, na Casa da princeza D. Joana, mulher do malogrado principe D. João, tudo eram *donas*; a saber: 1.° grupo: *donas de acompanhamento*, ou senhoras que andavam na companhia da princesa, isto é, a camareira-mor, uma dona, e a camareira pequena; 2.° grupo: *donas de câmara* e *donas de retrete*; 3.° grupo: *moças de câmara*, e *moças de retrete*; não falando no pessoal menor, sem graduação, como costureiras, lavadeiras, etc.[2] (Entre parêntesis: constava o chamado *retrete*, de tudo quanto constituia o quarto ou habitação de uma princesa: arcas, armários, mesas, cadeiras, jóias, panos e outras alfaias).

Em tempo de el-Rei D. João IV eram *damas* e *senhoras*, como diz D. Francisco Manuel de Melo; o têrmo *donas*, com que antigamente as designavam, estava já obsoleto[3].

Diz Bluteau[4] que *meninas*, no paço de Madrid, se chamava às aias das infantas. Eram senhoras de alto nascimento e muito novas. Refere o incançável teatino que lhes chamavam *meninas*, por andarem com calçado baixo, e sem chapins.

[1] *Hist. Gen.; Provas*, tom. II, págs. 374 e segs. Aí se acham os nomes das vinte e cinco damas desta raínha. Era guarda dessas damas uma Mayor de las Ruas (visìvelmente castelhana). *Provas*, tom. II, pág. 414.

[2] *Hist. Gen.; Provas*, tom. III, págs. 73 e segs.

[3] *Visita das fontes*, pág. 277.

[4] *Vocab.*, art. *Menina*.

Antes de 1834 havia no nosso paço várias graduações; *Camareira-mor*, *donas de honor*, *damas*, *donas da câmara* e *açafatas*. (O *açafate* compreendia tudo quanto compunha o vestuário, os toucados e outros adornos de uma princesa).

Hoje, além da *camareira-mor*, que é o primeiro cargo, há as *damas-camaristas* e as *damas* simplesmente (efectivas e honorárias). Só as damas *camaristas* fazem serviço no paço, acompanham a raínha ao teatro, aos passeios, e aos actos da côrte; mas estas senhoras, e as suas colegas *honorárias*, formam, com as suas fardas de gala, à direita do trono, em grupo, de pé, nos cortejos e outras recepções.

*

Voltemos ao assunto principal; as *donzelas*.

Entravam muito novinhas para o serviço das princezas, e venciam moradia como os moços-fidalgos; isto é, tinham mantimento ordinário e vestido, e cevada para sua hacaneia; além disso recebiam de seus amos bons dotes para casar, proporcionados às moradias [1].

Tratava-se da educação destas meninas nobres com desvelo igual ao que se empregava na dos moços-fidalgos. Disse-me o chorado José Gomes Góis, que nos livros de moradias da Casa real, guardados na Torre do Tombo, notou êle várias vezes que a letra de tôdas as damas do paço, na

[1] *Hist. Gen.*, tom. XII, parte I, pág. 495, citando duas cartas do tempo de el-Rei D. Afonso V.

segunda metade do século XVI, era parecidíssima, ou, por assim dizer, a mesma: um formoso cursivo italiano, desdizendo da complicada algaravia paleográfica nacional; o que (segundo parecia ao dito meu amigo) estava a denunciar comunidade de estudos no paço sob a direcção do mesmo mestre. ¿Quem sabe pois, pregunto eu agora, se seria êste um tal Manuel Barata, que veio a ser considerado dos mais célebres calígrafos do tempo de el-Rei D. João III, e até teve a honra de ensinar o príncipe D. João? Escreveu obras sôbre a sua arte, que é uma filial do desenho, e mereceu a Camões o soneto:

Ditosa penna como a mão que a guia[1].

Por tôdas estas circunstâncias se vê quanto era aceita a prenda da boa letra. Descrevendo Diogo do Couto o capitão D. Diogo Lobo (por sinal *grande jurador e arrenegador)*, que em 1568 ia comandando uma nau para a Índia, com vinte anos apenas, diz dêle que *tinha espantosas habilidades, e grande latino, e o melhor escrivão de todas as lettras, que vi.*

¡Engraçadas expressões! engraçados encarecimentos! Fazem-me lembrar um calígrafo meu conhecido, que uma vez, elogiando as qualidades de um fulano, dizia:

—¡Óptimo rapaz! excelente carácter! muito sério, muito grave, muito temente a Deus, tem muita instrução... e muito boa letra.

[1] Vidé Barbosa Machado. *Bibl. Lus.*, tom. III, pág. 190.

Isto é autêntico.

Há no cartório da nossa Câmara Municipal menção de um pobre aleijado, Diogo Fernandes, natural de Viana do Minho; que em 1543 veio a Lisboa; nascera sem braços, escrevia com os pés, e muito bem, cortava com tesoira, e fechava uma carta [1].

No Porto havia outro aleijado, maior que êsse, que nascera sem mãos, com um pé só. Era advogado, e escrevia também com o pé; e graças ao seu talento estava em tão bom pé, que passava pelo melhor letrado da cidade, e os colegas não lhe davam pelo pé [2].

Mas basta, basta. Tomemos pé no assunto, não nos leve algum pé de vento para longe, e voltemos pé ante pé para ao-pé do grupo das juvenís damas do paço.

*

Entre as artes de agrado que se lhes ensinavam avultava a dança, que era então negócio muito sério, e em nada se parecia com as nossas quadrilhas, muito fóra de compasso passeadas, muito agradàvelmente conversadas, e muito distraídas; era então a dança negócio tão sério, digo eu, que até figurava entre as atribuïções do mordomo-mor (!) a nomeação de mestres de dança para as damas [3].

[1] *Livro Carmesim*, fl. 46.

[2] Livros e feitos do ano de 1618.

[3] *Regimento* de 3 de julho de 1572, citado no *Repertorio* de Fernandes Tomaz.

*

Com tais condições, com tanto desvelo e cultura, não admira pois que fôsse um paraíso a côrte de Lisboa, esta côrte que ainda hoje não esqueceu as tradições cultíssimas dos tempos manuelinos, esta côrte literária onde desabrochou, como canteiro de boninas exóticas, o donoso cortejo da grande infanta D. Maria.

Divertiam-se todos muito, com gôsto, com graça; e ficaram para sempre os *nobiliários* e livros anedóticos ressoando, através dos séculos, o delicioso papear de chistosas historietas. Vejamos algumas.

*

Como é sabido, havia no paço um recinto destinado a morada das damas, uma espécie de convento onde os homens não penetravam. Na própria *portaria* dessa ala do palácio, guardada por um porteiro, não entrava pé masculino.

Ora uma vez um fidalgote aventuroso e elegante, o travesso João Lopes Leitão, amigo de todos os melhores poetas do tempo, cometeu a indiscrição de entrar na *portaria das damas*, para ver certa senhora, ou mandar-lhe um recado, ou fôsse o que fôsse. Causou grande escândalo tal infracção das ordens, e o bom de João Lopes foi logo mandado prender na sua própria casa. ¡O que iria de comentários na sociedade! Foi então que um borboleta da côrte, chamado Pero de An-

drade Caminha (¡tão difamado! tão caluniado! tão desfigurado hoje, Santo Deus!) dirigiu ao prisioneiro estes versinhos, mostrando-se admirado de o não ver nas reüniões habituais:

Inda hoje vim a saber,
que, se agora vos não vemos,
é porque quisestes ver
o que todos ver tememos.

Mas já sei, que por extremos
é necessário fazel-os,
pois nunca se chega a vel-os,
se os, senhor, não commettemos.

Deu-vos o que commettestes,
forçado do coração,
prisão; mas, pois que o fisestes,
tende-a por galardão.

Os soltos todos dirão,
se entenderem essa ventura,
que morre toda a soltura
de inveja de tal prisão.

E João Lopes respondeu isto, chorando por disfarce os seus trocadilhos insípidos:

Bem pudera eu soffrer.
o trabalho em que me vejo
se ver quem tanto desejo
me a mim não foram tolher;

que antes me quero perder
por ver o que mais tememos,
que, deixando de o ver,
viver seguro de extremos.

Estou-me agora doendo
de quem tiver para si,
que é melhor andar vendo
verduras, que estar aqui.

Ninguem haja dó de mi,
por me ver n'esta prisão;
hajam de meu coração,
que vê tanto damno em si[1].

*

Falei há pouco da *portaria das damas*; estava-me lembrando (mas não quiz interromper) um dito do célebre D. Lucas de Portugal ao passar por ela:

— ¡Ai! quem me dera que esta *portaria* fôsse para mim *alvará de lembrança!*

*

Tinha estado a côrte em Salvaterra à caça. Achava-se D. Lucas na Ribeira das Naus, ao pé do forte, a ver o desembarque na ponte. Abica o bergantim com as damas da raínha; grupo gentil e gracioso. Ao avistarem a D. Lucas, conhecido de tôdas elas, diz-lhe uma:

— Cá vimos nós, D. Lucas ¿Que nos dizeis?

[1] Andrade Caminha, *Poesias*, págs. 361 e 362.

— Que do mar é que sacm as pérolas — responde o anciâo com uma profunda cortezia, e descobrindo-se.

*

Numa festa na capela real do paço da Ribeira, em que estava tudo, el-Rei na tribuna, e tôdas as damas em baixo, no templo, nas suas almofadas, entrou D. Lucas de Portugal e exclamou a meia voz, que se ouvisse:

¡Muito bem! muito bem! na tribuna o sol, e na *capela* as flôres.

*

Flôres certamente; o têrmo era bem achado; mas flôres de dois pés.

Outra vez, iam as damas a embarcar para Salvaterra. O caminho, desde as escadas do paço da Ribeira até ao cais, nâo era grande; mas como estava húmido, por ter chovido de noite, o nosso cortezão D. Lucas tirou a capa, e estendeu-a aos pés das damas. Elas riram, e hesitando, pararam. Descobriu-se D. Lucas, e improvisou esta décima:

A belleza e cortezia
em competidos assombros
tiram dos melhores hombros
a capa de mais valia.

Mas quando n'esta porfia
o juizo o lance apura,
discretamente assegura
que aquelle galan despejo
victima foi do cortejo,
não roubo da formosura.

¿Perceberam pouco os leitores? não importa; eu não percebi de todo. Mas acabou-se; a poesia então saía muita vez assim.

*

Aquelas damas, como eram muito novas, quási tôdas no paço escolhiam quási sempre os noivos, e daí casavam. ¡Quanta vez eram padrinhos os senhores! Os galanteios davam só por si um livro.

Uma noite (dêmos um salto para o século XVI) fora de horas, no paço da Ribeira, pareceu a el-Rei D. João III que ouvia cochichar de uma janela para a banda do Terreiro. Foi a uma sala da frente, e abriu cauteloso a vidraça; fazia um luar explendido. Olhou, e viu numa das varandas próximas, duas damas da raínha conversando para baixo com dois embuçados.

¿Quem será aquele mocho? — preguntou um dêles a meia voz, não reconhecendo logo el-Rei. As damas ficaram perturbadíssimas, porque o reconheceram. E respondeu êle:

— O *mocho* não é *pêga*; se é para bom fim, há-de saber calar-se.

Tableau!

*

Foi êste mesmo Terreiro do Paço teatro obrigado de muitas cênas de boa caturreira inocente. Quero referir duas que me sugeriu o autor dos *Apologos dialogaes:* uma de verão, outra de inverno, *porque quem é galante todo o anno está de bom humor*, diz êle próprio.

Começaremos pelo verão.

Era uso andarem naquela praça *fazendo terreiro ás damas* (frase técnica), isto é, fazendo-lhes de longe a côrte, os mancebos elegantes de Lisboa; e ordenavam as etiquetas tácitas da galanteria, que, todo o tempo que alguma dama se assomasse na varanda ou nos eirados, nenhum cavalheiro, que timbrasse de primoroso, adiantasse mais um passo. Estava alí, por assim dizer, às ordens, como servidor.

Um daqueles com quem elas entendiam mais era D. Simão da Silveira, filho do primeiro conde da Sortelha, e irmão do jesuíta mártir padre Gonçalo da Silveira. Era D. Simão rapaz buliçoso, de bons ditos; a quem lhas pregava não as sabia guardar [1].

Certo dia de grande calma (a nossa calma de agôsto na zona tórrida do Terreiro do Paço) chegou êle coleando no seu andaluz; viram-no as damas, e vieram chegando às janelas. Êle, mal as avistou, parou logo, tirou a gôrra e ficou. Era um

[1] Busque-se na *Hist. Gen.*, tom. XII, parte I, pág. 375. Faleceu em 1 de Fevereiro de 1575.

duelo de teima. Êle a ficar, e elas sem o quererem despedir. Corria o tempo na zona do calor; e o misero D. Simão, com tôdas as iras do Apolo mitológico a frigirem-lhe o cérebro. Ocorreu-lhe um bom estratagema. Chamou muito disfarçado dois moços vadios, deu-lhes uns cobres, e encomendou-lhes uma saraivada de pedradas contra o balcão da luzida sociedade. Dito e feito.

Àquele inesperado assalto fogem as damas. Foi o que êle quiz. Saiu são e salvo, de gôrra na cabeça, e com tôdas as honras da guerra. *Onde se fazem, aí se pagam* — diz o anexim.

*

Agora o caso do inverno.

Foi também com D. Simão da Silveira.

Andava alí a passear a cavalo, quando caiu um medonho aguaceiro. Viram-no por acaso, de dentro do paço, algumas damas; tão certo é o rifão que afirma que *nem as donas em sobrado, nem as rãs em charco, nem as agulhas em saco, podem estar sem deitar a cabecinha de fóra*. ¿E sabe o leitor o que logo fizeram? correram apressadas a postar-se de atalaia num eirado coberto, mas em grande evidência; e com muitos risinhos lá se deixaram ficar para gozarem de ver num pinto o cavaleiro.

Não foi tão rápida a manobra, que D. Simão não a percebesse em tôda a sua intenção; e num abrir e fechar de olhos conseguiu, escondendo-se

por momentos atrás de alguma esquina, apear-se, mandar subir para a sela um moiro seu, trocar com êle a capa e o chapeirão, e dar-lhe ordem de passear á chuva enquanto alí visse aquelas figurinhas.

Quanto a êle, correu ao paço, entrou, subiu rápido ao eirado, e em quanto elas o julgavam no Terreiro, aparece-lhes como milhano entre bandada de codornizes.

¿Quem ficou logrado? ¡ah sexo fraco!!... Foi muito celebrada a artimanha de D. Simão.

*

Acho muita graça às relações afectuosas que prendiam as damas ao elemento frade velho no paço.

Na côrte de um dos Felipes ia entrando uma vez o venerável carmelita descalço frei João de Jesus. Como era um velhinho muito virtuoso e muito afável, com a indulgência dos bons, com o sorriso permanente da caridade, e sempre com algum dito chistoso para aquelas pombinhas (como êle lhes chamava), correram tôdas a recebê-lo, e esvoaçavam-lhe em roda alvoroçadas. Ora é preciso saber que, além de tudo mais, era frei João meio médico, tinha remédios para tudo, receitava umas coisas inocentes, e tão apetitosas, que era até muito bom estar doente. Tôdas as damas lhe pediram receitas, para insónias, para

fastio, para enxaquecas, para arrepios, para frieiras, para sardas, para cieiro, para tudo.

E o bom do frade escutava-as, sorrindo com aquela sua doçura angélica, e respondeu:

— Hoje não trago receitas, senhoras minhas; hoje não; mas àmanhã, quando eu voltar ao paço trago um braçado delas.

— Está dito, frei João; não vos esqueçais.

No dia seguinte, quando chegou, rodearam-no; era a qual havia de ser a primeira que o abraçasse.

— ¿E as receitas?

— Elas aqui vêm — tornava frei João tirando da manga um punhado de papelinhos, que ia distribuindo, com a cara mais magana que se pode imaginar. E os papelinhos diziam:

Xarope: — Récipe: modéstia, quatro onças; abstinência, três; paciência, outro tanto; tudo em infusão de devoção de Nossa Senhora.

Untura: — Linimento de dons do Espírito Santo; pomada de compostura; óleo de prudência; tudo bem misturado.

Bochecos: — Água de inocência: amor do próximo, três grãos; maceração dos apetites, quatro onças; devoção a Nossa Senhora; misture e mande.

E tôdas assim por êste teôr.

*

Se frei João conseguisse dar-me também a mim uma receita eficaz para me curar desta mania das digressões, para melhorar a minha pena dêste

sestro de andar a fazer *l'école buissonniére* pelas azinhagas, e a apanhar pelas crónicas amoras de silva, creio bem lha havia de agradecer muito a paciência dos leitores dêstes meus livrinhos.

CAPÍTULO VII

Uma anedota contada por D. Francisco Manuel de Melo. — Entretenimentos da côrte. — Namorados e namoradas. — Conta-se o caso de um namorado mais velho que as torres da Sé. — O cego e o manco, versos de Andrade Caminha.

Conta o soldado, na *Visita das fontes*, outra anedota, que estou em dizer teve por protagonista o próprio D. Francisco Manuel de Melo. Oiçamo-lo, êste engraçadíssimo D. Francisco; será êle desta feita o narrador, pela bôca do *soldado:*

Achando-me eu com um fidalgo, a quem servi na Côrte de Madrid não ha mil annos, era tal a carestia de galantes, que o meu amo, presado de pouco lerdo, vendo um dia passar despejados os estribos de um dos coches em que as damas passeavam no Prado, lhes disse:

— Se Vossas Senhorias me pagarem bem, fôra eu ahi entretendo-as.

Foi tal o riso e a galhofa que fizeram a este mote, que alguma disse:

— No hay oro com que pagar a quien tiene tan buen gusto.

Isto precisa uma explicação. Duas precisava, porque, em boa verdade, não se entende bem o chiste; mas enfim, vamos à segunda.

Nos estribos dos coches antigos, pendurados aos lados daquelas envidraçadas bisarmas, era moda colocarem-se os elegantes, para conversarem com as senhoras que iam. O perigo de caír era nenhum, porque o andamento dos coches ia compassado. Dêsse uso antigo dos galantes quinhentistas e seiscentistas restam vestígios em muitos passos dos escritores de costumes.

*

Restam também, aquí, alí, descrições dos passatempos com que se adubavam as delícias da sociedade.

Para os saraus do paço, que tão brilhantes foram às vezes, e que tanto faziam realçar as formosuras da côrte (porque lá diz o rifão: a *a mulher e a seda, de noite à candeia)*, havia uns entretenimentos literários, que hoje desdizem completamente dos nossos, e, quanto a mim, deviam levar as lampas aos lanceiros e quadrilhas, ao voltarete e ao whist, com que matamos o tempo.

Citarei, para exemplo, as quarenta e oito trovas, vinte e quatro de *louvor*, e as outras de *deslouvor*,

inventadas e referidas por Garcia de Rezende; e depois delas (muito conhecidas) a chamada *cabeça de motes.*

¿Que era?

Era um tiroteio de preguntas e respostas em verso, cuja descrição traz a *Visita das fontes*[1], mas que, por mais que tentei, não pude perceber ao certo. Também, creio que não vale a pena insistir.

Tudo isso, afinal de contas, eram formas várias do galanteio. Nesses *serões* tinha o galanteio papel muito principal, e saía a terreiro, em tais alardos de cortesanias, mais enfeitado que palmito em arraial saloio.

•

Todos os moços alí eram namorados; e não só êles; entre os namorados célebres, ficou um, cujo coração senil se viu remoçado de repente, ¡ao sorriso de uma gentil dama de dezasseis anos!

Velho amador, inverno com flor — diz o ditado; mas por desventura, êsses verões de S. Martinho não trazem consigo a verdadeira mocidade, senão que parecem motejar dela; e por isso aconteceu deixar o serôdio pretendente, ao longo das crónicas ¡um sulco de sorrisos! Ainda hoje, ao ler nos livros velhos a narração do caso, se nos figura ver franzidas, com cruel ironia, as bôcas

[1] Pág. 288.

dos praguentos dos paços da Ribeira e de Azeitão, da Rua Nova e do Rossio.

Falo do duque de Coimbra D. Jorge, o filho dilecto e mimoso de el-Rei D. João II. Êsses amores lá os conta por menores um autor sério e grave; e dele extraio a narrativa. Oiçam.

Era o duque já muito puchado em anos, já viúvo, e pai de filhos homens feitos

E ainda assim, não se achava tão provecto, que não pudesse hombrear com outro, também velho mas muito mundano, e que por isso entrou num dos *porquês* achados em Setubal em tempo de D. João II:

Porque sôbre noventa annos
é mundanal Ruy de Sousa?

Costumava o duque D. Jorge encontrar-se no paço com D. Maria Manuel, dama da rainha D. Catarina, e uma das mais nobres e graciosas raparigas do tempo; filha do (já falecido então) D. Fernando de Lima, senhor de Castro d'Aire, e de outra dama, D. Francisca de Vilhena. Maria era um sol. Foram tais os excessos do ancião, tais e tão públicas as demonstrações dele, que a lisonjearam. Também o verão de S. Martinho seduz e engana. E de mais, lá pondera um anexim: *Mais quero velho que me honre, que moço que me assombre.* E quando as outras mariposas de palácio gracejavam com D. Maria Manuel, e lhe assacavam os setenta invernos do galanteador, respondia ela pela boca pequena um rifão

das suas aias antigas: *Mais velha é a igreja, e vão a ela.*

Levantou-se uma celeuma diabólica na sociedade alta de Lisboa. Os filhos, os próprios filhos de D. Jorge, que eram o duque de Aveiro, o bispo de Ceuta, e outros, ergueram escarcéus de amotinar o mundo, desde que presencearam que D. Maria Manuel inclinava o coração para o terrível *sim*. — *A barba cã se entrega a moça louçã.*

¿Não era da melhor fidalguia a requestada? não era virtuosa? não era prendadíssima? isso quem o podia negar? Mas não é aos setenta que os trocazes costumam arrulhar madrigais. Ralhou a raínha, ralhou el-Rei, a côrte, os Aveiros; só não ralharam os Limas, a quem agradava enxertar com garfos realengos aquele ramúnculo do seu antigo e copado limoeiro.

Teve de intervir quem podia. Foi chamado por D. João II o desembargador Gaspar de Carvalho, e ordenou-lhe que intimasse ao duque de Coimbra destêrro para a sua casa de Azeitão.

Ateou-se a labareda. Ardeu o misero duque; escabujou-lhe o coração raivas inúteis, chorou lágrimas de punho, e nunca soube esquecer aquela afeição arrastadora. Desfizeram-se em fumo as suas formais promessas de casar, e desfecharam apenas em saüdosas expressões e deixas, no testamento que lavrou em 20 de Julho de 1550. Dois dias depois era cadáver [1].

[1] Veja-se esta curiosa intriga na *Hist. Gen.*, tom. XI, págs. 23 e segs.

*

Pensava nesse caso talvez (¿quem sabe?) o elegante Pero de Andrade Caminha, contemporâneo e conhecidíssimo do duque, ao escrever certo epigrama. ¿Querem ouvir?

A UM VELHO MOÇO

Porque queres ser moço, sendo velho?
porque vives da idade tão trocado?
quanto melhor te fôra dar conselho,
que deveres de ser aconselhado!
eu te amoesto, amigo e te aconselho,
que sejas já de ti desenganado;
entende que a ti só comtigo enganas;
a ti só fazes mal, a ti só danas.

CAPÍTULO VIII

Os tratamentos que as damas davam e recebiam. — Anedotas várias.—Extractos de um antigo tratado de civilidade. — O *Dom*. — A Excelência. — Tratamento que da duquesa de Bragança D. Catarina recebeu o duque de Alba.

Quando, na era de quinhentos, sucedia haver arrufos entre namorados, a namorada, dama do paço, dava então ao seu servidor, sem mais nem mais, e por maior que fôsse a intimidade, o tratamento que por lei lhe competisse a êle. O leitor não percebe, talvês, mas eu explico.

Diz D. Francisco Mauuel que as damas tratavam simplesmente por *vós* aos seus servidores solteiros, ainda que fôssem Grandes do reino; era uma prova de intimidade afectuosa. Lá observa Rodrigues Lobo: *Aos eguaes tratâmos de Mercê, e ficou-se o Vós e a brandura d'elle para os amigos e para os mal ensinados* [1]. Quando, porém, a

[1] *Côrte na Aldeia*. Diálogo XII.

mosca do capricho e do arrufo picava as damas, e quando elas queriam significar aos seus arrojados que os despediam, davam-lhes o seu legal tratamento, acabando de vez com aquela engraçada familariedade[1].

Êles a elas tratavam-nas sempre por *Senhoria*. Quando falavam das senhoras em geral, diziam *a minha senhora D. Fulana*; mas quando se referiam às damas, diziam só: *a senhora D. Fulana*; o *minha* era tido por grosseria[2]. Usos. É que êste complicado contraponto da cortesania tem às vezes caprichos da maior puerilidade.

Há um dito de não sei que escritor moralista francês, que me parece admirável lição para certa gente: *La politesse n'est rien, si elle n'est pas doublée de bienveillance.* Aproveitem o ensino, uns certos, que rebuçam em sorrisos falsos e cortesias elegantes o fel que lhes vai na alma.

*

Dizia eu que, em as damas se zangando, davam aos seus servidores o tratamento que êles tinham por lei. Inda isso era extrema benevolência em comparação de um caso que nos conta Rodrigues Lobo na *Côrte na Aldeia*[3]. Provàvelmente era

[1] *Corte na Aldeia.* Diálogo XII.
[2] Id., ibid.
[3] Id., ibid.

coisa conhecida de todos, e o poeta, quando a contava, previa que alguém punha a carapuça.

Não sei como, tinha incorrido no desagrado de uma dama certo cortesão mancebo; ela, num acesso de fúria, descalçou um chapim, e atirou-lho como castigo. O mancebo, muito sério, parou, apanhou o chapim, beijou-o com muita ternura, e tornou-o a oferecer à gentil dona, com uma profunda e respeitosa cortesia. Ela sorriu-se, caiu em si, e de aí em deante... moderou as suas iras.

*

Antigamente eram muito mais pautadas, muito mais estudadas do que hoje as etiquetas. Hoje, a singeleza respeitosa é que dá a norma do proceder. ¡Mas os nossos maiores! oh! Santo Deus! Acho que estavam em constante passo de dança. Lá observa com graça o autor da *Côrte na Aldeia*, que a Deus se falava com os dois joelhos em terra; aos reis, com o esquerdo no chão; aos iguais, com êle dobrado, inclinando o pé para traz. A Deus beijamos o chão; ao Papa, o pé; ao rei, a mão; entre iguais, beijamos a mão quando tocamos a dêles; e por palavras beijamos a mão de tôda a gente[1]. ¡Se até havia, para expressar os indiferentes, o termo de *amigos de «beijo-vol-as-mãos»!*

Nas instruções que o prior do Crato deu em 1588 a seu filho D. Cristóvão (precioso documento,

[1] Diál. XII.

cheio de minúcias ácerca da requintada cortesia antiga portuguesa), alude o senhor D. António ao uso de se beijar a própria mão ao aproximar-se alguém de pessoa de respeito. Não sei se se usa ainda algures esta moda; sei que a vi praticar em Lisboa há quatro ou cinco anos, a um alemão extremamente pulido.

A propósito:

Contam-se alguns casos frisantíssimos de lições subtilmente dadas a orgulhosos, que se julgavam dispensados de guardar certos preceitos. Rodrigues Lobo, que é um manancial, lá traz esta história:

*

Indo uma vez certo cavalheiro português visitar um italiano ilustre, êste, à despedida, dispunha-se a não acompanhar a visita à porta; então o hóspede, impelindo-o devagarinho com a mão, disse, todo êle sorrisos:

— Vejo que para italiano faz V. S.ª muito pouco exercício.

E obrigou-o a caminhar.

*

Um dia (esta é contemporânea) tinha certo lisboeta ido visitar um altivo morgado de Lamego,

que o recebeu de pé, e de pé se deixaria ficar, se o lisboeta, picado, lhe não dissesse com graciosa urbanidade:

— Vejo com pena que V. Ex.ª se conserva em pé por minha causa; é que V. Ex.ª é extremamente amável; mas eu peço-lhe que se sente.

E puchava duas cadeiras; e o outro sentava-se, mordendo os beiços.

*

Um nosso conhecido, que morreu há poucos anos (aliás excelente e digna pessoa), tinha o péssimo e deplorável costume de dar apenas um dedo em vez da mão tôda, quando falava com alguém. Achava se uma noite em S. Carlos um dos nossos primeiros homens de letras, com três ou quatro amigos, quando acertou de passar o mencionado sujeito. Conforme o seu desleixado uso, estendeu inconscientemente um dedo, disse duas palavras aos circunstantes, e seguiu.

¡Feliz homem! — exclamou o poeta — Feliz homem êste, que tem uma mão para cinco amigos ao mesmo tempo.

*

¡Que admiração sentiriam os nossos maiores, se de repente se achassm na sociedade actual! que mudança nos usos e etiquetas! que desleixo de pragmática.

O mesmo espanto que nós, se nos vissemos na sociedade do século XVI ou do século XVII.

Não é preciso ir tão longe. Possuo uns antigos *Elementos da civilidade e da decência, para instrucção da mocidade*, traduzidos do francês, e publicados em Lisboa em 1801, *com licença da Mesa do Desembargo do Paço.* A leitura dessa obra, que tem mais de 300 páginas, é a coisa mais engraçada e *desopilante* que se pode imaginar; o que se prova que o livro mais difícil de escrever é um dêsse género. A civilidade, filha legítima da caridade cristã, aprende-se no uso; não se legisla; e é de si tão transitória na forma, e tão incoercível na essência, que nem se pode sequer reduzir a regras.

Uma das que usam os preceptistas é formular a sua doutrina em ordens negativas: *não façam tal ou tal acto; não digam tal ou tal palavra.* Parece-me muito mais eficaz dizer-se-me o que devo fazer, em vez de se me explicar o que não devo. Faz-me isto lembrar uma *Grammatica francesa-portuguesa* contemporânea, onde também se estatue por negativas; por exemplo:

Quando o aluno quizer dizer que deu cabo do seu chapeu, não diga:

J'ai donné caporal de mon chapeau;

nem:

J'ai donné câble de mon chapeau;

nem:

J'ai donné cap de mon chapeau;

mas diga:

J'ai détruit mon chapeau.

Parece inventada, mas não é.

Ora êste tal tratado de civilidade, usando idêntico sistema, diz a pág. 23:

Devemos abster-nos, quanto fôr possível (note-se), *de dormir quando outras pessoas estiverem fallando, como também de estarmos assentados quando ellas estiverem em pé, ou de passear quando ellas estiverem paradas; e* (note-se bem) *não mataremos nem pulgas, nem outro qualquer insecto na presença de alguem. (!)*

O autor disse: *quanto nos fôr possível;* logo, quando não puder deixar de ser, dormiremos...

Noutra parte, a pág. 27, diz:

Devemos ter muito cuidado de não ajuntar ao título de «meu Senhor» *ou* «minha Senhora» *alguma palavra que possa formar algum equivoco. Seria rusticidade, se dissessemos, por exemplo: «Este livro é encadernado em pelle de porco, meu Senhor»; ou: «Eis aqui uma bella égua, minha Senhora»; ou «Ele estava montado em um cavallo, meu Senhor.»*

¿Que lhes parece a doutrina?

A pág. 37 acrescenta o autor:

É também uma acção muito indecente o tirar a cabelleira ou casaca, cortar as unhas ou roel-as com os dentes, em presença de senhoras;... como também nos não devemos coçar, nem atar alguma liga, ou desapertar o sapato, ainda que elle nos cause grande impressão;... por serem todas estas acções muito indecentes e incivís.

Mas, observa o senso-comum, essas acções só as praticam deante de senhoras o selvagem do

Aveyron, ou o negro boçal da Zululandia, dado contudo o caso dêsses sujeitos usarem cabeleira, casaca, ligas e sapatos; e para eles não se legisla assim.

No capítulo das visitas há leis curiosissimas: se o visitante é nosso inferior, se é nosso igual, se é nosso superior, etc. Exemplo:

Quando tivermos a honra de receber a visita de pessoa de grande qualidade, diz o autor que, *se esta pessoa qualificada que nos veiu visitar tiver vindo a pé, devemos acompanhal-a até à porta da rua, e não nos recolheremos sem que primeiro ella tenha partido. Porém se a tal pessoa fôr alguma senhora, então pede a civilidade que a levemos a sua casa... muito principalmente sendo de noite, e sua casa distante.*

Não sei que senhoras qualificadas eram estas, que andavam a fazer visitas de noite. ¡Bonito emprêgo para um dono de casa (se tivesse recebido muitas senhoras), andar até madrugada a reconduzi-las da Junqueira a S. Vicente, ou do Campo de Santa Clara, à travessa dos Ladrões! Confesso que eu por mim dava a minha demissão, por maior e mais profundo que seja o respeito que me ufano de consagrar às senhoras.

Na parte III dêste livrinho único, intitulada *Tratado dos principaes fundamentos da dança, em que se dão os preceitos, não só para bem dançar, mas para andar, saudar, e fazer airosamente cortesias assim nas assembléas, como em outra qualquer occasião*, vê-se que antigamente o saüdar, e até o andar, eram preceituados segundo as regras coreo-

gráficas. Um antigo diplomata não andava como um actual. O marquês de Pombal e José de Seabra da Silva moviam-se a compasso de solfa. Boileau e Racine, magestosos sob as suas cabeleiras de aneis, meneavam-se, nas alcatifas de Versailles, como os pavões do Jardim Zoológico de S. Sebastião da Pedreira. Jorge IV, o brilhante príncipe de Gales, e o seu imortal valido Brummel, rei da suprema elegância, não caminhavam; passeavam, inspiravam-se constantemente na gavota, e deslizavam pelas salas e pelas ruas, como quem estava acompanhando minuetes de Mozart.

Para andar, diz o meu livrinho que *é preciso ter a cabeça direita sem constrangimento algum, os hombros bem levados atraz, com o que fica parecendo mais largo o peito, e com maior graça o corpo; os braços cahidos até á altura dos quadrís, as mãos nem abertas nem fechadas, a cintura firme, as pernas muito estendidas, e os bicos dos pés voltados para fóra.*

As cinco posições da dança, inventadas pelo célebre Ricardo Beauchamp, mestre de Luiz XIV, vê-se que estavam em pleno vigor para as regras do mais simples passeio higiénico pelo Rossio ou pela rua do Oiro.

O cumprimentar com o chapéu era operação muito séria, que autor declara se deve fazer em *três tempos.* Havia cortesia *para diante*, a cortesia para o lado, ou *de passagem*, e a mais respeitosa de tôdas, a cortesia de côrte, ou *para traz.* Esta praticava-se olhando primeiro modestamente para a pessoa a quem se ia cumprimentar (o que se

denominava tècnicamente *apresentar* a cortesia). Depois punha-se suàvemente o pé direito na *quarta posição*, apoiando o pêso do corpo sôbre a perna esquerda, e deixando portanto a direita pronta para se mover, até ganhar a *segunda posição*. Inclinava-se então o tronco para diante, e ao levantá-lo raspava-se com o pé direito no chão, levantando com muita pausa o calcanhar até o pé chegar à *terceira posição* para traz [1].

Como se está vendo, tudo isto é meditado, grave e sério.

Tôdas estas coisas, que nos fazem rir, e nos parecem caricatas, tinham razão de ser, e representavam o mútuo respeito, e as gradações indispensáveis nas provas reciprocas de consideração social. Hoje, quási tôdas essas provas, e as suas fórmulas verbais e escritas, caducaram; caducou pois também o apuro neste ramo da arte de Vestris.

A arte da dança, tão própria para desenvolver a elegância de maneiras nas crianças, era, há poucas dezenas de anos, assunto que merecia tôdas as atenções [2].

Coisa nenhuma me parece mais agradavel em uma companhia, — diz o autor citado há pouco — *do que ver dançar serio* (note-se êste advérbio, ininteligível agora) *duas pessoas de um e outro*

[1] Pág. 294.

[2] Uma cortesia *de aba beijada*, isto é, respeitosa, é expressão do *Anatomico Jocoso*, tom. I, pág. 19. Isto lembra o uso de beijar primeiro a própria mão.

sexo; que applauso para ellas! e que gosto para os circumstantes! [1]

Havia extremados dançarinos de solo inglês, gavota e minuete. Conta D. António da Costa, na sua interessantíssima *História do Marechal Saldanha*, que o elegante general foi na sua mocidade um Beauchamp de primeira ordem. Quando êle se dispunha a ir dançar, formavam todos círculo, e chamavam-se de sala em sala:

— ¡Venham! venham ver! vai dançar o João Carlos de Saldanha!

A boa dança era uma aristocracia. Rimava com tudo mais. A dança regulava a civilidade. A civilidade, nas suas fórmulas diversas, era o código do respeito social; e êsse respeito graduava-se conforme as honras de cada um.

*

Entre várias regras que o engraçadíssimo autor de *Anatomico Jocoso* dá ao elegante do seu tempo, o bom *faceira*, *bandarra*, ou *quebra-esquinas*, figura esta, quando lhe aconselha que freqüente, por elegância amorosa, as igrejas onde haja festa ou lausperene:

«Entrará na igreja arrastando o sapato, e rapando com a sola, que faz o passeio mais airoso, e virão as mulheres à bulha»[2].

[1] Pág. 296.
[2] *Anat. Joc.*, tom. I, pág. 3.

*

¡Chegou modernamente tudo isso de *honrarias* à miséria a que nunca se imaginou que pudesse chegar! Nada mais baixo que os títulos, nada mais baixo que as condecorações, nada mais baixo que os tratamentos distintos. Já no seu tempo dizia o abade de Jazente, que só três coisas andavam baratas:

os tremoços, o arroz, e as Senhorias.

¡Que diria hoje!

Ao ínfimo cidadão se escreve como dantes só se escrevia a ministros. O protocolo epistolar degenerou em banalidade irrisória.

Mente Marta como sobrescrito de carta — moteja o anexim; e tem razão.

Que isto por cá, mais ou menos, sempre andou um tanto fora dos eixos, é indubitável; sempre exageraram portugueses os extremos e requintes da civilidade; e nisso concordam estranjeiros de grande critério, como, por exemplo, Feijóo, o beneditino do *Theatro critico*, dizendo:

Vi en una ocasion requebrarse dos aulicos con tan extremada ternura, que un Portuguès podria aprender de ellos frases y gestos para un galantèo.

*

No tempo de el-Rei D. Afonso V (sem ir mais longe) ainda se não dava, nem permitia, o *Dom* a tôdas as senhoras, ainda mesmo nobres e fidal-

gas. Há na Torre do Tombo uma carta do mesmo rei [1], em que êle, por muito favor, confere aquele tratamento à mulher e filhas de Nuno Martins da Silveira, rico-homem e escrivão da sua puridade, Leonor Gonçalves de Abreu, Guiomar de Abreu, Leonor da Silveira e Violante de Abreu. ¡Isto em 1 de Junho de 1451!

No século XVI era já por cá o *Dom* apetecidíssima regalia das filhas dos *mechanicos limpos* (classe burguesa de então). Na *Eufrosina* fala Jorge Ferreira do empenho de certos pais em casarem as filhas com fidalgos, *porque lhe deem o Dom, que no dito Dom está o mel* [2].

*

Hoje tôda a parte feminina da nação portuguesa (com poucas excepções) goza de Excelência. Da masculina, quási tudo: não só os que a têm *de jure*, não só os que têm *de jure* a Senhoria, mas os que nem têm Mercê «Em Hespanha, e particularmente em Portugal — diz com graça Bluteau — sem grande familiaridade ou dependência, ninguém leva um *Vós* com paciência». ¡Isto em 1721! Que diremos hoje! A Excelência, o disputado tratamento da Casa de Bragança e da Casa de Aveiro, tornou-se, por assim dizer, o nosso *Usted*,

[1] Livro III dos *Misticos*, fl. 263, citada na *Hist. Gen.*, tom. III, pág. 36.

[2] Acto V, cêna V.

e o nosso *Vous*. É comodíssimo, mas burlesco. Tem o que quer que seja dos *preclaríssimos*, *famosíssimos*, *estimadíssimos*, do Baixo Império.

Quanto à abreviação, que a pronúncia usual faz quási sempre do *Vossa Excelência*, sincopando-a em *Vócencia* ou *Vocelencia*, observo que é isso já antigo por cá; pelo menos é-o em Castela. Encontrei o *Vuecelencia* e o *Vuecencia* em Calderon de la Barca[1]; e lembro-me de o ter visto em outros cómicos, como Quevedo, por exemplo, nos entremezes.

*

Por mui altos, porém, que andassem ainda no fim do século XVI os tratamentos, por pouco acessíveis que se conservassem, a *Senhoria* (que hoje ninguém aceitaria sem séria reclamação) e a *Excelência* (mais barata que a sardinha petinga em redes da Nazaré), nenhuma dessas honrarias consuetudinárias chegava ainda assim ao elevado tratamento com que a duquesa de Bragança recebeu o duque de Alba. Se os leitores se não recordam, eu conto.

Era em 1581, quando Felipe II de Castela veio a Portugal correr estes Estados, a que, pelo direito da fôrça, chamava seus. Em Vila-Boim visitou a duquesa de Bragança D. Catarina; depois dele sair, entraram na câmara da duquesa os Grandes castelhanos: duques de Medina-Sidónia, de Ossuna

[1] *El alcaide de Zalamea.* Jornada II, cêna VII.

e de Pastrana, prior de S. João e outros; e depois, quiz o rei que também a visitasse o duque de Alba, aquele terrivel vencedor da chamada batalha da ponte de Alcântara.

Feita a visita, e curiosíssimo o soberano de saber como teria o duque sido recebido, com que etiquetas, com que fictícios agrados, pela astuciosa duquesa, muito ciosa de prerogativas, e que não costumava malbaratar tratamentos, preguntou rindo:

— ¿ Então, duque, como vos tratou minha prima D. Catarina?

— Senhor, deu-me elevadissimo tratamento.

— ¿ Senhoria?

— Mais, meu senhor.

— ¡ Quê! ¿ Excelência?

— Muito mais; muito mais.

— ¿ Então Alteza?

— Muito mais, meu senhor.

— Então...

— Tratou-me por *Jesus*.

— ¿ Como assim?

— Eu estava ansioso por ver se a senhora D. Catarina se dignaria igualar-me aos senhores de sua Casa; apenas entrei, logo Sua Excelência me disse: «¡ Jesus, duque, tanto favor com esta visita!» E eu, querendo informar-me da sua saúde, lhe preguntei como se achava. Respondeu: ¿Jesus, havia eu de ser tão grosseira, que não estivesse muito boa com uma visita tão estimável?!» E ao despedir-me disse outra vez: «¡ Jesus! pouco tempo consegui uma tão boa conversação». Donde

vê Vossa Magestade que tive o divino tratamento de *Jesus*[1].

Assim disfarçava a duquesa o seu despeito, mostrando, com feminina astúcia, ao altivo D. Fernando de Toledo, que os florões de uma corôa ducal de segunda ordem não conseguiam equipará-lo à Casa realenga de Bragança. Respeitava assim aquela princesa (sem quebra de pragmáticas) os direitos do seu próprio sangue, e protestava.

[1] *Hist. Gen.*, tom. VI, pág. 190.

CAPÍTULO IX

Influência das damas do paço no primor da educação dos mancebos.—No domínio filipino a ausência da côrte deixou Lisboa em lamentável atrazo.—Cita-se e extrata-se a chistosa *Visita das fontes*, por D. Francisco Manuel de Melo. — Recorda-se a maneira fastuosa como saía à rua el-Rei D. Manuel. — Palavras finais de despedida aos leitores.

Com a presença das raínhas e princezas em Lisboa, com a vida elegante, muito menos expansiva do que hoje, e portanto mais concentrada no paço para aqueles a quem o seu nascimento lá chamava, tinha antigamente a Casa dos nossos reis fisionomia mui outra da que hoje tem. Havia, além de várias circunstâncias, os dois aludidos elementos, que por si bastavam para alterar de todo a feição moderna do paço: o elemento moço-fidalgo a educar na câmara real, e o elemento dama, que era numeroso, e (segundo se vê) muito buliçoso também.

No seu engraçado livro *Côrte na aldeia*[1] trás Francisco Rodrigues Lobo um acertado quadrinho, que em duas penadas nos dá a conhecer o merecido respeito que às damas do paço português se consagrava, aos seus graves costumes, à sua discreção, ao seu decôro. *Em presença e ausencia* — diz o autor — *os cortesãos as nomeiam por senhoras, se lhes descobrem, e ajoelham como a deusas, lhes fazem festas, jogos, justas, e torneios, como a deidades, estão pendurados de seus favores e respostas, como de oraculos, as acompanham como a coisas sagradas, se vestem, ornam, e enfeitam pelas agradar, se desvelam pelas servir, se apuram para as merecer, no esforço, na gentileza, na galanteria, no dito discreto, no escripto avisado, no mote galante, na endeixa subtil, no soneto conceituoso. Por ellas se ensaiam para o sarau, no dançar, no falar, no acompanhar, e no offerecer. Por ellas se aprestam, nas occasiões de jornadas, de creados e librés, galas e ginetes. Por ellas continuam o passeio á vista das janellas, atravessam as salas á sua conta, e rodeiam o Terreiro do Paço mil vezes por seu gosto. Por ellas se offerecem a todo o perigo; porque qual é, que um servidor de damas não ache facil por amor d'ellas?*

E já o próprio rei D. Duarte notava quanto os amores obrigavam os rapazes a maior alinho e apuro no trajo e nos usos; *fazem gente manceba melhor se trazer* — diz o real moralista[2].

[1] Diálogo XIV, pág. 109.
[2] *Leal Conselheiro*, cap. XLIV.

Com tais mestras e tais prémios, era o paço uma escola, pensa Rodrigues Lobo, donde os alunos saíam apurados. E como escrevia sob o regime dos Felipes, lamenta que a falta da côrte em Lisboa, desde tantos anos, privasse os portugueses daquêle curso de *honra, primor e discreção*, e nota que por isso faltava a muitos filhos ilustres do reino certa pulidez, que só trazem os exemplos femininos.

D. Francisco Manuel, bom cortesão como os que o eram, também deixa entender que, ainda nos dias incertos e calamitosos do comêço do reinado do duque D. João de Bragança, escasseavam as festivas reüniões do paço da Ribeira.

Antigamente — diz o faceto conversador dos *Apologos dialogaes* — ... *havia damas, e talvez convites; eram celebradissimos os saráus e festins, que se experimentavam entre damas e galantes, em bodas e nascimentos de Principes, vindas de embaixadores ou hospedes semelhantes. Agora está muito syncopada a galanteria!* [1]...

A própria raínha, aquela varonil duquesa, que tantas festas luzidissimas se costumara a ver nos seus paços adoptivos de Vila-Viçosa, era, por uso e costume, retraída e recolhida.

[1] *Visita das fontes*, pág. 279.

*

Na citada *Visita das fontes* diz para a fonte nova do Terreiro do Paço a sentinela:

Melhor será, e bem melhor, que vos appliqueis a ver aquella procissão de coches que lá vem; e é, segundo me parece (ainda que apparecem longe), o acompanhamento da Rainha, que sahiu fóra; elle é; não me engano.

Responde ao soldado a fonte nova:

— *Dera-vos alviçaras, se m'as pedireis; porque estando já aqui ha dias, não tive até hoje o bom dia de ver Sua Magestade.*

Atalha a fonte velha do Rossio, matrona que alí viera conversar com a sua companheira:

— *Será assim, porque é uma das mais recolhidas e caseiras Princezas do mundo. Raras vezes deixa o seu paço; sae só a visitar os templos e quem os habita.*

FONTE NOVA — *Pois eu me lembro, que me contava meu pae, o senhor Chafariz que Deus perdoe* [1], *que a Rainha D. Catharina, ultima d'este reino* [2], *sahia muitas vezes de tarde a passear pela Ribeira em umas andas de duas urcas, e se presava tanto de mãe, como de senhora, dos seus, servindo-se de aceitar das mulheres, que vendiam por essas cabanas, as pádinhas de pão, que já lhe tinham guardado para lhe offerecerem quando passasse; e que*

[1] O Chafariz de el-Rei.
[2] Mulher de el-Rei D. João III.

ella lhes sabia os nomes, e lhes falava muito a proposito, e com boa graça [1].

FONTE VELHA — *Tudo isso então parecia muito bem; mas se se fizesse agora, seria estranhado da politica d'este tempo; que, supposto que em nossos Principes não mudasse a humanidade, foi conveniente mudar o costume.*

FONTE NOVA—*Sentidissima fico eu de não poder ver o coche Real, que as guardas e a gente nos encobre; mas allivío vendo os das damas que se lhe seguem.*

FONTE VELHA — *Sim, aquellas quatro ou cinco carroagens são de damas e senhoras, que antigamente chamavam donas.*

FONTE NOVA —*Valha-me Deus! que formosura! que gentileza! que galhardia! que galas! que aceios! que bordados! que plumagens! Baixo parece o ceo para tão altos vóos. Se Venus em seus jardins tem gaiolas de ave Phenix, estes coches devem de ser suas gaiolas. Mas que senhores são aquelles, que vejo junto aos estribos? Bem fazem de os não perderem em occasião tão venturosa.*

FONTE VEIHA —*Aquelles, sobrinha, são irmãos, cunhados, tios, e primos, de algumas das damas; e alguns não lhes são nada, mas andam para o ser, porque são os galantes, que as servem com animo de as pedirem, e alcançarem por esposas.*

FONTE NOVA — *Não cuidava tal. E como novata cortesã, não sei se é bom costume.*

[1] ¡Que lindíssimo quadro de costumes!

FONTE VELHA — *Desculpo a estranheza com que o ouvis; porém os Reis de Europa sempre o admittiram; porque o decoro e o respeito são dois personagens muito grandes, e muito confiados de todos os Paços dos Principes; que sabemos o mais composto e reformado foi sempre o dos Reis portuguezes; e porque a detracção não fosse tão ousada, que se atrevesse a algum ruim pensamento, é lei dos Paços que até os casados galanteiem, para que se veja que n'este exercicio não tem alguma parte a esperança ou pretenção, e tudo pára em mera cortezia, ou cortezania. Em França, Inglaterra, e Hespanha, ha mais largueza, mas não descompostura, se se mede sua singeleza com o natural hespanhol, um pouco mais travêsso que o das outras nações.*

Aqui metteu o seu dois d'oiros na conversação o Apolo de pedra, que em cima do chafariz campeava; e disse:

APOLLO — *Por essa singeleza tornou* [1] *tanto aquelle Rei inglez, que em obsequio ao decoro da dama, que lhe cahiu, dançando com elle, uma liga (era muito presada d'el-Rei), fez da mesma liga a nobre insignia da Jarreteira, uma das famosas cavallarias do mundo, com a celebrada lettra: Mal haja quem mal cuida* [2]*: d'onde deu figas á malicia* [3].

[1] Palavra morta; isto é: *pugnou;* é parenta do *torneio.*
[2] Tradução excelente do *Honni soit qui mal y pense.*
[3] *Apol. dial.* Vis. das fontes, págs. 276 e segs.

*

Segundo se vê de vários documentos e apreciações antigas, nunca primou a côrte portuguesa em festas e recepções freqüentes.

É de todo o ponto triste a côrte de Lisboa; — diz um escritor francês do princípio do século XVIII —*quási nunca tem assembléias da fidalguia; el-Rei costuma comer sòsinho, poucas vezes com a raínha; em público, isso nunca. Sai até mui pouco; e com quanto possua uma quinta de regalo a dez léguas da capital, em Salvaterra, com boa tapada bem provida, passam-se anos sem lá aparecer*[1].

Conta o mesmo narrador anónimo a maneira singela por que saía em Lisboa el-Rei D. João V: num coche puchado a seis, onde iam com êle o infante D. António, o duque do Cadaval D. Jaime, e o camarista de semana; a escolta eram apenas quatro ou cinco criados a cavalo; a saber: o carpinteiro dos coches, o ferrador, o seleiro, e um ou dois moços de estribeira, vestidos com a libré da guarda real[2].

Tudo isso contrasta seu tanto com a estravagante magnificência de rajá, com que aparecia em público pela cidade el-Rei D. Manuel. Não se contentava

com duas canas deante,

[1] *Description de la ville de Lisbonne*, pág. 80.
[2] Idem, pág. 81.

como diz Sá de Miranda; nem se contentaria com o modestíssimo aparato, todo democrático, em que sai el-Rei D. Carlos, seu neto, precedido (e nem sempre) de dois batedores a cavalo, com libré azul e prata, e seguido (quando muito) de um caleche com camaristas. Não; o rei *feliz* tinha nestes seus usos quotidianos uma ênfase, umas hipérboles, que lembravam o Oriente.

Vede-o: lá passa primeiro, com o seu porte pesado e mau, um rinoceronte ferropeado, levado à trela de um índio. Depois seguem cinco elefantes, quatro machos e uma fêmea, com os seus cornacas vestidos de côres vistosas. Depois, um cavalo pérsio acobertado, nas ancas do qual um caçador pérsio leva uma onça de caça, presente de el-Rei de Ormuz. Depois, a distância, a cavalo, el-Rei D. Manuel; e finalmente a sua comitiva [1].

Espectáculo surpreendente e desusado, de que a Europa falava com pasmo, e que era para os lisboetas a mais eficaz concitação indirecta às briosas entreprezas e aventuras da conquista.

*

Voltando ao reinado de D. João V:

A raínha D. Mariana também aparecia pouco. Ia aos sábados, depois de jantar, fazer as suas devoções a um convento; acompanhavam-na o

[1] Damião de Góis. *Chron. d'el-Rei D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXIV.

príncipe e as princesas sua filha e cunhada, mais a condessa de Unhão, camareira-mor. As saídas reais eram anunciadas de manhã por tambor e pífano, que andavam correndo a cidade para se juntar no paço a guarda dos alabardeiros. O coche da soberana ia flanqueado de moços a pé, e precedido de alabardeiros descobertos, com o capitão e o tenente a cavalo. Atrás seguiam quatro coches, em que iam os estribeiros mor e menor, e doze damas de honor [1].

Na quinta-feira santa é que a mesma raínha saía a pé, com o seu séquito, a visitar as igrejas; e dava-se então um uso curioso, que mal compreendemos hoje, e que está a revelar o tremendal mais imundo das calçadas lisboetas. Iam adiante da raínha uns grupos de mariolas (nesse tempo não era insulto), dispondo ao longo do caminho uma série de tabuados, a formar estrado em cima das lamas; de forma que os *chapins* de Sua Magestade julgavam ir pisando um estirado corredor. Os coches iam seguindo muito atrás, e a raínha servia-se deles na volta ao paço da Ribeira [2].

Na nossa côrte, sempre piedosa, são êstes usos da visitação das igrejas em quinta-feira santa já muito velhos. O mais antigo rasto encontrei-o de el-Rei D. João II, que celebrava as suas endoenças como qualquer simples mortal [3].

[1] *Description de la ville de Lisbonne,* pág. 83.
[2] Idem, pág. 84.
[3] Garcia de Resende. *Cron. d'el-Rei D. João II,* cap. CII.

¡Usos e costumes mortos para sempre! quadros soltos da vida da côrte antiga. Tenho pena de ter entretido tanto tempo os meus leitores com estas brilhantes bagatelas, ou antes, lentejoilas históricas.

*

Vou concluir, que é a parte mais difícil do meu escrito, visto ser indispensável pôr de banda um milhão de notícias tentadoras, que o tempo destroi com afinco de iconoclasta. Vou concluir, visto reparar no desmedido tamanho do volume.

Foi tudo isto um *a-propósito*, de que peço desculpa.

Resta-me porém a convicção de que enfeixei um ramalhete de notícias amenas e características, muito nossas, que hão-de ser algum dia aproveitadas por quem as entenda e aprecie.

Ao despedir-me dos leitores dêstes pobres livros, fecharei a porta repetindo, eu, obscuro cabouqueiro, o que da sua obra imortal dizia João de Barros:

Não foi pequeno o trabalho que tivemos em ajuntar coisas derramadas, e per papeis rotos e fora da ordem.

Quinta das Varandas — Olivais — 26 de Janeiro de 1890.

ÍNDICE

do

Vol. 12.º da 2.ª Parte

ÍNDICE

Págs.

LIVRO I

Apontamentos para Quadros do Viver dos Antigos Paços Reais em Portugal

CAPÍTULO I

CAPÍTULO II

CAPÍTULO V

CAPÍTULO VI

CAPÍTULO VII

CAPÍTULO VIII

CAPÍTULO IX

Págs.

CAPÍTULO X

CAPÍTULO XI

CAPÍTULO XII

CAPTÍULO XIII

LIVRO II

Damas e Moços-Fidalgos na Antiga Côrte de Portugal

CAPÍTULO I

CAPÍTULO II

CAPÍTULO III

CAPÍTULO IV

Págs.

CAPÍTULO VIII

CAPÍTULO IX

Estampa que acompanha o volume

Acompanha êste volume, no frontispício, uma reprodução do desenho de Domingos Vieira, gravado por João Schorquens, que tem por título: DESEMBARCACION DE SV M. EN LISBOA, da obra de João Baptista Lavanha: «VIAGEM DA CATHOLICA REAL MAGESTADE DEL REY D. FILIPE II. N. S. AO REYNO DE PORTVGAL E relação do solene recebimento que nelle se lhe fez», editada em Madrid, nas linguas portuguesa e espanhola, no ano de 1622.

Rectificação ao vol. XI

Na página 301, linha 1, onde se lê: *marquês* de Povolide, deve ler-se *conde* de Povolide.